



**Thais França**

**LINDAS MULATAS COM RENDAS DE PORTUGAL:  
A Inserção Das Mulheres Brasileiras No Mercado de Trabalho  
Português.**

Tese de Doutoramento na área científica de Sociologia (Programa de Doutoramento em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo), orientada pelo Professor Doutor Elísio Guerreiro Estanque e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Maio de 2012

**Thais França da Silva**

**LINDAS MULATAS COM RENDAS DE PORTUGAL:  
A Inserção Das Mulheres Brasileiras No Mercado De  
Trabalho português.**

Tese de Doutoramento na área científica de Sociologia (Programa de Doutoramento em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo), orientada pelo Professor Doutor Elísio Guerreiro Estanque e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Maio de 2012



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



## **Resumo**

O objetivo primeiro desse estudo é investigar o processo de inserção laboral das mulheres brasileiras no mercado de trabalho português. Para tanto, sustenta-se em dois eixos principais de análise: as atuais transformações do mercado de trabalho e a feminização dos fluxos migratórios. Considerando que nos últimos três anos a imigração brasileira para Portugal apresentou os primeiros sinais de desaceleração e de inversão de fluxo, essa investigação propõe-se também a preencher uma lacuna no que diz respeito aos estudos sobre a população brasileira em Portugal antes de tal mudança. As transformações na geopolítica mundial resultaram, entre outros fenômenos, em um aumento da desigualdade econômica entre os países e na reestruturação dos modos de produção. Contribuíram, também, para a intensificação dos processos de precarização das relações laborais, para a descentralização da produção e para a abertura das economias nacionais aos mercados mundiais, consequentemente interferindo nos fluxos migratórios. A partir da análise dessas transformações e dos seus impactos no mundo do trabalho, proponho investigar o fenômeno da imigração de mulheres brasileiras e sua relação com mercado de trabalho português. Para tanto, discuto acerca da presente configuração do mercado de trabalho em Portugal, considerando o atual processo de precarização e algumas de suas características, por exemplo: segregação sexual e étnico-racial e o processo migratório para esse país. Metodologicamente, optei por uma abordagem primordialmente de cunho qualitativo, foram realizadas 21 entrevistas em profundidade com mulheres brasileiras, entre 25 e 35 anos, que trabalham ou trabalharam em Portugal. Para analisar o material colhido, utilizei o método da Análise Crítica de Discurso (ACD), uma vez que concebo esse método como uma forma de acessar as estruturas simbólicas que moldam e balizam a vida cotidiana, dando maior prioridade à compreensão do processo de formação dos discursos que à interpretação dos mesmos. Complementarmente, uma análise quantitativa baseada em dados oficiais do governo Português e nos dados do projeto “Vagas Atlânticas – A imigração Brasileira para Portugal” foi realizada, almejando traçar um quadro mais alargado desse fenômeno. A tese concluiu que a inserção laboral das mulheres brasileiras no mercado de trabalho português assemelha-se aos modelos de integração laboral de mulheres imigrantes, sendo marcada por mecanismos de segregação racial e sexual existentes no mundo laboral em Portugal. Porém, apresenta uma dinâmica muito específica em virtude do imaginário colonial existente no país acerca da mulher brasileira, pois o processo de hipersexualização dessas mulheres não pode deixar de ser considerado para a compreensão da prática laboral desse grupo de imigrantes.

**Palavras-chave:** Trabalho, Precarização, Imigração, Mulheres, Brasil e Portugal.



## **Abstract**

The main objective of this dissertation is to investigate Brazilian women's entrance in the Portuguese labor market. Two principal axes support the analysis: the current labor market transformation and the feminization of the immigration flow. Taking into account that in the past three years the Brazilian immigration to Portugal started showing the first signs of reduction and inversion of the immigration flow, this study also aims to fill a gap in studies about the Brazilian community in Portugal. The recent global geopolitical transformations resulted, *inter alia*, in the increase of economic inequality among countries and the restructuring of the modes of production. This scenario also contributed to the intensification of the labor precarization process, to the decentralization of the production and to the opening of domestic economies to an international market, directly affecting the international flow of migration. Based on this transformation and its impact on labor, this study examines the immigration of Brazilian women and its relation to the Portuguese labor market. In order to do so, I discuss the present configuration of the Portuguese labor market, considering the current process of precarization and some of its characteristics, such as gender and ethnic-racial segregations. Regarding methodology, a qualitative approach was chosen, and 20 in-depth interviews were carried out with Brazilian women, from 25 to 35 years old, who work or used to work in Portugal. The Critical Discourse Analysis was used to analyze these interviews, as discourse analysis allows access to symbolical structures that forge and frame everyday life. The understanding the process of discourse formation took priority over interpretation. To complement this methodology, a quantitative approach was also applied, based on official Portuguese government data, as well as data from the project "*Vagas Atlânticas: Imigração Brasileira para Portugal*". This dissertation came to the conclusion that the entrance of Brazilian immigrant women in the Portuguese labor market is very similar to the labor integration process of immigrant women, marked by gender and racial segregation mechanisms that are present in the Portuguese labor environment. However, it presents a very specific dynamic due to the colonial imaginary in Portugal regarding Brazilian women.

**Key words:** Work, Precarization, Women, Migration, Brazil and Portugal.



É minha lei, é minha questão  
Virar esse mundo  
Cravar esse Chão  
(Chico Buarque)

Que Deus do céu me ajude  
Quem sai da terra natal  
Em outro canto não para  
(Luiz Gonzaga)





Às minhas avós, Elisa e Francisca,  
que não quebram não porque são macias!

Ao meu avô Pedro,  
que aos 91 anos faz planos de voltar a Fernando de Noronha.

Ao meu avô Zé,  
que todo dia reza para que eu seja feliz (eu já sou, vô!).



Ao Centro de Estudos Sociais - CES da Universidade de Coimbra,  
ao Professor Elísio Estanque e à Fundação Ciência e Tecnologia (FCT),  
tripé institucional e científico sobre o qual se sustenta essa tese, meu muito obrigada.



## Agradecimentos

A história desta tese começa com um afeto e termina igualmente com um.

Dizem que a escrita é uma experiência de solidão, mas minha solidão foi povoada de encontros. Graças a vocês tornei-me um alguém mais vasto.

“De que afetos você é capaz?” Essa é a provocação que Deleuze e Parnet lançam em seu livro “Diálogos”. Compreendendo afetos como aquilo que atravessa alma e corpo, nesse momento ousei a gratidão.

Mais do que um reconhecimento pela vossa importância na “escrivinhadura” dessa tese, esse é um agradecimento por me brindarem com a experiência sublime de afetos felizes.

À minha Flor e meu Bombom, destino final de todas as minhas viagens.

Ao Zé, meu irmão, que ama a Clarissa e a mim.

À Clarissa, que faz meu irmão feliz.

Aos meus tios e tias e toda a primarada, que gostam do meu barulho.

À Anjinha, que partilha sua mãe comigo.

À Neiara e Ana Cláudia, que me fazem sentir o dobro do que sou.

À Cita, que eu conheci no avião e que me salvou da solidão vazia e da loucura.

Ao Léo e à Lidi, com quem escolhi viver um amor azulzinho.

À Rulita, Karine, Juliana, Moura e Marcos, que são pessoas do bem.

À Mel, que me levou a Cumuru.

À Jose e às gatinhas, Rafinha, Roberta, Claudete e Fran, que passaram e deixaram saudades.

À Metan-Mutin e à Amora, que me inspiram.

À Beatriz, minha orientadora afetiva, que é uma mulher generosa.

À Ana Paula, Rose, Kacy e Cássio, que sabem compartilhar.

À Ceci, que almoça na minha casa às sextas e com quem eu dividirei o Chico.

À Mirna, à Dany e ao Eugênio, com quem eu gosto de fazer nada juntos.

Ao Preto, que é meu cúmplice.

À Lalá, que me abrigou na sua Berlin no verão de 2010 (e por tudo que existe desde 1998).

À Mari, que me parou no seu abraço.

À Tati, que cultivava um jardim de girassóis para mim.

À Bardawil, que me recordou que se não dançarmos tudo está perdido.

Ao Alfi, que guarda boa música para mim.

Ao Professor João Peixoto, a quem eu posso chamar de João.

À Professora Virgínia Ferreira, que sempre esteve disponível.

À Susana, que me aconchegava no seu sofá vermelho.

À Juliana Peixoto, que fez de *mi* Buenos Aires um lugar querido.

Ao Zé, que me ensina sobre cores, sorrisos e revolução.

À Ana Raquel, Nolasco, Sofia, Maria José, Acácio e Sofia, que me ofereceram um “Café com Livros”.

À Zeza, Dulcinha e Hudson, que continuam cuidando do meu pai e da minha mãe.

Ao Tio Paulo, que tem o dom de ficar feliz com a felicidade alheia.

Ao Stéllio e à Carlinha, que semeiam amizades.

À Letícia Barreto, artista plástica brasileira, que gentilmente cedeu a imagem da capa.



## ÍNDICE

<b>RESUMO</b>	<b>I</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>III</b>
<b>AGRADECIMENTOS</b>	<b>XI</b>
<b>ÍNDICE</b>	<b>XIII</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b>	<b>XV</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b>	<b>XVI</b>
<b>LISTA DE ANACRÓNIMOS</b>	<b>XVII</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>1. APONTAMENTOS SOBRE OS PROCESSOS DE GLOBALIZAÇÃO</b>	<b>15</b>
1.1. PROCESSOS DE GLOBALIZAÇÃO	16
1.2. TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	20
1.3. RECOMPOSIÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E PRECARIZAÇÃO LABORAL	21
1.4. FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO	28
1.5. DESIGUALDADES SOCIAIS E IMIGRAÇÃO	33
1.6. MERCADO DE TRABALHO E IMIGRAÇÃO	36
1.7. INTENSIFICAÇÃO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS FEMININOS E MERCADO LABORAL	40
<b>2. HIPÓTESES E METODOLOGIA</b>	<b>45</b>
2.1. HIPÓTESES	45
2.2. METODOLOGIA	48
2.3. ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA	49
2.4. TÉCNICAS DE RECOLHA	51
<b>3. PORTUGAL: MERCADO DE TRABALHO, MULHERES E IMIGRAÇÃO</b>	<b>59</b>
3.1. CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO PORTUGUÊS	59
3.2. FEMINIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO PORTUGUÊS	68
3.3. IMIGRAÇÃO E MERCADO LABORAL EM PORTUGAL	78
3.4. FEMINIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO PARA PORTUGAL	92
<b>4. IMIGRAÇÃO BRASILEIRA PARA PORTUGAL</b>	<b>101</b>
4.1. BRASILEIROS E BRASILEIRAS EM PORTUGAL	102
4.2. IMIGRAÇÃO DAS MULHERES BRASILEIRAS	111
<b>5. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS</b>	<b>121</b>
5.1. CATEGORIAS DE ANÁLISES	121
5.2. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS A PARTIR DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO (ACD)	122
<b>6. ANÁLISE QUANTITATIVA</b>	<b>157</b>
6.1. PROJETO VAGAS ATLÂNTICAS	157
6.2. ANÁLISE DOS DADOS	157
6.3. CARACTERIZAÇÃO GERAL	158
6.4. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO FEMININA	160



<b>6.5. ANÁLISE EM FUNÇÃO DO SEXO</b>	<b>170</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>185</b>
<b>7.1. ANÁLISES FINAIS ACERCA DA INSERÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS NO MERCADO DE TRABALHO PORTUGUÊS</b>	<b>186</b>
<b>7.2. POR ONDE PROSEGUIR</b>	<b>191</b>
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>193</b>
<b>9. ANEXOS</b>	<b>209</b>
<b>9.1. GUIA DE PERGUNTAS PARA AS MULHERES IMIGRANTES BRASILEIRAS</b>	<b>209</b>
<b>9.2. RESUMO DAS ENTREVISTAS</b>	<b>213</b>
<b>9.3. INQUÉRITO VAGAS ATLÂNTICAS: A IMIGRAÇÃO BRASILEIRA PARA PORTUGAL</b>	<b>217</b>
<b>9.4 A IMAGEM DA CAPA</b>	<b>229</b>

## Lista de Gráficos

Gráfico 1: Evolução da taxa de desemprego 2000-2011 (%)	65
Gráfico 2: Evolução da taxa de desemprego entre jovens de 15-24 anos (2000-2011) (%)	66
Gráfico 3: Taxa de Feminização do mercado laboral Europa dos 15	69
Gráfico 4: Taxa de emprego homens e mulheres (15-64 anos) PT (%)	70
Gráfico 5: Taxa de desemprego desagregada por sexo 2000-2011 (%)	71
Gráfico 6: Taxa de desemprego feminina EU-15 (%)	71
Gráfico 7: Porcentagem de mulheres no ensino superior – EU 15	74
Gráfico 8: Volumes de remessas enviadas por emigrantes portugueses (Milhões de euros)	79
Gráfico 9: Gráfico da evolução dos fluxos migratórios para Portugal (Nº Absolutos)	81
Gráfico 10 - Principais nacionalidades vivendo em Portugal - 2010	81
Gráfico 11: Níveis de Ocupação entre nacionais e imigrantes, 2009 (%)	85
Gráfico 12: Taxa de desemprego nacionais e imigrantes, 1999-2009 (%)	90
Gráfico 13: Taxa de desemprego feminina nacionais e imigrantes, 2003-2009 (%)	90
Gráfico 14: Taxa de desemprego imigrante por sexo, 2003-2009 (%)	91
Gráfico 15: Evolução da percentagem de mulheres no total da população estrangeira em Portugal (2000-2010)	93
Gráfico 16: Evolução da percentagem de mulheres e homens no total da população estrangeira em Portugal (2000-2010)	94
Gráfico 17: Evolução do fluxo migratório feminino para Portugal 2003-2010 (%)	94
Gráfico 18: Nacionalidades mais representativas em Portugal, Mulheres 2010 (%)	95
Gráfico 19: Evolução da imigração da comunidade Brasileira (Nº Absolutos)	102
Gráfico 20: Evolução da imigração da comunidade Brasileira em relação a população de imigrantes total (%)	103
Gráfico 21: Evolução da população brasileira por sexo em Portugal (%)	106
Gráfico 22: Evolução do fluxo migratório de brasileiras para Portugal (1994-2010)	112
Gráfico 23: Evolução da população em Portugal por sexo (Nº Absolutos)	113
Gráfico 24: Residentes por ano de entrada em Portugal (%)	158
Gráfico 25: Residentes por ano de entrada em Portugal (%)	158
Gráfico 26: Residentes em Portugal por ano de entrada em função do sexo (%)	159
Gráfico 27: Residentes em Portugal por ano de entrada e em função do sexo – Nº absolutos.	159
Gráfico 28: Permanência em situação de irregularidade alguma vez em Portugal (%)	161
Gráfico 29: Ciência da possibilidade de viver em situação de irregularidade durante um certo período (%)	162
Gráfico 30: Condição perante o trabalho no Brasil e em Portugal (%)	163
Gráfico 31: Condição perante o trabalho por ano de entrada em Portugal (%)	163
Gráfico 32: Profissão atual – Grupos Ocupacionais Agregados (%)	164
Gráfico 33: Evolução do grupo profissional (%)	165
Gráfico 34: Habilitações literárias e grupos ocupacionais em Portugal (%)	166
Gráfico 35: Setor de trabalho e grupo ocupacional no Brasil e em Portugal (%)	167
Gráfico 36: Rendimentos mensais em Portugal (%) - Euro	167
Gráfico 37: Horas de trabalho semanal Portugal (%)	168
Gráfico 38: Duração do contrato de trabalho em Portugal (%)	169
Gráfico 39: Duração do período médio de desemprego (%)	169
Gráfico 40: Comparação entre homens e mulheres em relação ao início da migração (%)	170
Gráfico 41: Motivo pelo qual resolveu deixar o Brasil (%)	171
Gráfico 42: Habilitações literárias desagregadas por sexo (%)	173
Gráfico 43: Situação em relação ao mercado laboral desagregada por sexo em Portugal (%)	175
Gráfico 44: Evolução do setor de atividades (%)	176
Gráfico 45: Setor de atividades no Brasil desagregado por sexo (%)	176
Gráfico 46: Setor de trabalho em Portugal desagregado por sexo (%)	177
Gráfico 47: Remuneração mensal desagregada por sexo (%)	180
Gráfico 48: Horas de trabalho semanal desagregada por sexo (%)	181
Gráfico 49: Percepção do preconceito ao acesso ao trabalho desagregado por sexo (%)	182

## Lista de Tabelas

<i>Tabela 1: Mapa geográfico e profissional das entrevistas</i>	55
<i>Tabela 2: Diferenças salariais no ganho mensal médio por categoria profissional (2008)</i>	77
<i>Tabela 3: População imigrante com a situação regularizada vivendo em Portugal 2009</i>	82
<i>Tabela 4 Resumo das principais características dos modos de incorporação laboral para imigrantes do PALOP, Leste e Brasil</i>	84
<i>Tabela 5: Níveis de Formação dos Imigrantes desagregado por sexo – 2009 (%)</i>	86
<i>Tabela 6: Quadro de remuneração de trabalhadores/as estrangeiros/as desagregado por sexo – 2009.</i>	86
<i>Tabela 7: Porcentagem de trabalhadores/as como autoempregadores</i>	87
<i>Tabela 8: Perfil das entrevistadas</i>	124
<i>Tabela 9: Situação laboral das entrevistadas no Brasil e em Portugal</i>	135
<i>Tabela 10: Trajetória laboral das entrevistadas em Portugal</i>	137
<i>Tabela 11: Descrição do Perfil das Mulheres Brasileiras</i>	160
<i>Tabela 12: Distribuição geográfica da população brasileira em Portugal – Dados do inquérito e do SEF.</i>	160
<i>Tabela 13: Qui-quadrado Habilitações literárias e grupos ocupacionais.</i>	166
<i>Tabela 14: Primeiro membro da família a migrar</i>	170
<i>Tabela 15: Teste qui-quadrado: quem foi o primeiro membro a migrar.</i>	171
<i>Tabela 16: Motivos para migrar entre homens e mulheres (%)</i>	172
<i>Tabela 17 Qui-quadrado – Motivos para migrar Homens e Mulheres</i>	172
<i>Tabela 18: Habilitações literárias (%)</i>	173
<i>Tabela 19: Qui-quadrado Habilitações literárias por sexo</i>	174
<i>Tabela 20: Situação no mercado de trabalho no Brasil e em Portugal (%)</i>	174
<i>Tabela 21: Qui-quadrado – Situação em relação ao mercado laboral por sexo</i>	175
<i>Tabela 22: Teste do qui-quadrado Setor de atividades no Brasil</i>	177
<i>Tabela 23: Teste do qui-quadrado - Setor econômico em Portugal desagregado por sexo.</i>	178
<i>Tabela 24: Remuneração mensal da população em Portugal (%)</i>	178
<i>Tabela 25: Kruskal-Wallis remuneração mensal da população em Portugal</i>	178
<i>Tabela 26: Test Mann-Whitney U: Remuneração mensal homens e mulheres</i>	179
<i>Tabela 27: Hora de trabalho semanal da população inquirida (%)</i>	180
<i>Tabela 28: Mann-Whitney U: Hora semanal de trabalho homens e mulheres.</i>	180
<i>Tabela 29: Qui-quadrado – Percepção do preconceito ao acesso ao trabalho entre homens e mulheres</i>	182

## **Lista de Anacrónimos**

**ACIDI** – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

**AHRESP** – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal

**BM** – Banco Mundial

**BID** – Banco Interamericano do Desenvolvimento

**CNAI** – Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante

**CIG** – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

**CGTP** – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses

**CITE** – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

**CIS** – Círculos Internacionais de Estudo

**CNP** – Classificação Nacional de Profissões

**CUT** – Central Única dos Trabalhadores

**GEP/MTSS** – Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

**GPEARI/MCTES** – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

**IEFP** – Instituto de Emprego e Formação Profissional

**IGT** – Inspeção Geral do Trabalho

**EUROFOUND** – European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**IDH-D** – Índice de Desenvolvimento Humano ajustado pela Desigualdade

**INE** – Instituto Nacional de Estatística

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**MIPEX** – Migrant Integration Policy Index

**MTSS** – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

**MTSS/DGEEP** – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Direção Geral de Estudos, Estatísticas e Planeamento

**OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

**OIM** – Organização Internacional das Imigrações

**OMA** – Observatório das Mulheres Assassinadas

**PALOP** – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

**PII** – Plano de Integração dos Imigrantes

**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento

**SEF** – Serviços de Estrangeiros e Fronteiras

**TSH** – Tráficos de seres humanos

**UGT** – União Geral dos Trabalhadores



## Introdução

Nos últimos 20 anos, ao que parece, Portugal e Brasil vêm tentando resgatar e construir alianças, acordos e tratados em nome dos laços históricos que, supostamente, os unem. O Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, assinado em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000, no frisson das comemorações dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil; o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre a contratação recíproca de Nacionais, assinado a 11 de julho de 2003; Programa de Cooperação no Âmbito da Subcomissão para as Áreas da Educação, Cultura, Comunicação Social, Ciência e Tecnologia, Juventude e Desporto para 2006-2009; O Programa CAPES-FCT de 2008, que busca estimular o intercâmbio de docentes, pesquisadores e pesquisadoras de ambos países por meio de projetos conjuntos de investigação são alguns exemplos dos esforços empreendidos no sentido de aproximarem as relações diplomáticas.

Mas esses laços não se estreitaram apenas através de decretos e acordos políticos, a intensificação do fluxo migratório entre os dois países também cumpriu seu papel. Ainda que bastante inferior aos períodos anteriores, a imigração portuguesa para o Brasil no século XX não pode ser desconsiderada. Se até a década de 60 o Brasil era o principal destino dos/as emigrantes de origem portuguesa (Baganha, 2003; Barbosa, 2003) e nos anos subsequentes esse número caiu, ao longo da primeira década do ano 2000, com o início da crise econômica em Portugal e o aumento da estabilidade financeira no Brasil, esse número voltou a subir. Por sua vez, o deslocamento de imigrantes brasileiros e brasileiras para Portugal teve seu início mais marcante a partir dos anos 70 e intensificou-se de forma massiva em meados dos anos 90, vindo a ter seus primeiros sinais de decréscimo no final da primeira década do ano 2000, como consequência da crise que assolou a economia portuguesa.

Diante desse quadro, como não haveria de ser diferente, os estudos e investigações sobre os fluxos migratórios entre Brasil e Portugal no meio acadêmico também se intensificaram. Quando essa tese ainda era somente esboço de projeto, no início de 2007, era pouca a produção existente acerca da comunidade brasileira na sociedade portuguesa. A intensificação do fluxo migratório brasileiro para a ex-metrópole nos anos 90 e a mudança no perfil dessa população impulsionou o surgimento de mais estudos sobre esse fenômeno. Assim, é principalmente a partir de meados dos anos 2000 que começavam a ser publicadas as primeiras reflexões e análises acerca da imigração brasileira para Portugal, desde então, ao longo desses anos, lenta e continuamente, foi se consolidando o corpo teórico, do qual me utilizo, sobre a imigração brasileira para Portugal.

Apesar da visibilidade que a imigração brasileira assumiu dentro da academia portuguesa, repetem-se antigos vícios da produção do conhecimento, característicos de um padrão de ciência conservador, sexista e excludente. As investigações abordam diversas esferas e impactos desse fluxo tanto para Portugal como para o Brasil, questionam-se as consequências dessa população na dinâmica demográfica dos dois países, na organização do mercado de trabalho, indaga-se sobre questões identitárias, o peso das remessas de dinheiro, contudo, pouco se reflete acerca de como as questões de gênero e raça<sup>1</sup> influem nesses processos.

---

<sup>1</sup> Proponho-me, mais à frente, esclarecer a opção por utilizar a categoria gênero e não outras como, por exemplo, sexo, relações sociais de sexo, bem como a concepção que utilizo de raça.

Os estudos que se debruçam especificamente acerca dos efeitos das desigualdades de gênero são escassos, mesmo que o número de brasileiras regularizadas em Portugal represente 56% da população brasileira e corresponda a 30,4% do total de mulheres imigrantes a viver no país (SEF, 2010). Um dos objetivos dessa investigação, portanto, é contribuir para diminuir a lacuna nos estudos acerca das mulheres brasileiras na sociedade portuguesa.

Contudo, preciso deixar claro que essa não é uma tese primordialmente sobre a imigração brasileira para Portugal. Trata-se de uma investigação que parte da análise das dinâmicas do mercado de trabalho para refletir, compreender e conhecer a realidade laboral das brasileiras no contexto português. Com isso, introduzo outros dois campos de saberes nos quais me apoiei: a sociologia do trabalho e os estudos de gênero e feministas. Dessa maneira, compartilho desde já as dificuldades que se apresentaram ao longo de todo o percurso para enquadrar de forma exclusiva o campo disciplinar do presente estudo. Ousaria dizer que um dos principais desafios dessa tese foi o de assumir seu caráter transdisciplinar, sem deixar que um campo de saber se sobrepujasse ao outro. Como bem coloca Ferreira (2003), acredito que a opção pela transdisciplinaridade permite não apenas pôr em diálogo diferentes metodologias e conhecimentos, mas, principalmente, leva à criação de uma nova maneira de olhar e analisar os fenômenos sociais. Mais do que cruzar três campos de saberes, busquei problematizar de forma criativa, inovadora e contextualizada os fenômenos da migração e do trabalho a partir de uma perspectiva de gênero.

Gostaria de ressaltar desde já que a noção de que o trabalho não perdeu sua centralidade e que continua a figurar como um dos principais eixos de organização da nossa sociedade é o fio condutor de toda essa pesquisa. Reconheço que as transformações políticas e econômicas que vêm acontecendo no mundo têm colocado o trabalho em crise, contribuindo de forma direta para a precarização das relações laborais, contudo, isso não significa que ele esteja a perder seu lugar de centro nas dinâmicas da sociedade. Dito isso, é a partir da análise das condições e relações de trabalho que inicio minhas reflexões acerca da inserção das mulheres brasileiras no mercado laboral português. Falo, portanto, não de um trabalhador genérico, sem sexo ou origem definida, mas de trabalhadoras mulheres, que se deslocaram do Brasil e que, em geral, são vindas de classes sociais mais baixas. Compreendo tal demarcação como de fundamental importância para o caminho que percorri nessa tese.

### **Mudanças no mundo do trabalho**

Mais do que uma simples fonte de renda, o trabalho tem se apresentado como um dos principais pilares sobre o qual se ergue a coesão e tantas outras dinâmicas da sociedade. É um espaço fundamental para a construção identitária e de acesso à cidadania, de maneira que quando esse vem a faltar ou é constantemente depredado, cria-se um problema social. As mudanças políticas, econômicas e sociais que vêm ocorrendo em todo o mundo afetam diretamente as relações laborais, levando, portanto, não somente a uma crise econômica, mas também social. Nesse sentido, nunca as discussões sobre o mundo laboral foram tão frequentes, contraditórias e importantes.

Como consequência da ascensão das políticas neoliberais, assiste-se a um processo desenfreado de desregulação da concorrência e da liberalização comercial, que resulta em uma

desestabilização e precarização do trabalho: aumento da insegurança no emprego, na renda e na representação; perda da proteção e dos direitos sociais; baixos níveis de salários; crescimento da insegurança e o aumento dos empregos ditos atípicos - contratos temporários, trabalhos a tempo parcial e atividades informais (Alves, 2011).

Em virtude das crises mais recentes que assolaram a economia mundial, desde 2008 percebe-se uma intensificação de medidas políticas e econômicas que contribuem para a desestabilização do mundo do trabalho, dos direitos e da dignidade laboral. Segundo Silva (2011: 131), uma das manifestações mais perversas da atual crise é a tendência de transformar o trabalho em “mercadoria” ou “fator de produção”, anulando sua “dimensão de inserção social e participação na vida coletiva”. Dessa maneira, encobre-se o fato de que o trabalho, acima de tudo, é um direito que foi conquistado nas ruas, graças à mobilização social. Ou seja, esses constantes ataques ao campo laboral – flexibilização dos horários, ajuste dos custos salariais, facilitação de despedimentos – sustentados pelos próprios Estados, ao acatarem as receitas do neoliberalismo, levam a um desmoronamento da condição social da classe trabalhadora (Estanque e Costa, 2012).

As atuais políticas de austeridade em vigor nos países da União Europeia, pautadas em baixos salários, na diminuição da proteção social e nos cortes do gasto público, antes de se concretizarem como medidas que visam disciplina, rigor e contenção econômica, têm agido mais no sentido de agravar a precariedade e a vulnerabilidade laboral.

*A economia de austeridade é (...) a resposta dos Estados que materializa essa transferência para os cidadãos dos custos da recuperação do sistema financeiro, podendo ser imposta diretamente pelos poderes nacionais ou indiretamente pelos credores. Em última análise, é no esforço dos cidadãos que residem as soluções para a crise (Ferreira, 2012: 21).*

As medidas de combate à crise nos países da Europa contribuíram, sobretudo, para a degradação das relações e condições laborais, beneficiando o capital. Os constantes cortes nos salários dos/as funcionários/as públicos, nos subsídios sociais e nos programas de apoio aos/as desempregados/as, o congelamento das pensões e os aumentos dos impostos que aconteceram nos últimos anos, somados aos pacotes de medidas de privatização e liberalização dos mercados, mostram-se como um ataque sem igual aos direitos sociais que foram conquistados desde o pós-guerra (Estanque e Costa, 2012; Soeiro e Campos 2011), configurando-se, pois, como uma regressão na consolidação do modelo de Estado baseado nos direitos e proteção social e um ataque às tradições humanistas e emancipatórias europeias (Estanque, 2009).

Porém, é importante perceber que ainda que o movimento seja de desestabilização do trabalho, nem todos/as sofrem igualmente essas consequências. Há um processo de polarização do mercado laboral: enquanto um pequeno grupo de trabalhadores/as altamente qualificados/as, cada vez mais restrito, goza de estabilidade, prestígio social e bons níveis de remuneração; outro, que representa a maioria, encontra-se em situação de instabilidade e de insegurança.

Apesar do quadro descrito até agora ser um tanto deprimente, nem todas as mudanças ocorridas nos últimos 40 anos são inteiramente ruins. É preciso lembrar que foi exatamente nesse período de mudanças do mundo do trabalho que as mulheres conseguiram ter acesso ao mercado laboral formal externo ao lar. Reconheço, desde já, que inúmeras são as críticas em relação à



maneira como se deu essa entrada, porém não se pode minimizar a importância que esse fato tem para a história das mulheres e, conseqüentemente, da humanidade, em especial quando se tem a compreensão de que o que o trabalho oferece ultrapassa a esfera econômica, visto que é uma importante via de acesso à cidadania. Além disso, não se pode deixar de admitir que a independência financeira é uma independência simbólica fundamental para a construção da emancipação feminina (Casaca, 2010a).

A atenção e as críticas em relação a esse processo de “feminização do mercado de trabalho” recaem, principalmente, sobre a reprodução e legitimação das dinâmicas de desigualdade e segregação sexual. Pois, se numericamente os níveis de desigualdade entre homens e mulheres, nessa esfera, parecem ter sido reduzidos, qualitativamente não se pode dizer o mesmo; o trabalho feminino continua a ser menos reconhecido do que o dos seus colegas do sexo masculino, sem que haja nenhuma explicação plausível para isso.

Discutir o trabalho feminino sem considerar o lugar que a mulher ocupa na sociedade é uma discussão incompleta, uma vez que as práticas sexistas e patriarcais ainda são muito arraigadas nas dinâmicas sociais. Recaem, ainda até os dias atuais, sobre as mulheres, as obrigações do lar, forçando-as, portanto, a dividirem-se entre as responsabilidades familiares e do mercado laboral, penalizando uma delas – em geral a profissional. A exploração do trabalho assalariado ao qual as mulheres estão submetidas é indissociável da exploração do feminino pelo masculino (Hirata, 2001/2002). Agora, às dinâmicas de segregação sexual somam-se os processos de precarização das relações laborais que estão em curso. Embora homens e mulheres estejam expostos à precarização, a intensidade não é a mesma, ou seja, a precarização do trabalho tem sexo (Nogueira, 2004), e as mulheres ainda são as mais vulneráveis a essas mudanças, pois historicamente têm sido mais expostas a práticas de exclusão e segregação e menos protegidas pela legislação e pelas organizações sindicais do que os homens (Casaca, 2010a; Hirata, 2009).

Em relação à entrada das mulheres no mundo laboral, também cabe considerar os processos de polarização do mercado de trabalho aos quais me referi anteriormente; nem todas as mulheres são atingidas da mesma maneira pela precarização. As diferenças de classes sociais têm um peso marcante nessa situação, criando aquilo que Hirata (2009; 2002b; 2001/2002) identifica como um mercado de trabalho feminino polarizado: mulheres vindas de classes altas, com níveis de qualificação elevados, conseguem estabelecer-se em atividades igualmente qualificadas e estáveis – ainda que sofram as dinâmicas de desigualdade inerentes à estrutura do mercado laboral: segregação sexual, hiato salarial, teto de vidro – deixando para trás uma série de atividades domésticas e de cuidados para serem realizadas. Gera-se, assim, uma demanda por uma mão de obra específica que se sujeite a realizar essas tarefas.

A abertura desse nicho de trabalho das tarefas domésticas e de cuidados, juntamente com o desenvolvimento do setor de serviço, atividades que compartilham características de serem postos precários, mal remunerados, instáveis e com baixo nível de prestígio e reconhecimento social, contribuem de maneira decisiva para o processo de feminização da migração, principalmente no sentido Sul-Norte Global. Ou seja, mulheres oriundas de países periféricos deslocam-se em direção aos países centrais em busca de melhores condições de trabalho, dando uma nova roupagem para

os processos migratórios e para a organização do mercado laboral. É certo que esse não é um fenômeno totalmente inédito – recrutar imigrantes de países menos desenvolvidos para realizar tarefas que os nacionais rejeitam –, contudo, o que muda agora é a forte presença do número de mulheres e as consequências que esses “novos” fluxos migratórios trazem.

As mulheres imigrantes trabalhadoras, para além dos mecanismos de segregação sexual que citei, estão, da mesma forma, submetidas a outros marcadores de desigualdade, como, por exemplo, raça, nacionalidade, classe, religião, para citar alguns. Sabe-se também que muitas dessas imigrantes não conseguem a regularização dos documentos logo que chegam no país de destino, tornando-se um grupo de trabalhadoras ainda mais vulnerável, pois muitos dos empregadores/as aproveitam-se dessa situação para não cumprirem as leis em relação ao pagamento, horário de trabalho, férias, licenças e outros direitos. Assim, as análises acerca da situação laboral de mulheres imigrantes inserem-se em uma complexa teia na qual diversos níveis de segregação e de relação de poder devem ser levados em consideração.

Até o presente momento, estive a descrever o atual dismantelamento do mercado de trabalho, aumento da insegurança e vulnerabilidade da classe trabalhadora e como as mulheres são as principais vítimas desse processo. Posto isso, acredito que fica fácil perceber que a entrada da mão de obra imigrante feminina no mundo laboral será ainda mais problemática, principalmente porque, ao longo dos anos, as políticas migratórias têm se tornado mais rígidas no que diz respeito à entrada e à permanência de imigrantes nos países centrais. A essas mulheres, restará uma inserção precária e marginal, permeada por mecanismos de exclusão e segregação sexual e étnico-racial. Portanto, ao resgatar o que pontuei anteriormente sobre o papel do trabalho com um dos principais vetores de acesso à cidadania, e compreendendo que a experiência laboral das imigrantes tende a ser precária e instável, infere-se que o processo de inserção social dessa população estará comprometido, contribuindo para a sua vulnerabilização.

### **Imigração Brasileira para Portugal**

Falar de imigração brasileira para Portugal remete, quase que obrigatoriamente, ao passado colonial que liga esses dois países. Contudo, para fins dessa investigação, sem desconsiderar o peso e a importância que os deslocamentos primeiros possuem na configuração dos fluxos atuais, detenho-me exclusivamente nas migrações que se sucederam no século XX e que continuam até os dias de hoje, mais especificamente a partir de meados dos anos 70.

Atualmente, esse fluxo deixou de ser considerado novidade, seja porque lá se vão mais de 4 décadas da chegada dos primeiros grupos, seja porque a comunidade brasileira tornou-se, ao longo desses anos, numericamente a maior população de imigrantes no país. Segundo os últimos dados (SEF, 2010), os 119.363 indivíduos de origem brasileira representavam 26,81% da população total de imigrantes regularizados em Portugal, mais do que o dobro da comunidade ucraniana, segunda colocada, que corresponde a 11,12%<sup>2</sup>. Em relação à atribuição dos primeiros títulos de residência, a

---

<sup>2</sup> É importante chamar a atenção para o fato de que os fluxos migratórios das ex-colônias africanas são os mais antigos em Portugal, de maneira que atualmente muitos deles já possuem nacionalidade portuguesa, fazendo com que seu peso entre as comunidades estrangeiras pareça menor.

população brasileira também continua a ser o maior grupo: em 2010, foram atribuídos 16.165 títulos de residência a imigrantes do Brasil, correspondendo a 33% do total emitido naquele ano. Sem realizar nenhuma análise mais profunda, pode-se ter uma ideia, desde já, do peso dessa comunidade em Portugal e do seu impacto nas diversas esferas da sociedade.

Em virtude das diferenças, principalmente entre níveis de qualificação, postos de trabalho que foram assumindo e pelo sexo das pessoas que imigraram, convencionou-se dividir a imigração brasileira para Portugal em duas grandes vagas; contudo, ambas assemelham-se pelo seu caráter primordialmente de imigração laboral. A forte presença de brasileiros e brasileiras em Lisboa, sobretudo na segunda vaga, é um indicador indireto do peso dos fatores laborais como atrativos para esse fluxo migratório, uma vez que é nessa região onde há mais ofertas do mercado de trabalho (Malheiros, 2007; Peixoto e Figueiredo, 2007).

A primeira vaga inicia-se em meados dos anos 70 e estende-se até finais dos anos 90. Sinteticamente, pode-se caracterizá-la como uma imigração pontual, em números reduzidos<sup>3</sup>, formada, principalmente, por trabalhadores homens, altamente qualificados, que se inseriram nos seguimentos mais altos no mercado de trabalho. A restauração da democracia portuguesa em 75, a necessidade de modernização rápida, a escassez de mão de obra qualificada, o início do desenvolvimento do setor de serviços e a posterior entrada de Portugal na União Europeia, somados à instabilidade política do Brasil e às crises econômicas vividas pelo país, principalmente nos anos 80, foram alguns dos impulsionadores para esses deslocamentos.

Já a segunda vaga, iniciada no final dos anos 90, apresenta um perfil um tanto diferente: em geral, eram pessoas com qualificações mais baixas que se inseriram em atividades precárias e houve um crescimento significativo do número de mulheres. A essa altura, Portugal já pertencia à União Europeia, recebeu grandes investimentos para obras de infraestrutura, a população atingiu maiores níveis de qualificação, o setor de serviços encontrava-se plenamente desenvolvido de maneira que as ofertas de emprego eram em postos que exigiam poucas qualificações – prestação de serviços e construção civil, por exemplo. O fato de que Brasil e Portugal compartilham a mesma língua também foi de grande relevância para o processo de inserção laboral dos/as imigrantes brasileiros/as, sobretudo em determinados ramos de atividade do setor de serviços que exigem trato com clientes, por exemplo, vendas e restauração. Chama a atenção, também, a concentração geográfica dessa segunda vaga, ao contrário da primeira, que teve uma distribuição mais homogênea ao longo do país. Por exemplo, em 1986, 37% da população brasileira com autorização de residência encontrava-se na região de Lisboa, 39% do Norte Litoral e 24% em outras regiões do país; em 2010, esses números mudaram significativamente, só a região de Lisboa correspondia a 45,13% do total da população brasileira em Portugal (Malheiros, 2007; SEF, 2010). Outro fator que pode ser ressaltado é que nesse momento as redes sociais – aspecto importantíssimo nos processos migratórios – formadas por imigrantes da primeira vaga encontravam-se mais estabelecidas e funcionavam como um atrativo para futuros imigrantes (Padilla, 2005b).

---

<sup>3</sup> Números reduzidos quando comparados ao que viria pela frente e com as outras ondas de emigração dos/as brasileiros/as, principalmente para os Estados Unidos. Estima-se que só entre 1985 e 1988 aproximadamente 125.000 imigrantes brasileiros/as chegaram aos Estados Unidos (Martes, 1999).

No que diz respeito à feminização da imigração brasileira para Portugal, não se trata de um fenômeno exclusivo dos fluxos migratórios entre os dois países. Já desde os anos 80, feministas estudiosas das migrações vêm chamando a atenção para esse processo, principalmente no sentido do Sul para o Norte Global. Ao contrário de antigas teorias sobre migrações, as quais entendiam o deslocamento feminino como consequência, quase que exclusiva, da migração familiar, o que as investigações mais recentes acerca da mobilidade feminina mostram é que as mulheres também são sujeitos ativos e autônomos dos processos migratórios.

Apontaria quatro motivos como os principais para a intensificação da feminização dos fluxos migratórios: a) o desenvolvimento do setor de serviços e a precarização dos postos de trabalho, uma vez que se utilizam principalmente de mão de obra pouco qualificada –, historicamente, a mão de obra feminina tem sido considerada inferior à masculina (Nogueira, 2004); b) as conquistas dos movimentos feministas, que contribuíram para o aumento da autonomia e independência das mulheres em todo o globo e impuseram nas agendas internacionais a discussão em relação às desigualdades de gênero na nossa sociedade, agindo também sobre as políticas migratórias; c) o desenvolvimento das cadeias de cuidados globais – redes transnacionais de tarefas domésticas e de cuidados de crianças e pessoas idosas ou com deficiência – consequentes da entrada das mulheres de classe média no mercado de trabalho e do decréscimo das intervenções do Estado de bem estar nas políticas sociais de cuidados (Hochschild, 2000); e d) o aumento das redes de tráfico de pessoas, principalmente com fins de exploração sexual, nas quais as mulheres ainda aparecem como o maior número (ONU, 2009).

O aumento da imigração de brasileiras para Portugal aproxima-se desses padrões. É a partir de 2003 que o número de mulheres torna-se maior que o número de homens, tendência até os dias atuais. O desenvolvimento do setor de serviços pode ser considerado um dos fatores principais no caso de Portugal, uma vez que é, sobretudo, em atividades de vendas e restauração que a maior parte dessas imigrantes insere-se.

É comum, na sociedade portuguesa, a associação das mulheres brasileiras com atividades de prostituição, mercado do sexo e tráfico de pessoas com fins de exploração sexual (Padilla, 2007c; Santos *et. al.*, 2010); e é também com uma dada frequência que os discursos midiáticos e institucionais reproduzem essa associação e, mais corriqueiramente ainda, capta-se essa percepção no discurso cotidiano de portugueses e portuguesas. É verdade que o número de brasileiras ligadas a essa atividade não pode ser desconsiderado. De acordo com estudos recentes (Peixoto *et. al.*, 2005; Peixoto e Figueiredo, 2007; Santos *et. al.*, 2008; 2009; 2010), no que diz respeito ao tráfico de seres humanos em Portugal, as mulheres brasileiras figuram como o maior grupo, contudo, é inadmissível que se torne o argumento principal no que diz respeito à situação dessas mulheres na sociedade. Porém, embora reconheça a importância de debater, criticar e desconstruir esses discursos, lembro que esse não é meu objeto, mas ressalto a relevância de estudá-los.

Minha opção por não abordar questões ligadas à prostituição e ao tráfico de mulheres brasileiras com fins de exploração sexual justifica-se por dois motivos principais, o primeiro porque acredito que as dinâmicas do mercado do sexo e do tráfico de pessoas são bastante complexas e particulares, exigindo uma análise profunda e específica, o que não seria possível, visto que esse

trabalho não tem esse escopo; o segundo motivo é justamente para dar visibilidade a outras formas de inserção das imigrantes brasileiras na sociedade portuguesa. Acredito que a produção de novos discursos acerca da experiência dessas mulheres no país, que vão para além da relação com a prostituição, é fundamental para a desconstrução da imagem estereotipada e hipersexualizada existente em Portugal. Dessa forma, almejo abrir um campo de discussão ainda pouco explorado sobre a brasileiras e o mercado de laboral em Portugal, identificando suas estratégias de inserção, os principais obstáculos que enfrentam e como reagem às dinâmicas de segregação sexual e étnico-raciais às quais são submetidas.

Contudo, ainda que tenha demarcado há pouco que não me proponho a discutir questões relacionadas com o mercado do sexo e prostituição, torna-se impossível falar de imigrantes brasileiras em Portugal sem remeter-se aos estereótipos da mulher brasileira como a mulata sensual e exótica, pois esses são elementos que alimentam de forma direta o imaginário português sobre essas mulheres (Padilla, 2007c). Acredito que esse imaginário, para além de ser uma forma de violência simbólica que contribui para a essencialização, exotização, sexualização da mulher brasileira e que reforça o estigma de objeto sexual, constitui-se como um marcador de toda a experiência dessas imigrantes em Portugal. Justifica-se, assim, o porquê de ser fundamental considerá-lo na análise dos processos de inserção laboral dessas mulheres.

### **Mulheres Brasileiras: gênero, raça, nacionalidade e classe social**

Desde o início, tenho me referido às mulheres brasileiras como se fossem um coletivo homogêneo e consensualmente definido. Agora, retrato-me diante dessa falta e para isso resgato discussões clássicas dos estudos de gênero e feministas acerca da impossibilidade de encaixar as mulheres em uma única categoria.

Ao contrário do que possa ter parecido até ao presente momento, ao falar de “mulheres brasileiras” refiro-me a uma construção social e performática, resultante de vários discursos e de relações de poder, nos quais as relações de gênero e o passado colonial se fazem bastante presentes. Apoio-me, portanto, nos estudos que compreendem gênero e raça como construções sociais, que variam de acordo com os ambientes ideológicos, econômicos, demográficos e históricos (Brah, 2006; Butler, 2008; 2002).

Como referi antes, esse trabalho encontra-se na intersecção de pelo menos três campos de saberes, sociologia das migrações, sociologia do trabalho e os estudos de gênero e feministas. Porém, nem sempre esses campos dialogam entre si, existem estudos feministas sobre o mercado de trabalho, como, por exemplo, as produções de Ferreira e Casaca, para citar apenas algumas em Portugal; existem estudos feministas acerca das migrações, como os de Kofman (1999), Kofman *et al.* (2000), Morokvasic (1984) e Piper (2007), em uma perspectiva internacional, mas poucos são aqueles que articulam esses três saberes ao mesmo tempo.

Refletir e analisar questões ligadas às mulheres imigrantes leva à discussão sobre a articulação de alguns eixos de poder fundamentais para a nossa sociedade: gênero, raça, nacionalidade, religião e classe social, entre outros, uma vez que a experiência dessas mulheres será constantemente atravessada por esses eixos. Desta forma, torna-se imprescindível para

qualquer estudo acerca das migrações utilizar-se de uma análise multidimensional que considere a articulação de gênero, classe social, nacionalidade e raça. A análise de como esses marcadores de diferenças interagem entre si é fundamental para a compreensão das trajetórias de imigração das mulheres, uma vez que é do resultado dessa articulação que se determinará a posição dos sujeitos nas escalas hierárquicas de relações de poder. Nesse sentido, compreendo que nenhum desses marcadores é independente, ou seja, a posição ocupada pelas mulheres numa sociedade é resultado de um processo de interdependência de vários fatores (Lugones, 2008). Daí apoiar-me nas teorias sobre a interseccionalidade, posto que acredito que as contribuições dos debates acerca da intersecção entre categorias permitem ver formas de opressão, exclusão e segregação que normalmente não são percebidas quando se analisa, por exemplo, gênero e raça separadamente. Aqui, não se trata de somar desigualdades, montando-as como um quebra-cabeça, mas de compreender que esses marcadores de diferenças não existem isoladamente, mas que estão em relação recíproca e, por vezes, contraditória (Piscitelli, 2008a).

Como discuti no tópico acima, na sociedade portuguesa o imaginário sobre a mulher brasileira é bastante consolidado, retrata-se as brasileiras como dotadas de uma sexualidade exótica e de uma corporalidade específica. Também não me proponho, aqui, investigar de forma detalhada como se deu essa construção, mas considero pertinente apresentar algumas notas sobre esse tema. Para tanto, utilizo-me da literatura existente acerca do imaginário sobre a mulher brasileira em Portugal. Parto do princípio de que há um imaginário difundido e firmado com o qual essas imigrantes terão que interagir e que, fatalmente, resvalará nas suas relações com o mercado laboral (Fernandes, 2008; Gomes, 2011). Porém, mesmo que não me proponha a estudá-lo, reconheço como fundamental situar, minimamente, o surgimento e a naturalização desse imaginário. A relevância desse exercício está no fato de que essas imagens são naturalizadas e repetidas no cotidiano e que, portanto, é preciso conhecer como e porque operam para poder desconstruí-las.

Durante os anos em que estive em Portugal, sempre ao dizer meu tema de investigação, “mulheres brasileiras no mercado de trabalho português”, imediatamente vinha a segunda pergunta, com ênfase de afirmação: “ah, vais falar então de prostituição e mercado do sexo?”. E, com muita calma, precisava lembrar às pessoas que existem mulheres brasileiras na sociedade portuguesa que não se dedicam a essa atividade, mas que nem por isso deixam de ser exploradas, humilhadas e invisibilizadas.

O estigma da hipersexualidade remonta os imaginários coloniais que construíram as mulheres das colônias como objetos sexuais (Stolke, 2006). Sabe-se que, na relação colonial entre Brasil e Portugal, o papel da lusofonia e dos mitos imperiais tem sido utilizado de forma estratégica para a criação dos estereótipos. A imagem da mulher brasileira como exótica e erótica, até hoje presente na sociedade portuguesa, começou a ser forjada ainda nesse período. Atualmente, são diversos os discursos que contribuem para a solidificação dessa imagem, desde a comunicação social – jornais e novelas –, os discursos oficiais sobre o tráfico de mulheres, chegando até às políticas de turismo do Brasil (Gomes, 2009). É verdade, também, que as mulheres brasileiras não são passivas nesse processo, que elas negociam seus posicionamentos situacionalmente; ora aproximam-se desse imaginário, ora o rejeitam na luta para encontrarem melhor lugar nesse cenário.

Portanto, concebo que a análise de como as brasileiras lidam com esse imaginário e como ele interfere na experiência migratória desses sujeitos é fundamental para compreender o processo de inserção laboral dessas imigrantes.

Com base nesse tripé de análise que descrevi, apresento agora como estão estruturados os capítulos dessa tese.

### **Apresentação dos capítulos**

Foi nesse contexto de mudanças no mercado laboral, do aumento dos fluxos migratórios femininos, mais especificamente considerando como esses fenômenos se dão na realidade portuguesa, que surgiu a investigação que sustenta as páginas a seguir. Como referi no início, não se trata aqui de uma tese acerca da imigração de mulheres brasileiras para Portugal, mas sim acerca da inserção dessas mulheres no mercado laboral português. O ponto de partida para a formulação da pergunta que guiou todo esse estudo originou-se da inquietação com relação a dois aspectos fundamentais: em primeiro lugar, as mudanças que o trabalho vem sofrendo nos últimos anos e, em segundo, a relevância que a comunidade brasileira tem tido nos últimos anos em Portugal, em especial as mulheres.

Metodologicamente, trata-se de um estudo que se utiliza de perspectivas e instrumentos qualitativos e quantitativos, uma vez que acredito que no diálogo dessas vertentes investigativas consegue-se compreender melhor a realidade. Contudo, gostaria de deixar claro que tenho um apreço especial pelas metodologias qualitativas, pois as considero pilares fundamentais para a construção de uma sociologia crítica engajada e comprometida com a mudança social. Os dados quantitativos são excelentes para mapear, delinear o quadro geral no qual os fenômenos ocorrem, contudo, a eles escapam a possibilidade de compreender de forma mais profunda os aspectos sociais e culturais que estão envolvidos na estruturação da sociedade, sendo esse o diferencial que as análises qualitativas permitem.

É preciso reconhecer, desde já, a primeira grande falha desse estudo. Como relatei anteriormente, durante os anos 2000 o fluxo migratório brasileiro para Portugal era contínuo e intenso. Lentamente, o mercado de trabalho português começou a apresentar deficiência para a inserção dessa população, e a economia dava seus primeiros sinais de crise. No entanto, até o início desse estudo, meados de 2008, não se via ainda nenhuma diminuição no número de entrada de imigrantes do Brasil para Portugal. Em 2011, o presente estudo encontrava-se bastante avançado, trabalho de campo realizado e grande parte das reflexões teóricas sistematizada, porém, é nesse mesmo ano que Portugal entra em uma das piores crises econômicas de sua história: aumentos de impostos, redução de salários, cortes orçamentais e manifestações foram o panorama do referido ano. Ora, com as crises, os primeiros grupos a serem atingidos são sempre os mais vulneráveis. Do que relatei até agora, entende-se que, em Portugal, a comunidade de imigrantes do Brasil, assim como tantas outras, é um desses grupos. Contudo, o presente é efêmero e nos permite quase que apenas vivencia-lo, restando pouco tempo para construção de reflexões críticas aprofundadas como aquelas que são exigidas para uma tese de doutoramento. Os dados oficiais ainda não foram disponibilizados e, mesmo que concretamente não se tenha percebido uma diminuição no fluxo

migratório brasileiro para Portugal, espera-se e vaticina-se uma queda e, até mesmo, inversão desse fluxo. Principalmente porque nesse mesmo momento em que Portugal afunda na crise, o Brasil surge como promessa de potência econômica e, de repente, retornar mostrou-se mais sensato do que permanecer.

Encontrei-me, então, em uma encruzilhada, recomeçar tudo, estabelecer um novo objetivo, “O retorno da comunidade brasileira para o Brasil em decorrência da crise econômica portuguesa”, na tentativa de produzir um conhecimento atual e mais relevante, ou dar continuidade ao meu objetivo inicial, “inserção de mulheres brasileiras no mercado de trabalho português”, aceitando que meu estudo já nasceria com um caráter histórico. É verdade que o novo parece sempre mais atraente e não foram poucos os impulsos de recomeçar, contudo, os constrangimentos de tempo e a burocracia congelaram esse desejo e mostraram-me ser mais factível e plausível dar continuidade ao que já tinha sido iniciado e desenvolvido.

Por um lado, lamento profundamente minha falta de visão na escolha do tema, pois em 2008 já havia os primeiros indícios de uma possível inversão dos fluxos migratórios, porém, a trajetória desse doutorado é um pouco mais complexa e pessoal do que aquilo que posso explicitar nessas páginas. Contudo, não deixo de expressar minha frustração pela impossibilidade de refletir sobre um fenômeno no momento exato em que ele se dava, perdendo, assim, a chance do inédito e do atual. Mas, por outro, encarei que essa investigação, ao debruçar-se sobre a relação das mulheres brasileiras com o mercado de trabalho português, vinha fechar uma lacuna nos estudos sobre a imigração brasileira para Portugal e que, caso não fosse feito agora, continuaria em branco. Assim, mesmo admitindo que talvez esse estudo pareça um pouco atrasado nas dinâmicas sociais, reconheço nele um caráter inovador e autêntico por discutir um tema até então marginal na literatura sobre a população brasileira em Portugal.

Agora que já apresentei minha defesa antes mesmo das acusações, descrevo a maneira como as próximas páginas estão estruturadas, divididas em três partes, uma de discussão bibliográfica, uma de análise empírica e a última, na qual apresento minhas considerações finais.

**No capítulo primeiro**, dou início à discussão acerca das consequências do processo de globalização no mundo do trabalho, tendo em conta que ainda que o trabalho tenha se convertido em um recurso global, o mesmo não pode ser dito do mercado de trabalho, pois este se apresenta cada vez mais segmentado, polarizado e vulnerável às imposições do capital. A discussão aqui passa, principalmente, por analisar como fenômenos, tais quais o triunfo do neoliberalismo – a globalização da economia, o protagonismo crescente do capital financeiro – e o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, contribuíram para o processo de desmantelamento das relações laborais, sobretudo para a sua precarização e consequente agravamento da pobreza, da exclusão econômica e social e aumento das desigualdades.

Procuro debater como a corrosão do trabalho resultante dos processos de globalização interfere na organização da sociedade, nomeadamente nos fluxos migratórios e em relação à situação das mulheres. Partindo da premissa de que o trabalho é um dos principais eixos organizadores da sociedade, as reflexões desse capítulo seguem no sentido de analisar o que ocorre quando tal eixo desestabiliza-se.



É no reconhecimento do mundo do trabalho como um espaço de manifestação do poder político e valores culturais que me apoio para discutir como as desigualdades de gênero existentes no mercado laboral não podem ser compreendidas unicamente com base na esfera econômica. Dou continuidade às discussões sobre feminização e precarização do mercado de trabalho articulando esses dois fenômenos com a intensificação da imigração laboral feminina, pontuando algumas consequências: desenvolvimento de cadeias de cuidado globais, alteração nas dinâmicas familiares, emancipação feminina, aumento das desigualdades de gênero. Nesse momento, trago de volta o debate acerca da importância de se considerar, nas análises do fenômeno da inserção de mulheres imigrantes no mercado de trabalho estrangeiro, como a interseção entre gênero, raça, nacionalidade e classe opera na estruturação das dinâmicas laborais, legitimando desigualdades e contribuindo para a marginalização dessa população. Para tanto, discutirei ainda como os mecanismos de segregação sexual e étnico-raciais do mercado de trabalho aos quais essas mulheres são expostas contribuem para uma inserção duplamente precarizada e para sua invisibilização e vulnerabilização.

**O capítulo dois** divide-se em dois momentos. No primeiro, introduzo as quatro hipóteses que guiaram esse estudo e, posteriormente, apresento a metodologia adotada, discutindo de forma breve os procedimentos mais gerais que definem minha estratégia de recolha e análise, bem como as técnicas utilizadas, a saber: observação, entrevistas em profundidade e análise do discurso; aplicação de inquéritos e análise de dados quantitativos e de dados oficiais.

No **terceiro capítulo**, situo as principais características do mundo laboral português. Apresento uma breve descrição do mercado de trabalho do país de 1975 aos dias atuais, ressaltando principalmente a entrada da União Europeia, o processo de industrialização tardia, o desenvolvimento intenso do setor de serviços, o alto índice feminização e o processo de precarização e desregulamentação que está a decorrer nos últimos anos. Busco articular a discussão acerca de como a recente desregulamentação do mercado de trabalho português relaciona-se com as dinâmicas de segregação sexual e étnico-racial existentes e com os fluxos migratórios, contribuindo para o aumento das desigualdades e exclusões sociais.

Duas características importantes do mercado de trabalho em Portugal devem ser ressaltadas para esse estudo: uma diz respeito à participação das mulheres; e a outra à mudança nas dinâmicas migratórias portuguesas. No que concerne à presença de mulheres no mundo de trabalho, superficialmente poder-se-ia dizer que no mercado laboral português os níveis de desigualdade entre homens e mulheres são baixos, contudo, com um pouco mais de criticidade, percebe-se que a segregação sexual existente é qualitativamente intensa e que muito ainda falta para atingir uma igualdade real no emprego. O hiato salarial entre homens e mulheres que continua expressivo, o desemprego que atinge mais as portuguesas do que os portugueses, assim como a sobrecarga do trabalho doméstico, principalmente quando se considera a escassez de equipamentos públicos de apoio à família, são elementos que podem ser citados como alguns exemplos das assimetrias de gênero no contexto nacional.

Sobre o segundo aspecto que indiquei – as dinâmicas migratórias –, Portugal passou por um caminho de transição que ficou incompleto, de país de emigração para país de imigração. Os fluxos migratórios modernos para Portugal têm um forte componente laboral, de maneira que é fundamental

considerar o peso dessa população nas análises do mercado de trabalho. Como exceção da primeira vaga da imigração brasileira (início dos anos 70 até finais dos anos 90) e dos/as imigrantes altamente qualificados/as dos países desenvolvidos, a maioria dos trabalhadores/as que migrou para o país seguiu os padrões de uma inserção laboral desfavorecida, principalmente em segmentos secundários, no mercado informal, em setores instáveis e mal remunerados. Esse tipo de inserção contribui para a manutenção dos mecanismos de segregação étnico-racial, ao mesmo tempo em que dá novas cores à configuração do mercado de trabalho local.

Por fim, se tornou imprescindível situar, ainda que de maneira breve, os efeitos da atual crise econômica na configuração do contexto laboral português. A crise econômica, que se iniciou em 2008 e se agravou de forma exorbitante em 2011, como era de se esperar, atingiu fortemente o mercado de trabalho. O aumento das taxas de desemprego, que chegou a mais de 10%, os cortes no orçamento, subtração dos subsídios de Natal e do pagamento do 13º salário, com declarações do próprio Primeiro Ministro de Portugal a dizer que a única solução para sair da crise é o empobrecimento, levaram o país para aquilo que Boaventura identifica como um processo de subdesenvolvimento e que teve impacto direto nas dinâmicas migratórias.

**O quarto capítulo** dessa investigação é aquele que se destina nomeadamente à discussão acerca da comunidade brasileira em Portugal. Ilustro de forma breve o histórico da imigração brasileira para o país, detendo-me, sobretudo, nas questões relativas ao mercado de trabalho. Faço uma diferenciação entre os dois níveis de inserção dos/as imigrantes brasileiros/as, relacionando-os com as características do mercado de trabalho português nos anos de 70 até 90 (entrada na EU, modernização e crescimento) e ao longo da primeira década do ano 2000 (retração do mercado de trabalho, diminuição dos investimentos da EU em obras de infraestrutura, aumento da qualificação da mão de obra nacional), mostrando que as mudanças no mercado laboral conduzem a uma mudança no perfil dos/as imigrantes. Analiso os principais fatores do mercado de trabalho português que funcionam como atrativos para os brasileiros e brasileiras e as mudanças que a presença dessa população engendra no mercado laboral do país.

Mais especificamente, discuto os mecanismos e práticas de subordinação aos quais as brasileiras estão submetidas no mercado de trabalho português, buscando articular reflexões acerca de como as problemáticas de classe, sexo e étnico-racial relacionam-se nesse caso. Reflito como as mudanças que vêm ocorrendo no mercado de trabalho português – desenvolvimento do setor de serviços, precarização e feminização – contribuem para a intensificação da imigração de mulheres brasileiras para Portugal, moldam o perfil dessas imigrantes e como o aumento do número de brasileiras acaba por dar outra configuração ao mercado laboral português. Ao longo de todo esse capítulo, situo como a imagem da mulher brasileira associada ao sexo e à prostituição é um marcador de sua experiência migratória e de seu processo de inserção no mercado de trabalho.

A segunda parte desse estudo dedica-se à apresentação, análise e discussão dos resultados do estudo empírico sobre a inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho português. **O quinto capítulo** refere-se à análise qualitativa empreendida, isto é, à análise do discurso de 18 mulheres que entrevistei entre os anos de 2009-2011. A partir de suas práticas discursivas, procurei perceber como os processos de precarização do mercado de trabalho, somados aos mecanismos de

segregação sexual e étnico-racial, marcam a experiência laboral dessas imigrantes em Portugal. Trato, também, do peso que os estereótipos e o imaginário acerca da mulher brasileira na sociedade portuguesa exerce na inserção dessas mulheres no mercado de trabalho; se por um lado esse imaginário das brasileiras como “alegres e simpáticas” parece facilitar a inserção dessas mulheres quando comparada com outro grupo de imigrantes, por outro encobre a exploração e violência simbólica às quais elas estão submetidas.

O **sexto capítulo** discorre sobre a análise quantitativa dos dados tratados. Os dados aqui analisados são resultantes do inquérito do projeto “Vagas Atlânticas: Imigração brasileira para Portugal”, estudo conduzido em parceria entre o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, o SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa e o CIES – Centro de Investigação e Estudos em Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa, financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia. O instrumento utilizado foi um inquérito anônimo constituído por perguntas abertas e fechadas. O inquérito foi aplicado entre 29 de Janeiro e 19 de Junho de 2009. Foram analisados, a partir do programa estatístico PSAW/SPSS, 1398 inquéritos. A partir desses dados, mapeei de forma mais concreta e esquemática a realidade da comunidade brasileira em Portugal, traçando um perfil sócio-demográfico dessa população e apontando características de realidade laboral.

No **último capítulo**, apresento as conclusões desse estudo, com uma síntese dos principais resultados obtidos. Mais do que como fim da minha investigação, reconheço esse capítulo como o início de novas reflexões críticas que devem ser levadas adiante, não apenas para compreender a atual configuração da nossa sociedade, mas principalmente para dar visibilidade a assuntos e sujeitos que continuam ainda marginalizados, não apenas na academia, mas também nas discussões políticas.

## 1. APONTAMENTOS SOBRE OS PROCESSOS DE GLOBALIZAÇÃO

*Antes longe era distante perto só quando dava  
Quando muito ali defronte o horizonte acabava  
[...] Ê, ê, mundo dá volta, camará<sup>4</sup>*

Os versos acima, de Gilberto Gil, cantam um tempo em que as distâncias ainda criavam impossibilidades e que o horizonte ia somente até onde os olhos alcançavam. As incontáveis transformações que nossa sociedade tem vivido nos últimos quarenta anos fazem crer que as distâncias desapareceram e que o horizonte é infinito. Convencionalmente, essas mudanças – políticas, econômicas, culturais, sociais e tecnológicas – são conhecidas como globalização e têm sido exaltadas como o ápice do progresso e da supremacia da modernidade. Porém, como logo em seguida o compositor nos adverte, o mundo dá voltas e, portanto, o que figuraria como uma dádiva pode assumir um caráter nefasto.

Muitas análises têm sido produzidas acerca do fenômeno da globalização. E como comumente acontece quando vários campos de saber se debruçam sobre um determinado fenômeno – nesse caso, as ciências sociais, humanas, políticas e jurídicas –, inúmeras abordagens, por vezes complementares, por vezes contraditórias, surgem. De forma que me proponho, nesta primeira parte, a apresentar e confrontar algumas dessas diferentes perspectivas, situando, principalmente, as transformações ocorridas na esfera laboral e como esse processo contribui para o aumento das desigualdades globais e locais.

Diante da crise experimentada pelo capital e da dissolução do Bloco Soviético, as políticas neoliberais têm sido apresentadas como a única solução possível, e a globalização como um processo natural e irreversível. Tais ideias, que parecem estar consolidadas como absolutas, são debatidas de forma crítica e inovadora no pensamento de Santos (1994; 1998a; 2001) e serão o eixo principal da minha análise. Partindo de seus estudos, compreende-se que os discursos que anunciam a globalização como um processo homogêneo e inevitável são enganadores e falaciosos. Segundo o autor, não está em curso um processo único de globalização, mas inúmeros, com consequências e intensidades variadas. Sendo que o processo de globalização dominante é resultado de decisões políticas e econômicas tomadas, com maior ou menor força e autonomia, pelos Estados nacionais, ou seja, não é autônomo, ingênuo ou espontâneo.

*Quer isto dizer que a globalização não existe fora do tempo e do espaço nem paira sobre os poderes políticos, econômicos e institucionais que comandam o sistema mundial, muito pelo contrário, são os Estados, principalmente os Estados mais poderosos dos países centrais que estão a promover a globalização neoliberal (Estanque, 2001: 10).*

Acentuação das desigualdades econômicas e sociais – local e globalmente –, fragmentação e segmentação social são algumas das principais manifestações do efeito heterogêneo que as “globalizações” causam no mundo. Oportunidades e custos não são distribuídos de maneira uniforme entre os países ricos e pobres, homens e mulheres, espaço rural e urbano, para citar algumas das dicotomias reforçadas por esses diferentes processos. Assim, a partir das propostas de Boaventura

---

<sup>4</sup> Gilberto Gil, Parabolicamará. Álbum “Parabolicamará (1991, faixa 1), Gravadora: Warner Brasil.

de Sousa Santos, concebo a globalização como um processo plural, com efeitos diferentes, a depender do ângulo e do espaço que se considera, visto que nem todos os países e indivíduos sofrem igualmente as consequências dessas transformações.

No presente capítulo, pretendo dar início ao exercício teórico que perpassará toda minha tese: o de articular o que diferentes vozes, nomeadamente a sociologia do trabalho, a sociologia das migrações e os estudos de gênero e feministas, têm produzido acerca da relação entre as mutações no mundo do trabalho e a feminização da imigração. Reconhecendo que cada um desses campos é dotado de limites e incompletudes e que quando postos juntos podem gerar contradições e divergências, busco, igualmente, na proposta epistemológica de Santos (2007), pô-los em discussão, almejando a produção de novos saberes.

Esse capítulo é conduzido por três fios principais. Em primeiro lugar, trato da problemática da globalização abordando suas diferentes perspectivas e impactos, mostrando que longe de ser um processo homogêneo, singular, espontâneo e completamente benéfico, ela traz no seu âmago o aumento das desigualdades sociais, local e internacionalmente. Em segundo lugar, debruço-me sobre a temática laboral, resgatando as reflexões acerca das consequências produzidas pelas diferentes globalizações nos últimos quarenta anos, dando maior ênfase à discussão sobre o desmantelamento ao qual o mercado de trabalho vem a sofrer. Por fim, reflito como as experiências migratórias e a dinâmica societal dos países receptores e emissores de migrantes têm sido afetadas pelas mudanças consequentes desses processos.

Proponho-me, ainda, a integrar as reflexões acerca das mulheres e das desigualdades de gênero de forma transversal ao longo de toda a análise, a fim de superar a apresentação comum da mulher como um sujeito apartado do todo social. Desta forma, comprometo-me, também, a produzir uma escrita situada e sexista, utilizando-me das diferentes ferramentas que esses campos de saber podem oferecer.

### **1.1. Processos de Globalização**

Quando se analisa as globalizações desde uma perspectiva social, e não unicamente a partir da economia de mercado, para além de suas características de unidade e integração, encontra-se em seu interior um progressivo e intenso processo de segregação e exclusão em todas as esferas da sociedade. Nas palavras de Estanque, “a globalização longe de ser um processo linear e homogeneizante, é cada vez mais polimórfica e repleta de riscos, vulnerabilidade e injustiças sociais” (2006: 2). Trata-se de um processo multidimensional que afeta a sociedade em diferentes intensidades, tendendo a polarizar a condição humana – de um lado os indivíduos donos do capital, do outro aqueles que lhes são subordinados.

A partir da perspectiva neoliberal, a sociedade está a vivenciar um momento de universalização das relações mercantis com efeitos positivos para o crescimento econômico mundial. Porém, na verdade, o que se tem é o capital cada vez mais livre dos vínculos sociais e políticos, contribuindo, dessa forma, para aumentar o risco de marginalização e exclusão de diversos setores da população (Hespanha, 2002). Com o consentimento do neoliberalismo, o mercado livra-se das

suas antigas amarras, os laços do compromisso capital-trabalho enfraquecem-se, dando início a uma nova lógica na qual a dignidade e a segurança dos trabalhadores e trabalhadoras encenam um papel sempre mais secundário. Paulatinamente, a economia dessocializa-se e submete-se aos ditames do mercado, que ganha um protagonismo maior, enquanto o Estado dirige sua própria saída de cena (Estanque, 2005c; Santos, 1998a).

Tal enfraquecimento do papel do Estado não diz respeito apenas à sua ação reguladora da economia, mas principalmente à sua função como promotor de políticas sociais. O ideal de Estado Social Europeu assente na noção e garantia de emprego, na proteção e coesão social, parece estar a colapsar, como consequência do avanço das políticas neoliberais (Estanque e Costa, 2012).

*Como é sabido, a partir da década de setenta foi de novo o mercantilismo que se reergueu e, desde então, é novamente o papel do Estado - e os seus programas sociais, assistenciais e solidários - que recua e se tem vindo a submeter cada vez mais à economia de mercado, agora numa escala mais ampla, sob a batuta da globalização neoliberal (Estanque, 2012: 12).*

A relevância dessas transformações no papel do Estado de Providência não diz respeito apenas à sua viabilidade ou inviabilidade política e econômica, mas, sobretudo, ao golpe profundo nas expectativas dos cidadãos e cidadãs da Europa (Estanque, 2012). Se é verdade que nunca existiu um modelo único de Estado Social europeu e que a implantação desse modelo nos diferentes países deu-se em momentos específicos e sobre circunstâncias próprias, também é verdade que se compartilhava uma concepção semelhante de equilíbrio entre Estado e mercado, entre produção industrial e redistribuição guiada por uma política keynesiana de pleno emprego e garantias sociais. Contudo, o que se vê atualmente é o declínio desse equilíbrio, com o mercado e a produção assumindo, isoladamente, o papel de protagonistas.

As intensas privatizações, associadas à crescente separação do financiamento da provisão, modificaram o lugar do Estado na condução da economia e das políticas sociais e contribuíram para o aumento da insegurança e do risco social. Logo, o que se vê não é somente a redução do peso político do Estado, mas antes a reconfiguração de suas funções. Ou seja, como analisam Rodrigues e Teles (2011: 36), a atuação dos governos foi subordinada “à promoção de processos políticos de construção de mercados em novas áreas da vida social”.

Fora isso, na prática, a tão aclamada integração celebrada pelos/as pensadores/as da globalização hegemônica é seletiva, isto é, o aproveitamento das oportunidades oferecidas pelos processos de globalização depende, diretamente, da disponibilidade de recursos materiais, tecnológicos e organizativos individuais (Hespanha, 2002); logo, a questão que surge aqui é anterior, visto que os recursos não estão distribuídos de maneira uniforme pelos grupos sociais, regiões e países. Ou seja, é a partir de uma realidade estruturada em desigualdades socioeconômicas que se desenvolve a globalização hegemônica, portanto, seu resultado não poderia ser outro, a não ser reforçar desequilíbrios, intensificar assimetrias existentes nas relações entre centro e periferia, entre Norte e Sul Global, entre homens e mulheres, entre pessoas ricas e pobres.

Em sua análise acerca da multiplicação das desigualdades sociais, consequentes da globalização neoliberal, Estanque (2005a) chama a atenção para o fato de que não se trata apenas

de uma mudança de escala – passagem das desigualdades em nível nacional para nível transnacional –, mas implica, também, em uma acentuação dos níveis de complexidade, ampliação e intensificação dos processos de exclusão e exploração. O aumento das dívidas dos países periféricos e semiperiféricos para com os países ricos e fundos econômicos, o protagonismo crescente das empresas transnacionais, os processos de precarização do mercado de trabalho, o aparecimento de movimentos xenófobos, a intensificação do tráfico de seres humanos são alguns exemplos que atestam o novo caráter das desigualdades dos dias atuais.

Os contrastes entre os grandes polos de desenvolvimento e as áreas de miséria no mundo tornaram-se mais abusivos do que nunca. O relatório do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) de 2009 apresenta os dados relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2007. A Noruega aparece em primeiro lugar com .971, e esse número desce vertiginosamente até alcançar .340, com a Nigéria ocupando a última posição, de número 182. Nesse sentido, o termo globalização, utilizado no singular, mostra-se como a designação mais apropriada para nomear o fenômeno que está a decorrer, isto é, uma movimentação global única no sentido da homogeneização das desigualdades sociais. Falo em desigualdades, utilizando-me do plural, pois, em concordância com Therborn (1999), as desigualdades, assim como a própria globalização, também são multifacetadas e diferentes, sugerindo diversas formas de exploração, hierarquia, exclusão e segmentação social.

No que diz respeito às desigualdades de gênero, essas também continuam a acentuar-se, ora de maneira mais sutil, ora de maneira direta e incisiva, porém é certo que os processos de exclusão e segregação que historicamente assolam o feminino não desapareceram. Se por um lado deve-se reconhecer que nos últimos anos 30 anos as mulheres conseguiram ter mais visibilidade política; articular-se em coletivos internacionais de lutas pelos seus direitos, impor uma agenda feminista nos espaços públicos de discussão e ter mais acesso a recursos, redistribuição, reconhecimento, poder e autoridade, reafirmando, dessa maneira, a capacidade de autonomia e transformação feminina diante da organização social (Nogueira, 2004; Pateman, 2000); por outro, é preciso ter olhos firmes para enxergar além das aparências. Deve-se considerar que a entrada intensiva das mulheres no mercado laboral deu-se em um contexto de precarização das condições de trabalho e de exploração crescente, contribuindo para reforçar antigos padrões de violência simbólica, desigualdades e hierarquias. Nos dias atuais, continua a recair sobre elas a maior parte das tarefas e responsabilidades domésticas e familiares, seguem sendo as maiores vítimas do tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual e seus direitos continuam a ser violados constantemente em todo o mundo. Segundo o relatório Mapa da Violência de 2010, produzido pelo Instituto Sangari em parceria com o Ministério da Justiça no Brasil entre os anos de 1997 e 2007, foram vítimas de homicídio 41.532 mulheres. Em Portugal, o Observatório das Mulheres Assassinadas da UMAR (OMA) anunciou que em 2010 43 mulheres foram assassinadas por violência doméstica e de gênero. Ou seja, embora algumas mulheres estejam assumindo posições de liderança, como chefes de Estado, diretoras de grandes empresas e agências internacionais, as lógicas de dominação do patriarcado e do capitalismo continuam a segregar, inferiorizar e violar grande parte da população feminina (Costa e Grossi, 2010).

Voltando a seguir os fios de análise do pensamento do Professor Boaventura de Sousa Santos (1994; 1998a) acerca do papel do Estado nos processos de globalização, a ideia do consenso do Estado fraco aparece como uma ferramenta fundamental para a compreensão das transformações ocorridas no mundo do trabalho. Dentro da lógica neoliberal, o Estado é identificado como causa da fraqueza e da desorganização da sociedade civil, devendo, portanto, ter o seu poder de regulação econômica e de organização social enfraquecido. Porém, é o próprio Estado o responsável pela sua desregulamentação, não apenas nos campos políticos e econômicos, mas também no domínio social.

Encontro nas ideias de Wacquant (2003) acerca do avanço do neoliberalismo e da “penalização” da miséria um elemento inovador para a compreensão desse novo papel que o Estado desempenha. Na análise do referido autor, a lógica neoliberal conduz, para além dessas transformações – diminuição do Estado econômico e desmantelamento do Estado social –, a um fortalecimento do Estado Penal. As políticas estatais mostram-se ineficientes para promover a integração estável dos cidadãos e cidadãs e, não sendo mais capaz de regular as novas formas de pobreza geradas pelo avanço do neoliberalismo, pelo desmantelamento de suas antigas instituições e pela redução do seu papel como Estado de bem estar, o Estado utiliza-se cada vez mais de instituições penais e de mecanismos de criminalização para controlar a desordem social existente.

Enquanto nos Estados Unidos isso se dá principalmente em relação à população pobre e negra (Wacquant, 2008), nos países europeus a realidade das comunidades imigrantes do Sul Global ilustra de forma concreta essa situação. Na Europa Ocidental, em geral, a população imigrante está falaciosamente associada ao aumento dos problemas econômicos e sociais, crescimento dos índices de desemprego, insuficiência do serviço de saúde e aumento da criminalidade (Guia, 2008). De forma que as pessoas vindas de outros países, em especial das ex-colônias, passam a ser consideradas socialmente indesejáveis, sendo estigmatizadas como uma população composta por sujeitos marginais e perigosos que deve, portanto, ser regulada de maneira mais sistemática. Recai sobre as comunidades imigrantes a cristalização de todos os medos e inseguranças sociais, que na verdade são consequências dos processos excludentes inerentes à globalização hegemônica (Wacquant, 1999).

Concomitantemente a essas mudanças políticas e econômicas, dá-se o desenvolvimento acelerado das novas tecnologias, permitindo a circulação imediata de informações e dados de toda ordem e a financeirização das economias. Com isso, depois de libertar-se das amarras sociais, o capital liberta-se, também, dos espaços físicos, circulando quase que livremente por todo o globo. As inovações tecnológicas e os novos modelos de acumulação do capital também alteram as formas de produzir e organizar o trabalho, principalmente porque possibilitam a criação de riquezas sem que necessariamente mais empregos sejam criados (Antunes e Alves, 2004; Santos, 1998a; 2004). A diminuição dos postos de trabalho causada pela automatização de algumas tarefas, bem como pelas deslocalizações das empresas e indústrias para sítios onde a mão de obra é mais barata, contribui para o aumento das deslocações internas e internacionais, alterando, conseqüentemente, as dinâmicas de imigração no mundo (Sassen, 1999; Santos, 2001).



Contudo, é importante ressaltar que esse modelo de globalização neoliberal, que tem se apresentado como o modelo hegemônico, é um processo em construção, não é fato consumado, como querem fazer crer as agências internacionais, os grandes blocos econômicos, os/as economistas do neoliberalismo e as empresas transnacionais. É preciso que não se perca de vista que, para além desse modelo exploratório e desigual, existem outras experiências de globalização que, no pensamento de Boaventura de Sousa Santos, designam-se por experiências de globalização contra-hegemônicas (Santos, 2001). São práticas sociais, culturais, jurídicas e econômicas que fazem frente, resistem e se propõem a contribuir para a construção da emancipação social. São práticas que resgatam o significado do exercício da cidadania e ilustram de forma concreta que o mercantilismo, a competição selvagem, a submissão e o consumo alienante não são uma fatalidade impossível de mudar (Estanque, 2006). É verdade que as reflexões nessa tese apontarão, principalmente, para as mazelas trazidas para a sociedade pelo processo de globalização dominante, sobretudo na esfera laboral, porém espero que o produto dessas constatações acadêmicas possa somar-se aos sabres produzidos pelos movimentos sociais e demais experiências de globalização contra-hegemônica, possibilitando que novos caminhos sejam trilhados para a transformação social.

Como apontei a pouco, o mercado de trabalho tem sido uma esfera bastante afetada pelas mudanças engendradas por conta dos processos de globalização. Durante a modernidade, o trabalho foi uma das principais vias de acesso à cidadania e, atualmente, com a dessocialização da economia, vem passando por um processo de redução a mero fator de produção (Antunes 2005; Estanque, 1999; 2000; 2005c; Santos, 1998a). Daí a importância de discutir os efeitos da globalização no mundo laboral, pois o trabalho sempre figurou como um dos principais elementos da coesão social. O que proponho agora é analisar como as ideias neoliberais – globalização da economia, protagonismo crescente do capital financeiro, enfraquecimento do poder do Estado – e o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação contribuíram para o processo de desmantelamento e precarização das relações laborais e quais suas consequências para a organização da sociedade.

## **1.2. Transformações no mundo do trabalho**

As recentes reestruturações que o capitalismo vem passando implicam em um aumento da flexibilidade e da descentralização da produção e abertura das economias nacionais aos mercados mundiais. Portanto, parto do princípio de que o mundo laboral é, sem dúvidas, uma das principais esferas afetadas da sociedade pelas mudanças engendradas pelos processos de globalização. Essas transformações saltam aos olhos e surpreendem a toda a gente pela sua velocidade, pelas diferentes formas em que se apresentam e pela maneira como afetam desde os domínios políticos até os domínios culturais e sociais.

Ao mesmo tempo em que essas mudanças são consequências diretas da globalização hegemônica, elas conduzem a um rearranjo da sociedade, redefinindo atores, processos e instituições. De forma que identifico como fundamental o desenvolvimento de análises que articulem o aumento do desemprego estrutural, a intensificação da precarização laboral e a crescente perda da

referência socializadora tradicionalmente cultivada pelo trabalho para a compreensão dos atuais processos de exclusão, exploração e desigualdades, como aquelas levantadas por Antunes (1999; 2005), Castel (1998), Estanque (2004; 2005<sup>a</sup>; 2005b), Kovács (2004; 2005) e Santos (1998a; 2004).

Assim, compartilho com esses autores e com a autora a compreensão de que as transformações sociais, políticas e econômicas que vêm acontecendo nos últimos 40 anos, ao contrário do que propõe outras escolas, reafirmaram o trabalho como um dos eixos principais na estruturação da vida dos sujeitos, ao mesmo tempo em que reacenderam o debate político e acadêmico sobre seu papel na sociedade moderna. Com base na referência bibliográfica acima, buscarei resgatar alguns aspectos dessa discussão, nomeadamente acerca da sua relação com a noção de cidadania e, mais ainda, seu papel como peça imprescindível de coesão e integração social.

### **1.3. Recomposição do Mercado de Trabalho e Precarização Laboral**

Resumidamente, poder-se-ia descrever a realidade presente do mundo laboral pontuando o fortalecimento da política neoliberal, o predomínio dos processos de exclusão sobre os processos de inclusão e o aumento do desemprego, da degradação das condições de trabalho, da perda de direitos sociais, maior segmentação e divisão da força de trabalho (Estanque, 2005c; 2006; Mezáros, 2009). A fragmentação dos sistemas de trabalho e da economia levou ao surgimento de novas e fortaleceu antigas linhas de recomposição e de segmentação social, causando forte impacto na reestruturação das classes sociais e, conseqüentemente, contribuindo para o aumento das desigualdades socioeconômicas em nível local e global. Todos os níveis da pirâmide social foram atingidos por essas mudanças, desde o topo, com o surgimento das novas elites profissionais, empresariais e institucionais, indo até às camadas mais excluídas, formadas principalmente por trabalhadores/as precários/as, jovens, desempregados/as e imigrantes, abarcando igualmente as “novas classes médias” (Estanque, 2003a; 2009). A crise do contrato social, traduzida na crise das relações entre capital e trabalho, mercado e Estado, juntamente com a falência do Estado de Providência, desencadeou uma corrosão do trabalho assalariado, contratado e regulamentado, dando surgimento a novos modelos precários e instáveis de relação laboral.

Ao longo da história da humanidade, o trabalho sempre foi mais do que um meio econômico de sobrevivência, foi uma das principais vias de acesso à cidadania e peça imprescindível de coesão e integração social (Castel, 1998; Estanque, 2005c; Kovács, 2004; Santos, 1998). A desregulamentação social que está a ocorrer caminha de mãos dadas com a precarização laboral e com a exclusão social. A partir do momento em que o trabalho não desempenha mais aqueles papéis, reduz-se “a penosidade da existência” (Santos, 1998: 21). Logo, o processo de trabalho deve ser compreendido também no seu papel de modelador de subjetividades e identidades, e sua centralidade deve ser considerada sob múltiplas perspectivas, uma vez que qualquer contexto de trabalho envolve três dimensões inseparáveis: econômica (produção de coisas), política (produção, reprodução e transformação de relações sociais), ideológica (produção de uma experiência dessas relações) (Burawoy, 1985; 1991; Estanque, 1999; 2000; 2005d; 2009b).

Atualmente, as transformações que o trabalho está a sofrer levam a um processo de fragmentação, atomização e transformação dos/as trabalhadores/as em indivíduos, ao invés de membros de uma classe, contribuindo diretamente para o aumento da sua vulnerabilidade diante das forças do capital e para o incremento da apatia social.

Na análise burawoyniana (2008), se no período do capitalismo despótico<sup>5</sup>, no qual a forma de regulação e exploração com base na coerção foi substituída por mecanismos de produção de consentimentos – que ainda que legitimassem as formas de exploração, permitiam resistências e algumas manobras de negociação por parte da classe trabalhadora –, no atual despotismo hegemônico do capitalismo avançado, são impostas, de maneira sutil, formas de sujeição e exploração que se acreditava já ultrapassadas. Ao longo do tempo, a importância dos consentimentos cresceu enquanto a coerção, principalmente pela violência física e simbólica, diminuiu. O que está a acontecer no presente é um período em que as coerções passam a ser legitimadas com consentimento da classe trabalhadora. Mudaram as ameaças às quais os/as trabalhadores/as são expostos/as, não se trata mais de um confronto individual com a gerência, mas sim da ameaça da mobilidade do capital sobre o trabalho; o medo da demissão é substituído pelo medo da fuga dos capitais, do fechamento da fábrica, da transferência das operações e do desinvestimento na planta industrial (Burawoy, 1990). Seja por falta de alternativas, seja pela esperança de retirar algum retorno individual, o que resulta desses consentimentos que legitimam a coerção e facilitam o abuso de poder é um grupo de trabalhadores/as conformados/as que cada vez menos resiste e luta por seus direitos. Isto é, a precarização das relações de trabalho contribui para a precarização da subjetividade, que se traduz na resignação e no medo.

É importante perceber que, ao identificar essas mudanças, não significa que reconheço que o trabalho tenha perdido sua importância como um dos elementos centrais na organização da sociedade. Mesmo que mais trabalhadores e trabalhadoras sempre se encontrem em situação de instabilidade, que a sociedade pareça estar a viver um retrocesso em relação a conquistas alcançadas desde o século XIX, que formas penosas de trabalho persistam e que outras esferas do social venham assumindo mais importância – lazer, consumo –, reconheço que o trabalho ainda conserva suas dimensões econômicas, políticas e ideológicas. Ou seja, compartilho da ideia de que o trabalho continua a ser um dos principais meios para a integração social, ao mesmo tempo em que funciona como uma referência psicológica, cultural e simbólica dominante na nossa sociedade (Antunes, 1999; 2005; Estanque, 2005c; 2009b; Santos 1998; 2004).

Embora o debate sobre se o trabalho continua ou não a ser central na nossa sociedade seja antigo e polarizado, ele permanece relevante, de forma que o situo de maneira breve. No lado que

---

<sup>5</sup> Não pretendo abordar de maneira nenhuma a complexidade conceitual que Burawoy desenvolve em suas análises sobre as diferenças entre regimes fabris do capitalismo, gostaria apenas de identificar algumas dessas modalidades, visto que são úteis para compreender as realidades: regime patriarcal – etapa em que a família ainda era dotada de grande autonomia –, regime paternalista – sujeição da família à lógica fabril –, despotismo de mercado – regime coercitivo, discricionário e apoiado primeiramente no lucro – regime hegemônico – intervenção do Estado com a criação de políticas sociais que garantem condições mínimas de reprodução da força de trabalho, levando a um declínio das formas de coerção e surgimento de práticas reguladoras assentes na cooperação e no consentimento - e despotismo hegemônico do capitalismo avançado – caracterizado pela tirania da constante ameaça da mobilidade do capital (Burawoy, 1990). Mais ainda, acrescento que esses regimes não ocorrem de formas isoladas e exclusivas. Por exemplo, identifiquei Estanque (2000; 2001; 2005b) que no setor de calçados em Portugal vigora um regime despótico-paternalista.

declara o fim da centralidade do trabalho encontra-se Rifkin, Gorz, Offe, Beck, entre outros. Tomando como marco o trabalho assalariado baseado no modelo fordista, esses autores anunciam que o trabalho perdeu seu lugar como eixo estruturador da sociedade, enquanto outras dimensões alternativas – associativismo, voluntariado, terceiro setor – assumiram esse papel. Para Gorz (1997) e Offe (1989), a ampliação da sociedade de serviços, acompanhada da redução do emprego industrial, do aumento do desemprego e da economia informal conduz à diminuição da centralidade do trabalho como elemento fundante das relações sociais e da construção identitária dos indivíduos. Segundo o panorama apresentado por Beck (2000), a perda da centralidade do trabalho justifica-se no aumento da insegurança, instabilidade e ameaça de exclusão social causada pelos novos modos de produzir, organizar e gerir o trabalho. Por fim, para Rifkin (1995), é a revolução tecnológica que leva à substituição de trabalhadores/as por máquinas e, conseqüentemente, ao declínio do número e da qualidade dos postos de trabalho (Leite, 2008; Toni, 2003).

Porém, ao contrário do que apontam esses autores, acredito que nunca o trabalho foi tão central como nos dias atuais, apresentando-se sempre mais transversal às diferentes esferas que antes pareciam não ter nenhuma conexão: trabalho e gênero, trabalho e imigração, trabalho e meio ambiente, trabalho e nacionalidade, para citar algumas. Soma-se a isso o fato de que a análise feita por esses autores parte de uma perspectiva colonialista baseada, principalmente, na realidade dos países do Norte Global. Resgatando a discussão acerca da distribuição desigual dos efeitos da globalização nos países do Sul, onde se encontra a maior parcela dos trabalhos precários, os avanços da tecnologia estão longe de tornar trabalhadores e trabalhadoras prescindíveis. Em alguns países nos quais o Estado de bem estar social nunca chegou a desenvolver-se plenamente, muitas das formas de trabalho hoje em dia consideradas atípicas sempre conviveram simultaneamente com o modelo fordista de trabalho (Nun, 2000). A deslocalização dos setores de produção para o Sul global levou consigo muitas formas de trabalho mais intensos, insalubres e perigosos que pouco gozam dos avanços das novas tecnologias. Uma mudança geográfica não atesta o desaparecimento dessas formas de trabalho, mas sim reafirma as desigualdades entre países existentes na lógica da globalização neoliberal.

E mesmo que o modelo japonês da *lean production*, com suas características de produção flexível, utilizando-se de práticas de outsourcing, redução de stock e pessoal tenha se desenvolvido bastante, ele não conseguiu estabelecer-se como modelo dominante. O fordismo continua a existir em certos setores de produção como um modelo importante, mantendo seus princípios e sua rigidez sócio-organizacional (Estanque, 2009a; 2009b; Kovács, 2004; 2005; Kovács *et al.*, 2006). Assim como acontece em todos os períodos de transição, dizer que o modelo fordista deixou de impor-se como principal modelo de produção não significa dizer que ele tenha esvanecido totalmente.

É verdade que as formas tradicionais de trabalho, baseadas no referido modelo, passaram por mutações, heterogeneizaram-se; reduziu-se o número de pessoas a trabalhar nas fábricas, o setor de serviço expandiu-se, o trabalho a tempo parcial e terceirizado proliferou-se, bem como a economia informal e o desemprego estrutural. Simultaneamente, novas clivagens sociais passaram a interagir de forma mais contundente no processo de dinamização da identidade coletiva, por

exemplo, diferença sexual, étnico-racial e religiosa. Contudo, isso não implica em dizer que o trabalho perdeu sua função no universo da sociabilidade humana ou seu sentido formativo.

Com base no exposto acima, como já anunciei, a partir das ideias de Santos (1998; 2006), Estanque (2005c; 2006; 2009; 2009b), Burawoy (1985), Kovács (2005), Castel (1998) e Antunes (1995, 1999), demarco mais uma vez meu posicionamento nesse debate. Acredito que o trabalho continua a figurar como um elemento fundamental na análise social, pois ao mesmo tempo em que permanece como centro de movimentos econômicos e sociais, produtor de vínculos sociais e reconhecimentos identitários, é também um dos principais campos de organização das desigualdades e oportunidades da nossa sociedade e um vetor importante para a organização psicológica dos sujeitos. Para tanto, basta recordar que para os/as imigrantes uma das condições principais para dar entrada no processo de pedido de visto e regularização em qualquer país, para então poderem ter acesso aos direitos de cidadania, é apresentar um contrato de trabalho. Assim como uma das bandeiras de luta dos movimentos feministas esteve atrelada à entrada das mulheres no mercado de laboral e à exigência de melhores condições e de igualdade de direitos no trabalho.

Aproveito, aqui, para reforçar que a componente sexual não pode deixar de ser considerada quando se analisa os processos de precarização social e do trabalho. No caso das mulheres, as práticas de segregação e exploração, conseqüentes dos novos modelos de emprego/trabalho, associam-se a antigos padrões de desigualdade sexistas, nomeadamente o patriarcado, reafirmando, portanto, a hierarquia social do masculino sobre o feminino (Casaca, 2005b; 2010; Crompton, 1997; Crompton e Mann, 1989; Ferreira, 2003; 2010). Voltarei a discutir de forma mais detalhada sobre a precarização e feminização do trabalho adiante.

Posto isso, o debate sobre o qual as ciências sociais devem debruçar-se não é em relação ao papel do trabalho na organização da sociedade, mas sobre a instalação da precariedade como regime laboral (Castel, 1998), isto é, o aumento do número de pessoas a trabalhar sob contratos temporários, o crescimento do desemprego estrutural, a pauperização da classe trabalhadora, o efeito diferenciado que a precarização produz nas diferentes categorias de trabalhadores e trabalhadoras e como essas transformações contribuem para o aumento das desigualdades entre homens e mulheres, ricos/as e pobres, jovens e velhos/as, nacionais e imigrantes.

*Os pressupostos dos sistemas políticos e legais acerca de elementos estruturantes no mundo do trabalho sobre quem são os sujeitos trabalhadores, as suas necessidades, o lugar do trabalho, a combinação entre os princípios da liberdade e da igualdade, a justiça social, o papel da negociação coletiva e do diálogo social, etc. encontram-se numa fase de ruptura paradigmática e de transformação marcada pela recontractualização, remercantização e refeudalização dos mercados de trabalho e relações laborais, onde fica patente a erosão da relação trabalho-sociedade (Ferreira, 2009: 9).*

Por exemplo, o aumento dos contratos a tempo determinado e a tempo parcial parece ter legitimado essas formas de contratação não mais como atípicas, mas como regra. Assim como a alternância entre o emprego e o desemprego parece ser o modelo de trajetória laboral mais comum atualmente. Segundo os dados do Eurostat (2011), a taxa de desemprego total na Europa dos 27 subiu de 7,1% em 2008 para 9,7% em 2011, número ainda mais alarmante quando se analisa a população com menos de 25 anos. Em 2008, a taxa de desemprego entre os/as jovens era de 15,8%

e em 2011 saltou para 21,4%. O impacto dessa instabilidade laboral, como alerta Ferreira (2009), conduz a um aumento da insegurança econômica e social, contribuindo para a maior vulnerabilização dos/as trabalhadores/as, em especial dos/as mais jovens.

No caso específico de Portugal, de acordo com os dados do INE apresentados pelo jornal *Público* de 27 de Abril de 2012, 40% da população jovem portuguesa entre 15 e 34 anos ganha menos de 600 euros ao mês. Isso significa que não só os/as jovens figuram como um dos segmentos mais atingidos pelo desemprego, como o valor dos rendimentos auferidos não lhes garante condições mínimas de autonomia e independência. Pode-se dizer, então, que a atual configuração laboral reserva à juventude portuguesa, mesmo quando empregada, uma cidadania precária, instável e vulnerável. Tal cenário é propício para o surgimento de um discurso falacioso de que faltam postos de trabalhos e garantias para os/as jovens porque os/as trabalhadores/as mais antigos/as possuem regalias em demasia, dando origem a um conflito geracional que passa a ser utilizado para legitimar a retirada, ou pelo menos a diminuição, dos direitos laborais antes garantidos a toda gente. E mais ainda, esse discurso dificulta a compreensão de que tais direitos devem ser assegurados a todos/as (Ferreira, 2012).

As reformas laborais que têm sido, paulatinamente, institucionalizadas desde os anos 80 na Europa, pautadas, sobretudo, no ideal de flexibilização do mercado laboral, culminou em 2006 com o lançamento do *Livro Verde: Modernizar os direitos do trabalho para enfrentar os desafios do Século XXI*. O referido documento está orientado pelos princípios da flexigurança, que em teoria refere-se à garantia de segurança aos/às trabalhadores/as diante de um mercado de trabalho flexível, ou seja, mostra-se sensível às demandas das empresas no que diz respeito à diminuição do custo laboral e, ao mesmo tempo, garante proteção e inclusão social dos/as trabalhadores/as. O que, em nível teórico, parece significar o equilíbrio máximo entre mercado de trabalho flexível, sistemas de bem-estar generosos e políticas de mercado de trabalho ativas, segundo Costa (2009), não é posto em prática. Para o autor, são vários os elementos que podem ser criticados nesse modelo, dentre eles a posição subalterna do/a trabalhador/a face ao empregador/a, a visão centrada principalmente nas políticas e não nos atores e o pouco debate sobre a economia informal. Além disso, como recorda Romão (2008), o modelo da “flexigurança” existente na Dinamarca é resultado de uma luta histórica entre associações representativas de classe, não se tratando, portanto, simplesmente de um conjunto de recomendações que podem facilmente ser implementadas em outros países. Surge, a partir daí, uma das críticas que considero mais pertinente ao referido modelo: “A «flexigurança» disfarça o essencial: que os direitos laborais são uma questão de luta de classes e não um modelo teórico de justiça social” (Romão, 2008: 20).

No contexto português, as dinâmicas de flexibilização do mercado de trabalho tomaram ainda mais impulso com a implementação do novo Código do Trabalho, que age principalmente no sentido de facilitar os despedimentos, flexibilizar os horários laborais e reduzir a caducidade das convenções coletivas, incentivando, dessa forma, a não-sindicalização (Estanque, 2010). Ou seja, o novo Código do Trabalho português apresenta-se como um instrumento que legitima a precarização laboral como via principal para dinamização da competitividade e produtividade da economia nacional portuguesa, recorrendo à diminuição dos custos com o trabalho e da proteção aos trabalhadores/as para

satisfazer as exigências do mercado. Materializa-se, dessa maneira, a falsa ideia de que “empregadores e empregados, patrões e operários, empresários e assalariados estão em pé de igualdade e devem, por esse motivo, ser protegidos do mesmo modo pelo quadro legal” (Estanque, 2010: 67). O Novo Código aproxima-se, portanto, daqueles padrões de regulação marcados pela insegurança social e laboral, afirmando-se, como analisa Ferreira (2012), sobretudo, como mais uma questão de poder e menos de eficácia, pois “O que se reforma, quando se alteram as leis laborais, é o modo como o poder é distribuído entre capital e trabalho” (Ferreira, 2012: 16).

Esse dismantelamento do mercado de trabalho, juntamente com a multiplicação de formas e vínculos laborais precários e instáveis, tem contribuído para a difusão da insegurança e para redesenhar novas linhas de demarcação das desigualdades sociais, resultando no aumento dos fatores de risco, exclusão e marginalização dos indivíduos situados nas camadas mais pobres e na diminuição da solidariedade. Nessa lógica, medidas conservadoras e excludentes passam a ser vendidas como ideias progressistas, e os postos precários são apresentados como empregos flexíveis e como a única maneira adequada de controlar a economia e conter a massa de pessoas desempregadas (Castel, 2008). Contudo, os/as trabalhadores/as precários/as, imigrantes, jovens e sem empregos são menos responsáveis pelo crescimento dessa insegurança, e sim mais vítimas de suas consequências, visto que essa situação é resultante da aplicação das políticas neoliberais de fragmentação do mercado de trabalho e de redução do papel do Estado de Providência. Ou seja, o crescimento da tão anunciada insegurança social está relacionado ao desemprego em massa, à degradação das condições de trabalho, ao aumento da pobreza e ao enfraquecimento das proteções sociais resultantes dos próprios processos de globalização hegemônicos, e não o seu oposto. É o dismantelamento causado na sociedade pela globalização hegemônica e excludente que se intensifica, levando à degradação das condições de trabalho e ao enfraquecimento das proteções sociais (Wacquant, 2003; 2006).

O aumento das preocupações acerca da insegurança social é também favorável ao desenvolvimento de políticas de disciplinamento e controle para combater o atual quadro de precariedade e incerteza social sem que seja necessário modificar as suas verdadeiras causas. O que significa dizer que as novas políticas sociais que têm sido implementadas agem, sobretudo, nas consequências mais visíveis dos problemas causados pelas práticas neoliberais, sem alterar sua gênese. Isto é, o dismantelamento do mercado de trabalho passa a ser utilizado como um dispositivo de administração da insegurança social e como forma de disciplinar os/as trabalhadores/as, especialmente imigrantes (Estanque, 2009b; Wacquant, 1999). A esses grupos são ofertados, em geral, trabalhos dessocializados e mal remunerados, empurrando-os mais e mais para situações de exclusão e marginalização. A situação de confinamento em bairros específicos, de altos índices de desemprego e de desamparo pelos direitos trabalhistas força os/as imigrantes a aceitarem sem muita contestação os postos de trabalho precários que lhes aparecem.

Embora na Europa a “penalização” da pobreza esteja longe de se consolidar como acontece abertamente nos Estados Unidos (Wacquant, 2003) e de forma pouco mais velada no Brasil, questiono até que ponto a desestabilização e precarização do mercado de trabalho, a suspensão de direitos sociais e o crescimento dos níveis de desemprego não se configuram como um dispositivo

de administração de grupos não desejáveis. Os indivíduos que não são suficientemente qualificados para ingressar no mercado de trabalho, seja porque são mais velhos, muito jovens, portadores de alguma deficiência ou pertencem a um grupo étnico-racial diferente, ficam confinados a determinados espaços e não possuem grandes chances de alterarem suas situações, a eles é praticamente negada a possibilidade de aceder à sociedade. Para falar como Castel (2008), em uma sociedade que está montada sobre a desigualdade, esses indivíduos são estigmatizados, excluídos, culpados por serem incapazes de se responsabilizarem sozinhos por si próprios.

Com o desenvolvimento das tecnologias, novos postos de trabalhos, com um caráter mais intelectual do que propriamente corporal, foram criados – gerenciamento, engenharias, computação e administração. Porém, como dito anteriormente, os trabalhos manuais, repetitivos e exaustivos não desapareceram, no máximo deslocalizaram-se para outras regiões do globo ou tornaram-se mais precários. Em geral, trabalhadores/as do primeiro grupo, além de receberem altos salários, possuem um contrato de trabalho a tempo indeterminado, com benefícios extras e são, em sua maioria, exercidos por homens altamente qualificados, jovens e brancos. Enquanto os trabalhos precários localizam-se principalmente nos países do Sul global e são desempenhados em grande parte por trabalhadores/as com baixos níveis de qualificação, jovens e imigrantes, regulados por contratos a tempo determinado, mal remunerados e a depender do setor exercido principalmente por mulheres – como é o caso do setor de cuidado e limpeza. Essa segmentação do mundo do trabalho reafirma e reproduz as desigualdades já existentes na sociedade, bem como mecanismos de discriminação, exclusão e opressão.

Apesar das discussões acerca da segregação sexual no mundo laboral serem antigas, a problemática continua atual. Ainda hoje, o mercado de trabalho tem postos específicos reservados para mulheres e para homens, as diferenças salariais continuam a existir, bem como diversos outros mecanismos de discriminação (Hirata, 2002b; 2001/2002; Ferreira, 2003; Casaca, 2005a; Nogueira, 2004; 2006). É verdade que presentemente essa situação exhibe novos contornos, nomeadamente no que diz respeito a uma inserção polarizada das mulheres no mercado de trabalho, isto é, algumas ascendem a postos mais qualificados, enquanto a maioria continua presa a trabalhos pouco qualificados e associados ao estereótipo do feminino. Contudo, mesmo que exista um seleto grupo que atualmente se insira em postos de trabalhos anteriormente impensáveis para o feminino, as hierarquias de dominação do patriarcado continuam a atuar – diferença salarial, maiores cobranças, menos reconhecimento, exclusão de redes sociais e programas de ascensão de carreira (Hirata, 2001/2002).

Nessa mesma lógica, a segregação do mercado laboral com base nas diferenças étnicas e raciais é outro fenômeno que caracteriza a configuração do mundo do trabalho nos dias de hoje. Em decorrência da intensificação dos fluxos migratórios, esse fenômeno ganhou mais visibilidade. Em geral, a força de trabalho imigrante se desloca no sentido do capital e sua inserção laboral dá-se em postos mal remunerados, com baixo prestígio e reconhecimento social, não permitindo, portanto, uma integração social adequada (Peixoto, 2007a; 2008; Sassen, 1998; 1999). Via de regra, os/as imigrantes assumem trabalhos menos qualificados, degradados, insalubres, com grandes riscos de segurança e que não podem ser deslocados (construção civil, limpeza, cuidados de pessoas idosas,



crianças, doentes e deficientes), nas indústrias transformadoras e nas atividades agrícolas. Trata-se de postos que em geral não são aceitos pela poluição autóctone devido às condições de exploração, mas que são necessários para o funcionamento da sociedade (Peixoto, 2007; 2008). Relegada a essas atividades, a população imigrante encontra-se também em uma situação de maior vulnerabilidade e sofre grandes riscos de pauperização e isolamento social.

Retomando a discussão anterior acerca da administração de grupos indesejáveis, indago mais uma vez sobre do papel que a precarização e segregação do mundo laboral tem assumido como mecanismo de regulação e controle social, principalmente no que diz respeito às mulheres e à população imigrante. Desta forma, no tópico que se segue pretendo recuperar o debate sobre a entrada das mulheres no mercado de trabalho e como esse fenômeno traz em si a marca da precarização. Posteriormente, discutirei como os processos de desmantelamento do mercado de trabalho relacionam-se com a intensificação dos fluxos migratórios e com os mecanismos de segregação étnico-racial.

#### **1.4. Feminização do Trabalho**

É justamente nesse contexto ligado às grandes transformações no mundo do trabalho – crescimento da economia dos serviços, flexibilização das estruturas de emprego, precarização das relações laborais – que se intensifica a entrada das mulheres no mercado de trabalho<sup>6</sup>.

Os processos de exploração, dominação e desigualdade aos quais as mulheres normalmente são expostas no ambiente de trabalho trazem em seu bojo a reprodução da relação assimétrica de gênero na nossa sociedade. As mulheres sempre estiveram presentes nos trabalhos no campo, encarregaram-se dos afazeres domésticos, eram mão de obra preferida no início da industrialização por ser mais barata e durante a II Grande Guerra assumiram muitas das atividades que foram deixadas pelos homens em função das demandas do exército (Casaca, 2005a; Ferreira, 2003; Hirata, 2002a). Reconhecer essa realidade significa evitar reproduzir o discurso patriarcal e sexista que tende a negar as experiências femininas ou no máximo a ressaltar apenas as exceções, fora isso, nenhuma análise das recentes transformações do mundo laboral está completa sem referir-se às desigualdades de gênero, à especificidade da situação das mulheres. Portanto, minha compreensão da expressão “feminização do mercado de trabalho” diz respeito ao crescimento da participação das mulheres nas atividades econômicas e não à “entrada”, como se até aquele momento elas estivessem ausentes. Estavam, pois, invisibilizadas.

O desafio que me acompanhou durante toda a escrita dessa tese foi o de como acrescentar às análises dos estudos feministas e de gênero, da sociologia das migrações e da sociologia do trabalho, além das desigualdades estruturais tradicionais, desigualdades intercategoriais. Visto que, em um estudo acerca de mulheres imigrantes trabalhadoras, pensar como os marcadores de diferença gênero, raça e classe social se articulam é fundamental, pois, como discutirei mais adiante,

---

<sup>6</sup> Ao anunciar a entrada das mulheres no mundo laboral em um período tão específico, não implica que não reconheça que essa presença sempre existiu. Tal identificação pontual trata-se mais de delimitar de onde partirei para minhas considerações.

a precarização do mercado de trabalho não é neutra nem do ponto de vista das diferenças de gênero, tampouco das diferenças étnico-raciais.

Dessa maneira, nesse momento faço uma pausa na discussão sobre as transformações laborais para situar minha compreensão acerca dos termos “gênero” e “raça”. Acredito que tais definições sejam de grande importância para o desenvolvimento dessa investigação, pois como alerta Ferreira (2003), a falta de rigor no uso de alguns conceitos pode ser, por vezes, prejudicial à percepção das relações e práticas que estão presentes no atual modo de organização da sociedade e, conseqüentemente, para a construção e promoção da mudança social.

Ao optar pelo uso de gênero, não significa que o conceba apenas como fruto de estratégias de socialização, desconsiderando o peso que o biológico ou que as interações sociais exercem nesse processo. Essa escolha está diretamente relacionada às colocações de Young (1995; 2005); para quem a importância de preservar a categoria “gênero” justifica-se para fins de análises políticas. Para a autora, ao compreender gênero como uma estrutura social é possível, mais facilmente, tecer críticas às estruturas sociais desiguais, sem perder a dimensão de autonomia das mulheres, reconhecendo que agentes e estruturas são mutuamente constituídos. Como aponta Weldon (2008), falar de gênero como uma estrutura social não se refere em nenhum momento à ideia de um suposto todo homogêneo de mulheres, mas sim à possibilidade de compreender como as relações e suas conseqüências materiais produzem e mantêm privilégios para alguns grupos enquanto limitam a opção de outros. Esse entendimento acerca do gênero permite igualmente tecer críticas à estrutura social e ao mesmo tempo reconhecer a importância política de grupos de diferenças entre as mulheres, principalmente quando essas diferenças estão ligadas a relações de dominação<sup>7</sup>.

Além disso, a proposta de Young em compreender as mulheres como uma “serialidade” permite pensá-las como uma coletividade sem que isso obrigue, necessariamente, a que todas tenham a mesma situação, diferindo, assim, da noção de grupo que assume uma identidade e um objetivo comum (Ferreira, 2003). O que as estruturas de gênero definem, segundo Young, são mais os fatos sociais e materiais que cada grupo tem que lidar, de maneira que pertencer a uma serialidade não significa compartilhar identidades (Tosold, 2010).

É possível alargar a compreensão de Young sobre gênero como estrutura social para o debate em torno da raça, conceito que também permeia parte das discussões que aparecem nesse estudo. Raça, tal qual gênero, exprime igualmente relações de poder e dominação, referindo-se ao eixo de relações sociais e não a identidades de grupos específicas (Weldon, 2008). Como afirma Piscitelli (2008a), raça vai muito além do que simplesmente a cor da pele, assim como as diferenças de gênero vão além do dimorfismo biológico entre homens e mulheres. De forma mais radical, Lugones (2008) resgata as ideias de Quijano sobre raça como uma ficção, uma invenção que legitima relações de superioridade e inferioridade na atual sociedade, assentes na perseverança das relações coloniais.

Minha opção pelo termo raça encontra força para legitimar-se nas palavras de Brah (2006), para quem “‘raça’ ainda atua como um marcador aparentemente inerradicável de diferença social

---

<sup>7</sup> Gostaria de ressaltar que mesmo que os homens sigam envoltos numa espécie de invisibilidade nos debates que dizem respeito a gênero, os “estudos de gênero” levam em conta tanto as formações identitárias femininas quanto masculinas e trans, ou seja, gênero não pode, nem deve, ser confundido como sinônimo de “mulheres”.

salientando que tanto negros como brancos experimentam seu gênero, classe e sexualidade através da ‘raça’” (Brah, 2006: 331-345). Assim, sempre que formas de desigualdade e exclusão são atribuídas às diferenças raciais, têm-se uma construção sócio-histórica que envolve relações de poder e funciona como marcador de desigualdades, na qual operam práticas e discursos que codificam a diferença como inerente e imutável (Brah, 2011; Silva e Rosemberg, 2008). Ou seja, raça e gênero continuam funcionando como marcadores estruturantes dos processos de desigualdades que conformam nossa sociedade, são construções sociais e políticas que têm sido naturalizadas, justificando a dominação sistemática e a superioridade intrínseca de um grupo sobre o outro.

Como assinalada Santos (1994), uma das contribuições mais importantes dos feminismos para a sociologia foi a demarcação de que outros elementos, para além do poder das classes, figuram como fundamentais na construção da subjetividade social, nesse caso, o poder sexual e, como demonstraram mais à frente as feministas negras, as diferenças raciais. Nesse sentido, é possível resgatar o clássico estudo de Hartmann (1980) no qual a autora analisa de maneira primorosa a relação entre o patriarcado e o capitalismo como sistemas de dominação e opressão aos quais as mulheres estão expostas na sociedade e, por consequência, no mercado de trabalho. A opressão apresenta muitas faces diferentes, não sendo, portanto, possível dissociar a opressão de classe da opressão sexual da opressão racial, visto que o capitalismo se acomoda na estrutura patriarcal e racista vigente na sociedade para reproduzir-se e retroalimentar-se.

Dando prosseguimento ao debate acerca da presença feminina no mundo laboral, pretendo discutir porque as diferenças de gênero nessa esfera não podem ser compreendidas unicamente com base na perspectiva econômica, pois o mercado de trabalho trata-se de um espaço de manifestação do poder político e valores culturais, sobre o qual o contexto ideológico exerce influência ao reforçar e legitimar práticas sociais.

Resgatando algumas ideias já apresentadas anteriormente, pode-se dizer que a flexibilização, informalização, precarização das condições laborais, desregulamentação do direito trabalhista e o aumento do desemprego são as principais características da nova configuração do mundo do trabalho (Antunes e Alves, 2004; Estanque 2005a; 2005c; Kovács, 2004) e que o impacto dessas políticas de flexibilização, nos termos da reestruturação produtiva, levou à deterioração das condições de trabalho, ao mesmo tempo em que aumentou a insegurança e a instabilidade dos empregos.

É nesse panorama que se dá a intensificação da participação das mulheres no mercado de trabalho. O fato de que a inserção feminina no mundo laboral ocorra em um contexto de perda de direitos, degradação das condições de trabalho, baixos salários, aumento do número de empregos precários e informais, contratações atípicas e crescimento das taxas de desemprego atesta a vulnerabilidade dos postos que são ocupados por essa mão de obra. (Casaca, 2009; 2010).

O aumento do nível de escolarização e qualificação das mulheres, resultante da massificação do ensino, mas também das lutas feministas pela emancipação, contribuiu para certa modificação nos padrões de inserção desses sujeitos no mercado de trabalho (Schweitzer, 2008; Lombardi, 2008). Posto isso, seria irreal afirmar que todas as mulheres assumem apenas postos desqualificados e precários – embora essa seja a maioria –, algumas subvertem, parcialmente, as

lógicas de dominação, exclusão e exploração e conseguem fugir de tal padrão. Essas mulheres assumem empregos como executivas, intelectuais, cientistas, médicas, advogadas, Professoras, jornalistas, entre outros. Se por um lado essa conquista em desempenhar profissões que até antes lhes eram dificilmente permitidas é louvável, devendo ser reconhecida e celebrada, por outro traz consequências não tão positivas para a luta pela igualdade de gênero (Hirata, 2001/2002).

O primeiro ponto relaciona-se com o fato de que, mesmo quando desempenham atividades equivalentes a dos homens em postos de direção e chefia, elas continuam sendo mais vulneráveis e tendo menos legitimidade do que seus colegas do sexo masculino nos espaços profissionais. Ou seja, os mecanismos de segregação sexual continuam a atuar, os postos ocupados pelas mulheres, em geral, seguem sendo subordinados aos dos homens, reproduzindo desigualdades e reforçando a dominação masculina sobre o feminino (Ferreira, 2003; Hirata, 2009). A afirmação de Castel acerca da inserção de imigrantes no mercado de trabalho francês, “não basta ter ultrapassado estes obstáculos na via de acesso ao emprego para ser inteiramente aceito numa comunidade de trabalho” (2008: 47) adequa-se também a essa realidade, ou seja, o fato de haver um número maior de mulheres no mundo laboral não significa que os antigos padrões de dominação e subordinação desapareceram, ainda que de formas mais sutis os mecanismos de discriminação continuam a atuar. Basta recordar situações em que mulheres com os mesmos níveis de qualificações que seus colegas de trabalho e que desempenham a mesma função ainda recebem um salário inferior, ou são excluídas de determinadas atividades, ou a elas não são dadas as mesmas responsabilidades que a eles. E aqui cabe resgatar mais uma vez os aportes de Hartmann (1980, 1990) acerca da relação entre o patriarcado e o capitalismo como dois sistemas de opressão aos quais as mulheres estão simultaneamente submetidas. Enquanto o patriarcado tende a determinar a subordinação da mulher no mercado de trabalho, o capitalismo se aproveita dessa situação, perpetuando e reproduzindo padrões de dominação que voltam a retroalimentar o primeiro.

Além disso, como adverte Casaca (2005b, 2010a), o fato de homens e mulheres desempenharem as mesmas profissões não assegura igualdade entre ambos, visto que a opressão à qual as mulheres estão submetidas possui várias faces, não se resumindo apenas às questões econômicas. Por exemplo, com relação à divisão do trabalho doméstico, este parece permanecer menos alterado ainda, apesar da inserção das mulheres em postos de trabalho remunerado no mercado laboral externo ao lar (Hirata, 2001/2002; Perista, 2002). Embora esse tema comumente conhecido como dupla ou tripla jornada de trabalho feminina (Hochschild, 1989) seja antigo e já tenha sido exaustivamente debatido, ele continua a mostrar-se relevante, visto que essa realidade ainda persiste. Ou seja, nos dias atuais, as mulheres ainda investem mais tempo em atividades domésticas e familiares do que os homens. As consequências de tal assimetria são inúmeras, desde a falta de tempo para o lazer, para cursos de capacitação e formação, como maiores níveis de estresse e interrupções da carreira profissional (Jablonski, 2010).

O segundo ponto a ser considerado é que essa “nova” modalidade de inserção qualificada das mulheres contribui para uma bipolarização dos empregos femininos. Em um dos polos estariam as profissionais altamente qualificadas e bem remuneradas (médicas, engenheiras, advogadas, professoras); e no outro, trabalhadoras pouco qualificadas, que desempenham tarefas com baixo

*status*, reconhecimento social e privilégios, repetindo os antigos padrões da inserção feminina. Esse fenômeno contribui para o aumento da desigualdade entre as próprias mulheres, criando alas com perfis socioeconômicos muito diferenciados (Hirata, 2002). Nessa lógica, mulheres em situações econômicas abastadas delegam a mulheres em condições inferiores as tarefas do trabalho doméstico para que possam investir em sua carreira no mercado profissional. Aqui, diferenças de classe e étnico-raciais são categorias fundamentais a serem consideradas para a configuração desse novo processo de exploração e desigualdade (Kergoat e Hirata, 2007). Como desenvolverei mais adiante, a intensificação do fluxo migratório feminino no sentido Sul-Norte global está diretamente ligada à entrada das mulheres do Norte no mercado de trabalho assalariado, uma vez que deixa em aberto um nicho de trabalho a ser ocupado, nesse caso, por mulheres imigrantes vindas do Sul. Esse processo tem sido descrito na literatura como “cadeias de cuidado globais” (Hochschild, 2000).

Ou seja, as mudanças engendradas no mundo de trabalho pelo capitalismo contemporâneo reelaboram, mas não eliminam a divisão sexual do trabalho, as formas de exploração, discriminação e opressão, continuando a reproduzir a ordem patriarcal e sexista da sociedade. Segundo Hirata (2001/2002; 2002; 2009) e Nogueira (2004), o trabalho feminino precário é uma prévia do que virá a acontecer com o mercado de trabalho em geral, uma vez que se torna mais fácil realizar “experimentos” iniciais com trabalhadoras, mão de obra que tem sido historicamente mais vulnerável e excluída, bem como tem menos representatividade e proteção nos sindicatos.

Posto isso, a questão que trago é que se a intensificação da presença feminina no mercado de trabalho se dá em um momento de tamanha instabilidade, precarização e exploração, como fazer dessa conquista um instrumento para o desenvolvimento do projeto emancipatório feminino e, por consequência, da sociedade? Não reconhecer na intensificação do trabalho das mulheres uma vitória das lutas femininas seria incorrer no erro da produção da não existência, como apresenta Santos (1998a; 2007), isto é, mais uma vez invisibilizar e desqualificar as experiências femininas. A participação das mulheres no mundo laboral é e foi um passo de fundamental importância para a independência econômica, ao mesmo tempo em que confere a esses sujeitos uma legitimidade renovada na sociedade e outro nível de cidadania. Contudo, aceitar o fato de que agora as mulheres podem desempenhar trabalhos assalariados fora do ambiente doméstico e aceder a posições que antes lhes eram vedadas é uma das benesses trazidas pela globalização, sem questionar a qualidade desse trabalho, é fechar os olhos para os demais mecanismos de exploração e opressão que persistem e transbordam do ambiente doméstico para os espaços públicos.

E como em um emaranhado, as transformações desencadeadas pela globalização propagam-se na sociedade. Ou seja, ao mesmo tempo em que as mudanças do mercado de trabalho alteram os padrões de inserção laboral das mulheres, também atuam nas dinâmicas migratórias, que afetam as relações de trabalho e assim sucessivamente. De forma que no tópico seguinte proponho-me a discutir sobre as relações entre os novos contornos do mercado de trabalho e as dinâmicas migratórias.

## 1.5. Desigualdades Sociais e Imigração

As recentes transformações no mercado de trabalho, o aumento das desigualdades socioeconômicas globais, o desequilíbrio demográfico em algumas áreas no mundo, as redes sociais formais e informais, juntamente com o barateamento dos custos nos transportes figuram como alguns dos principais aspectos que atualmente contribuem para o crescimento dos fluxos migratórios, principalmente no sentido Sul-Norte global.

Nesse tópico, discutirei a relação entre as migrações e as mudanças pelas quais o mundo laboral vem sofrendo, refletindo sobre que maneira a multiplicação de empregos precários e pouco qualificados nos países centrais, aliada à instabilidade do mercado de trabalho dos países menos desenvolvidos, atua no sentido de intensificar as migrações na direção Sul-Norte global. Analisarei, também, de que forma os mecanismos de segregação étnico-raciais que operam no mercado de trabalho associam-se a outros tipos de desigualdades, contribuindo para a fragmentação da cidadania.

As explicações para os movimentos migratórios são inúmeras e abordam o fenômeno por diferentes ângulos, ora complementares umas às outras, ora entrando em contradição. A complexidade do tema exige que diferentes lentes de análises sejam usadas, desde perspectivas políticas, sócio-jurídicas, históricas e demográficas. Ou seja, para um estudo completo dos movimentos migratórios internacionais, é preciso partir de uma abordagem multidisciplinar que, ao mesmo tempo em que considera os fatores macroestruturais – regulamentações do Estado-nação, economia –, não perde de vista fatores microestruturais – capital social dos imigrantes, contexto da partida, formas de inserção na sociedade acolhedora (Arango, 2000; Baganha, 1998). Percebe-se que isso se traduz em uma tarefa quase impossível devido à extensão do fenômeno e à diversidade de variáveis envolvidas. Acredito, pois, que qualquer teoria que tente abarcar todos esses aspectos e explicar a complexidade das dinâmicas migratórias resultaria tanto reducionista como incompleta. Dessa forma, essa tese será guiada pelos aportes oferecidos por teorias ligadas aos processos macrossociais, principalmente aqueles que tratam dos desequilíbrios produzidos pela globalização hegemônica e desenvolvimento das políticas neoliberais (Baganha, 2002; 2004; Peixoto, 2004; 2007b; Portes, 1995; Santos, 2001; Sassen, 1999; 1998). Isto é, busca compreender como a penetração das forças do mercado nas economias de subsistência, o aumento dos níveis de pobreza, a escassez de emprego nas áreas mais pobres do globo, o surgimento de novos nichos laborais no Norte global, juntamente com o desenvolvimento de centros financeiros, tecnológicos e laboratórios internacionais articulam-se e contribuem para a intensificação dos fluxos migratórios.

Pode-se dizer que alguns/mas imigrantes com altos níveis de qualificação inserem-se em postos igualmente qualificados. É o caso de cientistas que migram de laboratório em laboratório, gerentes de empresas transnacionais, diretores e diretoras de agências multilaterais internacionais, especialistas em informática e robótica (Peixoto, 2008). Ou seja, um seleto grupo de trabalhadores/as, seguindo os padrões de segregação sexual e racial, em geral homens, brancos, de classes econômicas altas e provenientes do Norte global goza de inserção qualificada. Um relatório da OCDE (2007) acerca da imigração e seus impactos no mercado de trabalho mostra que o peso da

população imigrante qualificada tem vindo a crescer cada vez mais na França, Luxemburgo, Irlanda e Bélgica - em tais países houve um aumento de mais de 10%.

Como afirmei anteriormente, os processos de globalização criam e distribuem riquezas de forma desigual ao redor do mundo, conduzindo a uma nova geografia mundial, na qual algumas áreas são muito ricas e outras muito pobres, gerando ao mesmo tempo postos de trabalho altamente qualificados e postos precários e degradantes. Nessa lógica, algumas cidades concentraram em si atividades econômicas e políticas específicas e de alto nível, enquanto outras assumem, sobretudo, o papel de postos de produção. As cidades globais, como classifica Sassen (2001), necessitam de mão de obra especializada para assumir cargos de diretorias em setores de ponta – mercado financeiro, laboratórios, empresas de tecnologia. Porém, a intensificação do deslocamento desses/as trabalhadores e trabalhadoras de alto nível interfere de imediato na demanda por mão de obra menos qualificada para atender às novas necessidades de serviço geradas – cuidados, vendas, limpeza, atendimento (Peixoto, 2004; Sassen, 2002; Kofman, 2000). E é justamente nesses novos postos de trabalho (e naqueles que não podem ser deslocados) que a outra parte dos/as imigrantes, a sua maioria, insere-se.

Reconheço, portanto, que a inserção da mão de obra imigrante no mundo laboral dá-se de forma polarizada. Porém, mesmo que o deslocamento de profissionais com altos níveis de qualificação tenha se intensificado e que seus impactos também sejam relevantes para a estruturação do mercado de trabalho e da economia (tanto local, quanto globalmente), essa não foi minha escolha de análise. Por um lado porque a população que optei investigar – mulheres brasileiras em Portugal – em sua grande maioria já não é de imigrantes altamente qualificadas; por outro porque, segundo o relatório da OCDE (2007) e os estudos de Baganha (2002), Baganha, Ferrão e Malheiros (1999) e Peixoto (2002; 2008), Portugal atrai principalmente imigrantes com baixos níveis de qualificação.

Se foi o desmantelamento do mercado de trabalho, com a difusão dos empregos precários e instáveis, que provocou o deslocamento de imigrantes com baixos níveis de qualificação, ou se foi a abundância de mão de obra pouco qualificada e barata oferecida por tais imigrantes que propiciou o desmantelamento do mercado laboral, é uma questão delicada que exige uma análise cuidadosa e aprofundada. Contudo, parece que esses novos contornos do trabalho têm servido como mecanismos de controle e regulação da população imigrante. Tais mecanismos, aliados às dinâmicas já existentes de segregação e exclusão social, à crise do Estado de Providência, que implica na redução dos programas de assistência para os membros mais vulneráveis da sociedade – situação na qual grande parte das comunidades imigrantes encontra-se –, corroboram para empurrar cada vez mais esses indivíduos para a periferia da sociedade e para situações de marginalização (Wacquant, 1999; 2006).

No início, os/as trabalhadores/as e grupos sociais nascidos da revolução industrial foram identificados como “classes perigosas e ameaçadoras”, sendo responsabilidade do Estado integrá-las na sociedade (Estanque, 2009a). Hoje em dia, recai nos/as imigrantes o papel de grupo problemático, mas que, ao contrário do grupo anterior, precisa ser mais regulado do que propriamente integrado. Segundo Wacquant (2006), tal situação se trata de uma nova forma de

exclusão, resultante das mudanças causadas pelas políticas neoliberais. Vale a pena recordar que, principalmente no pós-guerra, a Europa tinha carência de mão de obra e por isso recebeu de bom grado imigrantes – *gastarbeiter* – para assumir postos de trabalho, sobretudo na construção civil e nas indústrias<sup>8</sup>.

As várias formas de violência às quais os/as imigrantes estão submetidos se constituem como uma nova problemática da questão social (Castel, 2008) e se personificam na desproletarização, no persistente desemprego em massa, na pauperização de certas categorias de trabalho, na segregação ou no exílio em bairros decadentes e na estigmatização tanto pelo discurso preponderante da mídia quanto das políticas públicas. Tais discursos, ao ressaltarem e aprofundarem os diferentes traços de pertencimentos étnico-raciais, fazem dessas características base para um tratamento diferencial de grupos de indivíduos. Reconheço nesses mecanismos de exclusão, aos quais parte da população imigrante está submetida, aquilo que Castel (2008) denomina discriminação negativa, ou seja, a instrumentalização da alteridade como um fator de exclusão de categorias sociais consideradas indesejáveis.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se identifica a população imigrante como causadora de todos os males da sociedade – falta de emprego, superlotação nos hospitais e nas escolas, criminalidade –, também se reduz as questões da insegurança social a aspectos físicos e criminais, encobrendo o papel das políticas neoliberais. Para Wacquant (2003; 2008), se nos países Europeus, em virtude da forte tradição do Estado – católico ou social democrata – não se concretizou, como nos Estados Unidos, um verdadeiro dispositivo de criminalização da pobreza, está em curso um acentuado processo de precarização do social. Para além da redução das obrigações do Estado de Providência no que diz respeito à saúde, educação, habitação, entre outras, as políticas sociais que são postas em práticas não atingem diretamente as causas das desigualdades – ou seja, a desregulamentação dos mercados financeiros, a fragmentação do trabalho assalariado, o aumento dos níveis de subemprego e desemprego – e são incapazes de assegurar uma integração verdadeira que resulte em um trabalho estável ou na diminuição dos índices de pobreza, vulnerabilidade e isolamento social das populações marginalizadas.

Tal como ocorre com as mulheres, em que as diferenças sexuais são utilizadas para posicioná-las em postos inferiores aos dos homens nas hierarquias laborais, o mesmo se dá com as diferenças étnicas e raciais. A segregação étnico-racial do mercado de trabalho confirma a ideia de que os países europeus ainda conservam na organização de sua sociedade resquícios de um Estado Colonial, visto o tipo de tratamento que dispensam à população proveniente das antigas colônias magrebins/as na França, indianos/as na Inglaterra, angolanos em Portugal, por exemplo (Quijano, 2009). Estigmatizados e identificados como inferiores, a esses grupos de imigrantes são reservados os postos mais baixos e mais penosos na escala laboral. E como dito anteriormente, uma vez que o trabalho continua a figurar como principal via de inserção na sociedade e acesso à cidadania,

---

<sup>8</sup> No caso de Portugal, como discorrerei mais adiante, é interessante lembrar que como consequência dos anos de ditadura à qual o país esteve submetido, alguns setores da produção não se desenvolveram como no restante da Europa. Assim, com a democratização em 74, os incentivos para a imigração também foram para imigrantes altamente qualificados/as. É nesse contexto que se iniciam os fluxos migratórios brasileiros para Portugal. A primeira vaga de imigrantes do Brasil assumiu postos como diretores/as de marketing, comunicação, dentistas, médicos/as e advogados/as.



quando esse vem a faltar, automaticamente vê-se bloqueada a possibilidade de aceder a esses dois outros patamares (Antunes, 1999; 2005; Estanque, 2005c; Santos, 1998).

## **1.6. Mercado de Trabalho e Imigração**

Acredito que a discussão acerca da centralidade do trabalho como um dos principais eixos de organização da sociedade é fundamental quando se discute a situação da população imigrante. Se por um lado assiste-se à globalização do capital, ao aumento da livre circulação da mercadoria e à transformação do trabalho como fator de produção num recurso global; por outro, o mercado laboral não se globalizou, tornou-se, sim, cada vez mais heterogêneo: homens, mulheres, imigrantes, jovens, ricos/as e pobres continuam a inserir-se no mercado laboral de forma desigual e hierarquizada (Santos, 2004).

Se é verdade, também, que o trabalho não é o único fator que determina os fluxos migratórios, principalmente quando se considera os casos de deslocamentos forçados por desastres ambientais, perseguições políticas e religiosas e a própria autonomia dos sujeitos, é fato que sua importância não pode ser minimizada. Compartilho, portanto, com Pereira (2010), a compreensão de que as questões laborais são, sim, um fator estruturante do movimento migratório.

Resgato, brevemente, duas das contribuições principais acerca da relação da população de imigrantes com o mercado de trabalho. A primeira diz respeito à compreensão de um mercado laboral de caráter dual. De acordo com Peixoto (2008), Piore (1979) e Portes (1999), o mercado de trabalho é formado, basicamente, por dois segmentos principais: um “mercado primário”, que congrega proteção social, bons salários e estabilidade; e um “mercado secundário”, cujas principais características são quase que diametralmente opostas ao primeiro: baixos níveis de remuneração, insegurança contratual, ausência de proteção social, sendo aí onde se concentra maior parte da mão de obra imigrante. Diante das novas configurações do mundo laboral, conseqüentes do avanço das políticas neoliberais e dos processos de globalização hegemônicos, assiste-se a um grande desenvolvimento do mercado de trabalho secundário, sempre mais precário e instável, contribuindo ainda mais para a vulnerabilização e exclusão da população que nele se insere.

Ao considerar o fator tempo de permanência no país de destino como um elemento a ser analisado no processo de inserção laboral de imigrantes, seja porque permite maior estabilidade e conhecimento do funcionamento da sociedade e do mercado de trabalho, seja porque possibilita o desenvolvimento de uma rede social que também é fundamental para a estruturação de uma trajetória laboral, tem-se o que Pereira (2010) chama de segmento misto, ou seja, um segmento que congrega características dos dois tipos anteriores, por exemplo, a formalização laboral através de contratos, mas sem deixar de ser uma ocupação de estatuto médio baixo.

*Mesmo quando algumas características associadas ao segmento primário estão asseguradas (por exemplo, formalização laboral, estabilidade ou possibilidades de progressão), persistem outras que acabam por marcar desfavoravelmente as relações laborais desses trabalhadores, colocando-os num segmento misto, mas ainda inscritos numa matriz que denota a persistência de alguma vulnerabilidade social (Pereira, 2010: 56).*

E a segunda contribuição concerne aos enclaves étnicos (Garrido e Olmos, 2006; Oso e Villares, 2005; Portes, 1995; 1999), isto é, nichos laborais formados pelas redes sociais, recursos e solidariedade étnica associados às oportunidades da economia externa. A segmentação do mercado laboral, a falta de oferta de postos de trabalho ou o surgimento de novas demandas conduziria a um processo de organização de autoemprego no interior das comunidades imigrantes, ou seja, o “aparecimento e a manutenção dos negócios étnicos são consequências de uma estratégia étnica que está determinada pelas características dos grupos e da estrutura de oportunidades” (Garrido e Olmos, 2006: 123)<sup>9</sup>. Mais recentemente, a literatura científica tem dado um enfoque diferente a esse tipo de inserção laboral, pensando nessas atividades como uma estratégia de empreendedorismo imigrante para a mobilidade social dessa população e não como uma solução “provisória” para as limitadas ofertas de trabalho. Estudos sobre esse tipo de empreendedorismo têm se tornado cada vez mais frequentes e relevantes não só no meio acadêmico (Levent e Nijkamp, 2006; Masurel *et al.*, 2007; Malheiros e Padilla, 2010) como também para a elaboração de políticas públicas. Contudo, para os fins desse estudo, esse tópico não será abordado em profundidade.

Como referi com base na teoria do mercado de trabalho dual, em geral os postos de trabalho reservados a imigrantes estão localizados no mercado secundário, sendo, portanto, os menos qualificados, com piores remunerações, em condições insalubres e com grandes riscos de segurança, postos que não podem ser deslocados (construção civil, limpeza, cuidados de pessoas idosas, crianças, doentes e deficientes) e que estão ligados principalmente à economia informal, às indústrias transformadoras, às atividades agrícolas e aos próprios mercados ilegais.

*O recrutamento de trabalhadores imigrantes ocorre, por um lado, em trabalhos “inamovíveis” (não deslocalizáveis): os imigrantes dirigem-se para sectores de trabalho manual como a construção civil e para vários segmentos dos serviços, incluindo serviço doméstico e limpezas, assistência a crianças e idosos, serviços de saúde e comércio, hotelaria e restauração (Peixoto, 2008: 23).*

Como dito anteriormente, trata-se de trabalhos que, normalmente, não são aceitos pela população autóctone devido às condições precárias e de exploração, mas que são necessários para o funcionamento da sociedade e o desenvolvimento do capitalismo. Considerando que, em geral, imigrantes que assumem essas tarefas são provenientes de países pobres – e que no caso das migrações laborais o principal objetivo é uma melhoria econômica –, ainda que haja uma mobilidade social descendente no novo país em relação ao país de origem em um primeiro momento, os ganhos econômicos, quando comparados com a realidade daquele país, são suficientes para justificar as condições de vida social inferiores (Pereira, 2010). Porém, mesmo que essa situação possibilite uma ascensão econômica em relação à realidade anterior, os problemas gerados por tal inserção laboral subalterna não podem ser minimizados. A falta de prestígio, reconhecimento e a desvalorização social e econômica intensa desses postos conduzem a um processo de invisibilização e marginalização da população imigrante, culminando em uma integração social falha e insuficiente

---

<sup>9</sup> Tradução própria, no original: “la aparición y mantenimiento de los negocios étnicos es consecuencia de una estrategia étnica que está determinada por las características del grupo y la estructura de oportunidades (Garrido e Olmos, 2006: 123).”

que contribui de forma direta para o aumento da sua vulnerabilização: concentração em áreas residenciais pobres, impossibilidade de aceder a programas de qualificação e capacitação, insegurança no estatuto de residência, dificuldade de regularização de documentos e permanência em situações de pobreza e exclusão social.

Sabe-se que a demanda por mão de obra estrangeira barata é inerente à estrutura econômica das sociedades avançadas, e que nos dias atuais continua a reproduzir, com algumas nuances próprias, a mesma dinâmica que se dava no período do fordismo, quando os países desenvolvidos recrutavam mão de obra imigrante pouco qualificada para assumir postos de trabalho que eram rechaçados pela população autóctone nas indústrias. Logo, a demanda por mão de obra imigrante, que continua a existir, não pode ser explicada unicamente pela “escassez” de trabalhadores/as nacionais, mas, sobretudo, por se tratar de um recurso barato, pouco assistido pelos direitos trabalhistas e pelos próprios sindicatos, podendo ser mais facilmente descartado sem grandes custos econômicos e sociais, servindo de forma adequada aos interesses do capitalismo. Ou seja, a relação entre mão de obra imigrante e precarização do mercado laboral já vem de algumas décadas (Antunes e Alves, 2004; Peixoto, 2008), agora, porém, com algumas diferenças: não é mais o setor industrial que recruta essa mão de obra, mas, principalmente, o setor de serviços, as proteções legais oferecidas são ainda menores e os processos de estigmatização e vulnerabilização social são mais intensos. Diante dessa dinâmica, trabalhadores e trabalhadoras imigrantes constituem-se como um grupo invisibilizado e desempoderado que funciona como mão de obra barata por excelência (Wacquant, 1999).

As políticas de incentivo à migração também têm um papel definitivo no tipo de inserção laboral que a população imigrante terá, uma vez que, na maioria dos casos, os postos de trabalho que são oferecidos oficialmente pelo Estado a imigrantes são nos segmentos mais baixos do mercado laboral. Por exemplo, as contratações massivas para a construção civil em momentos das grandes obras de infraestrutura, como aconteceu em Portugal em final dos anos 90 e início dos anos 2000. Isso faz com que, mesmo quando um/a trabalhador/a imigrante consiga regularizar sua situação no país, poucas sejam suas chances de mudar de situação socioeconômica, visto as oportunidades de trabalho, em geral precárias, que lhes são oferecidas. Soma-se a isso o fato de que os processos de reconhecimento das qualificações profissionais de imigrantes são bastante burocráticos e demorados (Peixoto *et al.*, 2009).

*As deficiências resultam não só dos níveis de escolaridade baixos, mas também são agravadas por dificuldades em transpor qualificações anteriores, adquiridas na origem, para o mercado de trabalho de destino, quer porque existem barreiras formais ao reconhecimento de diplomas obtidos no estrangeiro [...] (Pereira, 2010: 41).*

Sobre a relação qualificação e empregabilidade, Castel (1998) adverte que é ilusório deduzir que o nível de qualificação é peça definitiva para assegurar a empregabilidade, sobretudo no caso de imigrantes. Ora, o aumento dos níveis de qualificação, conseqüente da proliferação massiva do ensino, não foi acompanhado no mesmo ritmo pela criação de postos qualificados no mercado de trabalho, o que dá origem a outro problema: a não empregabilidade dos/as qualificados/as ou sua subempregabilidade. Com o desenvolvimento das novas tecnologias, que geram riqueza sem

necessariamente gerar novos postos de trabalho (Santos, 2004), o mercado não tem como absorver à altura toda a mão de obra qualificada que lhe é despejada, assim, uma parcela desses/as trabalhadores/as é remanejada para assumir postos aquém de suas qualificações. É aqui que o cruzamento das diferenças étnico-raciais, de classe e sexo se faz sentir mais uma vez. Como consequência de um dispositivo de discriminação empregatícia (Castel, 2008), à população imigrante, ainda que qualificada, serão reservados os postos subalternos e precários.

Ora, sendo o mercado muito mais do que uma mera relação de troca, uma vez que é modelado por instituições políticas, econômicas e culturais, a instituição cultural do racismo não só está presente como tem um papel importante na conformação do mercado de trabalho (Balibar e Wallerstein, 1998). Em paralelo à acentuação das desigualdades do sistema mundial capitalista, o racismo vem se desenvolvendo como parte integrante dessa dinâmica. É verdade que não se trata mais de afirmar uma superioridade biológica de uma raça sobre a outra, mas sim de demarcar negativamente as diferenças culturais, utilizando tais diferenças como argumentos para justificar a desvalorização dessa força de trabalho. Nesse sentido, assim como acontece com as mulheres, a entrada de imigrantes no mercado de trabalho é marcada por pesos diferentes. Mesmo quando possui as mesmas qualificações, essa população não é avaliada como a população nacional, isto é, “não basta ter ultrapassado os obstáculos de via de acesso ao emprego para ser inteiramente aceito numa comunidade de trabalho” (Castel, 2008: 47).

Como venho a dizer, a maioria da população imigrante trabalhadora situa-se no nível mais baixo da estratificação laboral, insere-se no mercado secundário, de forma que, para algumas abordagens teóricas, pode ser identificada como fazendo parte de uma subclasse social (Estanque, 2005a; 2005c; Santos, 2004; Sassen, 1999). Imigrantes, juntamente com outras pessoas não qualificadas, desempregadas, deficientes, localizam-se em um limbo, fora ou abaixo da classe trabalhadora tradicional, não possuindo, portanto, uma posição de classe definida. No caso da população imigrante, em geral não se trata de um processo de globalização inclusiva, mas sim de deslocalização excludente. Ao chegarem ao país de destino, esses indivíduos são incluídos de forma periférica e passam a ficar circunscritos a microespaços degradados e marginais, daí a ideia de subclasse. O contraponto dessa situação é o aparecimento de uma classe formada por diretores/as de grandes multinacionais, trabalhadores/as altamente qualificados/as, cientistas, políticos, que se constitui em uma elite sócio-profissional, detentora dos conhecimentos, informações, riquezas, que se insere no mercado primário e dita as regras da globalização hegemônica (Estanque, 2005a; Santos, 2001).

O que venho tentando demonstrar ao discutir os mecanismos de segregação sexual e étnico-raciais é que são inúmeras as clivagens que operam atualmente na estruturação do mercado de trabalho. Como se pode deduzir, é óbvio que não são rígidas ou fixas, mas que interagem e sobrepõem-se em algumas situações. Nos últimos parágrafos, referi, brevemente, como a segregação étnico-racial articula-se com as diferenças de classe, resultando em modos de inserção laboral desiguais. Pode-se pensar, então, que outras categorias de diferenciação também se articularão nesse processo – idade, níveis de qualificação religião, gênero –, criando novas

dinâmicas de exclusão. Em vários contextos, e também em Portugal, verifica-se como as diferenças de gênero interferem nas formas de inserção laboral da população imigrante (Pereira, 2010).

No tópico anterior, situei minimamente como se dão algumas das dinâmicas de segregação sexual que operam no mercado de trabalho e agora discorri acerca dos mecanismos de segregação étnico-racial. Sabendo que esses mecanismos não atuam de maneira isolada e independente, mas que interagem, gerando diferentes situações de dominação, opressão e exclusão, o que me proponho a discutir a seguir é como ambos os mecanismos operam no caso específico da inserção laboral das mulheres imigrantes.

### **1.7. Intensificação dos fluxos migratórios femininos e mercado laboral**

O estudo das imigrações, assim como de qualquer outro fenômeno social, passa, obrigatoriamente, por reflexões sobre as instituições e ideologias com as quais os/as imigrantes deparam-se e que findam por moldar a experiência migratória desses sujeitos. Não é apenas devido ao crescimento inegável do deslocamento de mulheres pelo globo que as questões de gênero devem ser incorporadas nos estudos migratórios, mas porque os mecanismos de segregação sexual estão presentes tanto no país de origem como no de destino (Piper, 2007). Os/as imigrantes partem e chegam em sociedades nas quais os papéis de gênero estão definidos *a priori* pelas estruturas sociais, culturais e ideológicas; logo, compreende-se que a experiência migratória de uma mulher será marcada por diferentes aspectos do que aquela dos homens.

Assim como em tantas outras áreas das ciências sociais, estudos acerca da relação entre gênero e imigração têm sido escassos, segundo Kofman (1999), embora, após o pioneiro artigo de Morokvasic (1984), “Birds of passage are also Women”, tenha havido um crescimento de reflexões acerca do assunto, investigações sobre as diferenças de gênero e processos migratórios continuam marginalizadas. A ausência de discussões concernentes à feminização da migração contribui não apenas para a desvalorização do papel das mulheres nesses deslocamentos, como invisibiliza a diversidade de experiências femininas nesse fenômeno. Reunificação familiar, imigração laboral, pedidos de asilo político, tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual, casamentos por conveniência, imigração altamente qualificada, imigração irregular são transformadas pelas diferenças entre homens e mulheres.

Dessa forma, analisar as migrações a partir de uma perspectiva de gênero não se trata apenas de incorporar mais uma variável. Força, pois, uma análise de como os papéis masculinos e femininos reproduzem-se e cruzam-se com outros marcadores da diferença, como classe, raça, etnia, nacionalidade, resultando em uma matriz complexa de dinâmicas de exclusão, inclusão e relações de poderes particulares. Assim, é importante que se compreenda que os estudos dos processos migratórios com base na referida perspectiva obrigam a reelaborar modelos explicativos já consolidados (Juliano, 2000; Rubio, 2003; Piper, 2007).

Nesse sentido, reconheço nas teorias da interseccionalidade (Crenshaw, 2004; Brah, 2006; Lugones, 2008; Weldon, 2008; Yuval-Davis, 2006) uma boa chave de leitura para a investigação das questões relativas às mulheres imigrantes. Apesar de saber que a interseccionalidade, assim como

gênero e raça, é um conceito que suscita uma série de críticas e divergências, reconheço nele um potencial inovador no entendimento de que as categorias de dominação não podem ser consideradas separadamente e que a interação entre elas está para além de uma soma linear.

Mais ainda, como relembram Brah e Phoenix (2004) e Lugones (2008), a interseccionalidade traz de volta o projeto político de dar visibilidade às consequências sociais e materiais de marcadores de diferenças como raça, classe e gênero quando analisados em interação. Compartilho com as referidas autoras a compreensão de que se trata de um conceito que possibilita compreender como “efeitos complexos, irreduzíveis, variados e variáveis se seguem quando múltiplos eixos de diferenciação – econômicos, políticos, culturais, psíquicos, subjetivos e experienciais – se intersectam em contextos históricos específicos” (Brah e Phoenix, 2004: 76).

Contudo, apesar das novas possibilidades de análise que oferece, a interseccionalidade tem sido constantemente criticada. Ferreira (2003) e Young (1995) apontam que o referido conceito pode levar a um regresso infinito e que seria, portanto, impossível pensar em coletivos, restando apenas o individual; ou ainda questionam o que justificaria a priorização de um determinado eixo e não de outro. Porém, acredito que a riqueza que o conceito oferece para a análise de situações nas quais vários eixos de diferenciação estão em jogo - como no caso específico das mulheres imigrantes -, permitindo identificar o que é invisibilizado quando essas categorias são analisadas isoladamente, é superior ao risco que se corre de se retornar a um sujeito individual (Brah e Phoenix, 2004; Lugones, 2008). No caso, a opção por me ater principalmente às intersecções entre gênero, raça e classe social justifica-se no que propõe Yuval-Davis (2006) de que em determinadas situações históricas e em relação específica a alguns sujeitos existem certas divisões sociais que são mais importantes do que outras para o seu posicionamento na sociedade, sendo aquelas as que considero mais relevantes no estudo de mulheres imigrantes.

Além disso, a opção por trabalhar com os referidos eixos justifica-se pela minha compreensão de que não é apenas a teoria que conduz a realidade, mas que as próprias interpelações das mulheres que entrevistei, como minha interpretação e atuação no campo, contribuíram para a escolha e construção do corpo teórico e dos eixos analíticos anteriores. Como mostrarei mais à frente, do discurso das entrevistadas, gênero, raça e classe social apareciam como os principais marcadores de diferença da experiência delas.

Ao longo dos últimos quarenta anos, a imigração feminina vem tornando-se cada vez mais significativa e ganhando mais e mais visibilidade. Até então, as mulheres imigrantes eram vistas principalmente como acompanhantes de seus maridos, isto é, sujeitos passivos diante do processo migratório. Embora seja verdade que as imigrações por motivos de reunificação familiar<sup>10</sup> continuam a operar como uma das principais causas para o aumento da imigração feminina, nos anos mais recentes houve um aumento do número de mulheres que migraram sozinhas, na qualidade de trabalhadoras independentes e provedoras da própria família (Mora, 2007). Na verdade, alguns estudos apontam que a tal “feminização da imigração” deu-se há bastante tempo (Kofman, 2000;

---

<sup>10</sup> Torna-se relevante refletir acerca de como os conceitos de família utilizados nas políticas de reunificação familiar são excludentes, conservadores e patriarcais, dificultando, muitas vezes, que a reunificação seja possível. Em geral, as leis de reunificação familiar reconhecem como família apenas os casais heterossexuais, de forma que os casais formados por indivíduos do mesmo sexo não podem usufruir desse direito (Mora, 2007).

Piper, 2007). Na década de 60, aproximadamente 47 de cada 100 imigrantes eram mulheres. O que se tem visto, portanto, é o crescimento de uma tendência que já se mostrava relevante, bem como uma maior visibilidade desses números em função das melhorias das análises estatísticas em considerar as diferenças de sexo e da pressão dos movimentos feministas.

Mais ainda, deslocamentos por caráter de reunificação familiar não implicam que as imigrantes sejam completamente passivas nesse processo. Por vezes, tal opção revela-se como parte da capacidade de ação dessas mulheres, pois as estratégias e ambições dos sujeitos não podem ser reduzidas de forma excludente ou a interesses familiares ou econômicos. No geral, uma miríade de variáveis sobrepõe-se em tal processo (Kofman, 1999).

De acordo com dados oficiais da Organização das Nações Unidas – ONU (2011), em 2009, 49% da população mundial de imigrantes era de mulheres, atestando a importância dessa população nos processos migratórios na atualidade. Os dados da OIM mostram, também, que entre os anos de 1990 e 2010 o total de imigrantes do sexo feminino em todo o mundo quase dobrou. Enquanto em 1990 o número era de 76.385.633, em 2010 passou a ser 104.794.962. De forma que resulta claro a necessidade de se estudar de maneira mais aprofundada o papel atual das imigrantes nesse fenômeno, considerando não apenas os números de seu crescimento, mas suas contribuições econômicas e sociais.

É importante sublinhar que tais são estimativas e, mesmo que se aproximem da realidade, estão longe de reproduzi-la corretamente, pois como acontece em geral com os dados oficiais, esses tratam unicamente das imigrantes regularizadas, quando se sabe que há no mundo todo um número significativo de indivíduos em situação irregular (Piper, 2007). Dados da ONU - ICHRP (2010) afirmam existir aproximadamente de 30 a 40 milhões de imigrantes indocumentados/as e irregulares no mundo e, ao considerar que uma parte significativa dessa população é feminina, conclui-se que o número de mulheres imigrantes é ainda superior àquele apresentado pelas estatísticas oficiais.

Acredito ser interessante analisar a imigração feminina a partir do contexto das interrelações entre a existência sobrando de mão de obra nos países de periferia – consequência direta da globalização da economia e do desmantelamento do mercado de trabalho – e a demanda dos países de centro por mão de obra barata. As transformações até então aqui referidas na economia e no mundo laboral internacional, o desenvolvimento dos setores de serviço, o aumento da procura de mão de obra feminina somada à crescente autonomia das mulheres, as mudanças nas estruturas familiares, a intensificação da instabilidade e precarização dos trabalhos masculinos são fatores que contribuem diretamente para o aumento desse “novo” deslocamento (Padilla, 2005b; Rubio, 2003).

As conquistas obtidas pelas mulheres em relação a seus direitos e maior reconhecimento na sociedade são também percebidas no perfil das “novas” imigrantes. Elas não só se colocam como sujeitos autônomos de seus processos migratórios como apresentam um maior grau de qualificação do que aquelas que no passado migraram principalmente como acompanhante dos maridos, estando, supostamente, em condições favoráveis para inserirem-se no mercado laboral. Todavia, em virtude da segmentação global do mercado de trabalho, tanto no âmbito das diferenças de gênero como étnicas e raciais, elas continuam a ocupar uma posição inferior àquela dos homens e das mulheres nacionais, estabelecendo-se como uma alternativa de mão de obra ainda mais barata. Ou

seja, as mulheres imigrantes constituem-se como um recurso ideal para o desenvolvimento do atual modelo de capitalismo, visto que são colocadas no lugar da força de trabalho de mais baixo custo (Sassen, 2000).

Como dito anteriormente, sobretudo nos países desenvolvidos, a emancipação feminina, fruto das lutas dos movimentos feministas, juntamente com as mudanças do mundo laboral, possibilitou que mulheres assumissem postos de trabalho no mercado laboral externo à família. Esse movimento fez com que houvesse um aumento na busca de mão de obra para cobrir os serviços domésticos de limpeza, preparo da comida e cuidado com filhos/as e pessoas anciãs que anteriormente eram realizados por essas mesmas mulheres. O crescimento da demanda por tal tipo de mão de obra, a diminuição das políticas de assistência promovidas pelo Estado de Providência, somados ao desenvolvimento do setor de serviços e à precarização das situações laborais, contribuíram para a intensificação da imigração feminina, uma vez que essas atividades correspondem à tipificação sexual das ocupações, na qual as tarefas de reprodução social e menos valorizadas são, historicamente, atribuídas às mulheres (Ferreira, 2003).

Assim, a análise das tendências dos fluxos migratórios de mulheres revela a consolidação da demanda por mão de obra imigrante feminina, em especial para os setores de serviços domésticos e cuidados, constituindo as chamadas “cadeias globais de cuidados”, isto é, as tarefas de cuidados assumem um caráter transnacional, as atividades de reprodução são transferidas de mulher para mulher, de acordo com os diferentes eixos de estratificação, classe social, raça, etnia ou lugar de origem (Hochschild, 2000). Para ilustrar, basta ter em mente o caso das mulheres equatorianas ou costa-riquenhas que migram para os Estados Unidos e são contratadas por famílias americanas para trabalharem como domésticas, babás ou acompanhantes de pessoas idosas, deixando no país de origem seus filhos e/ou filhas a cargo de outra mulher, em geral da própria família (Malheiros e Padilla, 2010).

Averigua-se, também, uma inserção significativa das imigrantes nas atividades ligadas à economia informal. Segundo dados da OIT (2006), cerca de 10% da população imigrante contemporânea concentra-se em atividades relacionadas a tal setor. A desregulamentação desses postos de trabalho, principalmente no que diz respeito aos direitos laborais, fiscalização, condições de trabalho e remuneração, faz com que os níveis de precarização sejam ainda mais elevados. No caso das mulheres, ao concentrarem-se em especial nas atividades domésticas, de cuidados e limpeza, que em geral são realizadas no âmbito privado, elas tornam-se ainda mais vulneráveis a situações de exploração e isolamento. Para Sassen (1999), o que se vê agora é o ressurgimento de uma classe de serviçais que reproduz, internacionalmente, padrões de segregação de sexo e raça, fazendo com que as imigrantes constituam-se como um dos grupos mais marginalizados econômica e socialmente.

Outro ponto relevante da imigração feminina diz respeito ao processo de desqualificação que muitas dessas mulheres sofrem, caracterizando um processo de *brain-waste* (Piper, 2007). Sabe-se que há, também, um deslocamento significativo de mulheres altamente qualificadas, em especial ligadas à saúde e educação, mas que no país de destino acabam por assumir atividades relacionadas à reprodução social, em especial domésticas e de cuidados. É o caso, por exemplo, de



enfermeiras filipinas com altos níveis de qualificação que no país de destino passam a trabalhar como cuidadoras de pessoas com deficiências ou idosas em ambientes privados (Kofman, 2007).

As redes sociais também são um aspecto importante a ser considerado nas trajetórias de migração. Em geral, identifica-se como um dos papéis mais relevantes dessas redes a redução de custos econômicos, sociais e pessoais para os/as imigrantes recém-chegados/as. Desde as informações que são disponibilizadas antes do momento da partida, passando pela ajuda na busca de alojamento e de trabalho, esclarecimento acerca das documentações, indo até o processo de socialização e integração na nova sociedade. Essas redes informais vêm ganhando cada vez mais relevância em virtude da escassez/má qualidade dos programas e das políticas de integração oferecidas pelos países de acolhimento. Sem poder e saber como recorrer aos órgãos oficiais, aos/as imigrantes resta contar, principalmente, com esse tipo de suporte (Kofman e Raghuram, 2006; Padilla, 2005b).

Contudo, como apresentei anteriormente, é preciso ter em mente que homens e mulheres vivenciam qualitativamente de forma diferenciada a migração, de maneira que também é necessário observar como as desigualdades de gênero manifestam-se nas redes sociais. Catarino e Oso (2000) e Padilla (2005b) afirmam que o estabelecimento de redes sociais está diretamente ligado com o capital econômico, social e cultural de cada sujeito. Se por um lado o capital econômico é fundamental para a produção do capital social e cultural, por outro, o capital social é um facilitador para acessar a redes e conseqüentemente acomodação, trabalho, entre outros. Porém, em virtude das assimetrias de gênero existentes na sociedade, capital econômico e capital social são distribuídos de forma desigual entre homens e mulheres, sendo as mulheres, mais uma vez, desfavorecidas, prejudicando, assim, a criação de redes sociais e, conseqüentemente, a inserção social e laboral feminina.

Diria, pois, que a migração feminina não pode ser analisada simplesmente a partir dos determinantes econômicos, é necessário considerar também as condições sociais e a própria interrelação das esferas de produção e reprodução para que não se perca de vista o peso que o sistema patriarcal ainda possui nesse fenômeno (Rubio, 2003).

O que se pode apreender desde já acerca da feminização das migrações é que o referido fenômeno afeta a composição, a dimensão e a direção dos fluxos migratórios, ao mesmo tempo em que é influenciado e influi na dinâmica laboral dos países receptores, sendo atravessado a todo instante pelos efeitos das ideologias sexistas e patriarcais da sociedade.

Depois de contextualizar em um nível mais macro as mudanças ocorridas no mundo do trabalho por consequência dos processos de globalização, introduzo, agora, minhas hipóteses acerca desse fenômeno e a metodologia utilizada para análise. Em seguida apresento como a realidade laboral e migratória em Portugal se dá, em específico no caso da população brasileira.

## 2. HIPÓTESES E METODOLOGIA

No presente capítulo, apresento de forma sistemática as hipóteses de investigação que sustentam esse estudo e que, portanto, guiaram a recolha e análise dos dados com os quais trabalhei. Busco igualmente articular os campos analíticos os quais tenho utilizado com minhas hipóteses de trabalho. Além disso, esse capítulo tem como propósito expor as bases metodológicas pelas quais optei, explicitando não apenas suas redes teóricas e conceituais, mas também o porquê dessas escolhas. A metodologia aqui elegida não se justifica em si mesma, assim como as hipóteses propostas também não o fazem, ambas justificam-se em sua relação com o mundo social que pretendi acessar.

Em nenhum momento ambicionei esgotar e captar a realidade na sua totalidade ou pretendi algum tipo de universalismo, posto que, para além de não ser uma tarefa exequível, a simples tentativa é por si só reducionista e, portanto, inadequada para os propósitos de um conhecimento que almeja ampliar os horizontes e as possibilidades de compreensão dos fenômenos sociais. O que procurei aqui foi ir além do que está visível, buscando ultrapassar as explicações normalmente dadas para a realidade. Procurei, portanto, estabelecer um diálogo interdisciplinar entre diversos campos de saberes e diferentes vozes, ansiando renovar o que já foi dito acerca da imigração de mulheres brasileira para Portugal.

A partir do exposto, percebe-se claramente que as bases epistemológicas sobre as quais sustento esse estudo buscam alinhar-se com as proposições de uma sociologia crítica, engajada, seja pela via de um arcabouço teórico-reflexivo, seja pela prática política e social, como propõe Estanque (2000). Reconheço que o próprio processo de produção de conhecimento que se inicia na investigação (tal qual o/a investigador/a que o realiza) é um processo social (Estanque, 2003). O alto grau de identificação entre os sujeitos sociais com quem trabalhei e mim levava-me por dois caminhos: por um lado, aumentava a necessidade de avaliar as estratégias e procedimentos por mim utilizados, por outro, permitia confrontar o meu saber com os saberes alternativos em estudo, aproximando-me daquilo que Estanque (2003) identifica como “prática do envolvimento”. Para o autor, o envolvimento aparece como uma via fundamental para a reinvenção da produção do conhecimento, que o desloca do lugar tradicional de autoridade absoluta, conferindo-lhe um caráter emancipatório, como ensina o Professor Boaventura de Sousa Santos.

Seguindo esses preceitos, questionar a compreensão hegemônica e dominante acerca da realidade, buscar ver além do que está posto, ouvir aqueles e aquelas que têm suas vozes silenciadas são alguns dos pressupostos em que me baseei nessa investigação. Neste sentido é que justifico minhas escolhas metodológicas, a opção por uma multiplicidade de técnicas, que alterna o trabalho com dados quantitativos e dados qualitativos, atestando meu reconhecimento do caráter multifacetado do fenômeno que pretendi estudar.

### 2.1. Hipóteses

A pedra angular sobre a qual se ergue toda minha investigação é a busca de conhecer e compreender a realidade laboral das mulheres brasileiras em Portugal, almejando, ao final, devolver

à comunidade social e científica um conhecimento crítico, construído a partir e em conjunto com as próprias mulheres. Investigar a inserção laboral das imigrantes brasileiras em Portugal desvela desde o início o confronto de três sistemas de dominação presentes em nossa sociedade: diferenças sociais, étnico-raciais e de gênero. De forma que, como referido, é a partir da perspectiva da interseccionalidade que me posiciono para o estudo dessa realidade, buscando compreender e analisar como se dá a associação desses múltiplos sistemas de dominação e subordinação.

Contudo, é preciso deixar claro que esse não se configura como um estudo exaustivo sobre a realidade das imigrantes brasileiras na sociedade portuguesa. Trata-se, pois, de um estudo que tem seu foco principal na precarização do mercado de trabalho e suas consequências nas dinâmicas de inserção laboral de tais imigrantes. A população das mulheres brasileiras imigrantes em Portugal foi escolhida em função de vários aspectos – relevância quantitativa e qualitativa, crescimento contínuo ao longo dos últimos vinte anos –, configurando-se quase como um estudo de caso acerca de uma população imigrante específica.

Posto isso, afirmo que a presente investigação está ancorada na indagação acerca de como se dão os processos de inserção das mulheres brasileiras imigrantes no mercado de trabalho português. Mais precisamente, como os marcadores de diferenças etnia, raça, classe social, nacionalidade e sexo se combinam de forma a determinar as diferentes nuances existentes nessa realidade.

Se é verdade que essas são as principais perguntas que balizam meu estudo, também é verdade que outras que apareceram ao longo do percurso não são menos importantes. Mulheres, trabalho, brasilidade, precariedade, imigração e preconceito, estigma, sexualização entrelaçam-se em um único fio que conduz minhas inquietações: quem são essas mulheres? Quais estratégias para inserção social utilizam? Sob quais condições integram o mercado de trabalho em Portugal? Quais os principais obstáculos que enfrentam? A quais lógicas de dominação simbólica presentes no mercado de trabalho português são expostas? Qual o papel da relação colonial entre Brasil e Portugal na estruturação dessas dinâmicas? Que processos contribuíram para o aumento da imigração? Qual o impacto da flexibilização do mercado nesse aumento?

Parece-me fundamental reconhecer que as práticas discursivas são também um lugar de poder, de forma que busco compreender como essas práticas, em relação às brasileiras em Portugal, são constituídas e reproduzidas, justificando a situação de subordinação em que elas se encontram. O pensamento foucaultiano nos remete à compreensão de que toda e qualquer forma de discurso é poder, sendo na interseção desses diferentes discursos/poderes (econômicos, sociais, políticos) e práticas que as subjetividades são produzidas. Para os fins do meu estudo, penso nesses discursos em âmbitos específicos: mercado de trabalho, imagem das mulheres brasileiras em Portugal, relação colonial Portugal-Brasil, políticas migratórias e busco identificar efeitos de tais práticas na inserção laboral dessas mulheres na sociedade Portuguesa.

**Com base no exposto acima, a hipótese central que sustenta essa investigação é de que há uma relação direta entre precarização do mercado de trabalho, intensificação dos fluxos migratórios e segregação social das imigrantes.** A população imigrante seria mais uma receptora dos efeitos da precarização do trabalho do que propriamente sua causadora. Isto é, o

processo de desmantelamento do mercado de trabalho português não se deu porque houve um aumento dessa população, embora tenha se alimentado dessa realidade e contribuído de forma intensa para a segregação social das brasileiras. Foi principalmente a partir de meados dos anos 90, momento no qual, em Portugal, se iniciou de forma mais intensa a oferta de postos de trabalho pouco qualificados e em especial no setor de serviços, que ocorreu a feminização da imigração brasileira. Ou seja, a difusão de empregos nos setores de vendas, serviços e cuidados, em geral mal remunerados, com baixo prestígio social e que exigem pouca qualificação, funcionou como um atrativo para as imigrantes brasileiras que queriam deixar o Brasil. A experiência laboral precária dessas imigrantes marcadas pelas jornadas laborais extenuantes, ausência de folgas ou férias, baixos salários, dependência de renovação contratual, ameaça constante de desemprego contribuiu para a manutenção de um estatuto socioeconômico associado à pobreza, à exclusão e à vulnerabilidade social.

**A segunda hipótese que formulei prende-se à fronteira entre irregularidade e precarização do trabalho.** Ainda que reconheça as mulheres imigrantes como uma mão de obra particularmente vulnerável, suas experiências laborais não podem ser compreendidas unicamente a partir do viés da “falta de alternativas”. Desta feita, com base nas proposições de Burawoy, acredito que a conjugação de interesses entre empregadores/as e as imigrantes brasileiras irregulares – essas precisam de trabalho e aqueles/as necessitam de mão de obra barata – acaba por criar condições favoráveis para uma situação de hiper-exploração e ausência de direitos sociais. Sabe-se que algumas das imigrantes brasileiras que chegam a Portugal aproveitam-se da possibilidade de entrar com visto de turista para permanecer no país e só depois procuram regularizar-se. De maneira que, no início, muitas delas estão legalmente impossibilitadas de exercer uma atividade profissional. Diante dessas circunstâncias, trabalhar no mercado informal, apesar dos altos níveis de exploração e da baixa remuneração, aparece como uma opção conveniente para dar continuidade ao projeto migratório. Porém, esse tipo de inserção, se por um lado assegura os ganhos econômicos, por outro colabora diretamente para o agravamento da situação de exclusão e marginalidade, uma vez que a condição de irregularidade em relação ao estatuto de imigração dificulta as exigências de direitos e melhores condições laborais. Já para os/as empregadores/as, essa mão de obra mostra-se conveniente por saberem que a situação de irregularidade as torna trabalhadoras mais dóceis, submissas às condições de exploração e diminui seu potencial reivindicativo.

**A terceira hipótese debruça-se especificamente sobre a situação das imigrantes brasileiras no mercado de trabalho português.** Em alguns casos, o discurso acerca da simpatia, da beleza e da alegria das brasileiras, somado ao domínio fluente do português, tanto as constrói como trabalhadoras ideais para postos que exigem trato com clientes (vendas, restauração, atendimento), como encobre os mecanismos de exploração e subordinação sexual, étnico-raciais e de classe aos quais estão submetidas. Porém, esse discurso também alimenta o imaginário colonial da brasileira hipersexualizada, subalterna e ligada a atividades ilegais do mercado do sexo, configurando-se, dessa maneira, como uma forma de violência simbólica (Bourdieu, 2000) que marca negativamente a experiência laboral dessas mulheres e contribuiu para intensificar os processos de segregação e exclusão social aos quais são expostas.

**Por fim, a quarta hipótese refere-se à importância da dimensão do consumo e da segurança urbana.** Em virtude da precarização das relações e condições de trabalho, a possibilidade de consumir produtos que no país de origem seriam inacessíveis, assim como a ausência de violência urbana, mostram-se como outros motivos que fazem com que as imigrantes optem por ficar em Portugal, ainda que a situação laboral seja de extrema precariedade e exploração e que não haja uma inserção social digna.

Para a confrontação dessas hipóteses, lançarei mão do quadro metodológico descrito a seguir. A ideia não é a de buscar uma verdade absoluta e irrefutável a partir da investigação, mas a de poder construir um conhecimento situado que permita uma melhor compreensão da realidade, para que seja então possível transformá-la.

## **2.2. Metodologia**

Desde o início, tenho afirmado que essa investigação sobre a inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho português encontra-se na interseção entre os estudos dos processos migratórios, da nova configuração do mercado de trabalho e das questões referentes às mulheres e às desigualdades de gênero, uma vez que busco situá-la nas formas atuais de produção do conhecimento, reconhecendo a interdisciplinaridade dos fenômenos sociais. Ciente de que toda opção metodológica, ao mesmo tempo em que revela alguns aspectos da realidade do fenômeno, encobre outros, e tendo em vista a complexidade do meu objeto de estudo, optei por utilizar uma variedade de técnicas de recolha de dados, na tentativa de abarcar a realidade do referido objeto a partir de diferentes perspectivas e escalas (Santos, 1994; 2007).

Investigar a inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho português leva-me, obrigatoriamente, a refletir acerca do meu lugar de mulher brasileira imigrante, dessa forma, inevitavelmente, investigadora e investigadas se confundem. Compartilho, pois, com Cunha (2011), Estanque (2000) e Haraway (1992) da ideia de que uma dimensão autobiográfica sempre está presente no processo de construção do conhecimento.

Ao longo das investigações de campo, lancei mão de métodos diversificados de recolha de informação – qualitativos e quantitativos –, mas procurei sempre seguir uma opção compreensiva reflexiva que me permitia, ao mesmo tempo, questionar e analisar o meu objeto e questionar a mim e à minha posição como investigadora.

Busquei utilizar cada dado produzido pelos diferentes métodos como uma peça a ser encaixada a fim de dar forma ao mosaico que é o fenômeno estudado, ou seja, utilizei-me de um diálogo entre diferentes técnicas, almejando mais o estabelecimento de conexões parciais do que a busca de uma única e irrefutável verdade. Estou alerta de que a utilização de métodos diversificados geram informações de natureza variável e por vezes até contraditórias, porém, acredito que essa pluralidade é indispensável quando se trata de um fenômeno tão complexo como o aqui estudado (Ferreira, 2003), cabendo a mim saber como utilizar as informações geradas da maneira mais adequada.

A opção por não abrir mão da metodologia qualitativa, especificamente das entrevistas em profundidade, baseia-se no fato de que a interação contínua entre sujeitos possibilita uma melhor compreensão e interpretação da diversidade inerente ao mundo real, que não se deixa conhecer pelo uso exclusivo da razão. Acredito, também, que as análises dos dados quantitativos, inquéritos e estatísticas oficiais permitem tirar uma fotografia geral de como os sujeitos se posicionam em relação aos determinantes estruturais. Ao articular essas duas metodologias, o objetivo principal é ser capaz de deslizar por entre uma orientação compreensiva e reflexiva mais completa, como propõe Estanque (2000).

A estreiteza existente entre “eu investigadora” e as mulheres que investigo exigia de mim uma atenção redobrada no que diz respeito a questionar a relação que estabeleço com meu campo, como me posiciono e as ambiguidades que são abarcadas nesse processo, por isso a perspectiva de compreensão e autorreflexão mostrou-se fundamental. Estar em Portugal enquanto estudo a inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho do país não poderia enquadrar-se metodologicamente como uma espécie de observação participante a tempo integral, visto que constantemente passo por experiências de discriminação, seja pela minha condição de mulher ou pela minha condição de imigrante ou especificamente pela minha condição de brasileira? Portanto, esta investigação leva-me, forçosamente, a refletir acerca do meu lugar de mulher brasileira imigrante, assumindo desde o início a impossibilidade de um posicionamento neutro e distante do meu campo.

### **2.3. Orientação metodológica**

Como já dito anteriormente, o objeto por mim escolhido trata-se de um objeto multifacetado, situando-se na intersecção de três áreas de estudo: sociologia do trabalho, das migrações, estudos de gênero e feminista. De forma que a utilização de variadas técnicas de recolha de dados mostrava-se fundamental. Para compreender a complexidade do fenômeno em questão, era preciso encontrar diferentes maneiras que se complementassem, não almejando uma verdade única, absoluta e aprisionadora, mas sim que permitisse estabelecer conexões entre os diversos campos de saber (Estanque, 2000; Mendes, 1999; Santos, 1994).

Afirmo, antes, que a opção metodológica que conduz toda essa investigação vai de encontro aos cânones tradicionais da sociologia positivista e busca acercar-se do método do caso alargado, desenvolvido por Burawoy (1998), que dentre várias características tem como premissa a intersubjetividade do/a cientista e do sujeito de estudo e a aceitação de que a generalização se dá não pela quantidade, mas pela qualidade e exemplaridade dos casos. Mais ainda, a opção por utilizar o referido método (Burawoy, 1991; Santos, 1994; Estanque 2000; 2003) dá-se por entendê-lo como uma metodologia que incorpora os níveis micro e macro na estruturação da realidade, ao mesmo tempo em que afasta os efeitos do relativismo e do universalismo.

*O chamado “método de caso alargado” (...) pretende ao mesmo tempo evitar o determinismo e o relativismo, estabelecendo uma causalidade múltipla e interactiva, isto é, olhando os*

*fenómenos a partir de baixo, mas tendo presentes as forças externas que os modelam (Estanque, 2003: 8).*

Nessa perspectiva, segundo Estanque (2003), o contexto é visto como algo ligado intrinsecamente às situações reais, afastando-se, portanto, das abordagens mais relativistas que tendem a analisar as situações a partir de pontos de vistas particulares, como se o mundo real fosse um mosaico de situações justapostas. Assim, embora as explicações oferecidas pelo método do caso alargado sejam com base em resultados particulares – explicações genéticas –, elas não estão desagregadas do espaço e do tempo. Santos (1987) defende que, apesar das falhas que o método do caso alargado, inevitavelmente, possa produzir (descritivismo ou sobreteorização), ele possibilita uma análise da complexidade do caso, tento em vista todos os seus detalhes, procurando identificar o que há de único e de diferente.

A compressão dos fenômenos sociais é diretamente afetada pelas escalas escolhidas, uma vez que uma determinada escala simultaneamente revela alguns aspectos e encobre outros. De tal forma que nem longos questionários e inquéritos aplicados a amostras representativas conseguem dar conta da complexidade e multiplicidade de um objeto, bem como exaustivas entrevistas em profundidade também não o fazem (Santos, 1994). Os critérios de avaliação, assim como os objetivos almejados pelos métodos quantitativos e qualitativos, não apenas são diferentes, como partem de pressupostos metodológicos diferenciados e enfrentam obstáculos também diversos (Mendes, 1999). Considero que a preferência por uma determinada metodologia é muito mais do que uma opção sobre qual ferramenta será utilizada para acessar o campo e confrontar hipóteses. Ela liga-se, diretamente, à escolha e definição do problema (Burawoy, 1991). Ao adotar uma postura compreensiva e autorreflexiva busco, seguindo os passos de Estanque (2000) e Cunha (2011), avaliar de maneira crítica os diversos instrumentos metodológicos utilizados e, principalmente, minha postura como investigadora.

Acredito ser de grande relevância, como coloca Bourdieu (1997), que ao desenvolver uma investigação, deve-se considerar os próprios pressupostos subjetivos, a fim de conseguir controlar e minimizar seus efeitos, pois, como afirma o autor, a diferença fundamental de uma estratégia de pesquisa não diz respeito à incorporação ou não-incorporação dos pressupostos subjetivos de quem realiza a investigação, mas sim da percepção que o/a investigador/a tem de tais pressupostos e na maneira como seus efeitos são incorporados na análise (Estanque, 2003).

Perguntei-me, várias vezes, como lidar com o alto grau identificação entre os sujeitos sociais com quem trabalhei e eu, como traduzir academicamente tudo que vi, ouvi e vivenciei ao longo da minha estadia aqui. E foi na autorreflexividade proposta pelas metodologias feministas que encontrei eco para trabalhar essas questões. Compreendo a reflexividade não como um conhecimento em si mesmo, mas sim como uma possibilidade de indagar a realidade com base em pressupostos teóricos e também do meu próprio lugar de enunciação (Cunha, 2011; Narvaz e Koller, 2006; Neves e Nogueira, 2005; Haraway 1992).

Ainda que minha experiência em campo não possa ser enquadrada como uma observação participante clássica, visto que não houve uma inserção por minha parte no cotidiano das mulheres que entrevistei – nossos encontros foram pontuais para a realização das entrevistas – e tampouco eu

desempenhasse as mesmas atividades que elas no mercado laboral, considero, sim, que o que fazia era uma metodologia do tipo participante. Durante todos os anos da investigação, estive imersa na sociedade portuguesa, interagindo com suas dinâmicas sociais e, portanto, sendo constantemente confrontada com elementos que me permitiam perscrutar as experiências de trabalhadoras brasileiras em Portugal. Embora não perca de vista que minha situação de doutoranda, bolsista, conferia uma posição diferente da delas, de certa forma estávamos sujeitas a uma mesma realidade, dividíamos o mesmo tempo e espaço, submetíamos-nos às regras sociais semelhantes e compartilhávamos traços de uma biografia comum – mulher, brasileira, imigrante.

Em outras palavras, a abordagem metodológica pela qual optei, para além de apresentar-se como uma abordagem que abrange uma pluralidade de métodos de recolha de informação, busca, antes de tudo, estar assente em uma perspectiva crítica, procurando construir um conhecimento situado, sólido e consistente, ao mesmo tempo em que considera meu próprio lugar de investigadora e minha identidade como objetos de análise.

#### **2.4. Técnicas de recolha**

Como anunciei previamente, utilizei-me de uma diversificada gama de técnicas de recolha: inquéritos por questionários, entrevistas em profundidade, observação participante e análise de dados oficiais. Cada uma dessas técnicas traz consigo especificidades próprias que pretendo apresentar brevemente, seguidas da contextualização das circunstâncias em que foram conduzidas. Acredito que essa variedade permitiu-me articular os diversos níveis de análise aos quais me propus, oferecendo diferentes perspectivas para conhecer o fenómeno em questão. Ao mesmo tempo, reconheço nessas técnicas a possibilidade de ir além do que está explícito, evitando que se esgote a realidade em um único olhar, contribuindo para identificar, mais facilmente, os fios invisíveis que moldam as relações da nossa sociedade.

Inevitavelmente, a utilização de diferentes técnicas de investigação me levou a obter resultados por vezes contraditórios, exigindo um retorno mais acurado às próprias teorias, comparações com outros estudos, reavaliação dos meus pressupostos, reflexões sobre meus escritos em meu diário de campo e conversas com outras pessoas estudiosas do tema. Tal exercício apenas contribuiu para enriquecer esse estudo.

A seguir, apresentarei e discutirei, de forma breve e pontual, as técnicas de investigação por mim utilizadas.

##### *Observação*

O método da observação é um dos pilares da investigação sociológica, uma vez que permite um envolvimento e interação maior com os fenómenos estudados. Como dito anteriormente, acredito poder classificar minhas observações como observações participantes, posto que me identifiquei, desde sempre, como mulher-brasileira-imigrante em Portugal. Meu objetivo durante as observações



ia muito além de uma simples “anotação da ação social” (Geertz, 1987). Buscava aceder à identificação do sentido, da orientação e da dinâmica de cada momento.

Considero que minha chegada ao campo deu-se desde o momento em que desembarquei do avião em Lisboa e passei a viver em Portugal. Identifico, pois, o cotidiano português como meu campo. Acredito que o fato de estar no país já durante um tempo significativo quando fui realizar as entrevistas (dois anos e meio) conferia a mim, junto às minhas entrevistadas, certa credibilidade, visto que eu, assim como elas, (des)conhecia as “regras” e os “códigos” da sociedade portuguesa e ao mesmo tempo, compartilhávamos incompreensões sociais e um arcabouço cultural comum.

Reconheço na minha experiência de morar em Portugal durante os quatro anos da investigação a possibilidade de exercer uma observação participante contínua e integral, fato que me forneceu elementos abundantes para as reflexões feitas posteriormente ao longo das análises das entrevistas – material que foi compilado em um diário de campo.

O diário tornou-se uma ferramenta fundamental ao longo dessa investigação, era nele onde tomava nota de minhas observações, mesmo em momentos em que, teoricamente, não estava trabalhando na tese, mas em que o campo invadia minha realidade – como, por exemplo, ao ir a um café, cinema, restaurante, ao tomar o autocarro, frequentar repartições públicas ou simplesmente caminhar pelas ruas. O exercício de observação era contínuo e me levava a estar constantemente atenta para perceber o que as diversas situações do cotidiano que envolviam a presença de mulheres brasileiras, e a minha própria, tinham de peculiar devido nossa condição de mulher-brasileira-imigrante.

Tal exercício se configurou, principalmente, como um instrumento de autodisciplina e que, por não estar aprisionado às formalidades da escrita acadêmica, permitiu abordar experiências, comentários e momentos que de outra forma não encontrariam espaço, mas que são fundamentais para reconstruir e desenvolver impressões em momentos nos quais teoria e campo parecem casar-se ou contradizer-se totalmente (Pereiro, 2008).

### *Entrevistas*

As entrevistas em profundidade são por mim concebidas como mais do que meros instrumentos e técnicas de pesquisa. Portanto, dei a elas um destaque principal na condução da investigação. Encarei-as como um processo de construção dos alicerces necessários para aceder às práticas discursivas das mulheres com quem trabalhei. Compartilho com Mendes (1999) a ideia de que esse momento permite captar não apenas o indivíduo, mas sua localização social, pois a partir do diálogo estabelecido durante a entrevista é possível acessar a realidade cognitiva, social e simbólica que perpassa as ancoragens locais.

Foram analisadas 18 entrevistas individuais em profundidade com mulheres brasileiras residentes em Portugal que estivessem ou estiveram inseridas no mercado laboral<sup>11</sup>. O ramo de

---

<sup>11</sup> No total, foram realizadas 21 entrevistas, contudo, serão analisadas apenas 18 porque a partir de certo momento considerei que os elementos trazidos pelos discursos eram repetitivos e se sobrepunham ao material com o qual já havia trabalhado.

atividades escolhido foi principalmente vendas e restauração, porém outras atividades, como domésticas, cuidadoras e manicures, foram incluídas.

A escolha inicial do ramo de vendas e restauração deu-se a partir da observação, que prescinde de qualquer atenção apurada: o grande número de mulheres brasileiras trabalhando nesses postos no mercado de trabalho português. Desde a entrada em Portugal pelo aeroporto de Lisboa, chamou-me a atenção a quantidade de brasileiras atendendo nos bares e cafés do aeroporto. Ao longo do primeiro ano de doutoramento, quando essa tese ainda era um embrião, as constantes idas à Capital e às demais cidades e aldeias de Portugal e a vida em Coimbra confirmavam essa primeira impressão: em Portugal, há uma inserção massiva das brasileiras nesse setor de trabalho. As leituras posteriores de Machado (2003; 2005), Padilla (2005<sup>a</sup>; 2007b) e Téchio (2006) vieram ao encontro dessa percepção reafirmando-a, de maneira que estudar tal ramo mostrava-se como um imperativo. As observações constantes fizeram-me perceber a necessidade de também incluir brasileiras que trabalham no setor da estética, já que elas também aparecem como numerosas e apresentam algumas especificidades que serão relatadas mais à frente.

A principal preocupação durante as entrevistas era de conseguir apreender através dos discursos a estrutura das relações objetivas presentes e passadas na trajetória dessas mulheres. Assim, durante os encontros, considerei a possibilidade de causar algum tipo de violência linguística, em virtude de dissimetria social existente entre as mulheres que entrevistei e eu. Portanto, busquei não perder de vista de que forma isso afetaria o discurso delas.

Para trabalhar com o material colhido, utilizei-me do método da análise do discurso, uma vez que compreendo os discursos como práticas sociais que formam sistematicamente os objetos de que falam. As práticas são o que fazem as pessoas: seus comportamentos, escolhas, crenças e histórias. Por isso, as práticas não se opõem nem se separam dos discursos: estes constituem, desde o início, práticas específicas. Esse método é uma forma de acessar as estruturas simbólicas que moldam e balizam a vida cotidiana, dando mais prioridade à compreensão do processo de formação dos discursos que à interpretação dos mesmos (Neves e Correa, 1998). As entrevistas foram gravadas e transcritas a fim de posteriormente possibilitar uma adequada análise do discurso dos sujeitos.

Ciente de que sob a denominação de análise do discurso repousam concepções e teorias bastante diversificadas, destaco a abordagem desenvolvida por Fairclough (2001) e van Dijk (2010) com base na teoria da análise crítica do discurso (ACD), que entende o discurso como uma construção social da realidade. A linguagem é concebida aqui como prática social determinada pelas estruturas. De acordo essa perspectiva, simultaneamente, o discurso afeta as estruturas sociais e é afetado por elas.

Conceber o discurso como prática social é buscar investigar as regras coletivas que estruturam os comportamentos, analisando também as formas como tais regras são questionadas e transformadas. A produção do discurso não é um fim em si mesmo, mas trata-se de um processo de produção da vida, das relações e das identidades sociais (Ferreira, 2003).

*Entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado que tanto é constituído socialmente como é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistema de conhecimento e crença. Nisso consiste a*

*dialética entre discurso e sociedade: o discurso é moldado pela estrutura social, mas é também constitutivo da estrutura social (Resende e Ramalho, 2006: 26).*

A forma como o discurso é concebido por Fairclough e van Dijk permite que, em consonância com os pressupostos metodológicos que estive a apresentar até agora, seja possível analisar questões macrossociológicas e microssociológicas presentes no processo de inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho português. Em momento nenhum tive a pretensão de classificar, fixar ou aprisionar o discurso dessas imigrantes em categorias pré-definidas. O que se busca atingir através dessa análise é menos um consenso e mais um refinamento das reflexões acerca dos mecanismos de inserção na sociedade acolhedora, especificamente no mercado do trabalho, a partir da condição de mulher e imigrante.

Seguindo um guião de entrevista semiestruturada<sup>12</sup>, que funcionava mais como base do que como uma grelha de perguntas estanques, busquei estabelecer uma relação de diálogo com as entrevistadas. As entrevistas são concebidas por mim como um momento em que se dá a construção de uma interlocução. Por isso, o guião não foi elaborado como um questionário fechado baseado em um modelo de pergunta-resposta, mas sim como um esquema mais aberto, orientado para abordar, junto à população a ser pesquisada, os temas imigração, sexo, inserção social e trabalho.

O guião apresentava quatro momentos diferentes: delineamento do perfil sócio-demográfico – idade, local de nascimento, estado civil, escolaridade –, resgate da trajetória migratória, sendo a pergunta “que razões levaram você a decidir deixar o Brasil?” o mote principal; reconstrução da trajetória laboral, tanto no Brasil como em Portugal; e, por fim, questões que se dirigiam ao cotidiano português abordando desde as redes de socialização até as atividades de lazer. O exercício maior era de deixar que as entrevistadas conduzissem a entrevista, abrindo mão do papel ativo e intervencionista, normalmente esperado do/a investigador/a.

A tarefa de transcrição das entrevistas mostra-se como um dos momentos cruciais para uma análise adequada do conteúdo, porque a própria transcrição por si já é uma forma de análise. Optei por tentar aproximar minha metodologia de transcrição daquela utilizada pelo professor José Manuel Mendes (1999), para quem as hesitações, ênfases e entonações são de grande importância para o processo de análise. Ainda que concorde com Ferreira (2003) quando diz que os dados orais e transcritos não são isomorfos, não sendo, portanto, possível reproduzir no papel a mesma veracidade do discurso oral, acredito que a linguagem compreende também os não ditos, os silêncios, os suspiros e seus diferentes tons.

Para contextualizar as respostas e reconstruir também minhas perguntas e expressões, bem como buscar ilustrar o contexto e dinâmica da aplicação de cada entrevista, o diário de campo funcionou como uma ferramenta imprescindível. A partir desses escritos, foi possível resgatar muitas informações que forneceram uma maior riqueza contextual e de significado sobre as datas, locais, cenários em que os encontros foram realizados (Pereiro, 2008).

---

<sup>12</sup> Anexo 9.1.

### Aplicação e análise das entrevistas

Como apresentado antes, as entrevistadas foram mulheres brasileiras trabalhadoras, principalmente do ramo de restauração, vendas, estética e cuidados – domésticas e acompanhantes de pessoas idosas. A preocupação principal era tentar compreender como se dá a inserção dessas mulheres na sociedade portuguesa a partir das suas práticas laborais, questionando até que ponto o trabalho funciona como um elemento de inserção ou de exclusão dessa população. Entre os anos de 2009 e 2011, eu mesma conduzi as entrevistas que serão analisadas mais à frente, pois em consonância com os pressupostos epistemológicos e metodológicos apresentados até agora, acreditava ser fundamental que eu, na qualidade de investigadora, realizasse as entrevistas e transcrições. Geograficamente, as entrevistas se deram em Lisboa – por ser onde se concentra a maior parte da população brasileira imigrante, Albufeira e Figueira da Foz, procurando aceder a regiões turísticas, e em Coimbra região centro (Tabela 1).

Para o recrutamento da população, foi utilizada a técnica da “bola de neve”, ou técnica de indicação sucessiva de entrevistas (Biernack; Waldorf, 1981). Trata-se de uma técnica de recrutamento de sujeitos de uma população específica a partir da rede social do/a próprio/a participante. De acordo com Browne (2005), a técnica da “bola de neve” permite a identificação dos sujeitos a serem entrevistados sem grandes obstáculos. A escolha da população não se dá de forma aleatória, pois os sujeitos são convidados a indicar a próxima pessoa a ser entrevistada, que deve apresentar as características necessárias para o estudo. Ciente que essa técnica pode causar algum enviesamento da população, visto que as indicações podem centrar-se sempre na mesma rede migratória, evitei entrevistar várias pessoas de uma mesma família ou que tivessem migrado juntas ou que compartilhassem de redes sociais muito próximas. Os contatos realizados nas diferentes regiões deram-se não por indicações unicamente das entrevistadas, mas por amigos e amigas que conheciam meus estudos.

**Tabela 1: Mapa geográfico e profissional das entrevistas**

Local \ Atividade	Lisboa	Coimbra	Albufeira	Figueira da Foz
Restauração	1	1	4	
Vendas	1			
Estética	1	1		
Limpeza	1		2	1
Cuidados		1		
Trabalho Qualificado	1			1
Desemprego		1		1

Fonte: Própria.

Em geral, as entrevistas correram com normalidade, na maioria das vezes foram realizadas na casa das mulheres ou em algum lugar público e neutro em relação ao local de trabalho, como, por exemplo, parques e cafés. Identifico as entrevistas realizadas nas próprias casas as mais ricas, pois estar no local onde elas viviam permitia-me ter acesso a outras informações acerca das condições de vida, socialização que não era mais difícil quando as entrevistas decorriam em um café. Era possível

compreender um pouco como a vida pessoal se organizava em relação à dinâmica do trabalho. Por exemplo, no caso das mulheres que entrevistei em Albufeira, enquanto realizava uma entrevista uma delas chegava do trabalho e dirigia-se direto para tomar banho, outra preparava o jantar que comeriam as três juntas. Como relatarei mais à frente, a possibilidade de consumo é um dos principais temas que essas mulheres abordam em sua fala e, ao frequentar suas casas, tinha a possibilidade de ver a presença e a importância de alguns desses itens, tidos como ícones emblemáticos.

Ainda que se mostrassem receptivas e dispostas a participar logo no primeiro contato por telefone, quando me apresentava e dizia do que se tratava, na hora de realmente realizar a entrevista nem todas estavam disponíveis. Em geral, o horário de trabalho mostrava-se como o maior impedimento, ou porque tinham sido escaladas de repente para horas extras ou porque tinha aparecido algum serviço novo ou simplesmente porque estavam tão cansadas que não tinham condições ou mesmo interesse em participar da investigação.

As mulheres entrevistadas que estavam com a documentação irregular não apresentaram nenhum tipo de resistência especial em participar. Atribuo isso à identificação que elas deviam ter comigo pelo fato de eu ser mulher e brasileira, o que provavelmente as faria supor que compartilhávamos algo em comum, como também minha aparência jovem e minha situação de estudante, que logo afastavam qualquer possibilidade de eu ser do SEF ou algum outro tipo de órgão de fiscal.

Por outro lado, o fato de ser estudante da Universidade e “não trabalhar” demarcava para elas a primeira diferença entre nós. Naquele momento, aos olhos delas, transformava-me em uma “menina rica que estudava na Europa”, principalmente porque no Brasil o acesso ao ensino universitário ainda é muito restrito às classes mais altas. Porém, acredito que a informalidade e a espontaneidade com que conduzia as entrevistas desfaziam um pouco desse mito, juntamente com o fato de que me identificava, primeiramente, como uma mulher brasileira imigrante.

As entrevistas foram transcritas integralmente por mim mesma. Com ajuda do diário de campo, pude reconstruir muito do ambiente das entrevistas, acedendo a alguns detalhes que não eram passíveis de serem gravados, mas que enriquecem a análise, por exemplo, como se deu o primeiro contato ou local do encontro. Posteriormente, para cada entrevista escrevi um resumo, destacando os pontos principais e os mais abordados.

### *Inquérito por questionário*

O inquérito utilizado<sup>13</sup> faz parte do “Projeto Vagas Atlânticas: Imigração Brasileira em Portugal”<sup>14</sup>, que aconteceu entre 2008 e 2010. Esse estudo foi conduzido em parceria pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC), SOCIUS – Centro de Investigação em

---

<sup>13</sup> Anexo 9.3.

<sup>14</sup> Agradeço imensamente aos Professores João Peixoto, Pedro Góis, José Carlos Marques e à Professora Beatriz Padilla, que me permitiram fazer parte da equipe de investigação e utilizar os dados do inquérito nessa tese, reforçando minha ideia de que os afetos têm um lugar irretocável no processo de construção do conhecimento.

Sociologia Económica e das Organizações do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (SOCIUS-ISEG/UTL) e do Centro de Investigação e Estudos em Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES/IUL), financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia (PTDC/SDE/68903/2006). Durante o ano de 2010, fiz parte da equipe de investigação, o que me permitiu ter acesso aos dados dos inquéritos. O principal objetivo do projeto era mapear a imigração brasileira em Portugal, voltando-se especialmente para a caracterização do fluxo em todo o país. O projeto buscava analisar, de forma detalhada e exaustiva, o processo migratório de brasileiros e brasileiras para Portugal, levando em consideração suas diferentes fases, intencionando fechar a lacuna existente nos estudos sobre esse tema. Foram obtidos 1398 inquéritos válidos em todo o território nacional, em uma tentativa de dar representatividade à amostra, para então poder arriscar traçar um perfil aproximado dessa população. O inquérito permitia analisar características demográficas e sócioeconómicas, incluindo sexo e idade, situação familiar, inserção territorial, níveis de educação e qualificação profissional, categorias profissionais e modos de relação laboral (Peixoto, *et al.*, s.d)

A principal tentativa a partir da análise desses dados era resgatar e delinear a relação que essas mulheres estabelecem com mundo laboral em Portugal. A partir do inquérito, foi possível acessar outros ramos de atividades que não foram contemplados nas entrevistas e assim traçar um perfil mais abrangente e, conseqüentemente, compreender de forma mais apurada as nuances dos processos de inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho português.

Os questionários eram compostos de perguntas fechadas. Para a aplicação e compilação dos dados, foi criada uma base de dados no programa estatístico PASW/SPSS. No caso de questões de pouca relevância estatística ou de poucas respostas, visando facilitar a interpretação dos dados, algumas variáveis foram recodificadas, o que, de acordo com Pestana e Gageiro (1998), permite, em alguns casos, maior significado para a interpretação dos resultados. Informações mais precisas acerca da aplicação dos inquéritos serão apresentadas no momento de análise desses resultados.

### *Análise dos dados oficiais*

Dentre as técnicas utilizadas, recorri também à análise de dados oficiais oferecidos pelo governo português, principalmente aqueles fornecidos pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) e algumas estatísticas internacionais, principalmente aquelas fornecidas pelo Eurostat.

Esses dados foram utilizados, sobretudo, para o delineamento da situação laboral e social da população brasileira imigrante em Portugal. Uma das principais vantagens dessa metodologia é a economia no tempo necessário para a realização da pesquisa e, conseqüentemente, a relação custo-benefício, uma vez que os dados encontram-se já disponíveis, sendo necessário apenas a sua análise. Outra grande vantagem dos dados oficiais do Governo é o fato de abrangerem um número

significativo de sujeitos aos quais jamais teria acesso no âmbito desse doutoramento, oferecendo, assim, uma amostragem bastante significativa.

Contudo, como ressalta Peixoto (2008), as estatísticas portuguesas com relação à população imigrante são fragmentadas e nem sempre comparáveis. Algumas apresentam escassa informação sobre a condição econômica dos/as imigrantes, não incluem variáveis relacionadas ao mercado de trabalho, principalmente em relação à condição de irregularidade laboral. Porém, é inegável que se trata de uma fonte de informação que não pode ser dispensada, de forma que, com as devidas ressalvas, as análises das estatísticas oficiais ofereceram relevantes elementos para a compreensão dos processos de inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho português.

Após explicitar o percurso metodológico que segui nessa investigação, retomo as discussões teóricas, mas agora de forma específica sobre a realidade portuguesa, tanto no que concerne ao mercado de trabalho, como à imigração brasileira para o país. Os próximos capítulos têm esse objetivo.

### 3. PORTUGAL: MERCADO DE TRABALHO, MULHERES E IMIGRAÇÃO.

Com base no que foi exposto, neste capítulo proponho fazer uma reflexão acerca de como as mudanças do mundo laboral descritas anteriormente manifestam-se na realidade portuguesa, visto que é especificamente nesse contexto que busquei examinar a experiência das mulheres brasileiras imigrantes.

A posição de Portugal como um país pertencente à União Europeia não extinguiu algumas características históricas que ainda permitem classificá-lo também como um país semiperiférico. De forma sucinta, os aspectos mais relevantes em relação ao mercado de trabalho português concernem, principalmente, ao pós-74, passando pela entrada na União Europeia, o processo de industrialização tardio, o desenvolvimento intenso do setor de serviços, crescimento da mão de obra imigrante e dos índices de feminização, o processo de precarização e desregulamentação que está a decorrer intensamente nos últimos anos e, mais recentemente, os efeitos da crise de 2008, que têm se alastrado até os dias atuais.

A transição do mercado de trabalho português de um modelo agroindustrial para uma sociedade fundada nos serviços foi um tanto problemática em virtude da fragilidade histórica do Estado Social, das contradições e desigualdades sociais existentes *a priori* que acabaram por se intensificar em meio a tal fenômeno. É verdade que a industrialização de Portugal, em meados da década de 70, levou a um aumento do número de empregos, mas principalmente em postos precários e que requeriam poucas qualificações. Concomitantemente, houve outro importante momento de criação de postos de trabalho que, em sua maioria, localizavam-se em áreas relacionadas com educação, administração pública, saúde e ação social, sendo principalmente nessas atividades que se deu a maior parte da inserção das mulheres portuguesas. Nos últimos trinta anos, o desenvolvimento do setor de serviços e a intensificação das práticas de terceirização mostraram-se como outro nicho de inserção feminina, assim como para trabalhadores e trabalhadoras imigrantes.

Mais especificamente no que diz respeito ao aumento da mão de obra imigrante, foi a partir da reabertura democrática e com a entrada na União Europeia, em 1986, que os primeiros fluxos migratórios se estabeleceram, estendendo-se até os dias de hoje. Sua composição inicial foi de portuguesas/as retornadas/as das ex-colônias, imigrantes dos países de língua oficial portuguesa (PALOP), do Brasil e posteriormente dos países do chamado Leste Europeu e, por último, da Ásia.

A partir dessa realidade, pretendo abordar de que forma a configuração do mercado de trabalho português articula-se com as dinâmicas de segregação sexual e étnico-raciais existentes e qual o papel dos atuais processos de precarização laboral para o aumento das desigualdades e exclusões sociais.

#### 3.1. Caracterização do Mercado de Trabalho Português

O presente tópico inicia-se com uma breve descrição do mercado de trabalho português de 1974 aos dias atuais, ressaltando, principalmente, a entrada na União Europeia, o processo de industrialização tardio, o desenvolvimento intenso do setor de serviços, o alto índice feminização, o



processo de precarização e desregulamentação que está a decorrer nos últimos anos e a atual crise política e econômica que o país vem enfrentando.

Tomando o ano de 1974 como marco fundamental na história de Portugal, em virtude da restauração da democracia e das transformações sociais que tiveram início nesse momento, pode-se considerar, também, que é a partir de então que se consolidam as classes trabalhadoras vinculadas à indústria e aos setores da nova classe média – setor administrativo, saúde, educação e funcionalismo público em geral (Estanque, 2003; 2012). Concomitante, deu-se também o desenvolvimento do Estado de Providência – que consubstanciou importantes conquistas para a classe trabalhadora, elevando os níveis de bem-estar material, garantindo estabilidade de emprego e oportunidades de carreira. Somam-se a isso algumas medidas que, como mostrarei mais à frente, tiveram forte impacto na entrada das mulheres no mercado laboral. Contudo, a tentativa de consolidação do Estado de Bem Estar português aconteceu em um momento em que o referido modelo entrava em declínio nos demais países da Europa, resultando em um Estado de Providência fraco e débil (Estanque, 2012; Santos 1994).

*Em todo o caso, o que aqui importa destacar é que, dadas as circunstâncias históricas e sociopolíticas em que se iniciou o processo de construção do nosso Estado social, ele surgiu já em contra-ciclo com o que estava a ocorrer nos países europeus avançados. Com duas agravantes: não tínhamos nem uma cultura democrática consolidada nem um potencial econômico e tecnológico que garantissem de facto um ciclo de crescimento que nos aproximasse desses países (Estanque, 2012: 17).*

Foi nesse período, também, que a classe média urbana teve seus avanços, porém de forma diferenciada e instável, com forte peso do Estado na sua estruturação, acompanhada por processos sociais profundos de recomposição e mudança estrutural do mercado de trabalho que acabaram por desenhar diferentes clivagens na sua composição. Porém, apesar do caráter débil da classe média portuguesa, as assimetrias e desigualdades sociais existentes entre ela e a classe trabalhadora assentam grandes discrepâncias de oportunidades e de padrões de bem-estar, materializando divisões das barreiras sociais instaladas ao longo da história (Estanque, 2004; 2005c). Devido à instabilidade que sempre circundou a formação da classe média portuguesa, sua importância deu-se principalmente pelo seu papel como referência simbólica no imaginário coletivo – ou seja, pela suposta mobilidade ascendente que seus membros tinham passado ao diferenciar-se de forma superior quando comparados com a realidade rural e pobre que haviam superado, ao mesmo tempo em que tinham acesso facilitado a bens de consumo e havia uma maior presença dessa população na universidade (Estanque, 2003).

A entrada na União Europeia, em 1986, é outro marco inquestionável no campo laboral português. Os progressos e a modernização das infraestruturas, bem como as melhorias das condições de vida, principalmente dos trabalhadores e trabalhadoras de “classe baixa” e o crescimento da “classe média”, são aspectos visíveis e que devem ser reconhecidos. As políticas de convergência da União Europeia e dos fundos estruturais permitiram que Portugal ultrapassasse uma lacuna de dois séculos de atraso, fazendo com que, em tese, uma vez que antigas desigualdades e assimetrias sociais ainda persistiam, acompanhasse o padrão dos países desenvolvidos.

As mudanças engendradas pelas políticas neoliberais ao longo dos últimos trinta anos, somadas a antigos problemas sociais que sempre estiveram presentes, ainda que escondidos - cultura tradicional e hierárquica do país, falta de qualificação dos agentes econômicos, desigualdades de gênero e raça -, travaram as potencialidades de modernização econômica e de aprofundamento democrático, deixando “transparecer alguns resquícios de feudalismo e de salazarismo” (Estanque, 2010: 9). Ou seja, a transição do mercado de trabalho português de um modelo agroindustrial para uma sociedade fundada nos serviços foi bastante problemática de maneira que reproduziu e intensificou contradições e desigualdades sociais já existentes, ao mesmo tempo em que fez surgir novas.

Atualmente, em Portugal, a dinâmica do mundo laboral repete o padrão internacional: aumento crescente dos postos de trabalhos com contratos a tempo determinado, empregos a tempo parcial, enfraquecimento dos vínculos e direitos laborais e precarização das condições de trabalho. De acordo com as estatísticas do Eurostat, ao ano de 2011, na Europa-15, 14,2% da mão de obra empregada possuía contratos temporários e a tempo determinado e 22,5% dos/as trabalhadores/as encontrava-se em regime de trabalho a tempo parcial. No caso português, 22,2% dos/as trabalhadores/as estava sob contratos temporários e 13,3% a tempo parcial. Especificamente em relação às portuguesas, 22,4% trabalhavam com contrato temporário ou a tempo determinado e 16,3% tinham contrato a tempo parcial, ambos os valores superiores à média nacional. Ou seja, a precariedade é uma realidade objetiva na sociedade portuguesa no tempo presente. No que diz respeito aos trabalhos a tempo parcial, a realidade portuguesa sempre se mostrou diferenciada quando comparada à europeia, em especial no que diz respeito às mulheres. Discutirei mais à frente esse tópico.

Os índices relativos ao desemprego e à economia informal também ratificam o quadro de precarização que vem assolando o mercado de trabalho do país. De acordo com os dados oficiais do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) de Portugal, no quarto trimestre de 2011 a taxa de desemprego somava 14% (Boletim Estatístico, Fevereiro 2012), 48,5% das pessoas em situação de desemprego tinham menos de 35 anos. Percebe-se que não é só o aumento do emprego precário e instável que se constitui como uma das questões sociais mais importantes da época atual, mas também o crescimento do desemprego, que tem contribuído para a vulnerabilização da classe trabalhadora e, sobretudo, dos/as jovens.

Outro aspecto relevante na configuração do mercado de trabalho do país nos dias atuais é a problemática dos (Falsos) Recibos Verdes. De acordo com Moreira (2009), cerca de 900 mil portuguesas/as são atingidos pelos recibos verdes, sendo esse um dos símbolos maiores da precariedade laboral e social em Portugal. Enquanto legalmente essa modalidade de contratação deveria ser utilizada apenas por trabalhadores/as autônomos/as e independentes, o que se passa na situação dos falsos recibos verdes é que há uma “contratação” através desse instrumento, de maneira que o/a empregador/a se isenta de todos os encargos sociais, recaindo sobre o/a trabalhador/a essas responsabilidades. Ainda que juridicamente as pessoas que trabalham sobre o abrigo dos recibos verdes sejam reconhecidas como independentes ou prestadoras de serviço, não podendo, portanto, desfrutar dos direitos e proteções do contrato de assalariamento, na prática, elas

dependem de um/a empregador/a. Para além de uma perda monetária para o/a trabalhador/a, que terá que descontar o valor do IRS e da Segurança Social, os falsos recibos verdes representam uma situação de instabilidade e desproteção, visto que não há direito para férias, licenças por questões de saúde, maternidade ou aleitamento, configurando-se, portanto, como um contexto de constante vulnerabilidade e ausência de direitos (FERVER, 2009). Reconheço nos falsos recibos verdes uma das práticas mais concretas da precariedade do mercado de trabalho português, visto se tratar de uma situação em que a fragilidade do vínculo contratual provoca insegurança monetária e subjetiva, ao mesmo tempo em que ameaça a dignidade laboral e contribui para aumentar e perpetuar as desigualdades sociais existentes.

Somam-se a esse quadro de desmantelamento social os processos de privatização, os quais se sucederam nas últimas décadas, apresentados como a principal maneira de garantir a competitividade, mas que na verdade contribuíram para o aumento do déficit orçamentário, para a diminuição da capacidade de ação e da luta sindical perante a institucionalização dos conflitos. Como dito anteriormente, as mudanças engendradas pelo Novo Código do Trabalho, ao mesmo tempo em que facilitam e simplificam os despedimentos, também minam o direito de contratação coletiva e de associativismo sindical (Estanque, 2012). Trata-se, portanto, de uma legislação voltada principalmente para atender às exigências neoliberais do mercado e da competitividade, deixando de proteger de forma mais incisiva a classe trabalhadora, uma vez que comunga da ideia equivocada de que empregadores/as e trabalhadores/as estão no mesmo nível e que, por isso, devem ser protegidos/as igualmente pela legislação. Nos dias atuais, tal ideia torna-se uma afronta ainda maior, pois, com a crise do sindicalismo e com o enfraquecimento do papel do Estado como promotor de políticas sociais, nunca o trabalho esteve tão vulnerável diante do capital.

A questão sindical é, igualmente, um fator que merece atenção ao analisar a atual situação do mercado laboral português. A afirmação do movimento sindical no país deu-se principalmente após o 25 de Abril, no contexto de revolução que pairava na sociedade, de forma que os movimentos populares se tornavam a principal fonte de legitimação política, e a linguagem de classe hegemonizava o debate público. Contudo, o enfraquecimento da ação sindical em todo o mundo também tem sido vivenciado em Portugal, e a capacidade de mobilização das principais centrais sindicais mostra-se cada vez menor, fazendo com que a classe trabalhadora perca uma importante via para assegurar e reivindicar seus direitos (Estanque, 2008; 2009b).

A realidade objetiva da precariedade do mercado de trabalho português engendra também um sentimento de precariedade por parte dos/as trabalhadores/as. Ou seja, a instabilidade dos contratos e vínculos laborais e o crescimento das taxas de desemprego contribuem para aumentar os sentimentos de resignação e impotência da classe trabalhadora. Ao que parece, as condições de desigualdades objetivas ampliam-se no plano subjetivo da classe trabalhadora, “a precariedade, sendo igualmente uma vivência subjetiva, traduz-se na impotência e no medo. E a incorporação do medo, por sua vez, dá lugar à aceitação ou à resignação, isto é, da autonegação da luta pelos direitos” (Estanque, 2005a: 5).

Atualmente, Portugal enfrenta aquilo que tem sido considerado o maior contexto de crise econômico-financeiro desde o 25 de abril. É óbvio que os motivos não são de agora, arrastam-se desde vários anos e tampouco se trata de uma crise nacional exclusiva.

De maneira simplificada, poder-se-ia situar o início da crise do país em Outubro de 2008, quando a bolsa portuguesa registrou os maiores índices de desvalorização de toda a economia europeia e o colapso do sistema bancário português levou à nacionalização de um dos maiores bancos privados, o Banco Português de Negócios (BPN) (Soeiro e Campos, 2011).<sup>15</sup>

A falta de competitividade econômica externa, aliada ao desequilíbrio da balança comercial, a uma economia terceirizada, de baixos salários e com altos índices de desemprego, gerou um déficit econômico e um aumento das desigualdades sociais e da pobreza em Portugal como jamais visto desde a revolução de 74, ao mesmo tempo em que contribuiu para o crescimento do mercado informal e da economia subterrânea.

O que vem acontecendo no país não é inédito na Europa. Nos últimos anos, assistiu-se já a esse mesmo filme, porém com protagonistas diferentes: primeiro a Irlanda, depois a Grécia e esperase, ainda, que os próximos sejam a Itália e a Espanha. Os resultados de tal crise já vêm sendo sentidos em Portugal e não são muito diferentes daqueles obtidos nos dois primeiros países: aumento do desemprego e das desigualdades, intensificação da pobreza, erosão de direitos sociais e laborais. Assim, entende-se que o colapso econômico atual não é pontual e tampouco exclusivo de Portugal, suas causas e consequências são complexas e estão interligadas mundialmente. À medida que a crise se alastra a mais países europeus, torna-se claro que ela é europeia e que decorre em boa parte de um sistema financeiro desregulado e controlado pelos interesses do capital (Santos, 2011). Ou seja, o que se vê agora em Portugal é o resultado de uma crise internacional iniciada em 2007, somado à economia débil portuguesa e ao declínio do projeto europeu.

Analisando de maneira esquemática algumas das características do mercado laboral português já referidas – intenso processo de flexibilização, alto número de contratos temporários, profusão dos (falsos) recibos verdes e os baixos salários –, Soeiro e Campos (2011) concluem que a crise em Portugal trata-se mais de uma crise social do que econômica. Assiste-se, passivamente, a um processo de desenvolvimento do subdesenvolvimento no país; a economia de austeridade em vigor atualmente é a prova cabal desse fenômeno, transfere-se para os cidadãos e cidadãs os custos da recuperação financeira através do ataque ao salário, das privatizações e da precarização das condições de trabalho (Monteiro, 2011; Santos, 2011).

---

<sup>15</sup> Reconheço que essa identificação simplista e pontual da crise significa negar toda uma transição política e econômica malsucedida, de um país anteriormente agrário e ainda detentor de colônias para um país membro da União Europeia, quando sua economia, muito menos o Estado, não estava preparada. Contudo, situar histórica, política e economicamente as causas da atual crise afastar-me-ia de maneira quase que irretornável do objetivo desse estudo. Ao mesmo tempo, acredito que já apontei alguns elementos que permitem situar minimamente a crise atual, mas chamaria de novo a atenção especialmente para as mudanças e transformações das últimas quatro décadas, que condensam em si a Revolução dos Cravos, o processo de descolonização, o socialismo, a democracia, a entrada na União Europeia (Santos, 2011). Assim, faço duas opções de abordar o tema da atual crise, primeira: deter-me-ei principalmente nos acontecimentos dos últimos três anos, posto que esse é o período de maior visibilidade de suas consequências; segunda: devido à sua complexidade econômica financeira impedir-me de fazer uma análise profunda e detalhada, o que me proponho a seguir é somente descrever e tecer algumas considerações críticas.

A forma como o mercado de trabalho e as relações laborais vem constantemente fragilizando-se é assustadora. Desde as primeiras medidas de austeridade apresentadas no Pacto de Estabilidade e Crescimento Econômico (PEC), em março de 2010, a serem aplicadas até 2013, o trabalho e as políticas sociais sempre foram os dois principais alvos de cortes e redução. As medidas de austeridade apresentadas para o orçamento de 2011 ultrapassavam 5 milhões de euros com base principalmente na quebra dos rendimentos da classe trabalhadora, cortes intensos nas despesas sociais e aumento do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) em dois pontos percentuais (Rodrigues, 2011a). Ora, no IV PEC, apresentado em março de 2011, essa realidade não mudou: cortes nos salários, diminuição de investimentos nas áreas públicas e aumento dos impostos continuam a ser as principais vias utilizadas pelo governo para estabilizar a crise econômica. Para controlar os déficits que o Estado assumiu e para salvar o sistema financeiro, o Estado português segue as imposições da União Europeia no que diz respeito à contração de investimentos públicos.

*De facto, o Pacto de Estabilidade e Crescimento está desenhado à medida deste projeto neoliberal de reconfiguração do Estado e de enfraquecimento dos contrapoderes sindicais por via, respectivamente do garrote sobre o investimento público e do desemprego duradouro (Rodrigues e Telles, 2011: 38).*

*Pode dizer-se que o Programa de Estabilidade e Crescimento é, essencialmente um Programa de Estabilidade. Quando se contraem os salários e os rendimentos dos desfavorecidos e se reduz o investimento – bases essenciais da procura – a atenção à economia, isto é, à capacidade para estimular a criação de riqueza e de emprego dilui-se (Reis, 2011: 111).*

Em acordo com as imposições do Banco Central Europeu, do FMI e da Comissão Europeia, diante da impossibilidade da desvalorização da moeda, é em cima da redução dos custos do trabalho, do social e das despesas públicas que o governo português tem buscado recuperar sua capacidade de competitividade. Facilitação e barateamento dos despedimentos, redução dos níveis salariais, precarização do emprego e das relações laborais, aumento do horário de trabalho não remunerado e diminuição dos subsídios às pessoas em situação de desemprego são algumas dessas medidas. “O que está em jogo aqui é um processo de transferência dos custos sociais do ajustamento à crise do capitalismo financeirizado para o ‘fator trabalho’” (Rodrigues, 2011b: 158). Medidas essas que subestimam a dimensão pessoal, subjetiva e social do trabalho, quando desconsideram seu papel na realização pessoal dos sujeitos e sua função como via de inserção social, concebendo-o apenas como uma “mercadoria”.

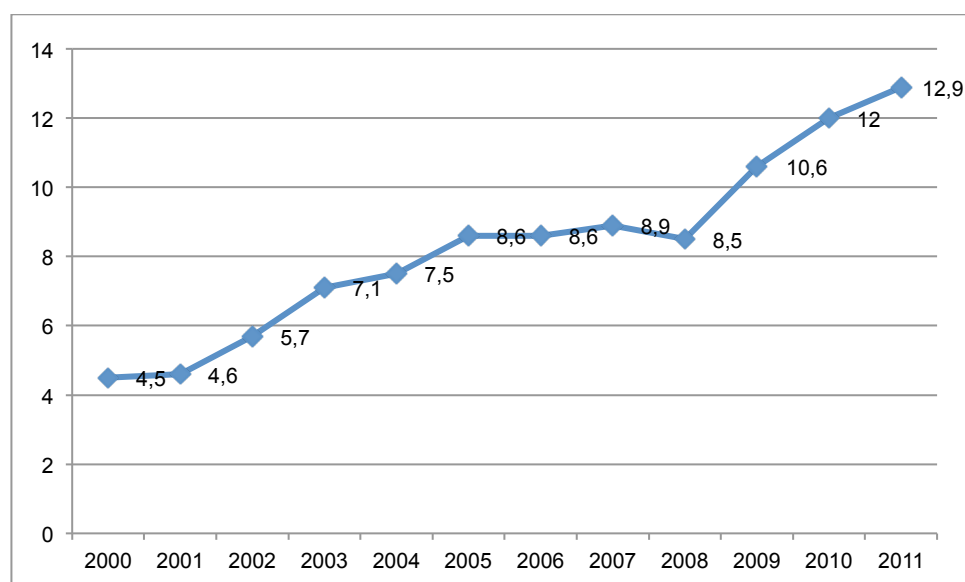
Posto isso, não é difícil perceber que os cortes sociais e o aumento dos impostos têm sido distribuídos de forma assimétrica, recaindo, principalmente, sobre as classes mais pobres, em um país onde as desigualdades sociais atingem um dos maiores índices da Europa. A velha máxima de que é preciso enxugar as gorduras do Estado leva, na verdade, ao empobrecimento de uma população que já figura como uma das mais pobres da União Europeia.

Sabe-se que, historicamente, o desemprego tem funcionado como um elemento disciplinador das classes trabalhadoras, tornando-se uma ameaça ainda mais poderosa em tempos de crise. Mais ainda, o desemprego contribui para o aumento das situações de exclusão e de vulnerabilidade

laboral, pois longos períodos de desemprego cerceiam cada vez mais a empregabilidade (Casaca, 2010; Estanque, 2004), dando início a um ciclo perverso de desqualificação profissional.

Os últimos dados apresentados pelo INE (2012) acerca da taxa de desemprego para o 1º trimestre de 2012 foi alarmante, a estimativa foi de 14,9%, valor superior em 2,5 p.p ao trimestre homólogo de 2011, o que corresponde a 819,3 mil pessoas. Segundo o “Relatório Anual, 2011 – Situação Mercado de Emprego”, do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), o perfil da maior parte das pessoas desempregadas mantém-se em regularidade aos anos anteriores, majoritariamente feminino (52,5%); pertencente ao segmento etário entre 35 e 54 anos (47,2%), com escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico (45,9%). De acordo com o referido relatório, o ano de 2011 apresentou também aumento do desemprego, sobretudo nos homens (+14,8%), nas pessoas mais jovens (+9,9%) e diplomados/as do ensino superior (+26,8%).

**Gráfico 1: Evolução da taxa de desemprego 2000-2011 (%)**



Fonte: Eurostat (2012).

Seguindo o gráfico acima, com base nos dados do Eurostat, pode-se analisar como vem se dando a evolução da taxa de desemprego anual em Portugal. Desde 2000, com exceção dos anos de 2007 e 2008, há um crescimento sistemático; em 2011, essa situação atingiu o valor mais alto observado na última década (12,9%). Conforme o IEFP (2012), nos Centros de Emprego (CTE) do continente é o “fim do trabalho não permanente” que se configura como o principal motivo de inscrição pelas pessoas desempregadas (40,4%) e o tempo médio de permanência em ficheiros dos/as inscritos/as passou de 13,7 meses no 1º semestre de 2010 para 14,8 meses no 1º semestre de 2011. Ainda que o tempo de permanência em ficheiro da maior parte dos/as desempregados/as seja menos de um ano (62,2%), não deixa de ser alarmante que 43,6% das pessoas inscritas estejam em situação de desemprego de longa duração. De acordo com o INE (2012), no 1º trimestre de 2012/ o número de pessoas desempregadas há mais de doze meses aproximava-se de 416,12

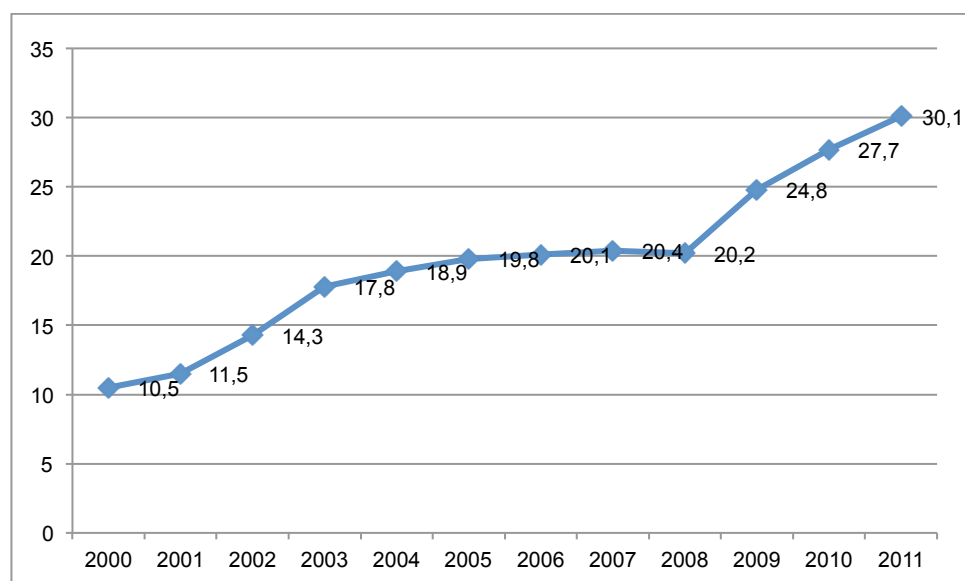
milhares, o que corresponde a uma taxa de desemprego por duração da procura de emprego de 7,6%. Na análise de Estanque e Costas (2012: 8):

*[...] parece notória uma tendência para o aumento do desemprego, sobretudo ao nível do desemprego de longa duração, o que não pode desligar-se, como referimos, anteriormente, da excessiva percentagem de emprego precário em Portugal, que se caracteriza pela insegurança e pelas baixas remunerações.*

Como já apontei antes e analisarei com mais atenção no tópico a seguir, a tão clamada igualdade de gênero do mercado de trabalho português mostra-se uma grande falácia quando a qualidade desses números é analisada de maneira mais profunda. Sistemáticamente, a taxa de desemprego das mulheres tem sido superior a dos homens, não deixando de ser diferente com a crise. Em 1998, o desemprego masculino era de 4,4% e o feminino de 5,3%; e no 1º trimestre de 2012, o percentual de homens desempregados era de 14,8% e o de mulheres 15,1% (Casaca, 2010; INE, 2012), a taxa de desemprego feminina excedeu a masculina em 0.3 p.p. Ou seja, ao longo dos anos, não apenas tem havido um aumento na taxa de desemprego feminino, como as assimetrias nas taxas de desemprego entre homens e mulheres se mantiveram.

A precariedade e o desemprego entre a população jovem é outro assunto bastante preocupante no atual contexto da crise, uma vez que atua diretamente na possibilidade de organização do futuro não só dos/as jovens, como da própria sociedade. Como se percebe do gráfico a seguir, a taxa de desemprego entre essa população vem mostrando-se como um crescente contínuo desde o ano 2000 e atingiu o valor estrondoso de 30,1% em 2011 (Eurostat, 2012). Segundo os dados do INE (2012), no primeiro trimestre de 2012 o número de desempregados/as jovens (entre 15 e 24 anos) representava 36,2% do total de desempregados/as, o que equivale a um número de 154,4 milhares de indivíduos.

**Gráfico 2: Evolução da taxa de desemprego entre jovens de 15-24 anos (2000-2011) (%)**



Fonte: Eurostat (2011).

Ressalto, ainda, os números referentes ao desemprego da população com nível superior. No primeiro trimestre de 2012, a taxa de desemprego nesse grupo equivalia a 11,2% (INE, 2012). De acordo com o INE (2012), no primeiro trimestre de 2012, do total de 819,3 milhares de indivíduos desempregados, 115,8 milhares tinham completado o ensino superior (valor que corresponde quase ao dobro do número de desempregados/as nessa categoria no trimestre homólogo de 2009). O desemprego entre os/as licenciados também contribui para agravar as desigualdades de gênero, segundo o IEFP (2011), foi nessa população que se registrou a maior diferença de peso entre gênero: as mulheres representavam 67,4% do total, e os homens apenas 32,6%. Esse quadro confirma que o problema de Portugal é ainda mais grave, isto é, não se trata apenas da falta de oferta de emprego, mas também da escassa oferta de emprego qualificado (Santos, 2011).

Os dados acerca das desigualdades sociais na repartição do rendimento e da riqueza também são alarmantes. Segundo o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC), realizado em 2010 pelo INE, no ano de 2009, sem a existência dos subsídios sociais, 43,4% da população residente em Portugal estaria em risco de pobreza e, após as transferências, esse número mantinha-se em 17,9%. Em 2010, 22,5% da população de Portugal encontrava-se em situação de privação material, e o rendimento dos 20% da população mais rica correspondia a 5,6% vezes o rendimento dos 20% da população mais pobre.

Diria, pois, que o que o atual governo tem apresentado como a via de resolução para a crise parece menos uma saída e mais um atentado à democracia, uma vez que fragiliza o Estado, corrói direitos laborais e sociais e legitima os interesses do mercado sobre os interesses sociais. Algumas outras possibilidades para lidar com a crise foram apresentadas pela ala de intelectuais, políticos e economistas mais à esquerda, porém têm sido sistematicamente ignoradas pelos governantes. A via apresentada por quem não está de acordo como o governo baseia-se principalmente na centralidade do trabalho digno na política econômica, em uma auditoria à dívida do país, na permanência do Estado no setor financeiro e combate à escala de especulação europeia, buscando evitar os cortes sociais e apelando para uma redistribuição mais justa dos custos da crise (Soeiro e Adriano, 2011).

Aquilo que intento mostrar sobre os principais efeitos da maneira como a crise vem sendo gerida pelo governo do Primeiro Ministro Passos Coelho é que os grupos mais penalizados são justamente aqueles mais pobres, é a classe trabalhadora que sofre os principais cortes no seu salário, as pessoas em idade de reforma e os segmentos mais vulneráveis que dependem dos subsídios públicos.

Sobre isso, Santos (2011) adverte para o fato de que as desigualdades sociais não abarcam fielmente a totalidade das injustiças sociais, pois alguns grupos sofrem mais os efeitos da crise do que outros em função de mecanismos específicos de segregação, exclusão e discriminação aos quais são submetidos. Os números que apresentei acima mostram como há claramente um aumento da precarização laboral das mulheres. Contudo, ainda são poucos os estudos que aprofundam tal debate. Parece que, mais uma vez, a urgência da situação não permite que “questões menores” sejam levantadas agora. Discutir como as mulheres são diferentemente afetadas por essas medidas, em um momento em que todo o país está prestes a ruir, parece uma atitude insana e contraproducente, pois ao invés de somar, acaba por dividir esforços.



Há quem julgue que uma agenda feminista no momento de crise é um luxo a ser evitado, uma vez que outras questões mais relevantes devem ser resolvidas. Porém, pensar em uma saída para a crise é mais do que simplesmente encontrar soluções econômicas que permitam equilibrar as finanças ou de assegurar a dignidade do trabalho, os investimentos nas políticas públicas e sociais. É preciso, desde o primeiro momento em que se analisam as causas e suas consequências, levar em consideração que os vários segmentos que compõem a sociedade sofreram diferentemente os efeitos da crise, sendo alguns deles ainda mais afetados.

Para a escrita dessas reflexões, utilizei principalmente quatro referências: “Portugal e a Europa em Crise”, organizado por José Reis e João Rodrigues; o artigo “Portugal, um país inviável? Dimensões e perspectivas da Crise”, de Soeiro e Campos; o artigo da Professora Sara Falcão Casaca, “As desigualdades de gênero em tempos de crise: um contributo para a reflexão sobre as implicações da vulnerabilidade laboral” e o livro do professor Boaventura, “Portugal – um ensaio contra a autoflagelação”, todos publicados entre 2010 e 2011, no bojo da crise. Acredito ser essa uma bibliografia irretocável, principalmente pela atualidade, qualidade e profundidade com a qual o tema da atual crise é tratado. Com exceção do artigo de Casaca (2010), autora e militante feminista que vem sistematicamente criticando, juntamente com outras intelectuais e ativistas, o real peso da desigualdade de gênero em Portugal, é apenas no livro do Professor Boaventura que se encontra alguma discussão acerca dos efeitos desiguais da crise para homens e mulheres. Os demais continuam a falar do risco de empobrecimento de um trabalhador genérico, sem levar em consideração que, pelo fato de se tratar de um homem ou de uma mulher, as consequências não só serão diferentes, como, certamente, a trabalhadora será mais penalizada do que o trabalhador.

Ora, se pouco se falou sobre a situação das mulheres nacionais perante a crise, é fácil deduzir que sobre as mulheres imigrantes o discurso é praticamente inexistente. Até o presente momento, ainda que tenham sido publicadas algumas matérias jornalísticas sobre o impacto da crise entre as comunidades imigrantes, a única bibliografia científica consistente a que tive acesso sobre o tema foi o livro de Peixoto e Lório (2011), que apresentarei de forma mais detalhada a seguir. No mais, as discussões sobre esse assunto passam ao largo.

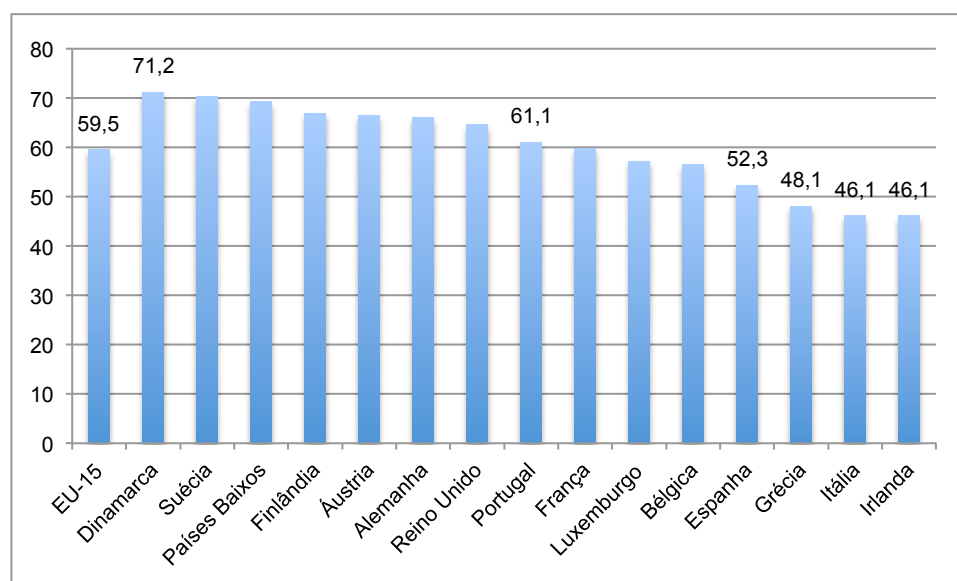
Percebe-se que a crise atual, embora ocorra no tempo presente, remonta à construção de um modelo de país assentado em velhas dicotomias e desigualdades. Menos do que causa da atual situação, a crise é consequência de políticas neoliberais internacionais que levaram a um endividamento crescente de Portugal e da intensificação das desigualdades entre ricos/as e pobres; nacionais e imigrantes, homens e mulheres. No tópico a seguir, pretendo traçar um quadro relativo à situação das mulheres no mercado de trabalho português, abordando tanto o discurso falacioso da igualdade de gênero, bem como refletindo o efeito da crise sobre essas trabalhadoras.

### **3.2. Feminização do Mercado de Trabalho Português**

Uma característica marcante do mercado de trabalho em Portugal diz respeito à grande participação das mulheres. Desde os anos 60, o mercado laboral do país assiste ao crescimento da taxa feminina nas atividades da econômica formal, colocando-o, nesse sentido, sempre ao lado dos

países mais desenvolvidos da Europa dos 15, como se apreende do gráfico abaixo (Casaca, 2010b; Ferreira, 2010).

**Gráfico 3: Taxa de Feminização do mercado laboral Europa dos 15**



Fonte: Eurostat (2011).

De acordo com o Gráfico 3, em 2011, cerca de 61,1% das mulheres entre os 15 e os 64 anos estavam registradas como empregada em Portugal, distanciando-se, portanto, dos países do sul europeu com os quais tem sido constantemente associado por questões históricas e económicas – Espanha (52,3%), Grécia (48,1%) e Itália (46,1%). A taxa portuguesa de emprego feminino é superior à média da Europa dos 15 (59,5%), acima dos 60% consagrados na Estratégia Europeia para o Emprego para 2010 e bem próxima dos países mais desenvolvidos, como Dinamarca (71,1%) e Suécia (70,3%). Porém, é preciso considerar aqui que as condições de horário, contratação e salário não são uniformes entre esses países, “é sabido que as políticas de emprego activas, ali em vigor (nos países nórdicos), conferem níveis superiores de protecção aos indivíduos envolvidos, mesmo quando cessa o vínculo contratual” (Casaca, 2010a: 192) e que os números avulsos escondem muito da qualidade e das condições sob as quais se dá essa situação.

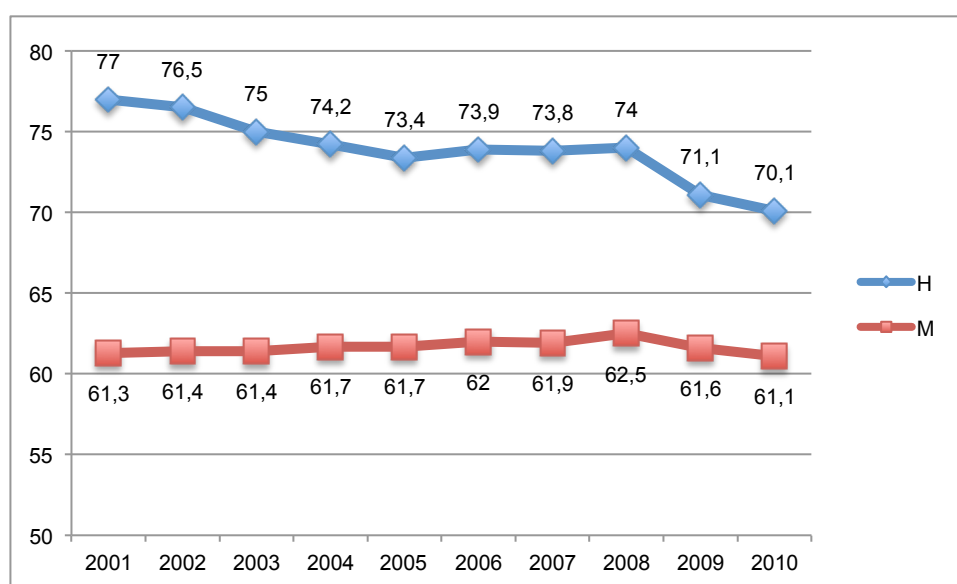
Mesmo que os números advoguem por uma participação significativa das portuguesas no mundo laboral formal, a qualidade e as condições do trabalho que elas desempenham não podem ser comparadas àquela dos homens, visto que, no geral, desde a sua entrada no mercado de trabalho elas ocuparam e continuam a ocupar postos menos qualificados, conseqüentemente, com piores remunerações, baixo prestígio e reconhecimento social (Ferreira, 1999; 2003). Pretendo, então, guiar a discussão a seguir no sentido de caracterizar melhor a realidade desses dados.

Entre os fatores que contribuíram para o alto nível de feminização do mercado laboral português podem ser identificados a falta de mão de obra masculina – em virtude do fluxo emigratório em consequência ainda da guerra colonial –, a industrialização tardia – que investiu principalmente em indústrias ligeiras (têxtil, alimentar e componentes elétricos), cujos postos de trabalho não requeriam qualificações específicas, podendo, portanto, ser ocupados por mão de obra

pouco qualificada e barata –, o aumento do custo de vida, que exigia um complemento na renda familiar, o aumento da qualificação das mulheres, o desenvolvimento do setor terciário e da administração pública (Casaca, 2005c; Ferreira, 1999; 2003). A análise de Ferreira (1999) complementa essa lista apontando a fixação do salário mínimo, do subsídio desemprego e direitos ligados à maternidade e à assistência à família; o aumento da vida ativa feminina e a passagem para um modelo de atividade mais contínuo, com menos interrupções por motivos familiares, e, finalmente, a progressiva integração das mulheres em profissões das quais eram excluídas.

Ao longo de toda a última década, a taxa de emprego das mulheres, em Portugal, tem se mantido constante, em níveis relativamente elevados, sempre acima dos 60% e mostrando uma tendência a aproximar-se daqueles dos homens. De acordo com o Eurostat, em 2001 a diferença entre ambas as taxa era de 15,7%; e em 2011, caiu para 7,8%. Contudo, mais do que pela melhoria das condições de trabalho das portuguesas, a diminuição das diferenças deu-se pela degradação do emprego masculino: “É nosso entendimento, porém, que a menor assimetria não se ficou a dever a uma melhoria das condições laborais das mulheres, mas sim à maior degradação da relação de emprego que, naquele ano, recaiu sobre o segmento masculino da força de trabalho” (Casaca, 2010: 191). O gráfico abaixo ilustra essa realidade: em 10 anos a taxa de emprego masculina diminuiu enquanto a feminina manteve-se, praticamente, constante.

**Gráfico 4: Taxa de emprego homens e mulheres (15-64 anos) PT (%)**

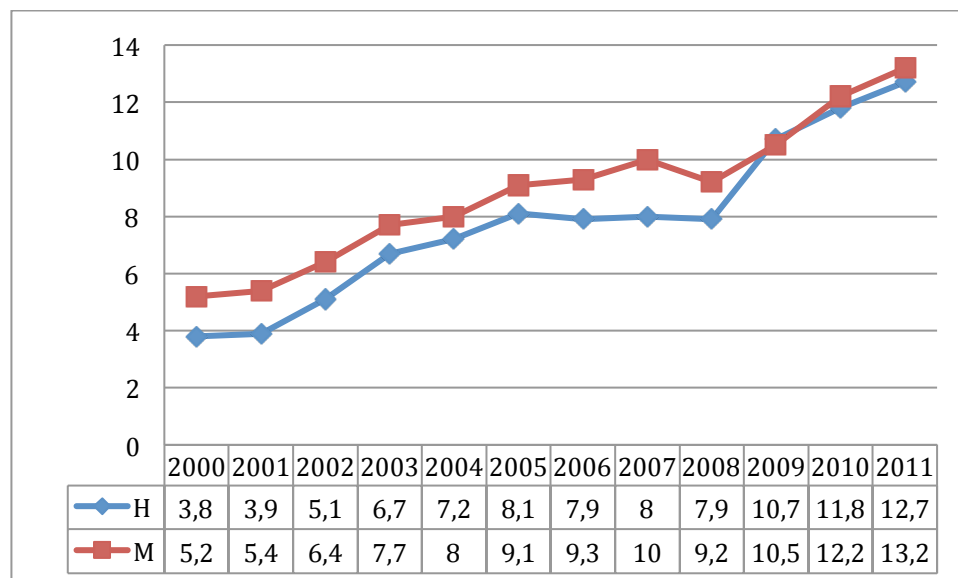


Fonte: Eurostat (2011).

Uma análise complementar desse quadro pode ser feita com base nas taxas de desemprego. De acordo com os dados da CITE (2010) e do Eurostat (2011), a taxa de desemprego feminina em Portugal vem sendo sistematicamente superior à masculina (Gráfico 5, página seguinte). Seguindo o raciocínio anterior, embora pareça haver uma tendência no sentido desses números se aproximarem, não se trata de uma questão de melhoria da condição laboral das mulheres, mas sim pelo avanço da precarização e da degradação do trabalho masculino. Fora isso, ao longo da primeira década do ano

2000, entre 2000 e 2011, a taxa de desemprego feminina teve um aumento de aproximadamente 8%.

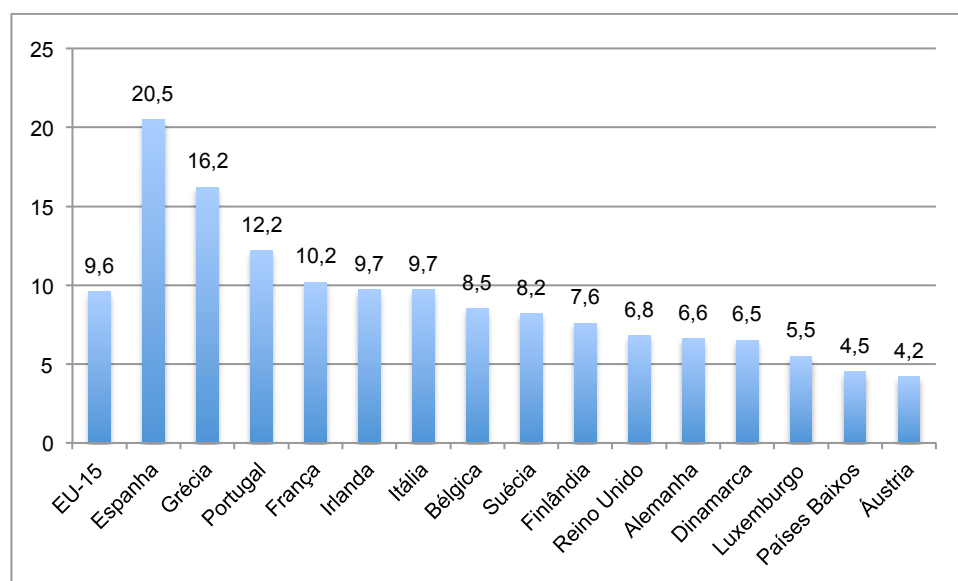
**Gráfico 5: Taxa de desemprego desagregada por sexo 2000-2011 (%)**



Fonte: Eurostat (2011).

Os dados do Eurostat de 2011 (Gráfico 6) permitem ainda fazer outra nota, a média de desemprego das mulheres em Portugal é uma das mais altas da EU-15, 12,2% (atrás apenas da Espanha, 20,5% e Grécia, 16,2%).

**Gráfico 6: Taxa de desemprego feminina EU-15 (%)**



Fonte: Eurostat (2011).

De acordo com os dados do INE (2012), em 2012 o valor da taxa de desemprego feminino foi superior ao masculino em 0,3 p.p. O desemprego das mulheres foi de 15,1% enquanto o dos homens 14,8%, sendo o número de mulheres desempregadas igualmente superior em todos os grupos etários. Além disso, em geral, as mulheres portuguesas estão mais expostas à situação de desemprego de longa duração do que os portugueses. Tomando o desemprego de longo tempo como aquele superior a 12 meses, a percentagem de tal desemprego sobre o desemprego total, a partir dos dados do Eurostat em 2011, tem-se que, em Portugal, 48,5% eram mulheres e 47,9% homens. Essa média, em ambos os casos, é superior àquela da Europa-15, na qual a população feminina perfazia 41,9% e a masculina 42,9%. Mais uma vez recorrendo aos dados do INE (2012), é possível afirmar que em 2011, em Portugal, aproximadamente 187.700 mulheres estavam desempregadas há mais de um ano.

É importante ressaltar, quando se faz comparações entre outros países europeus, que as políticas de emprego e proteção aos trabalhadores/as em situação de desemprego em Portugal são bastante inferiores às de outros países da Europa, como Suécia e Dinamarca. Ou seja, o grau de vulnerabilidade e insegurança aos quais as mulheres portuguesas em regime de trabalho precário e desemprego estão expostas, além de ser superior ao dos homens portugueses, o é também em relação às mulheres europeias dos países mais desenvolvidos (Casaca, 2010; 2010b).

O mercado de trabalho português chama a atenção, ainda, por dois aspectos no que diz respeito à inserção feminina. O primeiro está relacionado à taxa de atividade das mulheres em idade mais avançadas; em 1992, a média dessa taxa em mulheres entre os 55 e 64 anos foi de 35% e em 2011 subiu para 42,1%, valor superior à média da Europa-15 que, no mesmo ano, foi de 42,7% (Eurostat, 2012). Ainda que se considerem os objetivos da Comissão Europeia em adiar a reforma e promover o envelhecimento ativo, Casaca (2010b) alerta que, no caso de Portugal, os baixos valores dos salários, reformas e subsídios sociais não podem ser desconsiderados, pois acabam por obrigar a população a permanecer mais tempo no mercado de trabalho.

O segundo ponto diz respeito à relação entre maternidade e trajetória laboral. No caso português, não se trata apenas de uma presença intensiva das mulheres no mercado de trabalho, mas também contínua em todo o seu ciclo de vida. Em geral, a experiência da maternidade não interrompe a trajetória laboral das mulheres; o nascimento de um/a filho/a não significa uma pausa nas atividades profissionais (Casaca, 2005c; Ferreira, 1999). De acordo com os dados do Eurostat em 2010, em Portugal, a taxa de emprego de mulheres entre 25 e 49 anos com pelo menos um/a filho/a com idade inferior a 6 anos era de 74,6%, enquanto a média da Europa dos 15 era de 66,2 %. Se por um lado isso pode dar a entender que tal situação seria benéfica para as mulheres, uma vez que havendo menos interrupções na carreira haveria maiores oportunidades de crescimento e desenvolvimento profissional, por outro é necessário considerar as dificuldades em tirar licença maternidade prolongada com garantia de retorno ao emprego. Fora isso, os valores baixos dos salários e subsídios do Estado não permitem que haja grandes reduções no valor do orçamento familiar.

Em relação aos contratos temporários, é também sobre as mulheres que recaem os maiores números. Mais uma vez com base no Eurostat, em 2011, em Portugal, 22,4% do total das mulheres

empregadas estava sob regime de contratos temporários, valor bem acima da média de EU-15 (14,9%); e também superior a média masculina no país (22,0%). Para além da situação de insegurança gerada pela temporalidade do contrato, esse tipo de vinculação laboral limita os direitos em relação à proteção na maternidade, velhice, reforma, doenças, uma vez que tais direitos ficam vinculados ao tempo de serviço. Desta forma, identifico esses números como um alerta para repensar a qualidade sobre a qual se dá a entrada das portuguesas no mercado de trabalho e sobre como os números podem encobrir níveis elevados de precarização e desigualdade em relação aos homens.

As singularidades da presença das mulheres no mercado de trabalho português continuam quando se compara a outros países da Europa o peso do emprego a tempo parcial. Compreendo essa modalidade de inserção laboral como uma forma de emprego precária, camuflada, principalmente quando involuntária (Alves, 2011; Estanque, 2004; Casaca, 2005a; Kovács, 2004; 2005), isto é, o trabalho a tempo parcial configura-se como uma forma de subemprego que contribui para a pauperização da população trabalhadora. Em geral, o emprego a tempo parcial é atribuído principalmente às mulheres em virtude da persistência das assimetrias sociais, da partilha desigual das atividades domésticas e da ausência cada vez mais forte de investimentos por parte do Estado em políticas sociais. De tal maneira que, ao atingir principalmente as mulheres, essa forma de inserção laboral reforça a segregação sexual no mercado de trabalho.

*Dada a escassez de equipamentos públicos de apoio às famílias e a prevalência de representações tradicionais relativamente aos papéis sociais de homens e mulheres – e mesmo de estereótipos de gênero –, o emprego a tempo parcial afigura-se, em muitas situações, como a única alternativa que possibilita à população feminina a articulação entre a actividade profissional e as responsabilidades domésticas e familiares (Casaca, 2010a: 198).*

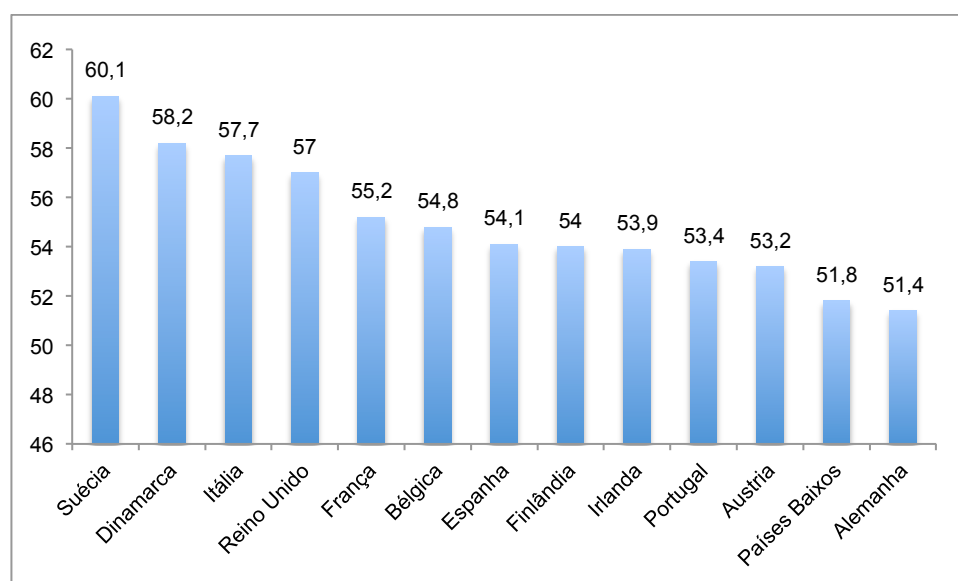
De acordo com os dados do INE, em 2011 aproximadamente 13,9% das mulheres empregadas trabalhavam em regime de tempo parcial, enquanto apenas 10,7% dos homens estavam ao abrigo dessa modalidade. Esse número, embora não seja tão significativo como nos demais países da União Europeia, não deixa de ser importante para compreender a situação das portuguesas no mundo laboral. Retomando os dados do Eurostat, em 2011, a média europeia-15 de mulheres que trabalhavam a tempo parcial foi de 37,6%, enquanto em Portugal esse número era reduzido, aproximava-se dos 16,3%. Se for inegável que se trata de um número bastante inferior quando comparado com os valores da União Europeia, essa percepção muda quando a comparação é feita com os trabalhadores portugueses, pois, como demonstrado acima, o total de homens que trabalhava sob esse regime era de 10,7%. As análises dos dados do INE (2012) permitem observar, ainda, que em 2011 as mulheres representavam cerca de 62,03% do total da população empregada em regime de trabalho a tempo parcial em Portugal. Casaca (2010b) chama a atenção, também, para o fato de que, apesar da sua pouca expressividade quando comparado com os demais países da União Europeia, uma grande parte das portuguesas refere ter esse tipo de inserção laboral porque não encontrou trabalho a tempo integral. De maneira que se poderia dizer que em Portugal o trabalho a tempo parcial não apenas é uma modalidade de emprego precária, como é imposta às

mulheres pelas atuais condições do mercado laboral, funcionando, portanto, como mais um vetor de segregação entre os sexos.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração nas análises do mercado de trabalho português concerne aos níveis de qualificação feminina. Essa realidade não se trata de um fenómeno recente e, assim como as demais questões sobre igualdade de gênero, a história da educação feminina em Portugal é paradoxal. Após o 25 de abril e com a entrada na União Europeia, os investimentos em educação por parte do Estado português tornaram-se cada vez maiores e intensos. Ainda que lentamente, mas desde o início, as mulheres representaram uma fatia considerável dos/as habilitado/as com níveis de educação cada vez mais elevados, de forma que em 2004, no ensino regular, a taxa de feminização chegava a 54,6% e a taxa de diplomadas pelo ensino superior chegava a 65,9% (Lopes e Perista, 2010).

No que concerne ao ensino superior, desde meados dos anos 80 a maioria da população estudantil nas universidades portuguesas é composta por mulheres. Segundo os dados da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero (CIG), em 2008 12,5% do total de mulheres com idade superior a 15 anos encontrava-se no ensino superior, o que corresponde a uma taxa de 60,4% de feminização. Segundo Ferreira (1993), entre os anos de 1960-1961, a taxa feminização das universidades portuguesa chegava a 31,4%, uma taxa já considerada elevada para os padrões da época. Atualmente, em Portugal, a realidade no que se refere à presença de mulheres no referido nível de ensino continua a ser positiva. Em 2011, as mulheres representavam cerca de 53,3% do total de matrículas (GPEAR/MCTES - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais)\* (PORDATA, 07 novembro 2011). Como se pode ver no gráfico abaixo, segundo dados do Eurostat, em 2009, quando comparado com a Europa dos 15, Portugal ocupava a décima posição – à frente da Alemanha, por exemplo –, com as mulheres representando 53,4% da população do ensino superior.

**Gráfico 7: Porcentagem de mulheres no ensino superior – EU 15**



Fonte: Eurostat (2011).

Porém, também é preciso analisar com cautela essa realidade, menos do que falar sobre uma igualdade de gênero real, ela aponta para a força das relações sociais e de classe na sociedade portuguesa. De acordo Estanque (2009), a composição da população na Universidade reflete, em parte, a complexidade de todos os vetores de organização da sociedade portuguesa, principalmente no que diz respeito às hierarquias sociais. O sistema de ensino português tem como característica ser elitista e seletivo, de forma que a entrada nas Universidades está muito relacionada com a classe social a qual se pertence (Ferreira, 1999). E o caráter patriarcal da sociedade portuguesa ainda reproduz a ideia de que os homens devem entrar no mercado de trabalho o mais cedo possível para que possam sustentar economicamente a si e às famílias que formarão. Ou seja, a forte feminização das Universidades portuguesas é atravessada por um corte de classe social muito forte, ao que parece, mais do que propriamente por conta de uma democracia de gênero.

Assim, apesar dos números serem positivos no que diz respeito à alta taxa de participação feminina no mercado de trabalho e à presença expressiva de mulheres no ensino superior, a segregação sexual do mercado laboral português continua a ser alta e evidente. Mesmo que a qualificação das mulheres seja mais elevada do que a dos homens, isso não confere às portuguesas um nível igual de reconhecimento no mercado de trabalho (Ferreira, 1993). Há uma menor presença de mulheres ao nível dos quadros superiores da administração pública e dos dirigentes e quadros superiores de empresa – em 2006, as mulheres constituíam apenas 32,8% dessa categoria profissional (CIG, 2009).

Além disso, as atividades domésticas continuam a ter um alto peso na rotina das mulheres portuguesas em virtude da persistência de uma divisão assimétrica dessas tarefas. Perista (2002), com base nos dados do único Inquérito à Ocupação do Tempo realizado pelo o INE em 1999, mostra que, quando considerado o trabalho não pago (tarefas domésticas e cuidados à família), as mulheres trabalham 1h 22 minutos por dia a mais do que os homens em Portugal. De acordo com o Second European Quality of Life Survey – Family life and work, publicado pelo Eurofound em 2010, na Europa-27 uma média de 80% das mulheres está envolvida em atividades de trabalho não pago, enquanto o percentual de homens nessa situação cai para 48%. Em Portugal, 76% das mulheres referiram desempenhar atividades domésticas não pagas. Se é verdade que esse número é inferior à média da EU-27, é mais verdade ainda que o percentual de homens é de apenas de 26%, ou seja, quase metade da média europeia. Conta, ainda, negativamente para a escassez de tempo das mulheres o fato de que as portuguesas, em geral, trabalham a tempo integral, e a insuficiência de creches para crianças e de casas de repouso para pessoas anciãs oferecidas pelo Estado – uma vez que essas atividades, em Portugal, ainda são de responsabilidade majoritariamente feminina, quando essas instituições faltam, são as mulheres que assumem tais atividades na esfera doméstica (Casaca, 2010a; 2010b; Santos, 2011).

Cabe, aqui, fazer algumas pontuações acerca de outra particularidade da sociedade portuguesa. Santos (1994; 2011) tem desenvolvido a ideia de que em Portugal há um fraco Estado-Providência e uma forte Sociedade-Providência, que seria um fenômeno de rearranjo social no qual as redes de relações estabelecidas entre pequenos grupos sociais, baseadas em laços familiares e



de vizinhança, oferecem ajuda e proteção através das trocas de bens e serviços numa base não mercantil, ou seja, uma forma de capital relacional (Santos, 2011). A existência da Sociedade-Providência em Portugal equilibra as falhas e ausências do Estado-Providência através de apoio não só financeiro, mas também social.

*Mesmo admitindo que o Estado-providência português não chegou a passar de um “semi-Estado-providência” a sua relativa eficácia reguladora e distributiva (pelo menos até aos anos 90) ficou a dever-se ao modo como as dinâmicas da sociedade minimizaram as lacunas e a fraqueza do Estado enquanto instância providencial (Estanque, 2012: 18).*

Mostrei anteriormente que o número de mulheres em atividade, em idade entre 55 e 64 anos, é elevado no mercado de trabalho português, contudo, não situei os seus efeitos. Dentro da lógica da Sociedade-Providência, é comum, em Portugal, que as avós tomem conta das crianças, possibilitando às mães trabalharem em tempo integral. Ora, no momento em que a idade da reforma é adiada, que seu valor torna-se quase insuficiente para sobreviver e que outros subsídios sociais são cortados, obriga-se tais mulheres-avós a continuarem ativas no mercado de trabalho, impedindo sua capacidade de prestar esses cuidados, desequilibrando a relação entre Estado-Providência e Sociedade-Providência e forçando as mães ou a procurarem creches para seus filhos e filhas ou a se submeterem a trabalho a tempo parcial, cujos efeitos negativos já discuti anteriormente.

*O impacto da crise na Sociedade-Providência pode ser devastador. Para já é fácil ver que todos os cortes nas despesas sociais do Estado representam sobrecarga para a sociedade-providência e sobretudo para as mulheres, que são consabidamente as grandes artesãs da sociedade-providência, sem que muitas vezes a sociedade ou sequer os que beneficiam do cuidado o reconheçam (Santos, 2011: 20).*

Como ensina Ferreira (2010), ainda que de acordo com os dados do Eurostat, a diferença entre os ganhos dos homens e das mulheres em 2010, em Portugal, tenha sido de 10%, e, portanto, podendo ser considerada baixa para os padrões da União Europeia, é preciso ter atenção a outros aspectos. Os dados fornecidos pela Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (EUROFOUND) mostram que, dependendo de quais indicadores são utilizados – por exemplo, condições de trabalho, contratação e horas laborais –, esses valores podem ser alterados. Assim, de acordo com a análise do Eurofound, as desigualdades salariais em Portugal chegariam próximo de 15% (Eurofound, 2010; Ferreira, 2010). Além disso, quando comparado ao longo dos anos, percebe-se que esse valor vem a aumentar, pois em 2006 correspondia a 8,4%, denunciando um crescimento de 4,4% em três anos. Portanto, não é descabido afirmar que, em Portugal, não só o hiato salarial com base nas diferenças de gênero é existente, como tem apresentado crescimento contínuo. As análises de Ferreira (2010) apresentadas na Tabela 2 sobre os Quadros Superiores de 2008 ilustram como essa desigualdade é real e significativa, sobretudo nas profissões que exigem maiores qualificações. Nos Quadros Superiores, as mulheres chegam a ganhar apenas 69,7% do que ganham os homens que desempenham a mesma função. Essas desigualdades estão fortemente associadas à discriminação e às diferentes formas de segregação sexual. Segundo Ferreira (2010), ao longo dos anos de 1997 e 2007, os índices de segregação horizontal do mercado de trabalho

português aumentaram, o que se mostra como um retrocesso no que diz respeito às questões de igualdade de sexo.

**Tabela 2: Diferenças salariais no ganho mensal médio por categoria profissional (2008)**

	Mulheres	Homens	D H-M/H
<b>Quadros Superiores</b>	1 949,54	2 797,60	0,303
Quadros médios	1 535,66	1 922,47	0,201
Encarregados, contra mestres, mestres, chefes de equipa	1 154,42	1 376,72	0,161
Prof. Altamente Qualificados	1 289,93	1 509,14	0,145
Prof. Qualificados	747,06	882,34	0,153
Prof. Semiquualificados	626,12	765,71	0,182
Prof. Não qualificados	540,77	638,31	0,153
Praticantes e aprendizes	546,00	595,39	0,083
Todas as categorias	<b>871,65</b>	<b>1 112,45</b>	<b>0,216</b>

Fonte: Ferreira (2010)

As remunerações médias das pessoas que trabalham por conta de outrem trazidas pelo Quadro de Pessoal de 2009 do MTSS mostram que enquanto os homens auferem 940,52 euros por mês, as mulheres recebem 773,47, isto é, 18% a menos, confirmando, mais uma vez, que o trabalho feminino no mercado laboral português continua a ser desvalorizado e inferiorizado em relação ao masculino, mesmo quando diz respeito a funções equivalentes.

Ainda que em Portugal a inserção feminina no mundo laboral tenha sido representativa e intensa e que em termos legislativos Portugal apresente, desde antes do 25 de abril, inúmeros instrumentos e intervenções no sentido de promover a igualdade nas posições ocupadas por mulheres e homens no mercado de trabalho, os mecanismos de segregação e discriminação sexual continuaram a operar ao longo de todos esses anos.

Violações, mesmo que sutis, dos direitos ligados à maternidade ainda são frequentes: exclusão das mulheres dos prêmios de antiguidade, assiduidade e produtividade por estarem em consultas pré-natais, em gozo de licença de maternidade ou em redução de horário para aleitação/amamentação, corte parcial ou total da participação das mães nos lucros das empresas devido ao fato de terem usufruído de seus direitos garantidos por lei (Ferreira, 2010: 31).

Igualmente, continuam a operar algumas práticas que acomodam a discriminação com base no sexo, e que, por vezes, são legitimadas pelo próprio Estado. As análises de Monteiro (2010) acerca das Convenções Colectivas de Trabalho, mais especificamente sobre o Acordo Colectivo de Trabalho do Sector da Cortiça de 2008, demonstram essa realidade. Segundo a autora, só depois de vários anos de luta reconheceu-se a existência, nesse setor, de normas de discriminação direta em razão do sexo, nomeadamente discriminação salarial, e mesmo assim sua eliminação foi protelada por um período dilatado de tempo – 7 anos. Esse caso torna-se ainda mais grave pelo fato de que o próprio Estado, com o Plano de Apoio à Indústria da Cortiça, de 2009, disponibiliza incentivos financeiros a esse setor, que não apenas pratica a discriminação salarial, mas também a reconhece.

Essa situação é mais um elemento para ilustrar algumas das contradições do mercado de trabalho português no que diz respeito à situação laboral das mulheres, uma vez que, ao mesmo tempo em que Portugal apresenta altos números relativos às taxas de feminização, as condições de

trabalho para as mulheres são precárias, existindo, simultaneamente, mecanismos legitimados pelo próprio Estado que boicotam a igualdade de gênero.

É inegável, como aponta Ferreira (2010), que a entrada intensiva das mulheres no mercado de trabalho foi um fator de grande relevância para os processos de recomposições sociais verificados ao longo das últimas décadas em Portugal. Contudo, não foi suficiente para desencadear um processo de construção da igualdade entre homens e mulheres no mercado laboral. Poder-se-ia dizer que, se uma primeira análise superficial dos números da configuração do mercado de trabalho português mostra que existem baixos níveis de segregação laboral, uma análise mais apurada desvela as desigualdades que persistem em diferentes formas de discriminação e segregação.

Como tenho vindo a dizer, ao conceber o trabalho como muito mais do que uma simples fonte de renda, mas, sobretudo, como uma via de acesso à cidadania, espera-se que uma inserção laboral precária resulte em uma inserção social também precária. Assim, não parece absurdo dizer que as mulheres portuguesas, ainda que tenham acesso formal a todos os direitos dos homens portugueses, são cidadãos de segunda categoria, expostas a maiores riscos de vulnerabilidade e marginalização. Elas são as mais atingidas por contratos temporários, trabalho a tempo parcial, longos períodos de desemprego, estando, portanto, mais sujeitas também ao risco de pobreza e situações de exclusão social:

*Entendemos que a precariedade contratual e a vulnerabilidade económica e social, suscitadas pela insegurança de emprego e pelo agravamento do desemprego, potenciam o risco de retrocesso no percurso preconizado de modernização e de igualdade nas relações de gênero (Casaca, 2010a: 197).*

Ou seja, a igualdade de gêneros no mercado e na sociedade portuguesa está longe de ser uma realidade concreta e, no atual contexto de crise, distancia-se ainda mais.

Aliada a essa segregação sexual que descrevi, outra característica do mercado de trabalho português é a segregação étnico-racial que, à medida que as imigrações tornaram-se mais intensas, também se agravou. No próximo tópico, traçarei um breve histórico da imigração em Portugal para depois discutir acerca dos mecanismos de segregação étnico-racial que operam no mercado laboral.

### **3.3. Imigração e Mercado Laboral em Portugal**

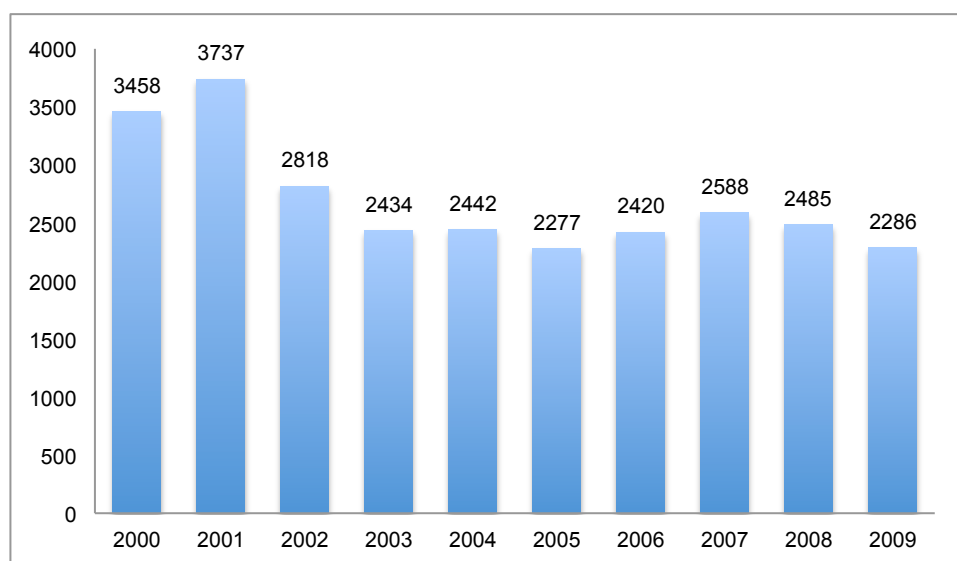
Historicamente, Portugal ficou conhecido como um país de emigração, contudo, durante os últimos trinta anos esse perfil mostrou algumas mudanças. Embora, comparativamente aos anos 60 e o início dos anos 70, o movimento de saída da população nacional tenha diminuído, esse fluxo continua ainda bastante significativo para ser desconsiderado. Peixoto (2004) e Baganha (2002) advogam a tese de que Portugal ainda não assumiu o posto exclusivo de destino de imigrantes, apresentando-se simultaneamente como um país de imigração e emigração.

*Esta simultaneidade coloca Portugal num lugar original à escala da UE: ser ao mesmo tempo receptor e emissor de migrantes. Utilizando a linguagem dos “regimes migratórios”, é de um regime “misto” que se trata (Peixoto, 2004: 16).*

Os dados do INE (2010) acerca do movimento de saída de nacionais e do volume de remessas enviado pela população portuguesa no exterior corroboram com essa afirmação. Em 2009,

cerca de 14.138 portugueses/as deixaram o país, e o valor das remessas atingiu 2286 milhões de euros (Gráfico 8).

**Gráfico 8: Volumes de remessas enviadas por emigrantes portugueses (Milhões de euros)**



Fonte: INE (2010).

Ainda não existem dados concretos para analisar o efeito da crise econômica na emigração portuguesa, mas é de se esperar que haja uma intensificação dos fluxos de saída para o exterior. O próprio secretário de Estados da Comunidade, José Cesário, em entrevista à agência Lusa em 22 de Novembro de 2011, declarou esperar que o aumento do desemprego force a saída da população nacional em busca de recolocação profissional no exterior. O IEFP (2011) afirma que em novembro de 2011 houve um aumento de cerca de 123,5% no número de pessoas inscritas no portal de mobilidade europeu EURES. Mesmo que esses não sejam dados suficientes para assegurar o aumento da emigração, é um indicador para pensar como a crise econômica pode contribuir na intensificação desse fluxo.

Embora os estudos acerca da emigração portuguesa mais recente sejam ainda incipientes, existindo, portanto, uma lacuna no que diz respeito ao perfil dessa população no exterior no que concerne ao nível de qualificação, tipo de atividades que desempenham e idade, sabe-se que esse fluxo atualmente continua seguindo uma lógica econômica (Peixoto, 2004). Os movimentos de saída parecem ainda estar muito atrelados à busca de melhores condições econômicas. Mesmo que no exterior esses/as emigrantes insiram-se em atividades também precárias e mal pagas (construção civil, limpeza e restauração), a remuneração salarial é superior àquela que teriam em Portugal.

*[...] a emigração portuguesa continua a ser, como no passado, uma emigração econômica essencialmente constituída por trabalhadores manuais, pouco qualificados que vão inserir-se, ainda que sob forma institucionais novas, nos mercados de trabalho europeus, nas chamadas ocupações sujas ou mal pagadas, ou seja, nas mesmas ocupações em que se inseriram os imigrantes portugueses dos anos 60 e 70 (Baganha, 2007: 7).*

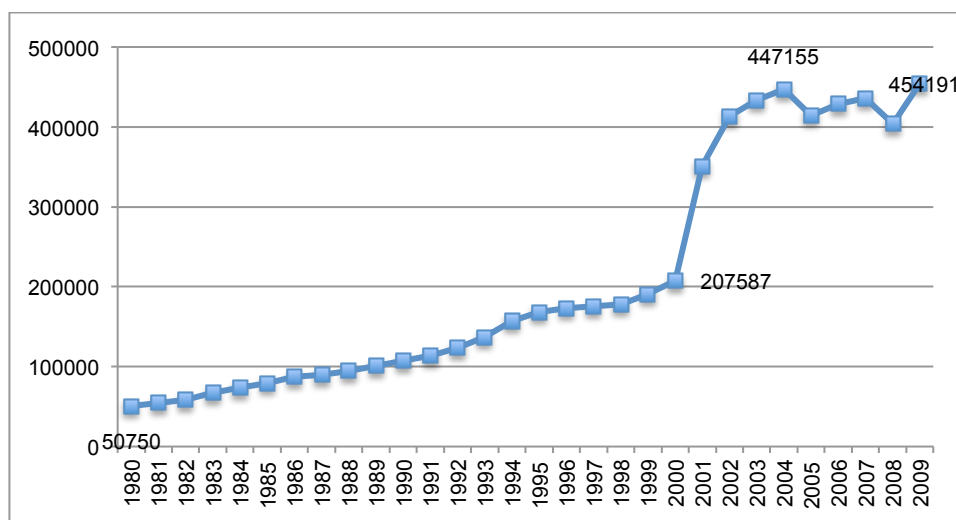
As dinâmicas de emigração da população portuguesa têm consequências diretas nos fluxos imigratórios e na configuração do mercado de trabalho nacional, inclusive no que diz respeito à

feminização laboral. A saída de portugueses e portuguesas com baixos níveis de qualificação deixou em aberto um nicho de mercado no qual trabalhadores/as imigrantes puderam inserir-se com relativa facilidade (Baganha, Marques e Góis, 2002; Baganha e Góis, 1999). Para entender como se deu essa passagem de um país prioritariamente de emigração para um país que começa a assumir um perfil de destino de imigrantes, é preciso fazer um resgate histórico e o 25 de Abril é mais uma vez o marco em virtude das mudanças econômicas, políticas e sociais que engendrou.

Um olhar geral na história da imigração portuguesa mostra quatro diferentes momentos: o primeiro inicia-se logo ao final da Guerra Colonial, com portugueses e portuguesas que retornaram das antigas colônias e cidadãos/ãs das ex-colônias. A entrada de Portugal na União Europeia, em 1986, foi outro ponto importante, o crescimento econômico que teve início nesse período trouxe uma nova demanda de mão de obra, principalmente nos setores da indústria e dos serviços. Imigrantes de origem dos PALOP e do Brasil compuseram esse segundo fluxo, que durou mais ou menos até o início dos anos 90. O terceiro momento identificado dá-se em meados dos anos 90 e foi marcado pela entrada expressiva de imigrantes do chamado Leste europeu e pela chegada de imigrantes asiáticos/as, ou seja, uma corrente migratória que não compartilhava nem aspectos culturais, nem históricos com Portugal.

A partir do final dos anos 2000, pode-se considerar uma nova fase desse fluxo, pois devido à recessão econômica, o número de imigrantes em Portugal apresentou os primeiros sinais de declínio, principalmente entre indivíduos vindos do leste da Europa. Nesse período, apenas o fluxo de imigração brasileiro continuou a permanecer forte (Baganha, 2002; Baganha, 2003; Baganha e Góis, 1999; Peixoto, 2008). É possível afirmar que as dinâmicas de fluxos dos regimes migratórios para Portugal ainda não estão completas, já que o efeito da última década de recessão não apareceu inteiramente, sobretudo no que diz respeito à imigração brasileira (Góis *et. al*, 2009; Peixoto e Sabino, 2009). Com o agravamento da crise e da recessão, é de se esperar que as características desse movimento modifiquem-se novamente. Ao longo dos anos, os canais de entradas desses fluxos também foram variados. A imigração africana, que teve início nos anos 60 e que, embora apresente uma diminuição, ainda mostra-se contínua, está mais ligada aos fluxos “tradicionais”, percursos individuais ajudados pelas redes sociais, bem como processos de reunificação familiar. Já a imigração do leste, como posteriormente a imigração brasileira, aponta os primeiros sinais para o funcionamento de alguma rede de tráfico organizado (Peixoto, 2007).

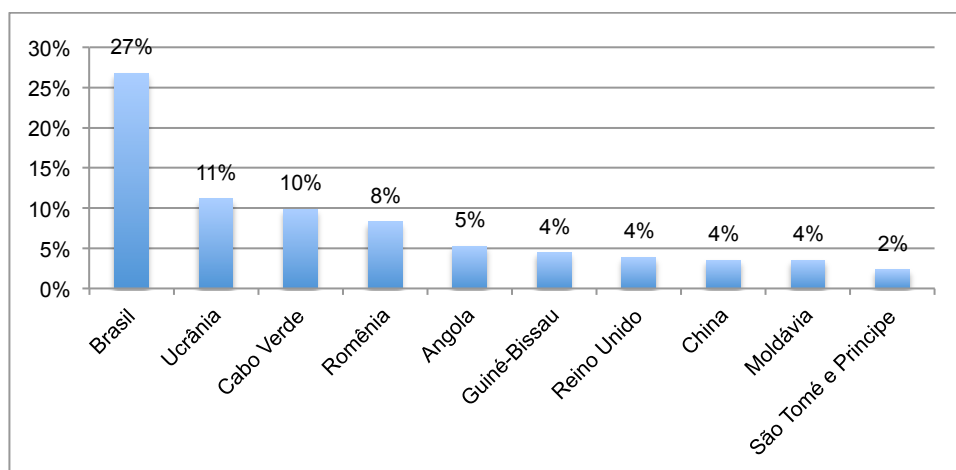
**Gráfico 9: Gráfico da evolução dos fluxos migratórios para Portugal (Nº Absolutos)**



Fonte: SEF (2010).

Percebe-se, a partir do gráfico acima, que em alguns momentos o caráter gradual da imigração para Portugal, que veio a ocorrer desde a redemocratização, acelerou-se (de forma mais clara no ano de 2002). Isso se deu devido, principalmente, às medidas de regulação extraordinárias, entre elas o processo de regularização de 1992-1993, a lei de autorização de permanência de 2001, o acordo especial assinado entre Brasil e Portugal e o decreto normativo de 2004 (Baganha, 2007; Fonseca *et. al.*, 2005; Peixoto, 2007). Segundo o SEF, em 2010 houve uma redução no crescimento do número de imigrantes residentes em Portugal com relação ao ano anterior. Em 2009 foram registrados/as 451.742 imigrantes a viver em Portugal, e em 2010 esse número caiu para 443.055, o que significa uma diminuição de 2.207 sujeitos. De acordo com o referido órgão, tal ocorreu tanto pelo aumento da atribuição de nacionalidade, bem como por conta da crise. Porém, apesar dessa diminuição, a imigração brasileira continuou a apresentar um crescimento em relação ao ano anterior, assim como a romena; já a ucraniana, a angolana e a cabo verdiana registraram um decréscimo.

**Gráfico 10 - Principais nacionalidades vivendo em Portugal - 2010**



Fonte: SEF (2010).

A tendência mundial do crescimento da imigração feminina também se refletiu nas correntes migratórias para Portugal. A partir da tabela abaixo, é possível inferir quão significativa tornou-se essa imigração para o país. Entre 1999 e 2008, o número de mulheres imigrantes cresceu cerca de 158%, enquanto a imigração masculina apenas 110%. Hoje em dia, as mulheres imigrantes correspondem a 49% do total da população imigrante em Portugal (SEF, 2010).

Os principais grupos populacionais de mulheres atualmente presentes em Portugal são dos PALOP, Europa do Leste e do Brasil, sendo que as brasileiras, segundo dados do SEF (2010), somam 66.885 indivíduos, o que representa cerca de 26% da população imigrante feminina em geral. Discorrerei, no tópico a seguir, especificamente acerca do processo de feminização da imigração para Portugal, porém, gostaria de pontuar desde já alguns aspectos importantes a serem considerados. A intensificação da entrada de mulheres imigrantes, ainda que mantenha em alguns casos traços de um fluxo migratório com caráter de reunificação familiar, parece estar mais diretamente ligada com as mudanças ocorridas no mundo laboral português – feminização do mercado de trabalho, desenvolvimento do setor de serviços e da economia informal, precarização das relações laborais e o desenvolvimento das cadeias de cuidados globais (Hochschild, 2000). Como mostrarei a seguir, a inserção dessas imigrantes trabalhadoras no mercado laboral é marcada pelos processos de segregação sexual e de segregação racial, cabendo a elas os piores e mal remunerados postos de trabalho.

**Tabela 3: População imigrante com a situação regularizada vivendo em Portugal 2009**

	Homens		Mulheres		Total
	N	%	N	%	
União Europeia	50657	53,80	43500	46,199	94157
Romênia	18512	57,03	13945	42,96	32457
Ucrânia	29500	56,41	22793	43,58	52293
Cabe Verde	23227	47,55	25618	52,44	48845
Angola	13196	49,68	13361	50,31	26557
Guine Bissau	13927	60,69	9018	39,30	22945
Brasil	52061	44,79	64159	55,20	116220
<b>Total</b>	<b>234412</b>	<b>51,61</b>	<b>219779</b>	<b>48,38</b>	<b>454191</b>

Fonte: SEF (2010).

No que diz respeito à inserção laboral dos/as imigrantes, uma das primeiras características que salta aos olhos é a polarização e os mecanismos de segregação étnico-racial que operam no mercado de trabalho português. Imigrantes dos países africanos, da Europa do Leste e da segunda vaga da imigração brasileira<sup>16</sup> encontram-se, principalmente, nos postos menos qualificados e menos socialmente reconhecidos, enquanto imigrantes europeus e europeias, norte americanos/as e a primeira vaga da imigração brasileira ocupam fundamentalmente postos dirigentes, cargos de gestão

<sup>16</sup> A referência à segunda vaga migratória brasileira diz respeito à forma como se convencionou dividir esse fluxo. A segunda vaga teria seu início em meados dos anos 90 e seria formada principalmente por imigrantes com baixos níveis de qualificação. Mais à frente, discutirei exclusivamente acerca dessa temática.

e profissões científicas e liberais (Peixoto *et al.*, 2009). Ou seja, o lugar ocupado por esses países na geografia mundial se reflete também na forma como eles se distribuem no mercado de trabalho português. Bem como reproduzem a relação entre raça, classe social e as feridas coloniais nas diversas estruturas da sociedade (Estanque, 2005c). Em geral, imigrantes da própria União Europeia e dos Estados Unidos que estão em Portugal deslocam-se no âmbito das empresas transnacionais, laboratórios científicos e organismos internacionais. São homens de meia idade, brancos e altamente qualificados. Para tais imigrantes, a experiência de inserção, não apenas, laboral, mas em todas as demais esferas da sociedade, é marcada por um diferencial de classe em relação à população de imigrantes dos leste europeu, dos PALOPs e da segunda vaga da imigração brasileira.

É verdade que entre o grupo de imigrantes altamente qualificados em Portugal também há uma parcela significativa de mulheres. O estudo de Perista (1999) discute acerca de mulheres europeias com altos níveis de qualificação que se inserem no mercado laboral português em ocupações correspondentes as que tinham no país de origem. Porém, esse grupo é praticamente invisibilizado nas investigações acadêmicas em Portugal (Góis e Marques, 2012). Acredito que a escassez de estudos sobre essas imigrantes não se dá apenas por representarem um universo reduzido, mas, sobretudo, pelas práticas patriarcais de nossa sociedade que insistem em apresentar as mulheres apenas como ligadas a atividades menos prestigiadas e a trabalhos que correspondem à tipificação sexual das profissões.

Dentro do grupo de imigrantes que assumem postos de trabalho menos qualificados, os mecanismos de exclusão e segregação étnico-racial parecem operar de maneira mais intensa. Basta estar atento aos modos diferenciados de inserção laboral de imigrantes europeus do leste e das ex-colônias. Se é verdade que quanto maior o número de trabalhadores/as de uma determinada nacionalidade em uma profissão, maior a possibilidade de que membros dessa mesma nacionalidade sejam recrutados em virtude das redes sociais (Pereira, 2010), não se pode desconsiderar os mecanismos de segregação étnico-raciais do mercado. Ou seja, o preconceito racial continua a operar nessas dinâmicas empurrando os/as africanos/as para postos cada vez mais precários, enquanto aos/as imigrantes do leste europeus são reservados os trabalhos menos degradantes. Se por um lado pode-se justificar essa diferença de inserção devido ao fato de que, em geral, os/as trabalhadores do leste da Europa possuem melhores níveis de qualificação do que os/as imigrantes vindos dos PALOP, por outro, não se pode fechar os olhos para um passado histórico de preconceito racial, exclusão social e dominação colonial ao qual a África sempre esteve e está exposta. Nem as vantagens linguísticas que os/as PALOP têm em relação aos/as imigrantes do leste são levadas em consideração. Nesse caso, a ferida colonial prevalece (Estanque, 2004).



**Tabela 4 Resumo das principais características dos modos de incorporação laboral para imigrantes do PALOP, Leste e Brasil**

	Principais Atividades	Características da Relação Laboral
PALOP	Construção Limpeza Trabalho doméstico Restauração (copa e cozinha)	Vínculos precários e temporários Informalidade Instabilidade Vulnerabilidade ao desemprego Salários inferiores aos da respectiva categoria (construção) Alguma sobrequalificação dos trabalhadores de Angola e Guiné
Leste	Construção Limpeza Trabalho doméstico Agricultura Indústria	Vínculos precários e temporários Informalidade Maioria dos salários entre 300 e 600 euros Sobrequalificação para as funções desempenhadas
Brasil	Construção Limpezas Trabalho doméstico Alojamento Restauração Comércio	Vínculos precários e temporários Informalidade Instabilidade Maioria dos salários entre 371 e 700 euros Alguma sobrequalificação, mas também a manutenção das ocupações anteriores (construção e comércio)

Fonte: Pereira (2010: 133).

O quadro acima, elaborado por Pereira (2010), permite identificar como se dá a inserção no mercado de trabalho português desses grupos. Ao mesmo tempo em que resguarda suas semelhanças, ligadas principalmente às condições de precariedade laboral, aponta, também, para algumas diferenças, reforçando o debate acima acerca da atuação dos mecanismos de segregação étnico-raciais que podem ser percebidos principalmente no valor dos salários pagos.

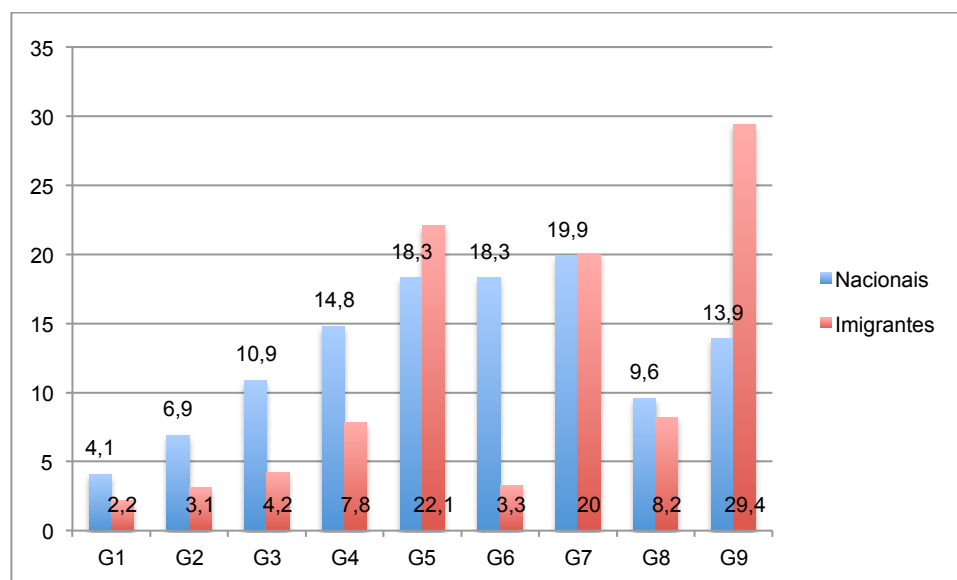
Com base em dados do MTSS 2008, averigua-se que a população imigrante está concentrada principalmente na construção (24%), atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas (22%) e alojamento e restauração (15%). A rápida entrada de imigrantes nesses segmentos laborais pode estar associada ao fato de que, para além de serem atividades que não exigem muita qualificação, são mal remuneradas e sujeitas a altos níveis de exploração. Podem-se somar a isso as facilidades em aceder ou permanecer em Portugal sem um visto adequado e às sucessivas regularizações extraordinárias. Sabe-se que imigrantes em situação de irregularidade reivindicam menos seus direitos e submetem-se mais a situações de exploração e de baixos salários, de forma que tal circunstância mostra-se bastante favorável para os/as empregadores/as. Nas palavras de Baganha:

*Portugal esqueceu-se de regular os fluxos e de combater a imigração ilegal, a meu ver, porque o boom da construção civil e obras públicas que o país viveu de 1996 a 2003 e as necessidades de mão-de-obra da indústria do turismo assim o exigiam. E, de facto, o mercado de trabalho absorvia, ainda que na economia informal e de forma precária, a esmagadora maioria dos que entravam com vistos de curta duração e posteriormente se fixavam (Baganha, 2007: 40).*

Se por um lado as diversas medidas de regulação extraordinária que ocorreram visavam à integração da população imigrante a viver em Portugal de forma irregular, por outro era uma resposta às pressões e *lobbies* da construção civil e da indústria do turismo. Os processos de regulação extraordinários, da forma como foram executados, mostram-se como um ciclo que dá condições para

o aumento da imigração irregular e para a dinamização do mercado clandestino de trabalho e da economia informal (Baganha, Ferrão e Malheiros, 1999; Peixoto, Sabino e Abreu, 2009).

**Gráfico 11: Níveis de Ocupação entre nacionais e imigrantes, 2009<sup>17</sup> (%)**



Fonte: MTSS/DGEEP, Quadros de Pessoal (2010).

Dando continuidade à análise de dados fornecidos pelo Quadros de Pessoal do MTSS, mesmo que não possa ser considerada realista, em função de que alguns setores não são declarados, fornece algumas informações interessantes no que diz respeito à situação laboral da população imigrante. Como se vê do Gráfico 11 acima, os/as trabalhadores/as imigrantes estão concentrados principalmente nos trabalhos não qualificados (29,4%) e apenas 2,2% em quadros superiores e especialista das profissões intelectuais, dando pistas para mapear os mecanismos de segregação étnico-raciais que forçam essa concentração desigual dos dois grupos em determinadas ocupações.

No que diz respeito às diferenças entre os níveis de qualificação dos/as imigrantes e as tarefas que desempenham, tem-se que, em geral, essa população realiza trabalhos muito inferiores aos seus níveis de qualificação (Tabela 5). A partir da referida tabela, também se pode concluir que as mulheres possuem melhores níveis de qualificação do que os homens: enquanto 6,1% delas possuem formação superior, que inclui até o doutoramento, apenas 5,8% dos homens atingiram esse nível de formação. Por outro lado, 4,08% dos homens possuem formação inferior ao primeiro ciclo do ensino básico e somente 3,67% das mulheres encontram-se nessa categoria. Porém, como se verá mais adiante, a formação superior das mulheres imigrantes não garante a elas uma melhor inserção

<sup>17</sup> O gráfico 11 está de acordo com a Classificação Nacional das profissões:

GG1: Quadros superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de Empresas; GG2: Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas; GG3: Técnicos e Profissionais de nível médio; GG4: Pessoal Administrativo e Similares; GG5: Pessoal dos Serviços e vendedores; GG6: Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas; GG7: Operários, artífices e similares; GG8: Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores de Montagem; GG9: trabalhadores não qualificados.

profissional em relação aos homens, visto que, assim como acontece com as nacionais, enfrentam, no mercado de trabalho português, situações de discriminação e segregação sexual.

**Tabela 5: Níveis de Formação dos Imigrantes desagregado por sexo – 2009 (%)**

Nível de Formação	Total	Homens	Mulheres
Inferior ao ciclo básico	3,9	4,08	3,67
1º ciclo ensino básico	20,16	18,10	22,93
2º ciclo ensino básico	13,87	15,98	12,24
3º ciclo do ensino básico	22,93	24,14	21,32
Ensino Secundário	19,66	18,63	21,06
Ensino pós secundário/não superior	0,3	0,29	0,36
Bacharelado	1,44	1,18	1,78
Licenciatura	5,27	4,74	5,98
Mestrado	0,39	0,41	0,35
Doutoramento	0,19	0,23	0,12
Nível desconhecido	11,85	13,11	10,18

Fonte: MTSS/DGEEP, Quadros de Pessoal (2010).

**Tabela 6: Quadro de remuneração de trabalhadores/as estrangeiros/as desagregado por sexo – 2009.**

Nível de qualificação	Base			Ganho		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	743,39	809,94	639,60	878,38	973,05	730,72
Quadros Superiores	2829,25	3279,28	2013,88	3165,11	3652,97	2281,20
Quadros médios	1734,80	1973,81	1409,59	1986,29	2272,61	1596,69
Encarregados cont.chefes equipa	1168,20	1237,68	990,68	1350,96	1414,84	1175,81
Profissionais altamente qualificados	1168,20	1237,68	1078,34	1419,61	1554,03	1245,77
Profissionais qualificados	681,24	729,88	587,65	837,55	904,24	673,26
Profissionais semi-qualificados	533,34	543,71	517,49	623,22	653,68	594,83
Profissionais não qualificados	472,08	507,60	479,21	579,21	609,27	540,95
Estagiário, Praticante, Aprendiz	473,62	502,89	481,81	560,60	577,50	545,64
Nível desconhecido	663,66	651,65	712,09	801,27	798,08	814,15

Fonte: MTSS/DGEEP, Quadros de Pessoal (2010).

Já no que diz respeito à segregação sexual do mercado de trabalho, pode ser observada nas diferenças de ganhos salariais entre trabalhadores/as imigrantes para as mesmas profissões e níveis de qualificações (Tabela 6 acima). Enquanto para os homens o ganho base é de 809,94 euros, para

as mulheres esse valor é de 693,60 euros. Ao considerarmos o ganho médio, esse valor continua a reproduzir as desigualdades, homens ganhando 973,05 euros e mulheres 730,72 euros, o que traduz uma desigualdade salarial de mais de 20% em ambas as situações. Esse padrão se repete em todos os níveis de qualificação, ou seja, a remuneração das mulheres trabalhadoras imigrantes é sempre inferior àquela dos trabalhadores imigrantes<sup>18</sup>.

Mais um aspecto relevante sobre a presença de imigrantes no mercado de trabalho português diz respeito às atividades de empreendedorismo. Trata-se de uma tendência que vem se desenvolvendo mundialmente. Segundo o relatório publicado em 2010 pela OCDE, a percentagem de nacionais e imigrantes que se declararam trabalhadores/as por conta própria, ou seja, empreendedores/as, no ano de 2007 se aproximava bastante (Tabela 7), o que testemunha a importância dessa atividade como uma forma de inserção laboral da população imigrante. Mas, se por um lado essas atividades implicam em criação de emprego e aproveitam, frequentemente, os recursos gerados pelos próprios grupos imigrantes, por outro é necessário não desconsiderar as condições de precariedade e instabilidade laboral, vulnerabilidade económica, restrição de direitos sociais que esse tipo de trabalho pode ter, visto que recai nos/as trabalhadores/as, sejam nacionais ou imigrantes, a responsabilidade por sua inserção e capacitação profissional.

**Tabela 7: Percentagem de trabalhadores/as como autoempregadores**

	País <sup>19</sup>								
	AT	BE	CZ	FR	DE	IT	PT	SE	ES
Nacional	9,3 %	12,1 %	15,3%	8,1%	10%	23,3%	<b>15,6%</b>	8,5%	16 %
Estrangeiro	8,4 %	15,5 %	19,6%	10,8%	9,5%	17,5%	<b>12,1%</b>	10%	11,7%

Fonte: OCDE, 2010, baseado no OCDE Migration Outlook 2009 – date from 2007.

No caso específico das mulheres, cada vez mais o empreendedorismo tem sido uma forma de inserção laboral à qual elas recorrem com certa frequência. O estudo de Malheiros e Padilla (2010) faz um mapeamento da situação das mulheres imigrantes empreendedoras em Portugal. Segundo o referido estudo, apesar dos incentivos do estado ao empreendedorismo imigrante, a taxa de atividades das mulheres imigrantes é inferior àquela das nacionais. E dentro do grupo de empreendedoras imigrantes, verifica-se, também, uma segmentação de acordo com a nacionalidade, sendo as mulheres provenientes da América do Norte e dos países europeus comunitários dotadas de um potencial muito maior de empreendedorismo do que as demais, principalmente aquelas das ex-colônias. Tal atividade também apresenta fortes traços de segregação sexual, visto que os homens imigrantes estão mais presentes do que as mulheres. Além disso, o empreendedorismo feminino imigrante é muito voltado para ramos que reproduzem os papéis femininos mais ligados a atividades de limpeza, cuidados e beleza. Entre os obstáculos apontados por essas mulheres está a dificuldade em aceder a créditos nos bancos ou aos incentivos oferecidos pelo Estado.

<sup>18</sup> Infelizmente, os dados fornecidos pelo MTSS/DGEEP aos quais tive acesso em relação aos níveis de remuneração do grupo de nacionais e de imigrantes não estão segregados por sexos, de forma que não é possível comparar a diferença dos salários das mulheres portuguesas e das mulheres estrangeiras.

<sup>19</sup> Codificação oficial dos países da União Europeia. Disponível em: <[http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics\\_explained/index.php/Glossary:Country\\_codes](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Glossary:Country_codes)>, acedido em: Jan., 2012.

Outros dois traços importantes acerca da inserção laboral de imigrantes que pontuarei brevemente dizem respeito à mobilidade profissional e à sua relação com o movimento sindical. Como foi dito até agora, em geral a entrada de imigrantes no mercado de trabalho português se dá, principalmente, nos postos mais baixos e nas ocupações mais precárias. Contudo, isso não significa que fiquem confinados/as a essa realidade. Verifica-se que há uma certa mobilidade profissional dessa população tanto de maneira horizontal, ou seja, uma elevada rotação entre diferentes zonas de precariedade – principalmente imigrantes que realmente possuem baixos níveis de qualificação – como também de maneira ascendente. Em geral, com o prolongamento da estadia, aquisição de novas credenciais escolares e a melhoria das condições de integração social, a possibilidade de mobilidade profissional ascendente torna-se maior (Peixoto, 2008).

Já sobre a relação da população imigrante com o movimento sindical português, percebe-se que a sobrevalorização do papel do Estado na criação das políticas migratórias e de regulamentação do trabalho imigrante, assim como a própria desmobilização do movimento sindical, dificulta que os sindicatos atuem de forma mais incisiva no que diz respeito a essa realidade. Soma-se a isso a própria atitude de muitos/as imigrantes diante dos sindicatos ao identificá-los como organismos públicos e que, portanto, podem denunciar a irregularidade, seja dos documentos, seja das condições e do contrato de trabalho.

O estudo de Koralova (2009) mostra que, apesar das dificuldades, os sindicatos portugueses têm sido muito ativos na luta pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras imigrantes, diversas ações e campanhas nacionais e internacionais têm sido empreendidas, como, por exemplo – tradução dos contratos de trabalho, o projeto “Os Trabalhadores Migrantes e a Economia Global”, no âmbito do programa Círculos Internacionais de Estudo (CIS), lançado pela UGT em 2001, em uma tentativa de reforçar a ação entre a sociedade civil que luta pelos direitos imigrantes e as centrais sindicais, bem como a existência de um Departamento de Migrações pela CGTP e o protocolo de cooperação sindical sobre trabalhadores/as imigrantes, firmado em 2007 com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil.

As ações dos sindicatos têm sido principalmente no sentido da regularização dos/as trabalhadores/as imigrantes e menos nas questões específicas de ordem laboral. Segundo Peixoto e Koralova (2009), uma das principais críticas sobre a relação entre sindicatos e imigrantes concerne sobretudo à ausência de um trabalho de esclarecimento e alerta sobre direitos e deveres laborais mais próximo dessa população. Ao mesmo tempo em que há uma ausência completa de preocupação com a situação das mulheres imigrantes no mercado de trabalho, que, como tenho tentado mostrar até agora, configura-se como o grupo mais vulnerável da pirâmide. Nos programas e campanhas dos sindicatos, não há nenhuma referência às questões da segregação sexual, desigualdades salariais, assédios ou políticas de conciliação família-trabalho, situações que as mulheres imigrantes enfrentam cotidianamente.

Antes de finalizar a discussão acerca da inserção laboral da população imigrante em Portugal, gostaria de fazer algumas considerações sobre o efeito da crise nessa dinâmica. Como dito anteriormente, devido esse ser um evento que ocorre e agrava-se à medida que escrevo e até o presente momento ainda está a configura-se, ainda não existem nem estudos aprofundados, nem

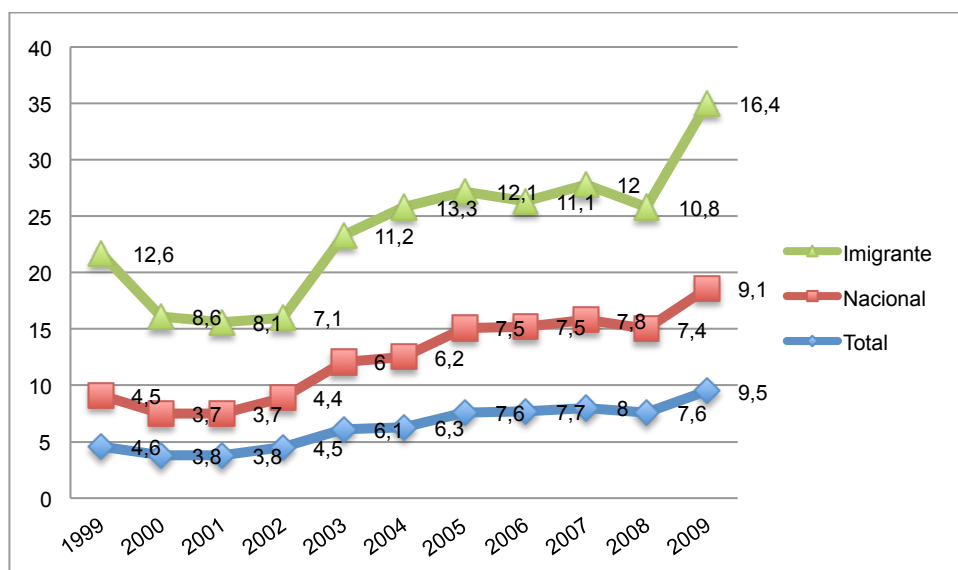
dados oficiais acerca do seu impacto sobre a população imigrante. Porém, em 2010, a Fundação Calouste Gulbekian promoveu um fórum de debates, sob a coordenação do Professor João Peixoto, acerca da relação entre crise e imigração que contou com a participação de organizações da sociedade civil, membros de Instituições do Estado e de acadêmicos e acadêmicas estudiosos sobre o tema. O resultado do fórum foi apresentado em 2011 por meio da publicação “Crise, imigração e Mercado de Trabalho em Portugal: retorno, regulação ou resistência?”, sendo essa uma das poucas produções mais atualizadas acerca do tema. Não poderia deixar de apresentar, mesmo que de forma sucinta, algumas das suas principais conclusões.

Segundo o referido estudo, com base nos dados oficiais, o impacto causado pela recessão econômica iniciada em 2008 nos fluxos migratórios foi de baixa intensidade, isto é, ainda não se percebeu uma queda no número da população imigrante com estatuto legal. Reconhece-se, sim, uma redução nos fluxos, mas não seu desaparecimento, em especial porque as entradas sob o abrigo da reunificação familiar continuaram a dar-se principalmente para imigrantes dos países do leste europeu. No caso específico da comunidade brasileira, o que se verificou foi um crescimento contínuo e sistemático ao longo da primeira década do ano 2000.

As discussões do fórum vêm ao encontro do que tenho vindo a discutir sobre o fato de que mesmo que as questões econômicas sejam um dos principais motivadores para a imigração, não se configuram como as únicas. Ou seja, a crise da economia de Portugal não implica que necessariamente haverá um retorno imediato da população imigrante para o país de origem. Isto acontece porque a experiência migratória envolve, também, uma readaptação de outras esferas da vida família, vínculos sociais e afetivos.

Assim, o retorno para o país de origem ainda é um acontecimento escasso, porém em crescimento. Os dados da OIM sobre o Programa de Retorno Voluntário apresentados em um dos workshops mostram como, entre 2009 e 2010, houve um aumento significativo do número de pessoas assistidas por tal programa. No primeiro trimestre de 2009 houve apenas 68 embarques para fora de Portugal, enquanto na mesma época, em 2010, somaram 135 (Peixoto e Lório, 2011).

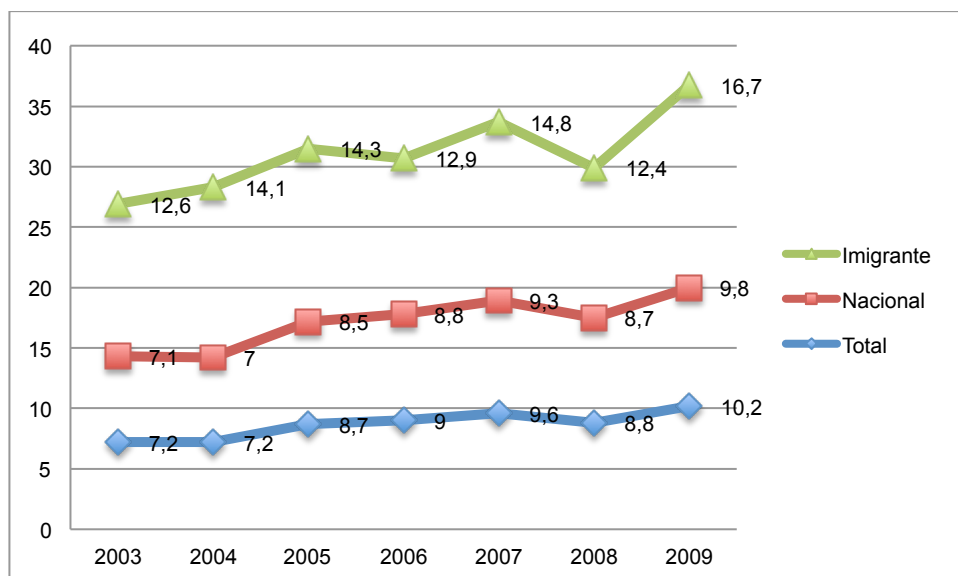
**Gráfico 12: Taxa de desemprego nacionais e imigrantes, 1999-2009 (%)**



Fonte: Peixoto e Lório (2011).

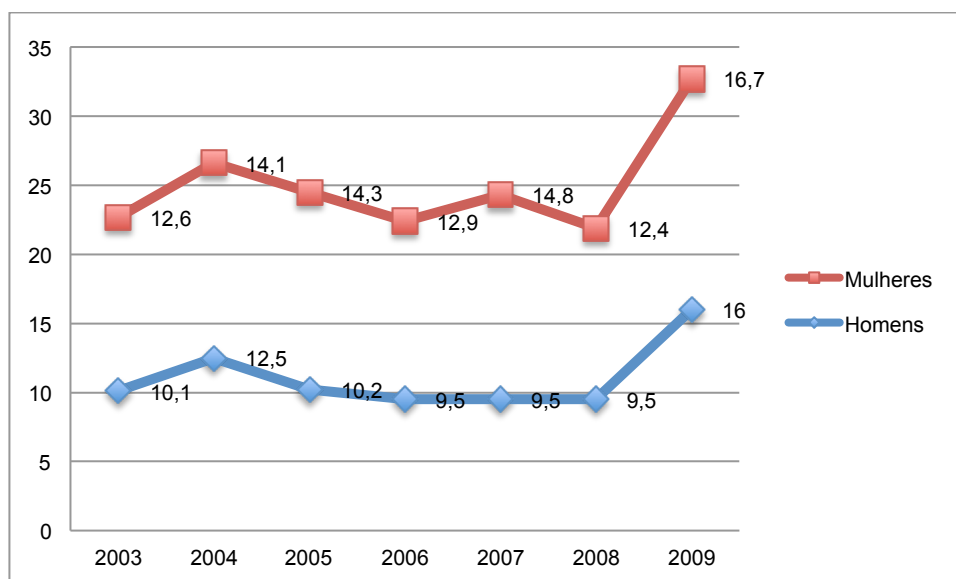
As taxas de desemprego das mulheres imigrantes são superiores a dos homens imigrantes, bem como a das portuguesas, reforçando a concepção de que aquelas representam o grupo mais vulnerável e exposto aos efeitos da atual crise econômica (Gráficos 13 e 14).

**Gráfico 13: Taxa de desemprego feminina nacionais e imigrantes, 2003-2009 (%)**



Fonte: Peixoto e Lório (2011).

**Gráfico 14: Taxa de desemprego imigrante por sexo, 2003-2009 (%)**



Fonte: Peixoto e Lório (2011).

Peixoto e Lório (2011) chamam a atenção para o fato de que em 2009 a diferença entre o desemprego de homens e mulheres imigrantes foi a menor de toda a década, indicando que os setores mais afetados no atual quadro econômico são aqueles que empregam mais mão de obra masculina. Ainda que os números mostrem que os imigrantes parecem ter sido mais afetados pela crise do que as mulheres por conta do aumento do desemprego, é preciso lembrar que esses se tratam dos números formais. É sabido que há um grande número de mulheres imigrantes que trabalha como empregadas domésticas, em regime temporário e informal e que essas informações não constam nas estatísticas oficiais (Marques e Góis, 2012), permitindo levar à hipótese de que a situação das mulheres imigrantes seja mesmo mais vulnerável do que a dos homens.

Concomitante com o aumento do desemprego, percebe-se a intensificação da precariedade laboral, da degradação das condições de trabalho – baixos valores dos salários, vínculos contratuais em curto prazo, extensas jornadas laborais – e da difusão da economia informal. Essa situação não apenas dificulta o acesso aos direitos sociais, como também o processo de regularização do estatuto legal da imigração que, em geral, está atrelado à existência de um contrato de trabalho ou à comprovação de alguma fonte de renda. Cabe aqui ressaltar, também, que os baixos rendimentos auferidos pelos/as os/as imigrantes acabam por incentivar o afastamento do sistema nacional de segurança social, pois por vezes é preferível não fazer o desconto para a Segurança Social para que o valor do salário não seja ainda mais reduzido (Peixoto e Lório, 2011).

Por fim, o referido estudo conclui que há uma desaceleração das entradas dos/as imigrantes em Portugal, ainda que o retorno ao país de origem seja por ora escasso. Reafirma que a população imigrante é a mais vulnerável às transformações do mercado de trabalho por conta da crise, comprovadamente através do aumento das taxas de desemprego e da precariedade laboral.

Posto isso, diria que, em relação à inserção da população imigrante na economia portuguesa, os principais problemas são os altos níveis de exploração laboral a que está submetida



devido à sua maior vulnerabilidade – tanto no que concerne à regularidade do próprio *status* de imigrante como pela situação do contrato de trabalho e pela forte presença no mercado laboral informal –, os mecanismos de discriminação e segregação sexual e étnico-racial que operam no mercado laboral português e que por vezes são legitimados por práticas do próprio Estado. Discutirei, agora de forma mais detalhada, como se deu o processo de feminização da imigração para Portugal ao longo desses últimos 30 anos e sua relação com o mercado de trabalho.

### **3.4. Feminização da imigração para Portugal**

A imigração de mulheres para Portugal também foi um fenômeno que se alterou de maneira intensa nos últimos 30 anos de forma que, numericamente, as imigrantes não podem mais ser consideradas uma minoria, pois representam quase que 50% da população imigrante no país. Porém, os estudos acerca da feminização dos fluxos migratórios para Portugal ainda são bastante incipientes, merecendo destaque aqueles de Peixoto *et al.*, (2006), Wall *et al.*, (2005), Catarino, (2007), Padilla (2002; 2007b), Miranda (2009), mais recentemente, Malheiros e Padilla (2010) e Marques e Góis (2012). Ou seja, repete-se na academia portuguesa o processo de invisibilização ao qual as mulheres imigrantes são vítimas na sociedade. Pode-se associar a ausência de estudos sobre esse tema a três motivos principais: a ineficiência das análises estatísticas em contemplar em seus dados as diferenças de sexo; o fato de que muitas desses mulheres trabalham na economia informal, dificultando o conhecimento de suas realidades; e a tradição androcêntrica das ciências sociais em considerar as diferenças de gênero como um “detalhe” ou um capricho que não merece muita atenção (Catarino, 2007).

*Em Portugal, os estudos sobre mulheres imigrantes são dispersos e pontuais, não existindo uma verdadeira continuidade de interesse pelo estudo da temática. O estudo das migrações não tem contemplado uma perspectiva de gênero, assumindo que as características das migrações nacionais se podem generalizar a todo o universo (Miranda, 2009: 28).*

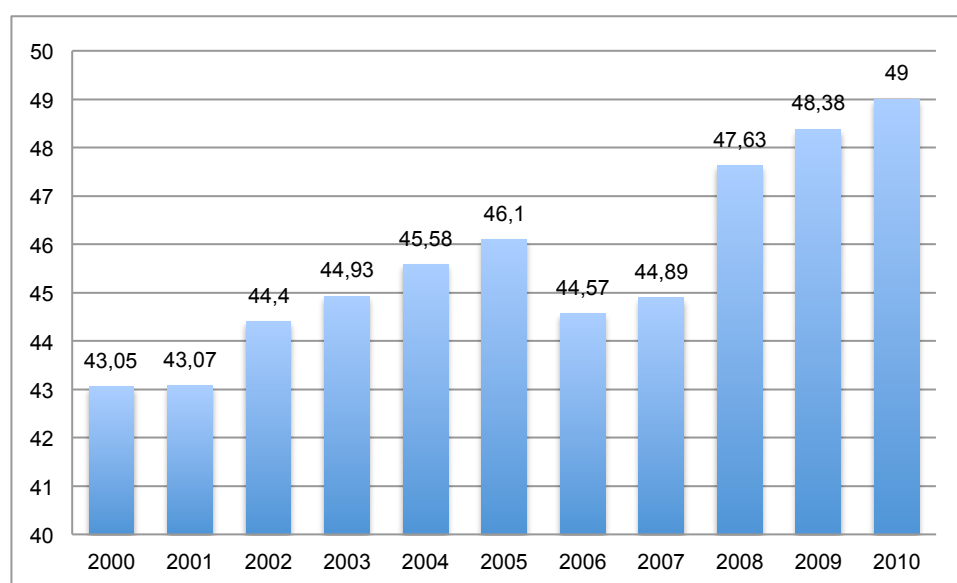
Contudo, apesar dessa invisibilização acadêmica e também social às mulheres, por representarem aproximadamente metade do total da população imigrante em Portugal, têm obrigado as investigações científicas e as políticas públicas a considerarem de forma mais séria e sistemática as diferenças de gênero. Resgato aqui o que foi dito no capítulo primeiro: adotar uma perspectiva de gênero nas análises dos fluxos migratórios vai muito além da questão numérica, implica em repensar todo o modelo de compreensão da migração, dando um novo enfoque qualitativo a esse fenômeno.

*Falar de uma feminização das migrações não é falar apenas de um aumento quantitativo da presença das mulheres nos fluxos migratórios de (e para Portugal), mas de uma série de mudanças qualitativas das suas motivações, dos meios e formas também da migração feminina, dos processos de inserção socioeconômicos, bem como de uma visibilidade da importância do papel de gênero nos processos migratórios (Marques e Góis, 2012: 16).*

A feminização da imigração para Portugal segue em grande medida os padrões relativos à imigração para a Europa do Sul (King e Zontini, 2000). A expansão do setor de serviços, a existência

de um mercado laboral informal em crescimento, a segregação sexual do mercado de trabalho, o envelhecimento da população, a crescente saída das mulheres autóctones para o mercado de trabalho externo ao lar e a diminuição dos investimentos públicos em políticas sociais e de assistência criaram um nicho de atividades que absorve em grande escala a mão de obra feminina imigrante. Pode-se dizer, então, que ao mesmo tempo em que ainda traz características do modelo clássico de reunificação familiar, os fluxos migratórios femininos para Portugal assumem cada vez mais um caráter laboral (Grassi, 2006; Peixoto, *et al.*, 2006).

**Gráfico 15: Evolução da percentagem de mulheres no total da população estrangeira em Portugal (2000-2010)**

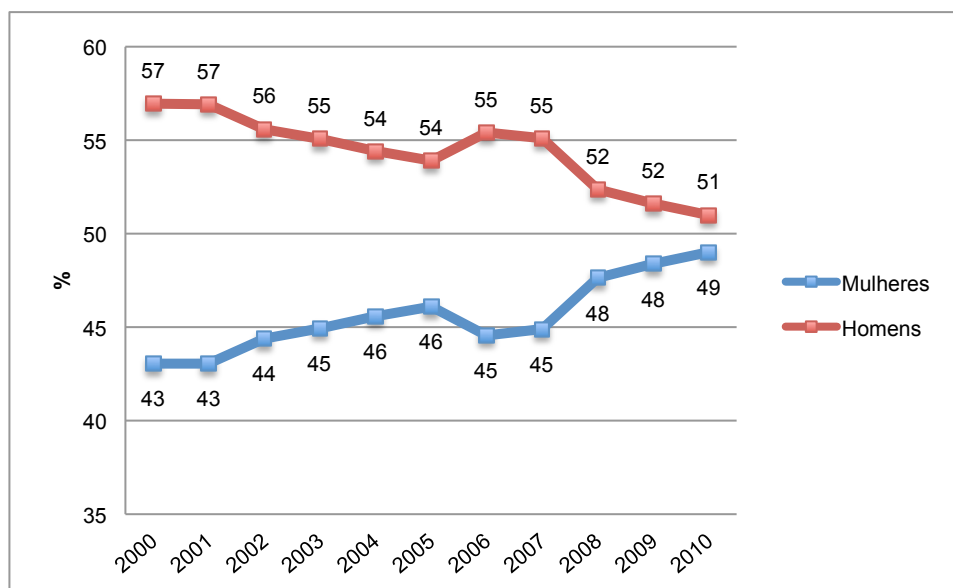


Fonte: SEF, relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, vários anos.

Em meados dos anos 90, quando as correntes migratórias encontravam-se consolidadas, apareceram os primeiros sinais da feminização da imigração. É verdade que nem todos os fluxos feminizaram-se com a mesma intensidade, tal mudança detectou-se principalmente nas correntes migratórias brasileiras e dos PALOP, enquanto as dos chamado leste europeu e asiáticas continuaram majoritariamente masculinizadas. Porém, como se pode apreender do gráfico acima, é inegável que houve um aumento do número de mulheres imigrantes em Portugal (Peixoto *et al.*, 2006, Marques e Góis, 2012; Wall *et al.*, 2005;).

Quando em comparação com o fluxo migratório masculino (Gráfico 16), percebe-se o movimento que o número de mulheres tem tido no sentido de aproximar-se daquele, ou seja, não só a feminização da migração mostra-se como um crescente em Portugal, como a entrada de homens parece estar a diminuir.

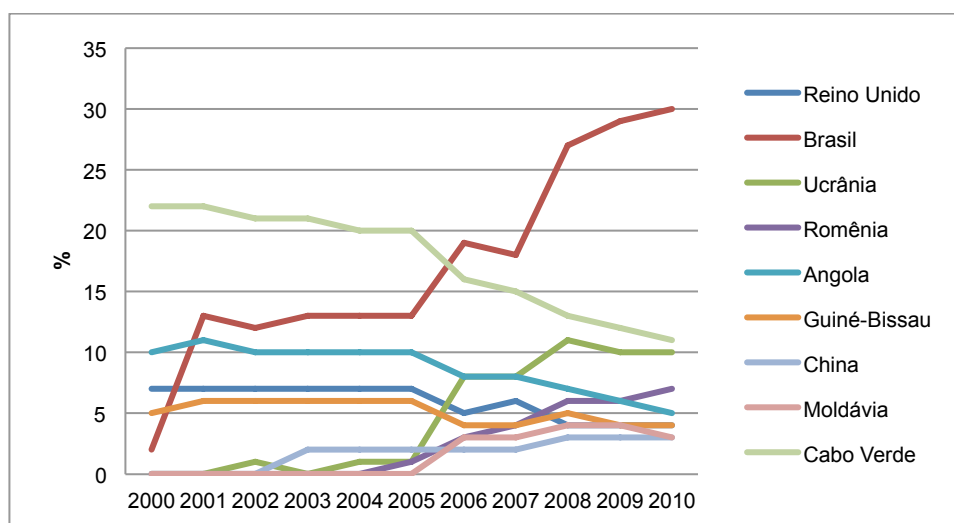
**Gráfico 16: Evolução da percentagem de mulheres e homens no total da população estrangeira em Portugal (2000-2010)**



Fonte: SEF, relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, vários anos.

A evolução das nacionalidades dos fluxos migratórios femininos ao longo da primeira década do ano 2000 pode ser analisada a partir do gráfico a seguir. Há claramente um salto no crescimento da população brasileira, vindo a ocupar o primeiro lugar em termos quantitativos, e do crescimento dos fluxos vindos do leste europeu. No próximo capítulo, discutirei de forma mais detalhada sobre a feminização da imigração brasileira para Portugal, porém gostaria de pontuar desde já a especificidade dessa corrente. Sabe-se que a imigração de mulheres cabo-verdianas para Portugal teve início muito antes da brasileira. Enquanto essa se deu em meados dos anos 90, aquela ocorreu em finais da década de 60 (Pereira, 2010). Nota-se, assim, a intensidade da entrada de brasileiras no território português nesses últimos 20 anos.

**Gráfico 17: Evolução do fluxo migratório feminino para Portugal 2003-2010 (%)**

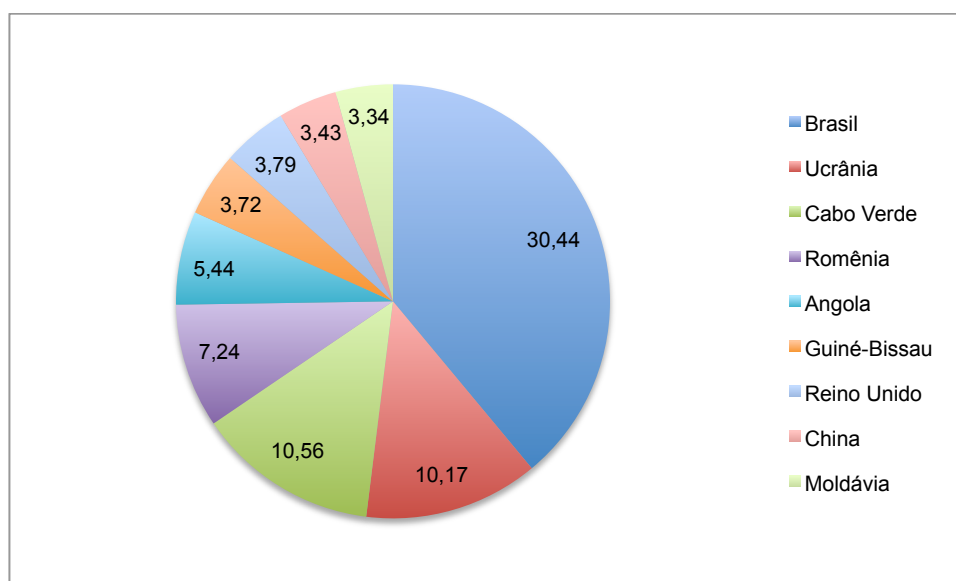


Fonte: SEF, relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, vários anos.

De acordo com os dados do SEF em 2010, as nacionalidades mais representativas em Portugal foram: Brasil (26,81%), Cabo Verde (9,88%), Roménia (8,27%), Angola (5,28%), Guiné-Bissau (4,45%), Reino Unido (3,86%), China (3,53%) e Moldávia (3,51%). O gráfico abaixo ilustra a percentagem de mulheres dessas nacionalidades no total da população imigrante. As brasileiras representam 30%, seguida das cabo-verdianas (10,56%) e das Ucrainianas (10,17%). Dos dados disponibilizados pelo SEF em 2010, é possível extrair a informação de que as imigrantes encontram-se entre 20 e 40 anos de idade, ou seja, são mulheres jovens e economicamente ativas, reforçando o caráter, ou pelo menos o potencial, laboral dessa imigração.

Seria possível identificar, em termos gerais, três grupos principais de mulheres imigrantes em Portugal. O primeiro, formado pelas cabo-verdianas, grupo mais antigo e mais estável, com baixos níveis de qualificação e inserção laboral em postos precários; outro, formado por brasileiras, diferenciadas de acordo com as vagas nas quais vieram (primeira vaga: mulheres mais velhas e com níveis de qualificação mais elevados; segunda vaga: jovens com qualificação inferiores àquelas e que assumem postos que exigem baixos níveis de qualificação); e o último, mais recente, composto por europeias do leste, em geral com altos níveis de qualificação, mas que também se inserem em postos precários (Catarino, 2007).

**Gráfico 18: Nacionalidades mais representativas em Portugal, Mulheres 2010 (%)**



Fonte: SEF, relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (2010).

Segundo o estudo de Peixoto *et al.* (2005), esse tipo de inserção laboral precária, marcado por longas horas de trabalho, baixos níveis de salários, baixo estatuto social e que requer poucas qualificações é uma semelhança que perpassa os três grupos (com exceção das brasileiras vindas na primeira vaga), permitindo inferir que existe uma grande presença de mulheres imigrantes em empregos informais. O referido estudo aponta ainda para uma segmentação do mercado laboral com base nas nacionalidades. As europeias do leste e africanas estariam mais ligadas a atividades de limpeza doméstica e em empresas, sendo que aquelas ainda exibem uma presença significativa no

setor de indústria transformadora e agrícola, enquanto as brasileiras seriam mais voltadas para as atividades de hotelaria, restauração e comércio.

A análise feita anteriormente acerca da feminização da mão de obra portuguesa é chave para a compreensão da intensificação do fluxo de imigração feminina para o país. O aumento do número de empregos em Portugal, devido à industrialização tardia e ao desenvolvimento do setor de serviços, gerou postos de trabalho que exigiam pouca qualificação, postos esses assumidos principalmente pelas mulheres e imigrantes, visto que em geral eram mal remunerados e com pouco prestígio social. Somados a isso, a ausência de aparelhos estatais para cuidado de crianças e pessoas idosas e a falta de tradição na partilha das tarefas domésticas entre homens e mulheres criou condições para o desenvolvimento de um nicho de trabalho no setor doméstico e de cuidados no qual as mulheres imigrantes inseriram-se com relativa facilidade.

Vários trabalhos (Baganha, 2002; Catarino e Oso, 2000; Perista e Pimenta, 1993) destacam a importância do setor doméstico como uma das principais atividades laborais das imigrantes em Portugal, reafirmando o padrão de inserção que tenho apresentado até agora: vulnerável, segregado por raça e sexo e marginalizado. Além disso, essas atividades funcionam como um meio de manutenção e reprodução de estruturas de dominação e exclusão baseada no gênero e nas diferenças raciais:

*As mulheres imigrantes assumem-se assim como as substitutas ideais do trabalho feminino, não remunerado, na esfera doméstica da era anterior: são dóceis e disponíveis, estando muitas vezes isoladas das suas próprias famílias (Pereira, 2010: 158).*

Porém, esse é um setor cuja realidade é muito complicada de se conhecer, ainda que em Portugal o trabalho doméstico esteja regulamentando, por ser uma atividade desempenhada no âmbito privado dificulta a fiscalização e contribui para altos níveis de exploração, agravado pelo fato de que a base de quadros pessoais do MTSS não contempla o trabalho doméstico, uma vez que na CNP o trabalho doméstico é incluído no Grande Grupo de Trabalho Não Qualificado (GG9) (Karin *et al.*, 2005; Marques e Góis, 2012; Pereira, 2010).

Ainda que a imigração de mulheres esteja principalmente ligada ao mercado de trabalho, o reagrupamento familiar continua a ser uma vertente importante desse processo. De acordo com Fonseca *et al.* (2005), de 1991 a 2001, a reunificação familiar foi apresentada por 23,9% dos/as imigrantes que pediram autorização de residência no país e, segundo Marques e Góis (2012), em 2007 42,8% das pessoas que entraram em Portugal por reunificação familiar eram mulheres. Ou seja, apesar de a imigração feminina autônoma, independente do caráter principalmente laboral ter aumentado, a reunificação familiar continua ainda a ser uma estratégia bastante utilizada. O peso dos vínculos familiares para as imigrantes também se percebe ao analisar a relação que elas ainda mantêm com a família no país de origem, principalmente quando deixam seus filhos e filhas, em geral aos cuidados de outro/a parente, caracterizando as chamadas cadeias de cuidados globais (Hochschild, 2001). A remessa de dinheiro por parte dessas mulheres, não apenas para dar assistência à prole, mas também ao pai ou mãe que em geral já se encontram em idade avançada, é muito comum (Peixoto, 2006; Marques e Góis, 2012). Isto é, apesar do deslocamento geográfico,

essas mulheres continuam a reproduzir os papéis sociais de gênero que são ligados ao feminino, nesse caso, atenção e responsabilidade com a família. Sabe-se que um dos efeitos da imigração por vezes é a reestruturação desses papéis. Quando se trata de casais que migram juntos, em geral tende a haver uma maior partilha das tarefas domésticas, e quando são mulheres imigrando sozinhas, há uma intensificação da autonomia e independência (Martes, 2010), porém, como é de se esperar, alguns traços ainda persistem por conta do caráter patriarcal e sexista da sociedade. Contudo, reforço mais uma vez as colocações de Kofman (2000) de que um projeto de imigração ou reunificação familiar não pode ser utilizado para retirar a autonomia das imigrantes, pois por vezes a imigração é pensada em conjunto, levando em consideração as possibilidades de inserção laboral dos dois membros do casal.

Outro fator que colaborou para o aumento da presença de mulheres imigrantes em Portugal foi o tráfico de seres humanos (TSH)<sup>20</sup>. Mesmo não sendo esse o tema da minha análise, considero importante situá-lo, apesar de haver poucos estudos sobre o tema (Peixoto *et al.*, 2005; Sabino e Pereira, 2005; Santos *et. al.*, 2008) e que se tenda a concordar que Portugal não é um destino de alta intensidade para essa prática, ela não deixa de existir, sobretudo quando se considera que no mercado do sexo a presença de mulheres imigrantes é bastante superior à de portuguesas, (Catarino, 2007; Peixoto, 2007a; Santos *et al*, 2008). Alguns dos fatores que podem ser apontados para o crescimento do TSH é a pertença de Portugal no espaço *Schengen*, que permite uma circulação relativamente fácil das mulheres vindas da Europa Central e do Leste, a possibilidade de entrada com visto de turista das brasileiras e o contexto econômico e institucional do país antes de ter sido atingido pela crise.

Acredita-se que a indefinição da legislação portuguesa acerca do que caracteriza o tráfico de seres humanos e auxílio ilegal à imigração (Peixoto *et al.*, 2004; Santos *et al.*, 2010), bem como a dificuldade inerente a aceder a dados reais e concretos, contribuam para invisibilizar esse fenômeno. As redes ilegais de imigração, além de se configurarem como um crime, contribuem para a estigmatização e a hipersexualização das imigrantes, empurrando-as cada vez mais para situações de vulnerabilização e exclusão social. Por vezes, as mulheres traficadas são representadas nos média portugueses e pelo próprio discurso oficial do Estado como criminosas, reforçando uma percepção negativa das imigrantes pela sociedade em geral.

Nesse sentido, diria que os média, assim como os discursos oficiais sobre o tráfico, têm um forte papel na difusão do estereótipo das imigrantes ligadas com o mercado do sexo e a prostituição.

---

<sup>20</sup> Ao contrário das antigas concepções acerca do tráfico de seres humanos, que entendem esse fenômeno dissociado dos processos migratórios, compartilho com Kempadoo (2005) a concepção de que se trata de um problema de imigração internacional do trabalho e da exploração laboral. O tráfico como discurso e como prática emerge das interseções de relações de poder estatais, capitalistas, patriarcais e racializadas, somando-se à intensificação das políticas de controle das migrações e contribuindo para o aumento das imigrações ilegais. No mais, o tráfico de pessoas não se restringe apenas a mulheres e à indústria do sexo, a maior parte das redes de tráfico está ligada ao trabalho forçado em setores informais ou subterrâneos da economia. Ou seja, o tráfico de pessoas não se trata de um fenômeno isolado, mas de um processo complexo que está diretamente ligado às desigualdades estruturais globais na distribuição de riquezas e no acesso à educação, ao emprego, a seguro-saúde e à previdência social, conflitos e ocupações militares, desastres ambientais e falta de propriedade de terras, violência fundada em conflitos étnicos, de gênero ou de religião. Contudo, ainda que reconheça a relevância e a indissociabilidade desses tópicos às discussões referentes à imigração e às questões laborais, optei por não abordar esse fenômeno de maneira aprofundada, justamente por reconhecer que sua complexidade é superior ao que pretendo discutir aqui.

O estudo de Santos (2007) aponta que há uma preponderância do tema da prostituição no conteúdo das notícias sobre mulheres imigrantes em Portugal. Quando isso não ocorre diretamente, retratam-nas ligadas a ocupações laborais não qualificadas e na economia informal, fomentando do mesmo jeito a associação dessas mulheres com atividades ilegais e irregulares, “a imagem das mulheres imigrantes se encontra, em larga escala, conotada com a ideia de marginalidade” (Santos, 2007: 124).

Esse aumento do número de mulheres imigrantes em Portugal, seja por vias regulares ou ilegais, teve impacto não apenas na configuração do mercado de trabalho, mas também nas próprias políticas migratórias. Por conta dessa intensificação da imigração feminina, juntamente com a pressão dos movimentos feministas na Europa e em Portugal e dos movimentos sociais que lutam pelos direitos dos/as imigrantes, o governo português viu-se obrigado a adotar uma perspectiva de gênero transversal em suas políticas de integração de imigrantes.

Portugal tem sido avaliado e reconhecido como um dos melhores países no que diz respeito a políticas de integração e como um país de vanguarda nas políticas migratórias. O “Migrant Integration Policy Index” (MIPEX III-2011) concedeu o 2<sup>a</sup> lugar pelas boas políticas de integração de imigrantes e 1<sup>o</sup> lugar com as melhores políticas de integração de imigrantes na vertente da reunificação familiar e do acesso à nacionalidade; no “Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humanos” (ONU, 2009a), teve a melhor classificação na atribuição de direitos e serviços aos/às estrangeiros/as residentes, bem como as políticas portuguesas de acolhimento e integração de imigrantes foram destacadas como positivas no Relatório “O Futuro das Migrações: Reforço de Capacidade para a Mudança Organização Internacional para as Migrações (OIM)”. Nesse sentido, chamam atenção, principalmente, as questões que dizem respeito ao acesso à saúde – qualquer imigrante, independente de seu estatuto de regularização, tem acesso a tratamentos médicos, indiscriminadamente –, às possibilidades de extensão e continuação dos vistos de permanência e residência e aos programas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa e do conhecimento dos direitos dos/as imigrantes – como o Programa Portugal, Acolhe, que tem sido oferecido gratuitamente desde 2001.

Contudo, a mesma avaliação não pode ser feita em relação a outras áreas. Ainda que se apresente como um plano com enfoque de gênero, o II Plano de Integração dos Imigrantes (PII), assim como o I PII, adota um ponto de vista neutro sobre as desigualdades de gênero. É verdade que há uma área denominada “Questões de Gênero”, porém, além de discutir de maneira pontual alguns tópicos relacionados às mulheres, esse tema não é abordado em mais nenhuma outra medida.

No que diz respeito à área laboral, denominada no II Plano de Integração dos Imigrantes (PII) como *Emprego, formação profissional e dinâmicas empresariais*, as medidas aqui vão quase que exclusivamente no sentido de aumentar a formação dos/as trabalhadores/as imigrantes e de incentivo às atividades empreendedoras. Com exceção da medida relacionada à fiscalização da utilização ilegal de mão de obra imigrante, não há nenhuma mostra de preocupação em intervir no sentido de garantir a colocação e a estabilidade laboral dessa mão de obra. E menos ainda alguma

que se aproxime de uma perspectiva transversal de gênero, nenhuma das medidas do plano refere-se à situação laboral específica das mulheres imigrantes, ou seja, o PII não considera as dinâmicas de exclusão e segregação sexual existentes no mercado de trabalho.

O único momento em que faz referência à situação laboral particular das mulheres é em relação aos incentivos às atividades de empreendedorismo. É inegável que essa seja uma porta de entrada para os/as imigrantes no mercado de trabalho, contudo, como referi anteriormente, ela traz consigo, também, um forte potencial para a precariedade e instabilidade. Ao mesmo tempo, a grande maioria das imigrantes não se localiza nesse setor de atividades, de forma que os principais nichos de inserção laboral dessa população ficam descobertos pelo plano. Além disso, o estudo de Malheiros e Padilla (2010) mostra como, na prática, o incentivo sugerido pelo PII para essas atividades não acontece. Por um lado, o acesso ao crédito pelas mulheres imigrantes é ainda mais difícil do que para as mulheres autóctones; por outro, não há nenhum programa de apoio ao empreendedorismo especificamente destinado às mulheres migrantes.

*Há, sim, projectos destinados a mulheres empreendedoras (DonaEmpresa da APME), projetos focados nos imigrantes (NAE e PEI do ACIDI) e, por último, projectos mais abrangentes ao nível dos potenciais beneficiários, mulheres e homens, estando aberto a imigrantes mas sem se debruçarem particularmente sobre as especificidades de género nem da imigração” (Malheiros e Padilla, 2010: 100).*

Sem querer dar início a uma grande discussão sobre as questões de gênero nas políticas públicas, apresento brevemente o que vem a ser o conceito de transversalidade de gênero. Oficialmente, admite-se seu surgimento da IV Conferência Mundial das Mulheres em Beijing, em 1995. Essa perspectiva diz respeito a alcançar uma democracia de gênero através da integração de temáticas dos homens e das mulheres com o mesmo valor na esfera pública. O Manual de Formação em Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres da CITE (2003) define a Integração da Perspectiva de Gênero da seguinte maneira:

*Integração sistemática em todas as políticas das situações, prioridades e necessidades das mulheres e dos homens tendo em vista a promoção da igualdade entre umas e outros e a mobilização explícita do conjunto das políticas e ações globais para a igualdade, através da consideração activa e aberta, num estádio de planeamento, dos seus efeitos nas situações respectivas de homens e mulheres nas fases de desenvolvimento, controlo e avaliação (CITE, 2003:238).*

Ou seja, não se trata de uma política especificamente feminina, mas sim de ações concretas encaminhadas a atender as diferentes necessidades de homens e mulheres, reconhecendo as desigualdades baseadas nas diferenças de gênero (Prá e Cheron, 2011). Porém, como mostrei no II PII, as questões relativas a gênero aparecem isoladas de todas as demais esferas do plano, ao mesmo tempo em que não há nenhuma referência de ação conjunta com o IV Plano Nacional para a Igualdade, Gênero, Cidadania e Não Discriminação (2011-2013) ou ao IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2011-2013).

Apesar da existência de ambas as áreas de ação no plano, uma voltada para gênero e outra para o mercado de laboral, a maioria dos problemas enfrentados pelas mulheres no mundo do



trabalho – divisão sexual do trabalho, teto de vidro, hiato salarial, segregação do mercado de trabalho, conciliação família-trabalho – é negligenciada. E o mesmo sucede em outras áreas, em “Racismo e discriminação” não há nenhuma menção à discriminação de gênero e a área “Promoção da diversidade e da interculturalidade” não contempla nenhuma ação acerca de estereótipos sexistas.

Além disso, em todo o plano não há nenhum cuidado com o uso da linguagem inclusiva, o que se percebe desde o próprio título: “II Plano de Integração dos Imigrantes” e nas várias medidas que estão na subárea de gênero. O II PII mostra, mais uma vez, não dialogar de nenhuma forma com o IV Plano Nacional para a Igualdade, Gênero, Cidadania e Não Discriminação, já que o uso da linguagem inclusiva é uma das orientações da CIG. Na minha avaliação, o plano falha por completo na sua proposta de ser transversal às questões de gênero.

Em síntese, reforçaria o que disse antes acerca da situação das mulheres imigrantes em Portugal. Apesar de não se configurarem mais como uma minoria, posto que alcançam quase 50% do total da população imigrante, ainda são constantemente invisibilizadas e estão mais sujeitas aos mecanismos de discriminação e segregação sexual e racial. Essa realidade leva a uma inserção não só laboral, mas também social, precária, que as coloca em situação de maior vulnerabilidade e marginalidade em relação tanto à população nacional como também dentro da própria comunidade imigrante. Ou seja, se por um lado a experiência migratória pode proporcionar maiores níveis de independência, autonomia e empoderamento para as mulheres; por outro, também pode repetir padrões de segregação e dominação que, mesmo aparentemente diferentes daqueles vividos no país de origem, no fundo conduzem a situações de opressão e inferiorização semelhantes.

Após traçar esse quadro mais geral acerca da imigração para Portugal, pretendo, agora, contextualizar especificamente a situação da imigração brasileira, reconstruindo seu histórico, apresentando e caracterizando seu modo de inserção laboral e o processo de feminização.

#### 4. IMIGRAÇÃO BRASILEIRA PARA PORTUGAL

Reconheço este como um capítulo de caráter principalmente histórico, cujo objetivo é situar a imigração brasileira para Portugal, resgatando seus momentos iniciais e descrevendo suas diferentes nuances ao longo dessas quatro décadas, pois, como é de se esperar, esse fluxo alterou-se à medida que modificações políticas, econômicas e sociais se passaram em ambos os países. Ao mesmo tempo, almeja analisar a situação atual dessa comunidade na sociedade portuguesa, levando em consideração, principalmente, as características do mercado laboral e a feminização dessa corrente.

Nos últimos trinta anos, a imigração brasileira para Portugal intensificou-se bruscamente, de forma que hoje a comunidade brasileira no país apresenta-se como a de maior número entre as demais comunidades imigrantes (SEF, 2010). De uma presença silenciosa nos finais dos anos 70 e início dos anos 80, atualmente a população brasileira se faz ouvir por todo Portugal. Eles e elas estão em toda a parte, é impossível subir (ou descer) alguma das incontáveis e infindáveis ladeiras lisboetas, tomar um café no Algarve ou comer uma francesinha no Porto sem ouvir o sotaque brasileiro.

E como não poderia deixar de acontecer, a visibilidade da imigração brasileira, depois de ganhar as ruas de Portugal, adentrou a porta da frente da academia portuguesa. Nos últimos dez anos, a produção científica sobre esse tema cresceu tanto quanto a própria migração. Indo desde teses de Mestrado e Doutorado (Fernandes, 2008; Freitas, 2009; Machado, 2003; Pontes, 2004; Santos, 2007; Téchio, 2006); passando por artigos científicos (Padilla, 2005a; 2007a; 2009; Peixoto, 2007b; Góis *et al.*, 2009); livros e dossiês (Malheiros, 2007; Xavier, 2007; Raposo e Togni, 2009) até o mais recente projeto de investigação, “Vagas Atlânticas: A imigração Brasileira em Portugal”, realizado pelos centros de Investigação SOCIUS/ISEG, CES e CIES, cujos primeiros resultados foram apresentados em outubro de 2010. Pode-se afirmar, portanto, que a presença de brasileiros e brasileiras em Portugal tem sido mapeada de forma milimétrica.

Logo, a pergunta “depois de tantos estudos, o que ainda pode ser dito acerca da presença dessa comunidade no país?” seria mais do que esperada. Não fosse a imigração um fenômeno complexo, dinâmico e que abarca tantas diferentes esferas – sociais, políticas, culturais, econômicas, religiosas –, realmente ter-se-ia pouco a dizer. Porém, ainda que a qualidade da produção existente seja inquestionável, devido à amplitude do tema alguns aspectos têm sido menos abordados do que outros, por exemplo, a situação das mulheres imigrantes brasileiras, em especial no que diz respeito à sua inserção no mercado de trabalho. E os motivos para isso são vários, desde se tratar de um fenômeno relativamente recente, que viu seu crescimento, principalmente, em finais da década de 90, como pela cegueira para as questões de gênero que em geral assolam a academia.

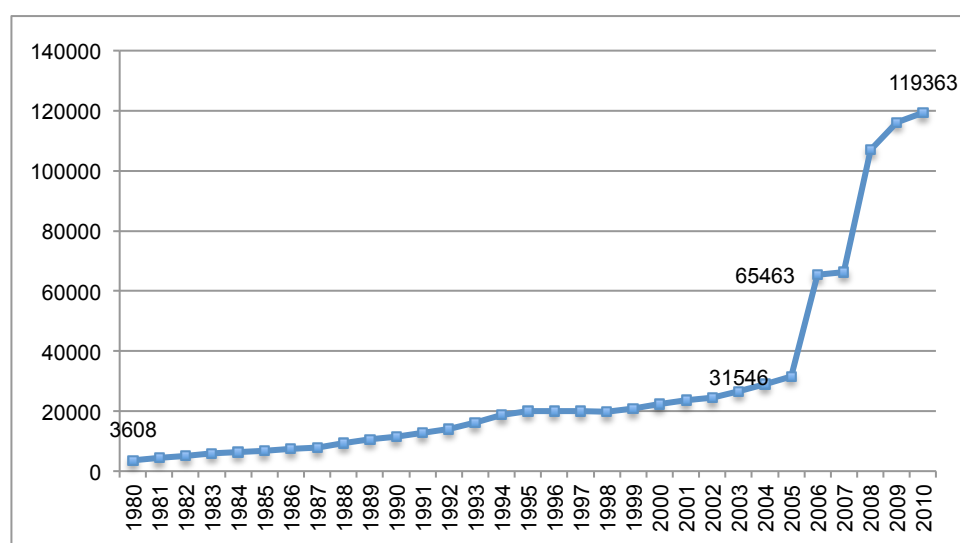
Esse capítulo está estruturado da seguinte maneira: inicialmente, contextualizo a imigração brasileira para Portugal, destacando seus dois principais momentos e características e, ao final, a análise centra-se de forma exclusiva nas mulheres brasileiras.

#### 4.1. Brasileiros e brasileiras em Portugal

Acredito ser desnecessário resgatar os laços históricos que explicam os deslocamentos de pessoas entre Portugal e Brasil, visto que esse momento remonta ao período colonial, mas, sobretudo, porque os fluxos migratórios sobre os quais intenciono debruçar-me, em virtude das mudanças na geopolítica e economia mundial, apresentam características bastante diferenciadas desse primeiro momento, embora conservem algumas semelhanças, como, por exemplo, as relações desiguais na distribuição de poder político e econômico entre ambos os países.

Portugal não tem sido o único, tampouco o principal ou o mais antigo, destino da imigração brasileira contemporânea. Segundo as estimativas do Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil, em 2011, o número de pessoas que saíram do país e imigram para os Estados Unidos da América foi o mais significativo, com aproximadamente 1.388.000 brasileiros/as, conferindo aos EUA lugar de principal destino migratório da população brasileira. O Japão também é outro país bastante procurado por brasileiros e brasileiras que desejam migrar. Atualmente, as estimativas são de que cerca de 280.000 imigrantes saídos do Brasil vivem ali – movimento também explicado por relações históricas. No Paraguai, encontra-se a terceira maior comunidade de imigrantes brasileiros/as no exterior, 200.000 no total. Na Europa, o Reino Unido ainda concentra a maior população brasileira do continente, somando um total de 180.000 indivíduos<sup>21</sup>.

**Gráfico 19: Evolução da imigração da comunidade Brasileira (Nº Absolutos)**



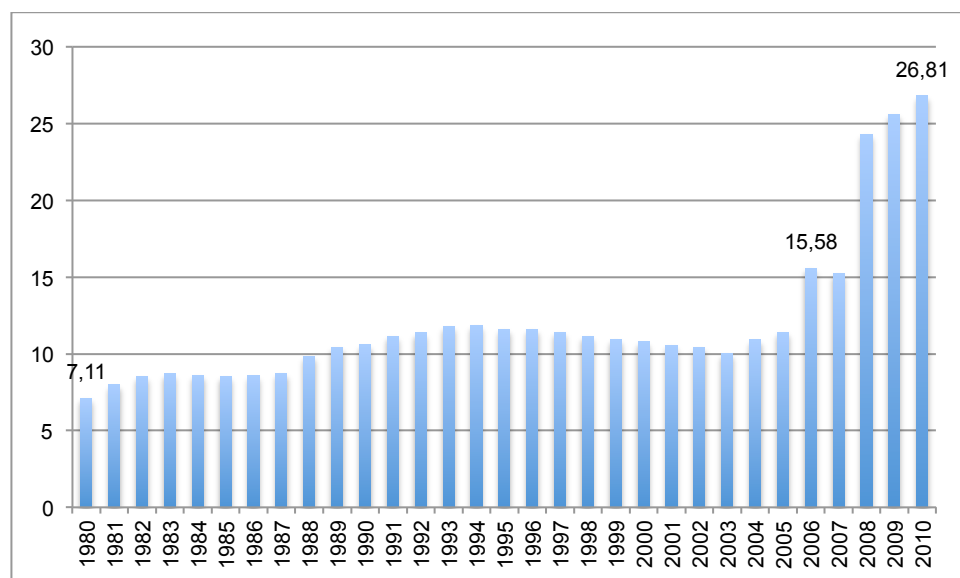
Fontes: Padilla (2010); SEF, Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, Vários anos.

Contudo, ainda que não se trate do destino principal e seja um fenômeno relativamente “recente”, a imigração brasileira para Portugal vem tornando-se cada vez mais relevante e, ao longo

<sup>21</sup> Esse ano o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) divulgou os dados do censo de 2010 que divergem dos dados aqui tratados, de acordo com o referido órgão os países onde se concentra a população brasileira são Estados Unidos (23,8%); Portugal (13,4%); Espanha (9,4%); Japão, (7,4%), Itália (7,2%) e Reino Unido (6,2%). Ainda que seja uma iniciativa louvável do governo brasileiro de tentar mapear sua diáspora, porém, a metodologia utilizada para contemplar a imigração brasileira (inclusão de questões sobre a existência ou não de algum membro daquele domicílio no exterior) parece-me insuficiente. De forma que opto por ater-me nos dados do MRE.

dos últimos quarenta anos, o crescimento foi visível, rápido e intenso como se pode perceber nos gráficos (19 e 20). É principalmente a partir do ano 2005 que esse fluxo alcança seus maiores níveis de desenvolvimento, mostrando-se como uma tendência até o ano de 2010. Vê-se, entre 2002 e 2006, picos de crescimento que estão associados à emissão das autorizações de residência em 2001, ao acordo bilateral de 2003 entre os dois países (acordo conhecido como Acordo Lula) e às novas oportunidades geradas pela lei 23/2007 (Góis *et. al.*, 2009).

**Gráfico 20: Evolução da imigração da comunidade Brasileira em relação a população de imigrantes total (%)**



Fontes: Padilla (2010), SEF, Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, vários anos.

Segundo dados oficiais do SEF, nos anos 70 o número de brasileiros/as em território português alcançava pouco mais de três milhares. Em 2010, chegou a 119.363, isto é, 26% da população total de imigrantes, o que corresponde a um crescimento de 2,7 p.p em relação ao ano de 2009. Ou seja, mesmo que em intensidade reduzida quando comparada a períodos anteriores, a população brasileira em Portugal continua a crescer. É possível afirmar, então, que de uma presença, anteriormente pouco visível, o crescimento intenso nos últimos anos conferiu à população brasileira o lugar de maior comunidade numérica de imigrantes no país (SEF, 2010).

Sabe-se, porém, que os números oficiais disponíveis pelo Governo não correspondem à realidade na sua completude, principalmente porque não abarcam imigrantes em situação de irregularidade. Segundo Peixoto (2008), ao cruzar-se diferentes fontes de informação, como SEF, INE, CNAi e os cálculos de envio de remessas para o Brasil, identificam-se algumas incompatibilidades entre eles, podendo inferir-se, portanto, que o número real da comunidade brasileira em Portugal não condiz com os dados oficiais. Por isso, estima-se que a população brasileira no referido país seja muito maior do que os números apresentados pelo governo, apesar de não se ter um valor aproximado. Porém, a ausência desses números dificulta mais ainda conhecer a realidade da inserção social desse grupo.

Dentre os motivos para a escolha de Portugal, pode-se destacar: os laços históricos aos quais me referia a pouco, fazendo com que o país seja visto com certa familiaridade; a (falsa) expectativa de semelhança cultural; a proximidade linguística; a ausência da obrigatoriedade de visto para entrada; o endurecimento das políticas migratórias para os Estados Unidos; o papel das redes sociais consolidadas ao longo dos anos na divulgação de informações; a melhoria da imagem internacional portuguesa nas últimas décadas; o crescimento econômico do país desde a entrada na União Europeia; o aumento das redes ilegais de tráfico; as mudanças no mercado de trabalho português; o fato de Portugal funcionar como porta de entrada para a Europa; e, mais recentemente, alguns processos de legalização extraordinária efetivados pelo Governo português (Góis et al., 2010; Padilla 2005; 2007c; Peixoto, 2007a; 2007b; 2008; Malheiros, 2007).

Como se verá a seguir, essa imigração tem um caráter laboral muito forte que pode ser confirmado pela mudança do perfil dos/as imigrantes à medida que mudam as necessidades do mercado de trabalho português.

*Apesar da limitação das estatísticas oficiais sobre o tema e da dispersão dos estudos disponíveis, o caráter dual da imigração brasileira, no que se refere à sua incorporação no mercado de trabalho pode ser confirmado. A sua inserção nos dois polos do mercado é também cronologicamente variável [...]. É possível argumentar que a maior parte da variação pode ter, contudo, a ver com a evolução do mercado de trabalho em Portugal. Na primeira fase, parece existir mais necessidades no mercado primário – áreas com escassez de qualificações -, enquanto na segunda, predominam as necessidades de mão de obra não qualificada, em larga parte devido à expansão da economia informal (Peixoto e Figueiredo, 2007: 104).*

A distribuição geográfica dessa comunidade no país também corrobora com essa ideia (Malheiros, 2007; Pereira, 2010). De acordo com os dados do SEF, em 2010, 45,13% do total da população brasileira em Portugal concentrava-se em Lisboa, 11% no Faro e 8% no Porto, regiões que apresentam maiores oportunidades de trabalho no setor de serviços – setor no qual a maioria desses/as imigrantes insere-se.

Com base nos estudos acerca do fluxo migratório em questão, convencionou-se dividi-lo em duas grandes vagas: a primeira, que se iniciou em meados dos anos 70, estendendo-se até início da década 90; e a segunda, de meados dos anos 90 até os dias atuais (Casa do Brasil de Lisboa, 2004), sendo os principais definidores desses dois momentos o número de imigrantes, o nível de qualificação profissional, os modos de inserção laboral e o sexo. Desde que se identificou a segunda vaga da imigração brasileira, já se passaram quase 10 anos (meados dos anos 90 a meados de 2000), portanto, seria plausível levantar a hipótese do surgimento de uma terceira vaga, mais recentemente. Contudo, Góis et al.(2009) apontam para um movimento de continuidade do perfil migratório da segunda vaga ao longo desse período. Ou seja, a imigração brasileira continua a ter um caráter principalmente laboral, formada por uma população jovem que se insere nos segmentos mais precários do mercado de trabalho. A grande diferença seria apenas o aumento do número de mulheres, que se equilibrou e em alguns anos e chega a ser superior aos homens. Logo, continuarei a referir-me à imigração brasileira para Portugal como composta por duas vagas principais, porém considerando que a segunda estende-se até dos dias atuais.

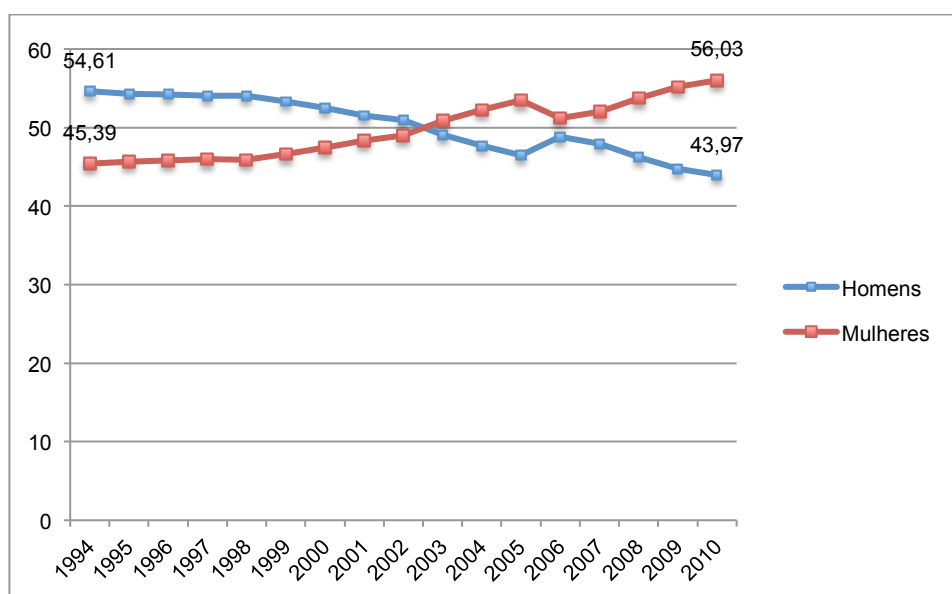
*Ainda assim, tendo em conta o que a bibliografia disponível desvendou, pode acreditar-se que existe alguma continuidade no padrão migratório. Tal como a partir do final dos anos 90, a imigração mais recente é um fluxo de índole laboral, composto maioritariamente por adultos jovens, que aproveita as oportunidades dos segmentos mais precários do mercado de trabalho. A principal diferença ocorre na maior feminização dos fluxos: a “segunda vaga” foi composta sobretudo por efectivos masculinos, enquanto a vaga mais recente é maioritariamente feminina. Apesar disto, podemos aceitar a hipótese que estamos perante uma intensificação da “segunda vaga”, mais do que um fluxo de novo tipo (Góis, et al. 2009: 129).*

O momento histórico em que Portugal se encontrava, de redemocratização, modernização industrial, surgimento do setor de serviço e a baixa disponibilidade de mão de obra qualificada, permitiu que os/as imigrantes da primeira vaga fossem inseridos em postos de acordo com suas qualificações, principalmente em atividades ligadas à comunicação, computação, dentistas, *design*, diretorias e gerências. Em termos de classes sociais, em geral, eram de classe média e classe alta, o que podia ser atestado pelos seus níveis de qualificações e pelas ocupações que assumiam. Dessa forma, pode-se dizer que esse fluxo migratório teve certa importância no processo de modernização econômica do país, visto que seus integrantes ocuparam um nicho de trabalho para o qual a mão de obra nacional ainda não tinha qualificações suficientes para assumir (Baganha e Góis, 1999; Padilha, 2005a, 2009; Peixoto, 2007a; 2008).

Até o momento em que a imigração brasileira para Portugal era em um número moderado, formada principalmente por homens qualificados e de classe média e alta, ela foi bem-vinda, não havendo tantos problemas de integração. Foi a partir de meados dos anos 90, em virtude da mudança no perfil dos/as imigrantes, que essa realidade começou a transformar-se. Com a diminuição da oferta de postos qualificados, o aumento da qualificação dos/as nacionais, o início da construção de obras de infraestrutura, intensificação do desenvolvimento do setor de serviços e crescimento da demanda por mão de obra menos qualificada, a imigração brasileira para Portugal desenvolveu-se de forma intensa passando a ser vista como um problema (Baganha, 2004; Baganha e Góis, 1999).

No início da chamada segunda vaga, sobretudo homens continuaram a migrar, porém com um nível de qualificação inferior àqueles da primeira e, ao longo desse período, a imigração feminina tornou-se cada vez mais intensa e visível. O número de brasileiras teve um aumento expressivo quando comparado ao momento anterior. Ao longo dos anos, continuou crescendo a ponto de, atualmente, superar o de brasileiros; enquanto elas representam 56,03%, eles correspondem a 43,97%. O gráfico seguinte (21) mostra como se deu a evolução dos sexos dentro da comunidade brasileira, sendo possível identificar o momento de “viragem” na feminização dessa vaga. No ano de 2003, o número de mulheres começou a superar o número de homens, mostrando-se como uma tendência até o presente momento. No próximo tópico, discutirei mais detalhadamente acerca desse processo. Mas desde já pontuo que esse aumento do número de mulheres nos fluxos migratórios do Brasil para Portugal não está ligado com processos de reunificação familiar. Em geral, a imigração de brasileiras para o referido país relaciona-se a um projeto autônomo e independente (Padilla, 2007b; Pereira, 2010; Wall *et al.*, 2005).

**Gráfico 21: Evolução da população brasileira por sexo em Portugal (%)**



Fontes: Padilla (2010), SEF (2010).

Há um impasse entre os/as estudiosos/as desse tema acerca da principal classe social que compunha a segunda vaga. Para alguns, como Machado (2005; 2007a), essa vaga é formada principalmente por indivíduos de classe baixa, são pobres e com baixos níveis de qualificação que, portanto, não teriam outra possibilidade a não ser inserir-se em postos precários, subalternos e instáveis. Porém, compartilho com Téchio (2006b), Peixoto (2007a) e Padilha (2005a; 2007c) da ideia de que, mesmo sendo os brasileiros e brasileiras que compuseram a segunda vaga de classe média baixa e baixa e com graus de escolarização inferiores aos/às da primeira, não se pode considerá-los/as pobres. Isto porque um processo migratório envolve custos econômicos altos, ao mesmo tempo em que exige um nível de capital social para articulação de redes de informações que pessoas de classes mais pobres no Brasil, em geral, não possuem. Acredito ser correto afirmar que, em relação aos indivíduos vindos na primeira vaga, a classe social dos brasileiros e brasileiras da segunda lhes era inferior, mas isso não significa dizer que sejam necessariamente pobres. Aplico o mesmo raciocínio naquilo que se refere aos níveis de qualificação. Possuir um nível de qualificação inferior aos/as profissionais altamente qualificados/as da primeira vaga não significa que não tenham qualificações, principalmente quando as credenciais educacionais eram tão elevadas. Chamo a atenção, ainda, para o fato de que em ambos os períodos, mesmo havendo uma diminuição no nível de qualificação na segunda vaga, as credenciais escolares continuam sendo superiores àquelas da população Portuguesa (Pereira, 2010; Malheiros, 2007).

No histórico da imigração brasileira para Portugal, o ano de 2003 é emblemático por conta de um processo de regularização extraordinário que se deu, exclusivamente, nessa comunidade. O acordo bilateral entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre a contratação recíproca de nacionais, conhecido como Acordo Lula, permitiu a regularização de um largo número de brasileiros e brasileiras que trabalhava em Portugal (Baganha, 2005; Padilla, 2007c; Téchio, 2006). Configurou-se como um acordo que promoveu uma medida de discriminação positiva, que se

por um lado era em nome das relações históricas entre Brasil e Portugal, por outro tinha um interesse do Estado português em responder às pressões da União Europeia para obter uma maior transparência no mercado laboral, visto que nessa época o número de imigrantes em situação de irregularidade no país já se mostrava bastante elevado, em especial imigrantes de origem brasileira. O resultado do acordo foi sentido, principalmente, no ano de 2005, com um crescimento significativo do número de brasileiros/as regularizados/as em Portugal. Baganha (2005) é bastante crítica em relação a esse acontecimento. Na sua análise, o referido acordo, assim como tantos outros processos de regularização extraordinários que aconteceram ao longo dos anos de 2000, serviu menos a propósitos de integração real da referida comunidade e mais aos interesses e pressões do mercado. Compartilho com a autora essa compreensão, sobretudo porque, embora o acordo tenha sido firmado, em virtude da burocracia e do grande número de solicitações (ainda que inferior ao esperado), os órgãos responsáveis tiveram uma atuação ineficiente; bem como o alto valor cobrado pelas multas não permitia que os/as interessados/as conseguissem pagá-las para dar entrada em seus processos, somado a isso a própria falta de disponibilidade de muitas empresas empregadoras em efetivar o contrato de trabalho (Padilla, 2007c). Ou seja, firmou-se o acordo, mas não se ofereceu condições necessárias para sua efetivação.

Outro aspecto que diferencia as duas vagas migratórias são os canais de entrada. Durante a primeira vaga, a entrada foi, em sua maioria, regularizada através das propostas de trabalho e de reunificação familiar. A partir da segunda vaga, as redes sociais tornaram-se cada vez mais relevantes, passando desde a solidariedade familiar a laços de amizade, à difusão de informações, apoios e recursos antes mesmo da saída do Brasil, seguindo o momento da chegada propriamente dita, indo até à inserção social e, por consequência, laboral (Casa do Brasil, 2004; Padilla, 2005; Pereira, 2010).

Apesar da relevância das redes sociais, as redes de auxílio à imigração ilegal, contrabando e tráfico de seres humanos também cresceu, embora não seja a principal forma de entrada no país. Como já declarado no capítulo anterior, tendo ciência de que a discussão acerca do tráfico de pessoas é densa e controversa, eximo-me de fazê-la e pontuo apenas o papel cada vez maior que esses canais têm exercido na imigração brasileira para Portugal. Nas palavras de Peixoto:

*Devido, em parte, à existência de menos suportes sociais informais entre os potenciais migrantes e, noutra parte, à escassez de canais legais de imigração, compreende-se que uma fracção significativa (mas, provavelmente, reduzida) da imigração brasileira recorra a redes organizadas para entrar em Portugal (Peixoto, 2007a: 85).*

Dentre os fatores que contribuíram para o aumento dessas redes de tráfico e contrabando, pode-se citar a maior rigidez das políticas de imigração portuguesa, a intensificação do controle nas fronteiras aéreas, bem como a diminuição nas fronteiras terrestres, a escassez de processos de legalização e a possibilidade de brasileiros e brasileiras entrarem no país apenas com um visto de turismo.

Assim como acontece com esse fenômeno em geral, para além de favorecer a exploração ilegal do/as imigrantes, a forma como o tráfico de brasileiros/as é abordado nos média e pelo discurso oficial português por vezes contribui para a difusão de um imaginário negativo sobre essa



comunidade, em especial das mulheres, uma vez que em Portugal a associação de brasileiras com mercado do sexo é muito comum (temática que discutirei mais à frente). Isso faz com que dificilmente elas sejam consideradas vítimas de tráfico, mas sim como imigrantes ilegais, criminosas ou como mulheres que optaram por essa modalidade de “inserção laboral”<sup>22</sup> (Santos et al., 2010), obstaculizando o processo de inserção social e empurrando-as cada vez mais para situações de exclusão e marginalização.

No que diz respeito à segmentação étnico-racial, afirma-se que a comunidade brasileira ocupa uma posição intermédia no mercado de trabalho, localizando-se acima dos/as africanos/as das ex-colônias, mas abaixo dos/as imigrantes do leste europeu (Padilla, 2007b, 2007d, 2009; Machado, 2005; 2007a, 2007b). Como discorri no capítulo anterior, acredito que esse lugar supostamente superior à população africana, ocupado pelos/as brasileiros/as, está relacionado principalmente com a questão racial, contribuindo para uma maior segmentação e segregação do mercado laboral (Padilla, 2004). Ora, os africanos e africanas encarnam, ainda, a ferida colonial existente em Portugal, enquanto a alvura dos/as imigrantes vindos/as da Ucrânia, Romênia e Moldova resgata uma suposta similitude europeia que os aproximam de Portugal. Já comunidade brasileira, fundada no mito do lusotropicalismo, aparece como fruto de uma miscigenação saudável entre Portugal, Brasil e África. Logo, mesmo que não sejam europeus e europeias puras, também não são completamente fruto das ex-colônias, são sim frutos da “democracia racial portuguesa no Brasil”. Porém, mesmo que se situem nesse suposto lugar intermediário, não deixam de estar submetidos/as a mecanismos de segregação e exclusão.

Machado (2003; 2005) identifica o nicho de atuação da comunidade brasileira como um mercado de entretenimento, e Fernandes (2008) como um mercado da simpatia, ou seja, atividades que estão voltadas para a diversão, atendimento e cuidado: hotéis, estética, vendas, acompanhantes de pessoas idosos/as e de crianças, aulas de capoeira e futebol. Em geral, justifica-se a inserção laboral dos/as imigrantes brasileiros/as nessas atividades por conta da facilidade linguística e de os brasileiros, e mais ainda as brasileiras, serem “mais simpáticas/as e atenciosas/os” do que os outros grupos de imigrantes. Porém, como mostrarei mais à frente, no caso das brasileiras, esse imaginário da “simpatia”, somado ao imaginário colonial sexista ainda existente e aos discursos sobre o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, acaba por estigmatizar e associá-las com a prostituição, atividades ilegais, dificultando, portanto, não só sua inserção laboral, como a própria inserção social.

*Vários estudos apontam, igualmente, para a segmentação e etnicização do mercado de trabalho, o qual valoriza a simpatia e alegria dos brasileiros em geral (Machado, 2003). No entanto, esta segmentação e etnicização adquire características muito singulares no caso da mulher brasileira, devido à sua ligação com o mercado do sexo e do erotismo (Padilla, 2007a e 2007b; Pontes 2004; Togni 2008; Silva 2008; Peixoto 2007), o que acaba por influenciar de*

---

<sup>22</sup> Ao utilizar o termo “vítima” não significa que estou a considerar essas mulheres passivas face às estruturas que as oprimem. Reconheço que algumas delas deram seu consentimento para trabalhar na indústria do sexo, mas o que acontece, por vezes, nessa situação, é que os níveis de exploração e de limitação da autonomia são para além do que se tinha acordado. E mais, como afirma Santos et al. (2009), a complexidade do tema não permite que ele seja analisado de forma isolada, ou seja, não se trata apenas de consentimentos, pois “as suas causas estão intrinsecamente relacionadas com outros fenômenos sociais, económicos, políticos e culturais, pelo que vários são não só os direitos violados numa situação de tráfico, como os seus responsáveis” (Santos, et al., 2009: 130).

*forma negativa a experiência migratória das brasileiras, não só no mercado de trabalho, mas também na vida quotidiana (Góis et al. 2009: 115).*

Considerar a existência de um “mercado da alegria” ou “mercado da simpatia” parece mais adequado para referir à inserção brasileira de modo geral do que pensar em termos de economias étnicas ou enclaves étnicos (Garrido e Olmos, 2006), uma vez que não se trata de atividades de caráter empreendedor e tampouco estão ligadas ao fortalecimento social ou identitário do grupo. Isto é, o que se vê na inserção da população imigrante brasileira no mercado de trabalho é uma concentração em determinados setores de atividades na qualidade de empregados/as e, em geral, com empregadores/as portugueses/as.

Em virtude dos diferentes perfis de qualificação profissional apresentados nas duas vagas migratórias, pode-se afirmar que a inserção laboral da população brasileira em Portugal é polarizada, ou seja, têm-se os/as imigrantes da primeira vaga localizados em segmentos com boas remunerações, prestígio social, estáveis; e aqueles/as vindos na segunda, que ocupam posições inferiores e mais precárias (Baganha, 2002). Segundo a autora, a tendência é que esse último tipo de inserção acentue-se à medida que o primeiro retraia-se, visto que os índices de precarização do mercado laboral português têm aumentado, e o perfil dos/as imigrantes continua a ter baixos níveis de qualificação. Pode-se dizer, então, que a inserção laboral da população brasileira em Portugal condensa em si as características do mercado de trabalho dual (Peixoto, 2008; Piore, 1979; Portes, 1999): no mercado primário, estão localizados/as os/as brasileiros/as com melhores qualificações, nesse caso, indivíduos vindos entre finais dos anos 70 e início dos anos 90; e no mercado secundário, aqueles/as que apresentam perfis com qualificações inferiores, ou seja, os/as imigrantes da segunda vaga, finais dos anos 90 até os dias atuais.

*De um preenchimento de lugares mais elevados na pirâmide profissional em 1991, com relevo para os empregados qualificados e semiquilificados dos serviços e os quadros superiores e técnicos, passamos para uma ocupação dos estratos mais baixos em 2001, com relevo para os operários industriais e os empregadores de serviços, sempre com aumento da fracção de não qualificados (Peixoto e Figueiredo, 2007: 98).*

Estudos acerca da mobilidade profissional da população brasileira em Portugal são escassos, para não dizer inexistentes, de maneira que são poucas as informações sobre esse fenômeno. Assim, as considerações que trago são baseadas exclusivamente nos estudos de Igreja e Peixoto (2011). Segundo a referida autora e autor, atualmente a trajetória laboral de imigrantes brasileiros/as em Portugal tem início com uma inserção no mercado de trabalho bastante desqualificada, inferior a que tinham no país de origem, mas que com o tempo a maioria consegue alterar, embora sem alcançar o mesmo nível e estatuto profissional que tinham no Brasil; ou seja, a mobilidade profissional dessa comunidade aproxima-se do movimento da curva em “U” sem que essa tenha se completado, de forma que o processo de desqualificação profissional vivido pelos/as imigrantes brasileiros/as parece não ser revertido totalmente ao longo da estadia em Portugal, ainda que possa ser amenizado.

Como tenho vindo a mostrar, uma das principais características dessa imigração é o fato de que, desde o seu começo, tem apresentado índices de crescimento significativos, atingindo seu

ápice nos anos 2000, período em que os demais fluxos migratórios para Portugal começavam a retrair-se. É apenas em finais de 2009 e início de 2011 que começa a observar-se uma queda no número de brasileiros/as que entram no país e um leve aumento do retorno desses/as imigrantes para o Brasil, dando, portanto, outra característica para esse fluxo migratório. Segundo dados da OIM (2010), em 2009, os pedidos de apoio para retorno voluntário oferecidos à comunidade brasileira representavam quase 80% dos pedidos.

Porém, falar em uma diminuição no número de entradas e um aumento no número de saídas não significa dizer que esse fluxo cessou ou que agora viva sua inversão completa e total. Como se viu no capítulo anterior, a crise econômica que Portugal vem passando atinge principalmente as populações mais vulneráveis e, entre elas, os grupos de imigrantes. A oferta de trabalho, mesmo os mais precários, tem se tornado escassa, os cortes nos subsídios e aumentos de impostos têm sido frequentes. Como aponta a AHRESP em entrevista ao Diário de Notícias (2011), o aumento do IVA da restauração, por exemplo, levará, inevitavelmente, ao fechamento de vários estabelecimentos de pequeno porte. Ao saber da forte presença da comunidade brasileira nesse ramo de atividades, é de se esperar que ela seja uma comunidade diretamente afetada por essa mudança.

Para além da crise em Portugal, é importante não perder de vista o crescimento econômico do Brasil, que funciona também como um atrativo para o retorno desses/as imigrantes. Assim, um possível movimento de retorno estaria perfeitamente de acordo com o caráter laboral que a imigração brasileira para Portugal sempre apresentou. Isto é, a partir do momento no qual, em Portugal, deixa de ser viável a inserção no mercado de trabalho e os ganhos econômicos reduzem-se tão bruscamente, a tendência é que esse fluxo diminua de intensidade. Soma-se ainda a esse movimento de regresso o fato de que a imigração brasileira para Portugal teve um caráter mais temporário e rotativo, isto é, os/as imigrantes permanecem pouco tempo no país, meses ou alguns anos, e depois avançavam para outros destinos migratórios ou regressam ao país de origem (Peixoto, 2007).

Devido à diminuição do fluxo da imigração brasileira para Portugal e a intensificação do retorno dessa população para o Brasil serem fenômenos relativamente recentes, existe pouca produção sobre esses temas, não permitindo, portanto, análises mais profundas. Contudo, Peixoto e Nunan (2011) apresentam algumas reflexões atuais que considero interessantes para entender a nova configuração desse fluxo migratório. Inicialmente, chama a atenção o aumento do número de brasileiros e brasileiras desempregados em Portugal, que desde 2003 mostra-se como um crescente. Atualmente, mais de 10000 imigrantes de origem brasileira se encontram em situação de desemprego, sendo a maior população em números absolutos de imigrantes nessa situação em Portugal. Se por um lado poder-se-ia argumentar que o fato de a comunidade brasileira ser a maior entre as comunidade de imigrantes justificaria que apresentasse, também, os maiores índices de desemprego; por outro, é preciso não perder de vista que em 2003 essa mesma população já era a maior de todas e mesmo assim não assumia o primeiro lugar no nível de desemprego. Além disso, o crescimento do número de brasileiros e brasileiras desempregados não corresponde ao crescimento do número de novos imigrantes (Peixoto e Nunan, 2011). Mesmo que não se possa falar de uma relação direta entre crise e aumento do retorno da comunidade brasileira, visto que outros aspectos

são postos em questão em um projeto de retorno, alguns indícios apontam para esse movimento como uma tendência.

Resumidamente, diria que a atual imigração brasileira para Portugal continua a reproduzir as características da segunda vaga migratória, tanto no que diz respeito ao perfil como nos processos de inserção laboral. No imaginário social existente acerca dessa população, a novidade estaria agora na possível configuração de um retorno (ou desenvolvimento de fluxos migratórios para outros países) em virtude da crise atual. Depois de ter apresentado esse enquadramento mais geral da imigração brasileira para Portugal e sua relação com o mercado laboral, sigo para uma análise específica acerca da situação das mulheres brasileiras na sociedade portuguesa.

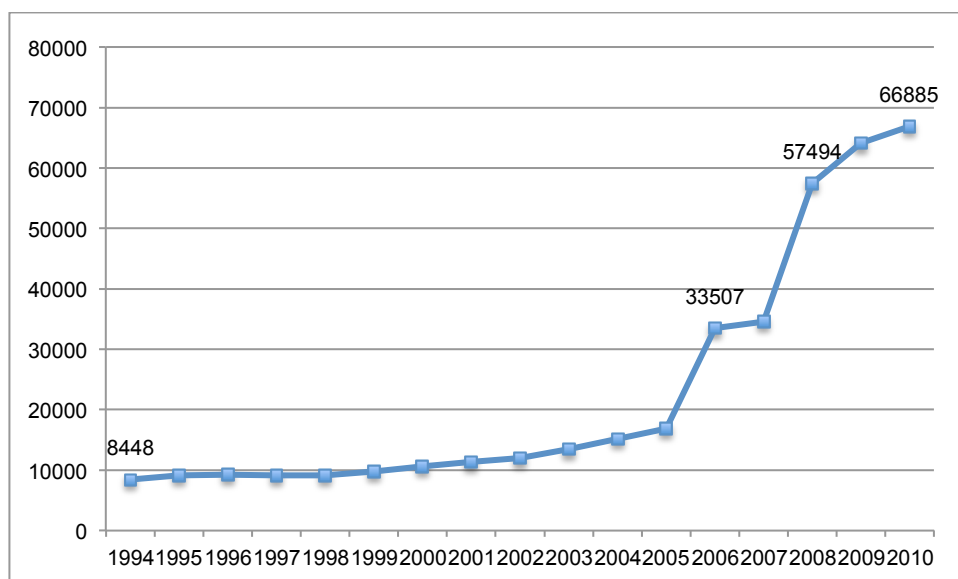
#### 4.2. Imigração das mulheres brasileiras

Em virtude da “novidade” do tema, como se pode esperar, a produção bibliográfica acerca das mulheres brasileiras imigrantes em Portugal ainda não é tão vasta, embora tenha vindo a crescer de forma considerável, sobretudo nos últimos anos. Destaco, principalmente, os trabalhos de Padilla (2004; 2005a; 2007b; 2007d), Fernandes (2008), Santos (2007), Pontes (2004; 2005), Téchio (2006), Raposo e Togni (2009), Cunha (2004; 2006) e alguns estudos mais abrangentes acerca da imigração feminina que também incluem a população brasileira, como Peixoto *et al.* (2006), Malheiros e Padilla (2010), Wall *et al.* (2005), entre outros.

Contudo, à exceção dos trabalhos de Padilla, que se propõem a fazer um mapeamento maior da situação das mulheres brasileiras em Portugal, abarcando diferentes dimensões, desde a integração ao papel das redes sociais, passando pelas questões laborais e do associativismo, os demais tratam de forma pontual sobre um tema específico. O trabalho de Téchio (2006) está voltado para as imigrantes não documentadas, Santos (2007), Cunha (2004) e Pontes (2005) discutem principalmente a imagem das brasileiras na mídia portuguesa; Burke (2007) aborda a problemática das prostitutas brasileiras em Portugal; o trabalho de Fernandes (2008) tem um viés mais antropológico sobre as questões identitárias; enquanto Raposo e Togni (2009) debruçam suas investigações sobre os casamentos mistos. E como se pode esperar, os estudos que investigam várias populações imigrantes femininas (Miranda, 2009; Peixoto *et al.*, 2006; Wall *et al.*, 2005;) não conseguem aprofundar-se de maneira acurada acerca da realidade das brasileiras. Assim, há uma lacuna significativa nos estudos sobre as imigrantes brasileiras em Portugal e sua relação com o mercado laboral. Dessa forma, proponho-me, agora, a dar início a uma discussão acerca desse tópico a partir das referidas contribuições.

Como ressaltai ao longo de todo o tópico anterior, seguindo os padrões da feminização internacional dos fluxos migratórios, o aumento do número de mulheres brasileiras tem sido um dos aspectos mais marcantes da segunda vaga da imigração brasileira para Portugal. A curva de evolução desse grupo mostra-se bastante semelhante ao crescimento da população brasileira total, com picos de crescimento em 2005 e 2007 por conta dos processos de regularização extraordinários, bem como continua a mostrar-se crescente até o ano de 2010 (Gráfico 22).

**Gráfico 22: Evolução do fluxo migratório de brasileiras para Portugal (1994-2010)**

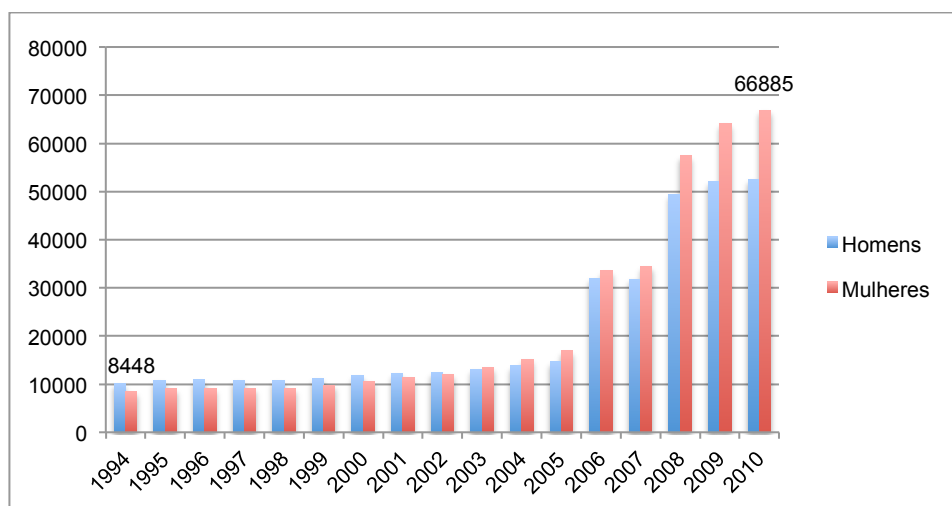


Fontes: Padilla (2010), SEF (2010).

Percebe-se do Gráfico 23 (na página seguinte) que, atualmente, a imigração de mulheres brasileira para Portugal é superior à masculina e apresenta-se como uma tendência. As mulheres representam 56,3% da população brasileira residente em Portugal, constituindo 30,4% do total da população feminina imigrante no país (Gráfico 18). Em relação à emissão de títulos de residência em 2009, também aparecem como o grupo mais representativo (SEF, 2010). No que concerne ao crescimento da população de mulheres imigrantes, o aumento do número de brasileiras foi também o mais significativo ao longo da primeira década do ano 2000. Em 2003, havia 13491 mulheres brasileiras regularizadas perante o SEF e em 2010 subiu para 66885 (Gráfico 17).

Embora esteja alerta de que os dados publicados no censo de 2001, realizado em Portugal, já se referem há dez anos, os dados atuais ainda não estão disponíveis, porém vejo nessa fonte informações úteis para um conhecimento mais apurado sobre as mulheres brasileiras em Portugal. De acordo com o censo, a população feminina brasileira tem, em sua maioria, idade entre 23 e 40 anos, está localizada, principalmente, na região de Lisboa e do Vale do Tejo e cerca de 35% concluíram o ensino secundário. Tais particularidades reforçam o caráter laboral dessa imigração: mulheres em idade economicamente ativa, localizadas na região onde há mais oferta de postos de trabalho no país. Essas imigrantes estão inseridas em atividades voltadas para o atendimento ao público (restaurantes, cafés e lojas), no sector de limpeza e auxílio a pessoas idosas e cuidados de crianças (INE, 2001; Wall *et al.*, 2005).

**Gráfico 23: Evolução da população em Portugal por sexo (Nº Absolutos)**



Fontes: Padilla (2010), SEF (2010).

As imigrantes brasileiras são mulheres que, em sua maioria, migram sozinhas e de maneira autônoma, independentes de projetos de reunificação familiar (Padilla 2007a; 2007b; 2009; 2010; Piscitelli, 2008a), embora os laços familiares, tanto no país de origem como em Portugal, permaneçam ainda muito fortes. Em geral, os principais pontos de contato de suas redes sociais no país são membros da família, assim como continuam a ter grande responsabilidade com parentes que deixaram no Brasil no que diz respeito, sobretudo, ao envio de remessas e no cuidado, mesmo que a distância, com filhos e filhas quando esses/as permanecem. O envio de remessas significa uma diminuição na renda dessas imigrantes, tornando-as mais vulneráveis economicamente e muito dependentes do emprego, ao mesmo tempo em que restringe as atividades de lazer ou investimentos em cursos de formação e capacitação, visto que uma parte do salário está comprometida com essa obrigação.

Já no que diz respeito à forte ligação com redes sociais de caráter familiar, esta pode ser explicada pelo fato de ainda hoje o estigma em relação a mulheres que imigram sozinhas como se fossem “aventureiras”, “fáceis” e em busca de casamentos por conveniência ser muito enraizado. No caso das imigrantes brasileiras em Portugal, o imaginário hiperssexualizado associado a elas contribui ainda mais para fomentar dinâmicas de discriminação e preconceito. Dessa forma, as redes sociais familiares aparecem como um meio seguro de circulação e socialização (Fernandes, 2008; Padilla, 2005a; Raposo e Togni, 2009).

Os fatores que estimularam o crescimento da imigração das mulheres brasileiras para Portugal são muito semelhantes àqueles identificados para a intensificação do fluxo migratório feminino em geral, principalmente no sentido Sul-Norte global: processos de emancipação e autonomia das mulheres em todo o globo, aumento de postos pouco qualificados, entrada das mulheres no mercado de trabalho, precarização das relações laborais, desenvolvimento dos setores de serviço, carência dos aparelhos estatais para o cuidado de crianças, de pessoas idosas e com deficiência (Piper, 2007; Kofman 1999; 2000; Padilla, 2007b).

Como é de se esperar, uma vez que se trata de uma imigração de caráter laboral, a inserção laboral das brasileiras está muito associada às mudanças no mercado de trabalho português, em especial àquelas ligadas ao processo de feminização. O aumento da qualificação das portuguesas, confirmado principalmente pela intensificação de sua presença no ensino superior (Ferreira, 1999; Lopes e Perista, 2010), fez com que as ofertas de trabalho – sobretudo no setor de serviços, em postos que requerem pouca qualificação, que possuem baixo prestígio social e remuneração inadequada – se mostrassem, por um lado, como não atrativas para as portuguesas e, por outro, como conveniente para as imigrantes brasileiras. Passando-se o mesmo com o aumento da demanda por mão de obra para assumir tarefas domésticas e de cuidados em virtude da intensificação da presença de portuguesas no mercado de trabalho.

É possível identificar alguns elementos que justifiquem esse tipo de inserção: o fato de que são postos que repetem padrões de precariedade, instabilidade, má remuneração, condições de trabalho exaustivas, insalubres e altos níveis de exploração; a facilidade linguística frente às ucranianas e romenas, os mecanismos de discriminação racial que operam no mercado de trabalho português em relação às africanas; a escassez cada vez maior de mão de obra nacional disposta a realizar essas atividades; e o estereótipo da mulher brasileira como “simpática, cuidadosa, comunicativa” (Padilla, 2007c; Gomes, 2011).

Outra atividade que começa a despontar, embora ainda de maneira incipiente, no repertório laboral das brasileiras, é o empreendedorismo. A existência de uma comunidade consolidada de imigrantes de origem brasileira é propícia para essas atividades, porque funciona como promotora do empreendedorismo e como sua estrutura de sustentação, mesmo que os artigos e serviços comercializados não sejam exclusivamente para imigrantes do Brasil e incluam também, portugueses/as (Padilla, 2008). De acordo com Malheiros e Padilla (2010), a área de atuação dessas mulheres é principalmente em atividades de comércio ligadas à beleza:

*[...] nesse caso os estereótipos que identificam as brasileiras como mulheres que cuidam do corpo parece ser aproveitado como um recurso de gênero e étnico que lhes permite oferecer inovação e profissionalismo nesta área específica (Malheiros e Padilla, 2010: 148).*

Ou seja, o imaginário existente acerca das brasileiras, em Portugal, como mulheres bonitas e ligadas à beleza, tem efeitos positivos nesse caso.

Porém, a forte presença de mulheres brasileiras no setor de atendimento, principalmente em atividades relacionadas a vendas, restauração, entretenimento e turismo é o que mais chama a atenção, trazendo, assim, outros elementos para a análise. Segundo Machado (2003; 2004; 2007b) e Fernandes (2008), esse tipo de inserção se dá porque a “simpatia e alegria” brasileira é uma moeda de negociação no mercado de trabalho português. Há uma crença entre os/as empregadores/as de que as pessoas do Brasil são mais cordiais no trato com clientes e, portanto, mais adequadas a essas atividades. Dentro dessa lógica, a mulher brasileira é tida como uma mulher dotada de uma corporeidade específica, alegre, festiva, simpática, cordial, exuberante, comunicativa e, portanto, ideal para assumir postos em que sedução, cuidado e atenção são necessários – como é o caso das atividades de vendas, atendimento e trato de crianças e de pessoas idosas (Machado, 2007a).

O problema é que, no caso específico da mulher brasileira, essa imagem de alegria, simpatia e sensualidade assume uma conotação erótica de forma muito rápida: “Entre esta imagem da brasileira calorosa e exuberante e a da prostitua vai só um passo, sendo esta analogia reforçada pelas notícias permanentes que os media transmitem” (Padilla, 2007b: 125). Ou seja, a linha entre a imagem da imigrante brasileira simpática, alegre, comunicativa e sensual e a sexualização da mulher brasileira é muito tênue e, com frequência, ultrapassada na sociedade portuguesa. Assim, segundo Padilla (2007b), o tema da imagem da mulher brasileira na sociedade portuguesa está em direta relação com o estereótipo da prostituta, não podendo, portanto, ser ignorado quando se fala da brasileira imigrante em Portugal, sobretudo depois que o Brasil entrou de forma mais intensa nos circuitos mundiais de turismo sexual, fazendo com que as brasileiras adquirissem maior visibilidade na indústria do sexo e com o crescimento do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual em Portugal. Para Piscitelli (2008a, 2008b), esse fato, somado à situação de subordinação econômica e étnica-racial que em geral tais imigrantes se encontram, corrobora para a construção do imaginário sexista e opressor acerca da sexualidade feminina brasileira.

*A ideia é de que elas (mulheres brasileiras) são portadoras de uma disposição naturalmente intensa para fazer sexo e uma propensão para a prostituição, combinadas com noções ambíguas sobre seus estilos de feminilidade, tidos como submissos, com uma alegre disposição para a domesticidade e a maternidade (Piscitelli, 2008a: 269).*

Isto é, há claramente, em Portugal, um processo de erotização, sexualização e subordinação das brasileiras por serem mulheres, por conta das relações coloniais entre os dois países e da classe social que ocupam quando chegam - em geral, a classe mais baixa na pirâmide. Resgatando a ideia de que a raça vai muito além do que cor da pele, segundo Pontes (2004), a imigrante brasileira em Portugal é racializada como mulata, isto é, um grupo étnico-racial periférico, que também é constantemente inferiorizado.

*Existe um intrincado relacionamento entre gênero, etnicidade e classe na representação da mulher brasileira em Portugal, no qual as relações desiguais entre países na distribuição do poder político e econômico mundial conformam as relações de poder nos campos simbólicos, da sexualidade e do trabalho (Pontes, 2004: 254).*

O que tento mostrar, portanto, é que há em Portugal um processo de construção de um imaginário social acerca da mulher brasileira que a inferioriza e estigmatiza como uma mulher racializada e hipersexualizada: “Não sendo substantivo, nem essencial, ‘mulher brasileira’ é antes de tudo uma construção social, discursiva, performática, imersa em relações de poder históricas e em modos de subjetivação sempre reconstruídos” (Gomes, 2011: 18). Sem ter a pretensão de resgatar sua origem, gostaria de pontuar alguns aspectos que acredito serem importantes para essa discussão e, principalmente, para dar início a um processo de desconstrução desse imaginário que se constitui como uma violência simbólica.

A relevância de analisar essa representação das imigrantes brasileiras na sociedade portuguesa se dá porque se esse não é o principal definidor da inserção dessas mulheres no mercado laboral, é um elemento que marcará toda sua trajetória migratória. O peso dos laços



coloniais que ligam Portugal e o Brasil, as relações de poder e de dominação estabelecidas naquele período e que, de certa forma, se reproduzem até os dias atuais, é muito visível na construção do referido imaginário social. Essas imigrantes, ao chegarem em Portugal, encontram-se aprisionadas dentro da imagem de mulheres sensuais, exóticas, eróticas, exuberantes e alegres, sobrando-lhes pouca margem de manobra para assumirem outros papéis sociais.

Para além das relações históricas entre esses dois países, os média exercem um papel muito forte em tal processo de difusão da imagem da imigrante brasileira como mulata-sensual/mulher-prostituta, contribuindo para a construção de uma mulher sexualizada, racializada e etnicizada. Sabe-se que os discursos cunham, multiplicam, validam e/ou subvertem as relações de poder e dominação na sociedade, não sendo, portanto, ingênuos nem vazios (Fairclough, 2001; van Dijk, 2010). O discurso dos média portugueses em relação às brasileiras repete padrões coloniais e pós-coloniais de dominação à medida em que forja um imaginário estereotipado sobre essas mulheres, essencializando suas identidades, cujos principais atributos enfatizados são a simpatia, o exótico, o erótico e a sensualidade (Pontes, 2004; Santos, 2007). Em geral as mulheres brasileiras aparecem nos anúncios publicitários em poses provocativas, com expressões sensuais e roupas sedutoras; ou em matérias jornalísticas associadas à prostituição, ao tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual ou à criminalidade (Cunha, 2004b: 550).

Para ilustrar esse tipo de discurso, analiso brevemente uma matéria veiculada pela revista FOCUS de Portugal<sup>23</sup>. Em agosto de 2010, a referida revista trouxe uma matéria de 12 páginas acerca das mulheres brasileiras no país. Na capa, lia-se: “Eles adoram-na, elas odeiam-na. Os segredos da mulher brasileira. 2216 casamentos com portugueses só em 2009. Os dez mandamentos que usam para seduzir os homens” (Figura 1, na página seguinte).

Para além do texto escrito, que por si só já traz uma carga significativa de estereótipos, reproduzindo um discurso sexista, a imagem utilizada é ultrajante e humilhante. A imigrante brasileira é retratada como uma mulher sem rosto, dotada de um corpo perfeito e escultural, sendo sua identidade um bumbum avantajado, motivo esse que justifica a frase inicial, ou seja, o mesmo corpo que a faz ser amada pelos portugueses, a faz ser odiada pelas portuguesas. Como é de se esperar, a matéria em si não é muito melhor do que a capa. Como analisa Padilla et al. (2010), a referência, logo no primeiro parágrafo, às mulheres brasileiras como “mulheres da Terra de Vera Cruz” remonta ao imaginário colonial, pondo-as, claramente, em posição de subordinação. O tema central da matéria é a questão dos casamentos mistos somente entre brasileiras e portugueses (em nenhum momento refere a brasileiros que se casam com portuguesas), abordando-os de uma forma estigmatizada – “o carnaval dura, dura, dura” – e continuando com imagens que mostram, principalmente, corpos femininos desnudos, ambientes festivos, praias e carnaval. Mais ainda, apresenta dois quadros que fazem alusão aos “mandamentos para aprender a ser sedutora”: ser uma rainha do sexo e do amor; e dicas de “A a Z para um relacionamento mais feliz”: “nunca rir ou recriminar as atitudes sensuais, eróticas ou afectivas do outro”. Esse é um exemplo, dentre tantos,

---

<sup>23</sup> Não me proponho, aqui, a fazer uma análise exaustiva dos discursos midiáticos, principalmente porque não tenho arcabouço teórico para tanto, assim como esse não é o objetivo desse estudo. O que intenciono com essa breve análise é ilustrar de forma concreta aquilo que venho tentando demonstrar acerca de que tipo de discurso é produzido e veiculado sobre as mulheres brasileiras em Portugal.

que demonstra como os média portugueses atuam na construção de representações essencializadas e exóticas da sexualidade das mulheres brasileiras.

Figura 1: Capa de revista FOCUS, agosto 2009.



Fonte: Revista Focus.

Mesmo não sendo o objetivo dessa tese discutir a presença dessas imigrantes no mercado do sexo ou ainda o papel da mídia no processo de inserção das brasileiras na sociedade portuguesa, é impossível não referir ao evento ocorrido no Norte de Portugal no ano de 2003, que acabou por ter uma repercussão internacional. O acontecido contribuiu para reforçar a ligação da imagem das mulheres com a sensualidade, liberdade sexual e o mercado da prostituição, ao mesmo tempo em que legitimou o imaginário dominante em relação às brasileiras, colocando-as em uma posição ainda maior de subordinação e humilhação. O caso, que ficou conhecido como “mães de Bragança”, referia-se à presença de mulheres brasileiras na cidade de Bragança realizando atividades ligadas ao sexo e culminou em um movimento público de protesto alegando a desestabilização do tecido social (Cunha, 2004b; Peixoto, 2007; Pontes, 2004; 2006).

Não existem estudos acadêmicos ou dados oficiais que confirmem que a maior parte das brasileiras imigrantes no mundo está inserida em atividades relacionadas ao sexo, contudo, assim como retratou Margólis (1993), essa imagem das brasileiras ligadas ao mercado do sexo é muito forte e sobrepõe-se às demais. No caso de Portugal, as investigações acerca de tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual (Peixoto *et al.*, 2005; Santos *et al.*, 2008; 2010) afirmam que as imigrantes vindas do Brasil figuram como o maior número de mulheres vítimas do tráfico, porém isso não significa que a maioria das brasileiras estejam ligadas a essa atividade. Nas palavras de Peixoto,

*Embora a larga maioria da imigração feminina oriunda do Brasil nada tenha a ver com o negócio do sexo, tem sido argumentado que os estereótipos negativos ligados a esta actividade constituem uma barreira objectiva à sua melhor integração no mercado de trabalho e sociedade portuguesa (Peixoto, 2007: 82).*

Tanto os discursos dos média que representam as brasileiras como mulheres hiperssexualizadas, como os dos órgãos oficiais sobre o tráfico e prostituição, que por vezes as culpabilizam ao apresentá-las como criminosas, para além de ser uma violência simbólica, constituem-se como um obstáculo concreto à integração social e laboral dessas imigrantes.

*Ao assumirem-se como uma das nacionalidades predominantes no “mercado do sexo” em Portugal, muitas mulheres brasileiras ficam ligadas a processos de exclusão social e mundos de precariedade que naturalmente poderão, em determinado momento, configurar situações de tráfico sexual. Nesse sentido, o facto de a prostituição das brasileiras ser esmagadoramente percebida como uma opção “laboral migratória” pode levar a que passem despercebidas situações de exploração e tráfico (Santos et al., 2010: 97).*

É importante ressaltar, também, que a figura da imigrante brasileira como mulata exótica e sexualizada não é criada apenas pelos discursos oficiais ou média portugueses. Durante anos, o governo Brasileiro incentivou a imagem da “mulher brasileira tropical” e inclusive utilizou-se dela para estimular o turismo internacional para o Brasil, “A mulata – uma invenção discursiva e performativa de raça, gênero e sexualidade – é consolidada como identidade espetacularizada e vendida como atrativo turístico” (Gomes, 2009: 56). No caso de Portugal, soma-se a isso o agravante da difusão intensa das novelas brasileiras em diversos canais de televisão. Embora o foco das novelas não seja principalmente o mercado internacional do sexo, as imagens transmitidas nesses programas acabaram por contribuir para reforçar o estereótipo da mulher brasileira como sensual e erótica.

*ao longo destas duas décadas e meia, as telenovelas brasileiras anteciparam estilos de vida cosmopolitas, deram a ver novas formas de relacionamento entre gerações e sexos, propuseram e discutiram a família e a sua composição, ficcionaram temas sociais controversos. Por outro lado, num país habituado ao recato sexual e severamente controlado pela moral católica conservadora, as telenovelas vieram abrir caminho aos movimentos de valorização e emancipação do corpo masculino e feminino (...) (Cunha, 2004b: 540).*

Embora discorde da autora no que concerne ao papel das telenovelas brasileiras como um movimento de valorização e emancipação dos corpos, principalmente o corpo feminino brasileiro, estou de acordo com ela sobre a influência que esses programas trouxeram para a sociedade portuguesa. Acredito, pois, que a larga difusão das novelas contribuiu para que o corpo feminino brasileiro fosse ainda mais estereotipado e sexualizado, reforçando o imaginário colonial português dominador e opressor em relação a essas mulheres.

Mais ainda, é importante considerar, também, como essas próprias brasileiras colocam-se diante de tal discurso, uma vez que não são puramente sujeitos passivos nesse processo. Encontram-se, sim, em uma posição de inferioridade, mas mesmo assim ainda são capazes de agenciar esses imaginários em diversos contextos. Ou seja, não quero dizer que as brasileiras são ingênuas e que não sabem do lugar sexualizado que ocupam; elas sabem e usam desse lugar para obter empregos, ter acesso a outras facilidades e inserir-se socialmente, mesmo que de maneira,

marginalizada. Reconheço, portanto, a capacidade de ação dessas mulheres e que elas lançam mão desse imaginário quando ele lhes é conveniente. Estudos antropológicos (Fernandes, 2008; Machado, 2007a, 2007b) mostram como as brasileiras imigrantes ora buscam aproximar-se desse estereótipo, a fim de tirar proveito na inserção social e laboral, ora tentam afastar-se ao sentirem-se discriminadas e inferiorizadas, isto é, “as brasileiras lidam com as imagens representativas sobre a mulher de forma plural” (Fernandes, 2008: 61), numa dinâmica que a autora denominou *jogos de espelhos*.

Porém, identifico nesses mecanismos uma forma de biopoder (Foucault, 1999) na qual não apenas o corpo, mas o próprio processo de subjetivação também é controlado. O fato de que elas saibam do lugar sexualizado que ocupam e que se utilizam dele para obter aquilo que necessitam, porque de outra forma não o conseguiriam, não implica que elas sejam livres ou emancipadas, pois não compreendo que agir de maneira a reforçar estereótipos sexistas que, inevitavelmente, levam a um processo de subalternização e a práticas de violência simbólica, trata-se de um comportamento emancipado. Penso que se configura, pois, como uma prática de controle ainda mais sutil e perversa.

Terminaria esse tópico afirmando que a imigração de mulheres brasileiras por Portugal é um fenômeno que, embora recente, é muito significativo para ser considerado de forma periférica. Aproxima-se dos processos de feminização da imigração e reafirma o caráter laboral da imigração brasileira para Portugal. Ao que parece, a entrada dessas mulheres no mercado de trabalho português reproduz os padrões de inserção precários e segregados comuns à população imigrante em geral, mas com o agravante do peso do estigma da hiperssexualização nesse processo. Assim, uma análise profunda da inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho português exige que se articulem diferentes variáveis para além das questões mais voltadas ao mercado de trabalho – precarização, segregação sexual e étnico-racial –, sendo necessário considerar, também, como a imagem das mulheres brasileiras na sociedade Portuguesa atua nesse processo.

Como esse último tópico, concluo a parte teórica dessa tese. Com base nas reflexões realizadas até agora, passo para o momento de caráter mais empírico. Em seguida, darei início à análise dos dados.



## 5. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

O presente capítulo representa a parte qualitativa desse estudo. O material aqui tratado foi aquele recolhido a partir das entrevistas em profundidade, como explicitado no capítulo sobre metodologia. O discurso das entrevistadas será analisado à luz da análise crítica do discurso, seguindo os pressupostos de Fairclough e van Dijk. As categorias de análises a serem utilizadas alinham-se com os objetivos dessa investigação e foram escolhidas de acordo com as hipóteses apresentadas. Ao objetivar compreender os processos de inserção laboral das mulheres brasileiras imigrantes em Portugal, era fundamental articular questões voltadas ao processo migratório, à diferença de gênero e às suas experiências laborais em Portugal, mas também no Brasil, de forma que as categorias de análises escolhidas foram: processo migratório, experiência laboral e gênero.

### 5.1. Categorias de análises

O caráter multidisciplinar dessa investigação foi também transposto para a análise das entrevistas. Assim, embora o enfoque principal seja o processo de inserção laboral, era inevitável remontar à trajetória de imigração dessas mulheres ou tocar em questões relativas às diferenças de gênero na experiência migratória e laboral. Dessa maneira, para uma melhor sistematização, e conseqüentemente um tratamento mais adequado do conteúdo recolhido, foi fundamental delimitar de forma precisa as categorias a serem analisadas, intencionando resguardar o objetivo principal do estudo, mas sem perder as relações que ele estabelece com essas diferentes experiências.

As categorias de análises escolhidas tiveram como objetivo orientar a leitura do material, bem como organizar sua exposição. As entrevistas realizadas duraram, em média, de cinquenta a oitenta minutos, de forma que, embora muito ricas em conteúdo, por conta de o instrumento utilizado ser um guia de entrevistas semiestruturado, alguns dos assuntos abordados fogem ao objetivo principal dessa investigação. Por isso, apenas excertos mais representativos serão analisados.

Além disso, a escolha das categorias foi realizada em acordo com as teorias aqui apresentadas. Desta forma, acredito que elas representam os eixos essenciais sobre os quais se sustentam a temática desse estudo. De cada uma das categorias que serviu de norte para as análises, esperou-se não perder de vista o que elas compartilhavam entre si e, ao mesmo tempo, resguardar suas especificidades.

#### *1 – Processo migratório*

Essa categoria tinha como objetivo primeiro resgatar o percurso de imigração das entrevistadas. Acredito que para analisar seus processos de inserção laboral em Portugal é fundamental compreender como se deu a trajetória migratória dessas mulheres. Conhecer os motivos que as levaram a migrar, confrontando com aqueles que as fazem permanecer, e identificar sob quais condições econômicas e sociais chegaram a Portugal, fornecem elementos importantes para refletir acerca da relação que estabelecem com a sociedade e o mercado de trabalho português.

### *II – Experiências Laborais*

Trata-se do eixo principal das análises. A categoria anteriormente apresentada aparece, sobretudo, como base para as reflexões a serem feitas sobre a inserção laboral das mulheres entrevistadas. O enfoque dado à análise da presente categoria voltou-se principalmente para os mecanismos de exploração e precarização aos quais elas estão expostas, buscando identificar e compreender tais estratégias de inserção laboral, conhecer os principais obstáculos que enfrentam e os mecanismos que utilizam para contornar essa situação. Almejando identificar os ganhos e perdas que essa experiência trouxe, foi importante remontar, juntamente às entrevistadas, suas trajetórias laborais desde o Brasil até o atual momento em Portugal. Mais ainda, é propósito dessa categoria apontar os mecanismos de controle e os dispositivos de poder aos quais elas estão submetidas e quais formas de resistência empreendem.

### *III – Gênero*

A escolha da temática de gênero como uma das categorias de análise justifica-se basicamente por dois motivos: o primeiro porque a diferença de gênero é uma categoria que molda tanto os processos migratórios como as experiências de trabalho. Como debatido ao longo do corpo teórico, estudar os fenômenos migratórios e laborais, tendo como foco de análise principal mulheres, exige uma releitura não apenas das teorias, mas também das próprias metodologias. De forma que se mostrava fundamental refletir sobre como as entrevistadas vivenciam essas diferenças. O segundo motivo é a existência em Portugal de um imaginário dominante sobre o que venha a ser uma mulher brasileira. Considerei, portanto, relevante investigar como as entrevistadas interagem com esse imaginário e qual o seu papel nas relações laborais que estabelecem com o mercado de trabalho português.

Acredito que, ao analisar essas questões em articulação com as categorias anteriormente descritas, torna-se possível, então, conhecer, compreender e encontrar novos elementos para continuar a problematizar a realidade laboral das mulheres brasileiras em Portugal, objetivo maior desse estudo. Desta maneira, após a exposição da teoria utilizada e dos caminhos metodológicos que foram seguidos, passo para a análise e interpretação dos discursos colhidos nas entrevistas.

## **5.2. Análise das entrevistas a partir da Análise Crítica do Discurso (ACD)**

O objetivo desse tópico é dar início às análises dos dados coletados ao longo das investigações empíricas com base nas teorias já apresentadas. Como dito anteriormente, as entrevistas realizadas serão tratadas à luz de metodologias qualitativas de análise, pois reconheço nelas uma possibilidade legítima de ter maior acesso à complexidade dos fenômenos sociais aqui investigados. Ao recorrer à análise compreensiva, busco uma melhor possibilidade para lidar com os problemas epistemológicos que surgiram ao longo de minha investigação e, ao mesmo tempo, evitar o mero descritivismo etnográfico.

Em acordo com o exposto na apresentação da metodologia, para as análises das entrevistas partirei dos postulados da Análise Crítica do Discurso (ACD), uma vez que compreendo o discurso como prática social e não puramente como uma atividade individual ou um reflexo de variáveis

situacionais. Esse tipo de análise permite compreender o discurso como um modo de representação e ação através do qual as pessoas agem sobre o mundo e sobre outras pessoas e, ao mesmo tempo, como uma relação dialética entre prática social e estrutura social (Resende, 2006). É, pois, a partir desse entendimento “do discurso enquanto uma prática ideológica que constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo” (Fairclough, 2001: 94) que procuro conhecer e compreender a realidade laboral das mulheres brasileiras em Portugal.

Acredito que ao debruçar-me à luz dos pressupostos da ACD sobre o material colhido nas entrevistas, além de conhecer a realidade laboral das entrevistadas, terei também a possibilidade de acessar situações que, ao se tornarem comuns e naturalizadas, parecem descolar-se das ideologias que as sustentam. Assim, o que espero conseguir ao analisar as entrevistas é identificar as maneiras pelas quais os discursos criam, reafirmam, legitimam, reproduzem ou transgridem as relações de poder e dominação na sociedade.

Foram analisadas 18 entrevistas, realizadas em três momentos e em três regiões diferentes de Portugal. As primeiras 5 aconteceram ao longo do segundo semestre de 2009; durante o ano de 2010, foram feitas mais 12 entrevistas; e 1 no início de 2011. Geograficamente, as entrevistas deram-se 6 no Algarve, 5 em Lisboa, 4 em Coimbra e 3 em Figueira da Foz.

A diversificação geográfica teve como objetivo permitir delinear um quadro mais geral acerca da realidade laboral das imigrantes brasileiras em todo o território português, enquanto a opção por realizar as entrevistas em períodos diversos intencionou analisar a influência dos diferentes momentos da economia portuguesa na experiência migratória dessas mulheres.

Para a ACD, o contexto tem uma importância crucial para a compreensão da escrita e da fala na sociedade (Fairclough, 2001; Resende, 2006). Assim, acho importante ressaltar, mais uma vez, algumas características do contexto macro em que as entrevistas foram realizadas. O ano de 2009 foi o ano que sucedeu o colapso financeiro internacional, dando início a um agravamento da crise econômica que Portugal enfrentava desde início dos anos 2000. Em 2010, a crise intensificou-se, provocando um crescimento nos índices de desemprego e aumento da carga fiscal que culminou com a recessão oficial em 2011. Dados oficiais do INE apontam que no primeiro trimestre de 2011 a estimativa do Produto interno Bruto (PIB) diminuiu cerca de 0,7 p.p em relação ao mesmo período no ano anterior. Ou seja, é de se esperar que esse contexto de mudanças e instabilidade seja apreendido no discurso das entrevistadas.

Com o intuito de tornar mais clara e ordenada a compreensão do material colhido e, conseqüentemente, atender aos objetivos dessa investigação, o capítulo seguirá dividido em blocos temáticos de acordo com as categorias de análise: (1) motivos para imigrar e permanecer; (2) experiência laboral; e (3) ser mulher brasileira em Portugal.

Para análise, buscando evitar a simples reprodução de trechos das entrevistas, serão apresentados excertos de forma contextualizada, incluindo, também, minhas intervenções.

Acredito ser pertinente também apresentar o sistema de transcrição com o qual trabalhei:

... = pausas

palavra sublinhada = ênfase dada pela entrevistadora

suspiros, risos e outras manifestações são colocadas entre colchetes. Ex. [risos]; [suspiros].



[...] = trecho suprimido.

Na sequência, seguem-se as análises.

### Motivos para ir e motivos para não ir.

Nesse bloco, a ênfase centra-se principalmente no que diz respeito às razões que levaram essas mulheres a decidirem imigrar para Portugal. Analiso o discurso das entrevistadas segundo suas declarações sobre quais atrativos a possibilidade de imigrar oferecia e quais ensejos as fazem permanecer agora. A minha intenção, portanto, é de tentar resgatar o percurso realizado desde os motivadores, passando pelos períodos iniciais, até chegar à situação atual em que se encontram. Após a apresentação sobre quem eu era e porque estava ali, seguiam-se as perguntas direcionadas às entrevistadas sobre informações sócio-demográficas – idade, lugar de nascimento, estado civil – que, ao mesmo tempo em que permitiu traçar um perfil dessas mulheres, funcionava também como “quebra-gelo”, dando início, mais facilmente, ao resgate do trajeto e das motivações para a migração. A tabela abaixo apresenta de forma esquemática algumas informações acerca do perfil das entrevistadas.

**Tabela 8: Perfil das entrevistadas**

Nome	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Nº de filhos em Pt
Ana de Amsterdã	29	12	Casada	1
Angélica	40	12 + curso técnico auxiliar enfermagem	Solteira	0
Bárbara	58	Normal + cursos técnicos de culinária	Casada	3
Beatriz	46	12 + cursos de formação em cabeleireiro	Divorciada	2
Carolina	20	12	Solteira	0
Cecília	29	Superior incompleto	Casada	1
Iracema	46	12	Casada	3
Januária	25	12 + cursos técnico em estética	Casada	4
Joana	41	12	Divorciada	2
Lia	33	12 + cursos técnico em estética	Casada	2
Lily Braun	30	Superior Completo	Solteira	0
Lola	21	9	Solteira	0
Luisa	28	12	Solteira	0
Maria	42	12 + Curso técnico auxiliar de escritório	Casada	2
Nancy	26	Mestrado em Curso	Solteira	0
Rita	27	Mestrado em Curso	Solteira	0
Rosa	29	Mestrado	Solteira	0
Teresinha	38	Mestrado em Curso	Casada	

Fonte: Própria.

A faixa etária da maioria delas situa-se entre os 20 e 30 anos de idade, com algumas com idade superior aos 40. Em relação ao estado civil, 8 são casadas ou vivem com um companheiro, enquanto 9 encontram-se solteiras. Sete mulheres declararam possuir pelo menos um/a filho/a e afirmaram também que ele/ela mora em Portugal com as entrevistadas, todas essas estão casadas. Uma única mulher disse possuir dois filhos, mas moram no Brasil e já são maiores de 21 anos. Todas eram heterossexuais e duas identificaram-se como negras. No que diz respeito à escolaridade, somente uma tinha concluído apenas o 9º ano, 5 possuíam até o 12º ano, 5 para além do 12º ano possuíam também cursos técnicos, 2 terminaram um curso superior completo, 3 estão concluindo o mestrado e 1 possui mestrado completo.

Resumidamente, pode-se dizer que as mulheres entrevistadas são jovens e se encontram em idade economicamente ativa. O grau de escolaridade não é baixo, visto que a maioria delas possui pelo menos o 12º ano, com uma parcela significativa tendo cursos técnicos complementares, curso superior e, inclusive, mestrado. Desse quadro, esperar-se-ia uma inserção laboral minimamente qualificada, contudo, como se verá nas análises, não é isso que ocorre.

A pergunta seguinte, ainda que pudesse variar de formulação, tinha como núcleo central sempre o mesmo: “que motivos levaram você a sair do Brasil e vir para Portugal?”. Ao longo das entrevistas, fui percebendo que essa indagação era um convite para um passeio no túnel do tempo, no qual o passado era presentificado, ora com saudosismo, ora com dor, ora como paraíso perdido, ora com arrependimento, mas sempre com riqueza de detalhes e precisão.

Thais: E tu veio por quê?

*Joana : Eu vim por causa do trabalho. Eu tinha dois filhos no Brasil, estava assim com muitas dívidas... E aqui teve assim, uma proposta de trabalho, então eu vim... Era pra trabalhar em casa de família [...].*

Thais: E qual era a ideia que você tinha quando decidiu vir pra Portugal?

*Bárbara: Olha, no começo a ideia era que eu vinha pra trabalhar, mas eu não fazia ideia do que se passava. Que era lindo e maravilhoso, todo mundo vinha para Europa pra trabalhar e ganhar dinheiro. É o que a gente ouvia falar. A gente só sabe depois que passa [risos].*

Thais: E como você veio para em Albufeira?

*Beatriz: Eu vim direito praqui... Um cunhado da minha irmã morava aqui, trabalhava aqui e sempre dizia que tinha trabalho... Aí eu liguei para ele que queria vir pra cá, que eu sou cabelereira e queria vir trabalhar de cabelereira.*

Os depoimentos de Joana e Bárbara ilustram de forma clara o papel do trabalho como um dos principais motivadores para a decisão de imigrar. A situação de precariedade laboral e financeira em que elas se encontravam no Brasil aparece em seus discursos como um aspecto fundamental para a opção por deixar o país. Não se identifica nenhuma referência à facilidade linguística ou ao fato de conhecer alguém em Portugal como um impulsionador do trajeto migratório, é o trabalho que aparece como o elemento central dessa decisão. Mesmo Beatriz, quando menciona a existência de uma pessoa conhecida, é associada à facilidade que esse contato proporcionaria para encontrar um trabalho. Ao contrário de alguns discursos dominantes que anunciam o fim do trabalho ou a perda da

sua centralidade, o que esses depoimentos vêm reconfirmar é o lugar que ele ainda ocupa na sociedade como um elemento estruturador tanto da vida social como da vida pessoal.

É com base em informações conseguidas através dos meios de comunicação e de amigos/as, pessoas conhecidas ou familiares que moravam em Portugal que essas mulheres vão construindo o imaginário sobre o que é viver e trabalhar no outro lado do Atlântico. Há uma ausência de discursos mais críticos, como, por exemplo, acadêmicos ou mesmo políticos, contribuindo, assim, para a idealização da imigração. Aqui, aparece um ponto importante na reprodução discursiva da dominância, o acesso ao discurso (van Dijk, 2010). Sabe-se que os padrões de acessos podem variar culturalmente baseados na classe ou no nível de educação, por exemplo. Por não ser o objetivo desse estudo, não me aprofundarei nessas questões, mas deixo como um tópico interessante a ser investigado o papel dos diferentes discursos acerca do que é viver em um determinado país, veiculados pelos média e ou por outras fontes de informação – amigos/as, turistas, familiares – nos processos migratórios.

Ao afirmarem que vieram em busca de trabalho porque “ouviram falar” ou porque já tinham uma proposta, como no caso de Beatriz, percebe-se como é o próprio mercado de trabalho português que funciona como um atrativo para essas mulheres. Mesmo quando não são capazes de analisar como se configurava o mercado laboral naquele momento e o porquê de haver tais oportunidades, a vinda das entrevistadas está atrelada ao entendimento de que haveria uma possibilidade de inserção laboral de qualidade superior àquela no Brasil.

*Thais: Vinham com o visto?*

*Lia: Visto nenhum. Como todo mundo meio louco vem né... [...] E chegando lá (na imigração), ela olhou o passaporte e disse “passaporte, passaporte”... Desenrosquei o espanhol que eu nem falo essas coisas todas... “Donde vienes”, “me vengo de vacaciones a Portugal”, “vacaciones?”, sim, “vacaciones...” e “dondes vas” “me voy a Fátima...” a ela “Fátima? Con hijo”... “sí, hijo tuve un problema na gravidez e vino pagar una promessa”, “Mentira, estas a mentir, tines parentes en Portugal”, “no senhora, no conozco a nadie... no tengo parentes”, “estas a mentir, tiene parentes en Portugal”, “non, no tengo parentes”, gritando “Porque estas a mentir”, “señora no tengo ninguém em Portugal, nao tenho ninguém em Portugal juro...” “Pasaporte dineros... quanto tienes...?” “700 euros mais cartões...” “Quero ver..., Mostre”... “Brasileños... Anda le, anda le...”*

*Thais: E por que vocês achavam?*

*Maria: Ei, pá, tinha gente que morava aqui, que dizia que ganhava bem e tal... E aí a gente acreditou, depois minha sogra veio primeiro e... Logo que ela chegou já davam a legalização...*

*Thais: Então, quando você veio só conhecia ele... E ele já atava legalizado?*

*Ana de Amsterdã: Não, ele tava ainda em processos de legalização.*

*Naquela época era mais fácil.*

O que os depoimentos acima de reforçam é a suposição de que há um discurso que circula no Brasil sobre a possibilidade de regularizar o estatuto de imigrante em Portugal após a entrada e que durante esse período ainda seria possível trabalhar. Ao afirmar que vinha só com o visto de turismo, que a opção de entrar por Madrid era porque tinha medo da imigração de Portugal e que mentiu sobre os reais motivos de sua viagem, Lia deixa claro saber que, para os propósitos que

tinha, permanecer em Portugal por período superior a três meses, buscar trabalho e tentar começar a vida no país, sua documentação era irregular, o que faz crer que já tinha alguma consciência de que permaneceria nessa situação por algum período. Já os depoimentos de Ana de Amsterdã e de Maria, ao dizer que a “legalização” antes era mais fácil, mostram como elas tinham algum conhecimento de que após entrar em Portugal é que dariam início ao processo de regularização, assim como Lia tinha ciência de que, durante algum momento, encontrar-se-ia em situação de irregularidade. Porém, elas demonstram ter tido acesso a informações de que era relativamente fácil conseguir legalizar-se. A referência que Lia faz de que “todo mundo” vem apenas com o visto de turismo corrobora com essa ideia.

Importante ressaltar que essas três mulheres chegaram em Portugal por volta de 2005-2006, ou seja, pouco depois da assinatura do “Acordo Lula”, quando grande número de brasileiros/as que estavam em situação irregular em Portugal conseguiram regularizar a documentação, ilustrando a importância de redes sociais no processo migratório como divulgadora de informações – ainda que distorcidas. É de imaginar que os/as futuros/as imigrantes que estavam no Brasil naquela época não tinham conhecimento total do que se tratava o Acordo, o porquê ou quais as condições reais para a legalização, o discurso que parece ser transposto para lá é que a partir daquele momento era fácil conseguir a regularização da documentação em Portugal, funcionando, portanto, como um atrativo para novos e novas imigrantes. Mais ainda, acredito que tais excertos sugerem que as entrevistadas não vinham para o país enganadas sobre a situação laboral de irregularidade em que se encontrariam. De certa forma, vinham preparadas, sabendo que no início será difícil e que teriam que se submeter a muita coisa.

A fala de Lily Braun é muito significativa nesse aspecto:

*Thais: E esses três anos você ficou fazendo o quê?*

*Lily Braun: Ai tudo, você sabe que quando a gente está ilegal aqui a gente faz de tudo, é limpeza, é café, é isso... É babá, é... Até tu conseguir um lugar e contrato de trabalho e te orientar, tipo demora um bocadinho.*

Como se vê da tabela anterior, Lily Braun é uma das entrevistadas que possui um alto nível de qualificação, superior completo, mas logo na chegada trabalhou em várias atividades desqualificadas e precárias, justificando tal tipo de inserção por conta da situação de irregularidade. Nesse caso, trabalhar em postos precários que não correspondiam à sua qualificação mostrava-se como uma saída conveniente, já que oficialmente não podia candidatar-se a outros tipos de trabalho. É claro que existem outros elementos em jogo nessa situação como, por exemplo, os mecanismos de discriminação étnico-raciais do mercado laboral, pois atualmente encontra-se regularizada, porém ainda não conseguiu inserir-se em um posto que corresponda à sua qualificação, isto é, aqui o discurso da regularização como o grande obstáculo para uma inserção laboral de qualidade cai por terra. Retomarei essa discussão mais à frente.

Voltando à análise sobre os motivos que levaram a migrar, por trás da fala dessas mulheres a partir dos depoimentos abaixo, é possível identificar, sutilmente, a presença de outro elemento importante para a decisão: com trabalho em Portugal, seria possível pagar as dívidas existentes no país de origem e ganhar dinheiro. Ou seja, reproduz-se uma crença brasileira antiga de que trabalhar

na Europa viabiliza uma melhoria de vida e ascensão econômica que não é possível no Brasil, porém não é a mudança de país que é referida por elas como meio para a “melhoria de vida”, mas sim ter um trabalho em um contexto no qual parece que as condições laborais, em especial de salário, são melhores do que no Brasil. O debate acerca dos significados do trabalho enriquece também essa análise. Sabe-se que no Brasil, além dos salários serem muito baixos e as condições laborais também precárias, o próprio reconhecimento que é dado a algumas atividades, e por consequência os/as trabalhadores/as, é muito inferior aos níveis que se tem/tinha em Portugal.

Thais: E porque vocês resolveram vir?

Cecília: *Ah, porque a gente achou que, pronto... A gente achou que ia ser mais fácil, juntar dinheiro mais fácil, parecia, era a hipótese, mas... A gente queria morar junto, casar e tal... E acho que aqui ia ser mais fácil, mas, não foi... [suspiro]*

Thais: Quais os motivos levaram você a querer sair do Brasil?

Angélica: *Ah, esperança de melhorar... De vida, né? Querer ter alguma coisa lá no Brasil e conseguir comprar alguma coisa lá. É o motivo.*

Para ambas, a possibilidade de ir trabalhar em um país no estrangeiro mostrava-se como uma via de acesso válida para aceder a melhores condições que não conseguiam alcançar por meio do trabalho que tinham no Brasil. Contudo, essa ideia de “vida melhor” é referida sempre no sentido da melhoria da situação econômica, pagamento de dívidas e aquisição de bens materiais, ainda que com o tempo essa concepção mude um pouco, como mostrarei mais adiante, em especial no que diz respeito à violência urbana e qualidade de vida.

Situando temporalmente o depoimento dessas mulheres, relembro que elas vieram para Portugal há cerca de 5-8 anos, ou seja, antes da crise instalar-se no país e em um momento em que a economia brasileira ainda não apresentava índices tão altos de crescimento. Naquela época, as condições de trabalho no Brasil eram mais precárias do que as portuguesas (baixos salários, longas jornadas de trabalho, constantes violações dos direitos laborais) e o desmantelo da relação laboral ainda não tinha se instalado em Portugal, como nos anos recentes.

Os baixos salários pagos no Brasil não permitiam que trabalhadores e trabalhadoras de classes mais baixas pudessem ter acesso facilmente a bens de consumo, inclusive os de primeira necessidade – fogão, geladeira, por exemplo. Soma-se a isso o abismo das desigualdades sociais entre classe rica e classe pobre trabalhadora, que conduz a uma desvalorização do trabalho, que pode ser ilustrada na frase popular “no Brasil, quem trabalha não tem tempo de ganhar dinheiro”, isto é, no Brasil, não é através do trabalho que se consegue uma vida digna. O que o discurso dessas mulheres mostra é a compreensão de que o trabalho é uma via fundamental para ter uma melhor inserção social, logo, o que elas buscam é uma melhor condição laboral que permita ter acesso a melhores condições de vida.

Para outras entrevistadas, a resposta para essa pergunta relaciona-se principalmente a motivos pessoais e familiares - a vinda da mãe, do marido ou namorado ou mesmo a uma decepção amorosa. Sem querer negar a importância que os afetos possuem nas trajetórias migratórias, é preciso ler com atenção o que se esconde atrás desse discurso. Ainda que a resposta dada à

pergunta sobre quais os motivos que levaram a migrar refira-se a essa situação, ao longo das entrevistas era possível perceber como havia outros motivos que sustentavam essa decisão. Motivos esses que, em geral, retornavam a questões econômicas e laborais.

Percebe-se claramente o que tentei expor acima com o depoimento de Lia.

Thais: E por que tu veio?

*Lia: Porque eu queria sair do Brasil, queria ver como é que era... Bom, primeiro por que minha mãe tinha vindo.*

[...]

Thais: eu teu marido, quando tu disse que queria vir?

*Lia: Foi assim, eu fui mandada embora quando eu descobri que tava grávida... Nós ficamos numa situação no Brasil em que... Nós temos a nossa casa própria e a gente não tava conseguindo nem pagar as contas de casa, porque eu tava em casa com o Pedro, pequeninho... É, não tava tendo condições, quando a minha sogra, um dia teve que comprar a fralda do Pedro, eu pirei... Falei “não”, pera aí... Tem alguma coisa de errado aqui. [...] E aí um belo dia ele (o marido) chegou lá em casa, meio chateado, faltando a ponta dos dedos, todo sangrando, mal... Começou a ficar desesperado, eu não aguento mais, que é que a gente vai fazer... aí eu disse:” vambora... você deixa? você topa comigo?” Porque até então ele não tinha topado.*

Quando perguntada diretamente sobre quais os motivos que a levaram a imigrar, inicialmente Lia refere-se a motivos familiares – a vinda da mãe – e pessoais – o desejo de conhecer uma realidade diferente. Contudo, a seguir ela apresenta outros elementos que também foram importantes, senão os verdadeiros, para a decisão de deixar o país. Lia encontrava-se desempregada, com um filho pequeno, a situação laboral do marido já não era suficiente para sustentar a casa economicamente, momento esse que, para ela, já era degradante e penoso. Porém, o estopim para que a imigração passasse a ser considerada como uma possibilidade é quando tem que recorrer à sogra para comprar as fraldas do próprio filho. Ou seja, o discurso da entrevistada reafirma, embora de maneira mais sutil, o peso dos problemas financeiros na decisão de imigrar, bem como a crença de que na Europa, por conta das oportunidades de trabalho, seria mais fácil restabelecer-se economicamente.

Contudo, como referi anteriormente, não é possível negar a importância dos afetos como motivadores para a imigração. Algumas das entrevistadas atribuem principalmente a razões emocionais a decisão de deixar o país, ainda que os motivos que as façam ficar atualmente sejam outros. As falas de Luisa, Ana de Amsterdã e de Lily Braun confirmam o papel relevante que os afetos têm nas trajetórias migratórias das duas. No momento da vinda, encontravam-se em empregos estáveis e, portanto, a opção por deixar o país não se justifica por problemas econômicos.

Thais: E você veio por quê?

*Lily Braun: Por causa do meu ex. [...] Quando eu saí eu tava super bem, tava trabalhando como analista de importação aéreo-marítima, tava apaixonada, pedi demissão e vim.*

Thais: E que motivos levaram você pra vir pra cá?

*Luísa: digamos que foi uma decepção amorosa.*

Thais: e atualmente você mora em Albufeira, como você veio pra cá?

*Ana de Amsterdã: [...] Eu tinha conhecido ele, fiquei um ano namorando com ele, aí ele veio pra cá, ficou cá um ano. Eu acreditava naquela história de amor eterno e vim depois de um ano.*

Aqui é um outro discurso que se manifesta, aquele de que em nome do amor tudo é válido e justificável. Trata-se de um discurso que molda, principalmente, os processos de subjetivação femininos. Sabe-se que a forma de conceber o amor por homens e mulheres, na nossa sociedade, por conta dos processos de socialização particulares aos quais, em geral, os diferentes gêneros são submetidos, é também diferenciada. O processo ortopédico de educação afetiva que predomina na sociedade põe as mulheres em uma situação na qual o amor tem um papel de suma importância na concepção hegemônica do que é ser mulher: romântica, amorosa e guiada pelos afetos. Mais uma vez, toco em um tema que não é objeto central dessa análise, mas aponto a urgência de mais estudos por parte das ciências sociais sobre o papel dos afetos diante das deslocções geográficas.

Chamo a atenção, no discurso de Lily Braun, que embora ela justifique sua vinda pelas questões afetivas, ao referir-se que estava “bem” no Brasil, ela cita o trabalho como um aspecto que testemunha essa condição. Isto é, mais uma vez o trabalho é abordado como um elemento central de referência, estruturação da vida.

Outra justificativa que apareceu no discurso das entrevistadas para a decisão de imigrar está relacionada aos estudos. A crença dominante de que estudar na Europa, ter uma experiência no estrangeiro, possibilita uma melhor inserção laboral tem se difundido cada vez mais no Brasil, principalmente entre os membros da classe média. As condições sociais no Brasil, altos custos das Universidades particulares, aumento dos convênios de intercâmbios entre Universidades de ambos os países e a aparente estabilidade da economia brasileira parecem ter contribuído para o crescimento da imigração com essa finalidade. Portugal ainda conta com duas vantagens em relação a outros destinos acadêmicos: compartilhar com o Brasil a mesma língua e o fato de que algumas Universidades Portuguesas são muito renomadas no Brasil, como o caso da Universidade do Minho e da Universidade de Coimbra<sup>24</sup>, em especial o curso de Direito. Assim, possuir um diploma de alguma dessas Universidades confere *status* e reconhecimento.

Thais: Aconteceu alguma coisa que fez você querer vir?

*Nancy: Não, eu já tinha terminado a faculdade, tinha feito meu MBA, acho que tava sentindo um pouco estagnada, assim. Por isso que eu resolvi procurar outra coisa, estudar fora.*

Thais: Quais motivos levaram você a sair do Brasil? o que foi que motivou essa decisão?

*Rosa: Era complementar os meus estudos. Eu queria fazer um mestrado fora.*

Thais: Então você migrou já procurando esse estudo?

*Rita: Sim, já migrei com o objetivo de estudar aqui.*

---

<sup>24</sup> Segundo o programa brasileiro de televisão “Globo Repórter”, que foi ao ar dia 23 de Março na Tv Globo, 10% dos alunos e alunas da Universidade de Coimbra são oriundos/as do Brasil. A universidade de Coimbra é referida na história do Brasil Colonial como a Universidade mais importante do período. Em virtude da proibição de haver Universidades na terra colonial, as famílias mais abastadas costumavam mandar seus filhos/as para estudar na referida Instituição na Metrópole, iniciando aí uma tradição que parece durar até os dias atuais (Schwartzam e Paim, 1976).

É fácil deduzir que a ideia de estudar no exterior, seja na graduação ou através de um MBA e demais programas de pós-graduação, está diretamente ligada com a busca por uma qualificação superior que permita aceder a uma melhor inserção no mercado laboral, pois morar no estrangeiro agrega alguns valores que são reconhecidos nos postos de trabalho mais qualificados e com mais prestígio.

Reproduz-se o discurso de que melhores qualificações propiciam melhores oportunidades de inserção laboral. Ainda que ultimamente tenha crescido o número de desempregados/as altamente qualificados/as, essa realidade parece não ser identificada pelas entrevistadas. É a ideologia dominante de que após atingir um determinado nível de qualificação terão um diferencial no currículo que conduzirá a boas oportunidades de trabalho. Ora, o que esse discurso atesta, mais uma vez, é o lugar central que o trabalho ocupa na vida dos cidadãos e cidadãs. Mesmo que de forma implícita, o objetivo final dessa escolha visa questões relacionadas com a inserção laboral.

É importante colocar que Rosa, Rita e Nancy (as três entrevistadas com cursos superiores) diferenciam-se das demais no que diz respeito à classe social e aos níveis de estudos alcançados: todas as três terminaram um curso de graduação no Brasil em Universidades Federais, o que já é um marcador social importante no país. A pirâmide educacional invertida – escolas públicas de má qualidade, Universidades públicas de boa qualidade, colégios particulares de boa qualidade, Universidades particulares de má qualidade – faz com que os/as estudantes que entram nas Universidades Federais e Estaduais venham, quase que exclusivamente, de colégios privados, o que significa que são de origem de famílias pelo menos de classe média. Ou seja, elas destacam-se das demais entrevistadas não apenas pelo capital cultural, mas também pela situação econômica de que partem.

Ainda que Rita e Nancy estejam trabalhando em atividades precárias que não correspondem à sua formação, as duas têm como prioridade os estudos e encaram o trabalho que exercem apenas como algo provisório e ocasional. O mesmo aconteceu com Rosa, atualmente empregada como psicóloga de uma grande empresa portuguesa, que durante o mestrado realizou alguns trabalhos abaixo de suas qualificações (garçonete) a fim de conseguir dinheiro para complementar o orçamento, mas igualmente tinha como prioridade o mestrado e a condição para ficar em Portugal seria a de ter um emprego que correspondesse às suas qualificações.

A experiência laboral que essas mulheres têm em Portugal as coloca, ao mesmo tempo, em uma situação de exploradas e dominadoras: se por um lado são rotuladas como imigrantes brasileiras, assim como as demais entrevistadas, por outro, os níveis de qualificação, capital social e cultural atestam que essa situação é mais complexa do que se pode pensar inicialmente. Ou seja, ao mesmo tempo em que elas sofrem os efeitos das desigualdades sociais existentes em Portugal, elas reproduzem os padrões de desigualdades do Brasil. As condições econômicas sob as quais migram e os objetivos que pretendem alcançar com essa experiência, ainda que em última instância, relacionam-se com o mercado de trabalho, são significativamente diferentes das demais entrevistadas. Para elas, não se trata de buscar melhores condições de trabalho, mas sim de qualificações que gerem *status*, reconhecimento e, portanto, contribuem para uma melhor inserção laboral.



Thais: E você pretende retornar ao Brasil?

Nancy: Nossa, quero...

Thais: E por quê?

Nancy: Porque eu pretendo terminar o mestrado aqui e o mercado aqui é muito escasso, é muito mais difícil, E onde eu moro eu tenho tudo garantido, eu não vou ficar aqui de bobeira, vou ficar perto da minha família, tenho trabalho na minha área, é muito melhor.

Como identificado antes, elas partem de outro parâmetro de capital cultural e social: no Brasil, possuíam carro, frequentavam restaurantes caros, não dividiam casa com tantas pessoas em virtude do preço dos aluguéis e tinham empregadas domésticas (ilustrando mais uma vez a complexidade do lugar que ocupam entre exploração e dominação). O momento de crescimento que o Brasil se encontra, que coincide com a crise econômica portuguesa, faz com que, para Nancy e Rita, seja mais interessante retornar ao Brasil do que permanecer em Portugal, já que não desfrutarão nem de ganhos materiais e nem de prestígio social caso permaneçam.

Nancy não intenciona ficar em Portugal ao acabar seu mestrado porque a crise em que o país se encontra não permitiria a ela uma inserção laboral à altura de suas qualificações. Nesse momento, é mais interessante retornar ao Brasil e procurar trabalho lá, tendo como vantagem as qualificações e o capital cultural acumulados nos anos de mestrado em Coimbra, do que submeter-se aos empregos que lhes serão oferecidos no país.

Aqui, identifica-se o paradoxo do discurso dominante acerca do mercado de trabalho. As qualificações profissionais são importantes, porém não asseguram uma inserção laboral estável ou qualificada, reconhecendo, portanto, que o mundo do trabalho, assim como outros fatos sociais, é perpassado por mecanismos de segregação étnico-racial e sexual. O discurso hegemônico encobre esses componentes racistas e sexistas do mercado laboral ao justificar a falta de empregos para imigrantes qualificados, como Nancy ou Rita, em virtude da crise em que o país se encontra. Escondem-se os mecanismos de segregação étnico-racial, através de uma hipervalorização da crise econômica, que ainda que seja verdadeira, não é determinante exclusiva das dificuldades de inserção laboral.

Thais: Qual seu objetivo ainda em Portugal?

Rosa: Porque, meu objetivo aqui inicialmente é o que é ter currículo. É ter uma... Pelo fato de eu estar aqui, em uma empresa grande também, não só em uma empresa europeia, que tem filiais em outros países, isso, acredito que seja valorizado no Brasil e que depois eu possa ter mais êxito, digamos assim. Ter uma melhor remuneração, ter mais possibilidades de me realizar financeiramente, me realizar não, mais possibilidades financeiramente, e profissionalmente no Brasil.

Já para Rosa, a experiência de estar em Portugal é vista como uma possibilidade de melhorar sua formação profissional para, futuramente, inserir-se melhor no mercado laboral brasileiro. Para ela, a sua permanência está diretamente ligada ao trabalho, seja porque no momento tem uma posição na empresa que considera compatível com suas qualificações, seja porque vê nessa experiência um agregador de valor para o seu retorno ao Brasil e, conseqüentemente, sua reinserção profissional lá. Mais uma vez, o trabalho aparece como o elemento em torno do qual as

decisões são tomadas e reproduz-se a crença de que experiências de trabalho no exterior, assim como altos níveis de formação, garantirão uma melhor inserção no mercado laboral.

Thais: E vocês pensam em voltar a morar no Brasil?

Maria: *Não, não mesmo... Se fosse pra eu manter esse padrão de vida que eu tenho aqui no Brasil, eu tinha que ganhar muito dinheiro. Pelo menos na cidade onde eu morava, o custo dessas coisas, não é nem assim possível.*

Thais: e você acha que seu nível de vida mudou, depois que você chegou em Portugal?

Teresinha: *É, aqui a gente vive melhor que no Brasil. [...] é, mesmo agora... Não tá tão bom, mas o salarinho que a gente ganhava dá pra comprar tudo que a gente quer e a gente precisa. Com um mês de trabalho aqui você compra uma geladeira, um fogão, lá no Brasil você não compra isso, com um mês de trabalho. Tem que comprar aquilo ali nas prestações. Temos dois carros, eu tirei a carta de condução aqui, eu tenho meu carro, ele tem o dele. Se calhar no Brasil, eu não ia ter tudo isso.*

Thais: Ai você voltou para passar cinco meses (no Brasil) e voltou de novo (para Portugal)?

Lily Braun: *Voltar para lá pra ganhar mil reais é muito complicado, aqui mesmo. Mesmo que tu ganhe quatrocentos euros aqui, aqui tu pode comprar.... Tu vai lá e compra um maquina digital, que é cem euros. Vai lá e compra, não uma tevê como essa, mas uma tv, com o ordenando do mês, não precisa... E no Brasil mesmo que tu ganhe quinhentos reais, que agora é quinhentos reais, né... A câmara que eu comprei para minha irmã, eu paguei 120 euros aqui, lá a câmara tá mil reais. O tênis, o Nike shock que a gente tem, o que, 70 euros aqui. Lá 600 reais, entendeu? Essas coisinhas, daí, mesmo que tu ganhe 400 euros, eu posso comprar uma maquina e um nike shock num mês e ainda sobra... Lá não... Lá eu tenho que ganhar dois mil reais no mínimo pra poder comprar isso no mês, assim parcelado.*

Do discurso de Maria, Lily Braun e Teresinha, percebe-se como o apelo ao consumo, a possibilidade de ter acesso a bens materiais que não seriam possíveis no Brasil é importante. O consumo de certos bens, principalmente de eletrônicos, é facilmente identificado nas entrevistas que foram realizadas nas casas dessas mulheres. A presença de televisores de LCD, notebooks e de todos os demais aparelhos domésticos (geladeira, fogão, máquina de lavar roupa e louça) chama a atenção. Assim como celulares e máquinas fotográficas, que em alguns casos chegam a ser o último modelo lançado. Essa possibilidade de incluir-se em um mundo de consumo que antes lhes era negado mostra-se como um forte fator motivador para a escolha de permanecer em Portugal, ainda que seja em condições de irregularidade, instabilidade e precariedade laboral.

Identifica-se aqui a reprodução do discurso dominante acerca do consumo como uma via de inclusão na sociedade. Tal discurso falaciosamente coloca cada vez mais a necessidade de consumir determinados produtos para obter reconhecimento e prestígio na sociedade. Possuir certos objetos confere *status*, ao mesmo tempo em que gera um sentimento/ilusão de pertencer a um determinado grupo social. Ou seja, identifica-se aqui uma forte ligação entre trabalho-consumo-imigração, posto que o acesso a esses bens de consumo só é possível através do trabalho.

A permanência em Portugal, bem como o entendimento de “melhoria de vida”, está associada diretamente ao consumo, dando a impressão de que o trabalho desapareceu do discurso

dessas mulheres como um elemento importante. Realmente, essa é a crença que o discurso hegemônico e dominante tenta passar, a de que o trabalho perdeu sua centralidade em nome de outras esferas. Contudo, até a inclusão via consumo depende de que tipo de trabalho se tem, posto que é ele que determina os ganhos e, conseqüentemente, os gastos.

*Thais: E você pensa em voltar pro Brasil?*

*Carolina: Não, por enquanto não [...]. Eu não consigo mais morar na minha cidade, muito violento... Quando eu vim para cá, eu estava com duas semanas que estava aqui, entraram na minha casa, fizeram minha família de refém, saiu no jornal e tudo, botaram o capuz no meu pai, amarraram ele, botaram o revólver na minha irmã. E o bairro que eu moro é um bairro normal, mas sabe, tem uma vila mais pobre pertinho. Florianópolis é onde tem a família da minha mãe... E todo mundo que mora... É mais bonito, é mais tranquilo, é mais o estilo de aqui de Albufeira.*

Ainda que tenha havido, no Brasil, uma melhoria da situação econômica nos últimos anos, essa realidade não se tem mostrado inclusiva para todas as pessoas. Assim, os problemas sociais ligados à violência urbana e à falta de estrutura e de qualidade dos aparatos públicos – transportes, sistemas de saúde e educação – continuam sendo uma realidade para muitos milhões de brasileiros e brasileiras. De forma que, para essas mulheres, embora a satisfação com o trabalho e com a remuneração esteja abaixo das expectativas, e por vezes inferior ao que já foi, como mostrarei mais adiante, elas optam por permanecer em Portugal por acreditarem que mesmo assim continuam a viver uma “vida melhor”, mais tranquila e segura do que aquela que levariam no Brasil, reforçando a ideia de que em um projeto migratório outros elementos estão presentes para além dos ganhos financeiros. Aqui se pondera não apenas a dimensão do consumo, mas da própria qualidade de vida.

Sabe-se que, além dos índices de violência urbana no Brasil serem alarmantes, eles estão concentrados, sobretudo, nas grandes cidades. Muitas das mulheres que entrevistei vêm de grandes cidades, como São Paulo, Curitiba, Brasília, onde não apenas a violência é grande, como as próprias condições de vida para as pessoas mais pobres são difíceis, por exemplo, a mobilidade urbana, devido à falta de planejamento nas cidades, contribuindo para que o nível de estresse do dia a dia seja elevado. A partir desse viés, mesmo que os ganhos materiais não sejam mais como no passado, ponderam-se aspectos que quantitativamente não podem ser mensurados, mas que acabam por ter um papel de grande importância no projeto de permanência ou retorno.

### **Experiência laboral**

O núcleo central desse estudo, como já foi exaustivamente explicitado, volta-se principalmente para buscar compreender a realidade laboral das mulheres brasileiras imigrantes em Portugal. De forma que a maior parte das entrevistas girou em torno das dinâmicas de trabalho dessas mulheres. Com as entrevistas, busquei resgatar suas trajetórias laborais no Brasil e, posteriormente, em Portugal. Após as primeiras questões acerca da trajetória migratória, iniciava, então, as perguntas mais direcionadas à realidade laboral.

Thais: A primeira cidade que você morou foi Coimbra?

Nancy: Não, foi na Lousã, porque eu encontrei um trabalho lá... E com dois dias eu consegui trabalho, aí eu me mudei pra lá. O aluguel era mais barato, aí eu me mudei.

Thais: E porque mudaram mesmo?

Maria: Mudamos por causa do meu emprego; mas quando a gente chegou lá, não tinha emprego. Te ponho amanhã, te ponho amanhã, resultado a fabrica tá lá fechada porque entrou essa crise toda, ele se aproveitou disso tudo. [...]. E teve que mudar tudo, até a escola do menino.

Como mostrei anteriormente, se o trabalho não é o único motivo que leva essas mulheres a imigrar, ele apresenta-se como o ponto central em torno do qual elas estruturam suas vidas. Desde os primeiros dias em Portugal, a busca por trabalho mostra-se como o principal objetivo e preocupação. É a partir da relação que elas estabelecem com o trabalho que irão estruturar moradia, lazer, padrões de consumo, estudos. Em geral, a primeira cidade onde elas moraram é determinada por alguma rede social, por terem família ou amigos/as. Contudo, passado o período inicial de adaptação, é o trabalho que, como um fio condutor, passa a guiar seus deslocamentos dentro do país. Os depoimentos de Nancy e Maria ilustram o papel do trabalho nesses outros deslocamentos, elas movem-se de acordo com as ofertas.

Quando ainda no Brasil, com exceção de Carolina e Lola, que no momento da imigração ainda eram menores de idades (18 e 15 anos, respectivamente), todas as entrevistadas realizavam alguma atividade laboral antes de imigrarem ou encontravam-se em situação de desemprego, como se pode ver da tabela abaixo.

**Tabela 9: Situação laboral das entrevistadas no Brasil e em Portugal**

Nome	Situação laboral no Br	Situação Laboral em Pt
Ana de Amsterdã	Garçonete	Auxiliar de Cozinha
Angélica	Auxiliar de Enfermagem	Limpeza
Bárbara	Cozinheira	Chefe Cozinha
Beatriz	Cabelereira – Dona de Salão	Limpeza
Carolina	Estudante	Auxiliar de cozinha
Cecília	Caixa de supermercado	Garçonete
Iracema	Desempregada – Operária	Desempregada
Januária	Depiladora	Depiladora
Joana	Desempregada – Secretária	Recepcionista
Lia	Desempregada - Depiladora	Desempregada
Lily Braun	Agente de importação	Garçonete
Lola	Estudante	Limpeza
Luisa	Empregada doméstica	Limpeza
Maria	Auxiliar de Escritório	Operária
Nancy	Administradora	Cuidadora de pessoas idosas
Rita	Psicóloga do serviço público	Garçonete
Rosa	Psicóloga / Recursos Humanos	Psicóloga / Recursos Humanos
Teresinha	Professora secundário	Professora

Fonte: Própria.

O nível das ocupações das entrevistadas é bastante equilibrado, com 6 delas realizando trabalhos qualificados em correspondência com seus níveis de qualificações, 3 em postos de caráter

mais técnico, mas que mesmo assim também estavam de acordo com os cursos de formação que tinham feito, 2 estudantes, porque ainda encontravam-se em idade escolar, 6 desempenhando atividades menos qualificadas e apenas 3 desempregadas. Esse quadro de ocupações, juntamente com a tabela 9 acima, ilustra que não se trata, portanto, de uma população com baixos níveis de qualificação, argumento utilizado pelo discurso dominante para justificar a inserção laboral precária das brasileiras imigrantes. Somando a qualificação dessas mulheres com suas experiências de trabalho anterior, era de se esperar que a participação no mercado de trabalho não se desse, majoritariamente, em postos poucos qualificados, pois se trata de uma mão de obra relativamente qualificada, capaz de assumir tarefas que exigem mais responsabilidades e são mais bem reconhecidas socialmente.

Tende-se a ressaltar sempre as diferenças entre os níveis de qualificação da 1ª e 2ª vagas da imigração brasileira para Portugal para justificar o atual quadro de precariedade laboral dessa comunidade. A 1ª vaga é identificada como formada principalmente por profissionais qualificados/as e que, portanto, puderam inserir-se em postos do mesmo nível; e à 2ª vaga tende-se associar exclusivamente uma mão de obra pouco qualificada e que, portanto, assume ocupações do tipo mais braçais e de baixo reconhecimento social. Porém, percebe-se que essa não é a realidade, mesmo que se admita que são menos qualificadas do que os membros da primeira vaga, as entrevistadas apresentam níveis de qualificação intermediário, bem como uma experiência laboral que não pode ser descartada. Assim, o discurso acerca dos baixos níveis de formação da 2ª vaga, que tem sido reproduzido até os dias de hoje, encobre as verdadeiras qualificações dessas mulheres, justificando o padrão de inserção laboral precária.

Acerca das duas mulheres que estavam desempregadas, acho importante esclarecer alguns aspectos. No caso de Iracema, que trabalhou ao longo da vida principalmente como doméstica e posteriormente como operária de fábrica, não trabalhar mostrava-se como uma opção. Iracema é casada com um português e, quando moravam no Brasil, a aposentadoria dele era suficiente para que não fosse preciso que ela trabalhasse. Além disso, Iracema, assim como o marido, é evangélica e dedicava, junto a ele, o tempo do trabalho às atividades da Igreja.

Embora os comentários que tecerei a seguir sejam sobre a situação de desemprego de Lia ainda no Brasil, acredito que trazem elementos importantes para a análise das relações de gênero no mundo do trabalho. Lia encontrava-se em situação de desemprego porque no momento em que deveria ter seu contrato renovado ela estava grávida. Como já debatido aqui longamente, a situação de precariedade e instabilidade das relações laborais atualmente deixa cada vez mais os trabalhadores e trabalhadoras vulneráveis e sem segurança. No caso das mulheres, essa situação é ainda mais intensa, a facilidade de demissões por conta da flexibilização dos direitos trabalhistas, somada aos encargos e obrigações que a maternidade traz para os/as empregadores/as, faz com que trabalhadoras gestantes sejam um dos primeiros alvos de cortes.

No que concerne à correspondência entre níveis de qualificação e trabalho desempenhado, tem-se que em apenas dois casos, Rosa e Teresinha, há uma equivalência profissional entre Brasil e Portugal. Essas duas mulheres conseguem preservar sua condição laboral apesar, de nesse percurso, terem trabalhado em postos que não correspondiam a suas qualificações. Enquanto as

demais ou sofrem um processo violento de desqualificação, como é o caso de Nancy, Beatriz e Lily Braun, que visivelmente passam a desempenhar atividades inferiores àquelas que realizavam no Brasil. No caso de Lia e Iracema, é relevante colocar que ainda que no momento da entrevista elas estivessem desempregadas, ao longo dos anos que estão em Portugal estiveram empregadas várias vezes, exercendo diferentes ocupações, mas todas em postos precários, com baixo prestígio social e por tempo determinado. Apenas Bárbara conseguiu ter uma ascensão profissional, uma vez que no Brasil trabalhava como cozinheira e em Portugal passou a assumir o posto de chefe de cozinha. A tabela abaixo dá continuidade à análise da trajetória laboral das entrevistadas.

**Tabela 10: Trajetória laboral das entrevistadas em Portugal**

Nome	1º Emprego em Pt	Emprego antes do atual	Passou por situação de desemprego
Ana de Amsterdã	Garçonete	Auxiliar de Cozinha	Sim
Angélica	Interna	Acompanhante de Idosos	Não
Bárbara	Limpeza e Grelhadeira	Governanta	Sim
Beatriz	Limpeza	Limpeza	Sim
Carolina	Estudante	Limpeza	Não
Cecilia	Auxiliar de Cozinha	Garçonete	Sim
Iracema	Limpeza	Operária de fábrica	Sim
Januária	Limpeza	Pasteleira em casa	Sim
Joana	Operária	Promotora de vendas	Sim
Lia	Manicure e Vendedora	Depiladora	Sim
Lily Braun	Babá	Garçonete	Não
Lola	Lavadora de pratos	Garçonete	Não
Luisa	Interna	Apanhadora de Laranja	Sim
Maria	Limpeza	Atendente de Mesa	Sim
Nancy	Atendente de telemarketing	Garçonete	Não
Rita	Garçonete	Garçonete	Sim
Rosa	Garçonete	Psicóloga em uma consultoria	Sim
Teresinha	Professora	Professora	Sim

Fonte: Própria.

*Thais: Você ficou sem trabalhar? E você tava trabalhando?*

*Lily Braun: Eu cheguei aqui, comecei a trabalhar num café, no verão. Até arrumei um part-time à noite numa lojinha dos chineses, esse foi meu primeiro ano, cheguei em fevereiro. Aí no primeiro inverno, eu fiquei cuidando de uma criança, ganhando 150 euros... Aí virou o ano, eu comecei a trabalhar numa lojinha do chinês e numa outra loja lá embaixo,*

As trajetórias laborais das entrevistadas reportadas na Tabela 10 mostram que, no geral, elas passam basicamente a alternar entre empregos precários, situações de desempregos e empregos precários novamente. Assim como o depoimento de Lily Braun, ao longo de um ano ela refere ter tido experiências apenas em trabalhos precários, chegando a um dado momento a ganhar apenas 150 euros. Acho relevante esclarecer que a entrevistada vive em Albufeira, por isso a referência às estações de ano são tão correntes, sabe-se que ali o mercado de trabalho é sazonal, sendo o inverno o período no qual os trabalhos são mais escassos. Mesmo as entrevistadas que

atualmente estão em empregos estáveis e que correspondem às suas qualificações passaram por essa experiência, deslizando por entre trabalhos como faxineiras, garçonetes e acompanhante de pessoas idosas. O que prevalece, portanto, é a perda das qualificações profissionais, devido ao padrão de inserção em ocupações precárias, dando início a um ciclo no qual se torna cada vez mais difícil uma melhoria na inserção laboral. Do discurso das entrevistadas, pode-se dizer que, como sugerem Igreja e Peixoto (2011), em relação aos trabalhos logo à chegada e aqueles que desempenham atualmente, há uma melhoria na qualidade dos postos assumidos, mas não uma ascensão que equivalha aos níveis do país de origem. O que ilustra a tal curva em “U” incompleta, uma vez que não conseguem assumir trabalhos à altura de suas qualificações ou daqueles que tinham no Brasil, continuam, sim, a ser trabalhos precários, instáveis e intercalados com períodos de desemprego frequentes, sugerindo que se trata de uma mobilidade profissional muito sutil.

Thais: Como foi, você que era supervisora de uma empresa, trabalhava no financeiro e depois ter que trabalhar como atendente de telemarketing?

*Nancy: Pesa, pesa muito... Mas... É assim, eu... Cada escolha, uma renuncia, então eu tive que... Se eu não trabalhasse com o que aparecesse, ou num café, ou disso, ia chegar uma hora que meu dinheiro não ia dar mais, então eu disse, já que eu tô aqui... eu vou ter que, eu vou ter que dar conta... Vou ter que me submeter a trabalhar disso, mas é difícil, não é fácil.*

Thais: E como é que você avaliava a experiência? Era uma coisa boa, não? Muito cansativo?

*Rita: Na verdade, foi uma luta maior com relação a minha, aos meus preconceitos. Preconceito em trabalhar enquanto subemprego, vindo de um trabalho que tinha, que eu era técnica e tinha um certo status, socialmente falando e de repente me deparar com um serviço assim...*

A necessidade de ganhar dinheiro para se sustentar mostra-se como um dos principais fatores modeladores da experiência laboral dessas mulheres. No caso de Nancy, que antes de imigrar trabalhava como supervisora de uma empresa, depois de ter buscado sem sucesso inserir-se em empregos que correspondessem à sua formação, desistiu e decidiu trabalhar com o que surgisse, submetendo-se, para utilizar o verbo que ela mesmo emprega, a atividades inferiores a suas qualificações. Esse caso mostra como, apesar das qualificações e experiências laborais, algumas brasileiras deparam-se com a impossibilidade de inserir-se em atividades que não sejam precárias, mal remuneradas e com pouco prestígio social. O que atesta mais uma vez que não é apenas a falta de credenciais educacionais que determina a inserção laboral precária vivenciada pelas imigrantes. Os processos de desmantelamento que o mercado laboral vem passando nos últimos anos gera aumento das taxas de desemprego e põem trabalhadores/as em situações de vulnerabilidade. Os mecanismos de segregação racial e sexual, citados anteriormente, são, também, fortes elementos a serem considerados nessa situação.

Como tentei demonstrar no início, o processo de inserção laboral é condicionado por inúmeros eixos e mecanismos de segregação. No caso das imigrantes, para além das qualificações, a situação de regularização dos documentos é outro aspecto relevante.

Thais: E quais as principais dificuldades para encontrar emprego?

Luisa: Não ter residência e não saber inglês.

Thais: e isso é importante aqui?

Luisa: É sim...

Thais: E depois da residência, você acha que vai ser mais fácil?

Luisa: Acho sim... Que se a pessoa procurar ela acha. Tem exemplos de gente assim que no começo sem residência não consegue nada... Mas se procurar achar. Tem gente que não tem documento, mas que acha... Imagine com residência.

O depoimento acima reporta outro lado do discurso hegemônico, isto é, de que a inserção laboral precária das trabalhadoras imigrantes é consequência, principalmente, do estatuto de regularidade dos documentos. Luisa justifica a dificuldade em encontrar trabalho por conta da situação de irregularidade em que se encontram seus documentos. Segundo ela, quando possuir a autorização de residência, será possível reverter esse quadro. Ou seja, há uma aceitação e reprodução acrítica do discurso dominante sem perceber que o simples fato de ser imigrante, independente de possuir situação regularizada ou não, é um aspecto que pesa contra a busca por trabalho.

O que a fala de Luisa continua a reproduzir é o discurso falacioso de que as más condições de trabalho oferecidas às imigrantes é responsabilidade delas, que não se adequam às exigências do mercado. Nesse caso, estar com a documentação regularizada. Camufla-se, assim, que a falta de oportunidade de trabalho é resultado das transformações do mercado laboral, processos de precarização e dos mecanismos de segregação étnico-raciais e sexuais.

Na fala das entrevistadas, a situação de irregularidade junto ao SEF aparece como um dos fatores que as fazem submeter-se a situações de exploração, tanto no que diz respeito ao pagamento dos salários, às horas e até às condições de trabalho. A necessidade do dinheiro para poder sustentar-se em Portugal, e por vezes pagar dívidas deixadas no Brasil antes de imigrar, e o medo da fiscalização, fazem com que elas acabem por aceitar toda e qualquer situação de trabalho, mesmo quando se sentem exploradas. Os/as empregadores/as aproveitam-se dessa situação de irregularidade e, portanto, dos maiores níveis de dificuldade que essas mulheres têm de denunciar a relação laboral injusta e opressora em que se encontram. Identifica-se, aqui, um momento em que os interesses dessas trabalhadoras e dos/as empregadores/as se conjugam, criando uma situação de cumplicidade que permite a hiperexploração dessas imigrantes.

Thais: E por que você não trabalha de cabeleireira?

Beatriz: Ele disse que arrumava trabalho, e realmente ele arrumou quando eu cheguei. Mas aí por causa do SEF, que ficava dando em cima, eu fiquei com medo de ser pegue pelo SEF e fui trabalhar como faxineira.

Beatriz foi um dos poucos casos que encontrei que, logo quando chegou, apesar da situação de irregularidade, conseguiu um emprego correspondente às suas qualificações profissionais. No Brasil, ela era dona de um Salão de Beleza. Veio para Portugal com o objetivo de trabalhar no mesmo ramo, acreditando na promessa de um amigo que lhe encontraria trabalho à altura, o que de fato aconteceu, porém de maneira irregular. Foi o medo da fiscalização do SEF que fez com que Beatriz abrisse mão de uma atividade com melhor nível e que aceitasse o processo de



desqualificação a que foi submetida. Vê-se aqui como regularização e precarização estão diretamente ligadas, como a própria legislação empurra a população imigrante para uma situação de irregularidade e, conseqüentemente, de segregação e vulnerabilização. É de se imaginar que, ao trabalhar como faxineira em uma empresa de limpeza, Beatriz está mais exposta a situações de exploração e humilhação do que se estivesse a trabalhar como cabeleireira em um salão, assim como os ganhos são inferiores. Essa situação mostra como vários discursos que justificam a inserção precária da população imigrante são falaciosos, Beatriz é uma imigrante qualificada e encontrou um posto de trabalho à altura, porém, a própria lei de regularização que a empurra para a marginalização.

Thais: E quanto tu tirava mais ou menos.

Lia: *o primeiro mês foi 900, o segundo foi mil, depois 1400, depois 900 e depois só foi baixando [...]*

Thais: E tu ficou trabalhando só com ele até você vir pra cá?

Lia: *[...] Malandro pra caramba... E ele sabia que a gente tava ilegal e que não podia denunciar, porque se a gente denunciasse, ele denunciava também. Ai ele começou a roubar na nossa equipe e meu tio se irou com ele, ele disse "cara você é um filho da mãe, né... Para com isso se não você vai acabar perdendo todo mundo" a ele disse "vocês é quem sabe..."*

Esse trecho refere-se ao período em que Lia esteve trabalhando junto a SAPO DSL como vendedora na região de Coimbra, durante o ano de 2003. Para Lia, a ligação entre a situação de exploração laboral que vivia e a situação de irregularidade no que diz respeito ao estatuto de imigrante é clara e direta. Ela se reconhece como refém de seu empregador, posto que não tinha a quem recorrer para denunciar a situação em virtude da irregularidade de seus documentos em Portugal, ou seja, a situação de irregularidade dá aos empregadores e empregadoras um certo poder que confere ainda mais domínio sobre as trabalhadoras. Porém, apesar disso, trata-se de uma modalidade de inserção laboral que é conveniente para ela, uma vez que assim conseguia juntar o dinheiro necessário para pagar as dívidas no Brasil.

Porém, a conveniência do trabalho irregular não se dá apenas entre imigrantes e o patronato, a própria polícia também participa. Como mostrei na parte teórica desse estudo, a relação entre mão de obra imigrante e precarização não é de agora, inclusive no que diz respeito aos imigrantes em situação de irregularidade. Na atual conjuntura do mercado de trabalho, trabalhadores/as imigrantes irregulares são necessários para seu funcionamento, não podendo, portanto, ser totalmente eliminados/as. Ou seja, as fiscalizações em busca de imigrantes irregulares/as não podem ser cem por cento eficazes. Mais uma vez, o depoimento de Lia fornece elementos preciosos para pensar como a mão de obra imigrante irregular serve ao sistema.

Thais: *E o que tu tinha que fazer?*

Lia: *Vendas... Vendas... Era abordagem porta a porta... O canal era o door to door, mas o que fazia mais sucesso era as vendas de banca, quando montávamos banca na praça da figueira, na baixa do chiado, no campo grande, no campo pequeno, então a gente ia mudando, quando a gente sabia que tinha polícia... Vazava ruim... Tava todo mundo sem contrato e sem legalizar também [...]* mas quando a gente via a polícia a gente se escondia, ia no banheiro... Depois quando eles (a polícia) viam a gente

vestido com a camisa da SAPO eles não se incomodavam muito não, eles viam que a gente tava trabalhando... Eu nunca fui abordada [...] então faziam vista grossa... viam que a gente tava trabalhando, não ia se incomodar.

Percebe-se que há um consentimento da própria polícia para que o trabalho irregular possa acontecer, ainda que de forma velada. Ao que parece, o papel principal da polícia não é o de fiscalizar a situação de irregularidade dos/as imigrantes, mas sim o de impor certo medo para que o mercado do trabalho irregular continue a funcionar, mas de maneira discreta e silenciosa, mantendo a aparente ordem da sociedade.

O discurso de que a autorização de residência é uma das principais vias para a obtenção de um emprego melhor tende a responsabilizar inteira e unicamente o/a trabalhador/a pela sua inserção laboral. Para os/as imigrantes, essa situação torna-se mais complexa porque se somam a ela questões relacionadas com o lugar social que ocupam na sociedade acolhedora. Retomando o depoimento de Luisa, ela não só reproduz o discurso dominante justificando sua má situação laboral, como também acredita que será possível reverter essa realidade quando regularizar os documentos que faltam, não considerando, portanto, outros elementos que contribuem para essa situação, como, por exemplo, raça, sexo e a própria crise do mundo do trabalho engendrada pela lógica neoliberal.

Thais: E ai, tu parou de fazer os salgados para ir trabalhar de limpeza nessa casa?

*Cecília: [...] depois quando mudou de gerência, eles ficaram devendo um, dois, três meses.... Chegou vezes em que eles estavam a dever 600 euros de salgado e combinavam de depositar o dinheiro no dia e não depositava, e combinavam de dar um dia tanto e quando chegavam lá davam só 200 euros.*

Thais: E por que você quis mudar de emprego mesmo?

*Joana: Porque assim, era muito... Assim... Porque o cheiro que ficava na gente, porque a gente não tinha proteção adequada, a frente não tinha roupa adequada. O cheiro era ruim, mas era pior para quem fica nos depósitos... [...] Sabe o que é você tomar banho, até o ar que você respira, eu chegava em casa, tomava banho e meu filho diz: "ai mãe, você tomou banho mas tá cheirando a fábrica", eu tomava banho, lavava o cabelo e aquele cheiro, aquela coisa, aquela falta... Horrível, horrível.*

Não é apenas a autorização de residência ou o contrato de trabalho que são determinantes na inserção laboral dessas mulheres. Os depoimentos de Cecília e Joana demonstram situações de exploração e opressão a que são submetidas, mesmo quando já se encontravam regularizadas e com posse de um contrato de trabalho. Jornadas exaustivas, não pagamento dos salários, condições insalubres de trabalho são alguns desses casos. Ou seja, como venho ressaltando ao longo das análises das entrevistas, o discurso utilizado para legitimar e justificar essas situações apela para diferentes contextos, ora perpassa pela via da qualificação, ora a via jurídica e legal – ausência da autorização de residência – ora sustenta-se na situação econômica do país, ora nos baixos níveis de qualificação, encobrendo, assim, os mecanismos de exclusão e segregação baseados nas diferenças sexuais e raciais e nos aspectos estruturais sobre os quais o mercado de trabalho se sustenta.

Thais: E atualmente você tem um contrato, temporário, permanente, como é?

Ana de Amsterdã: *Olha, lá funciona assim, era um contrato de um ano e terminou em novembro, foi em novembro... Eu trabalhei até dezembro, meio escondido, né? E agora a gente fica até janeiro e fevereiro e provavelmente no meio de março a gente volta. Antes não foi assim, ele sempre fez um contrato, acabava um ele renovava outro, mas como nos últimos anos não foi assim muito bom, quase que, uns cinco ou seis que o contrato terminou em novembro, aí ele conversou com a gente e fez assim, mas agora, tipo a gente fica assim, uns dois meses no seguro desemprego.*

Assim como Cecília e Joana, Ana de Amsterdã está regularizada perante o SEF, atualmente possui a autorização de residência permanente e há alguns anos trabalha de forma estável no mesmo lugar. Contudo, não deixa de trabalhar em condições de remuneração instáveis e de exploração. Durante os meses de inverno, quando em Albufeira o movimento é menor, o patrão faz um acordo com ela: o contrato não é renovado e ela aciona o seguro desemprego, havendo, portanto, uma queda no valor do rendimento. No início da primavera, o contrato é renovado e ela volta a trabalhar regularmente até o ápice do verão, quando pode acontecer de trabalhar até 14 horas por dia.

O que chama a atenção nesse depoimento é que, para além de mais uma vez poder perceber a reprodução do discurso dominante como uma maneira de explicar a situação de instabilidade laboral que se encontra, identifica-se um sentimento de impotência e resignação. Ela realmente acredita que o motivo dessa situação é a crise atual e que, portanto, não há porque rebelar-se com o patrão, exigir melhores condições ou buscar novas oportunidades. Ou seja, trata-se também do discurso da crise, que provoca aceitação passiva da precarização e exploração por parte das trabalhadoras, uma vez que naturaliza essa situação.

Mas, ao mesmo tempo, o depoimento de Ana de Amsterdã reflete uma cumplicidade entre ela e seu empregador, pois para ela é mais interessante aceitar essa situação de não ter o contrato renovado e acionar o seguro desemprego do que ficar realmente desempregada. Fora isso, no período em que recebe o seguro desemprego, ela não deixa de trabalhar de maneira informal, às vezes para o próprio empregador, como uma forma de aumentar os rendimentos. Lembrando que Ana de Amsterdã tem um filho pequeno, assim, entrar no seguro desemprego, com a garantia de que em Maio voltará a ter a renda completa e com a possibilidade de exercer algumas atividades no mercado informal, aparece como uma proposta conveniente, já que possibilita a ela passar mais tempo com o filho. Para o empregador, a vantagem está no fato de que naquele período em que há menos lucro, não precisa ter grandes despesas com o pagamento das funcionárias.

Thais: Agora, no Brasil, você nunca tinha trabalhado com nenhuma das coisas que você fez aqui. E você está satisfeita?

Nancy: *Olha é o que eu tenho, então eu tenho que tá. Também não vou sair desse trabalho pra dar a cara em outras portas também. Ah, você vai trabalhar em outros lugares, aí eles dizem é assim, e assim... Daí você tem que ter metas para atingir, se não você não recebe, tem que ter isso e aquilo. Eu prefiro estar num lugar que eu tenho segurança, pelo menos... Enquanto eu tô terminando, pelo menos até eu terminar a faculdade, porque eu tenho que pagar a propina, tenho que pagar o aluguel e todas essas coisas, daí eu prefiro ficar num lugar onde eu estou segura, onde eu tenho*

*todos os meus direitos do que me aventurar a procurar outro emprego... O país tá com um desemprego só tá aumentando a cada dia a mais.*

O depoimento de Nancy reproduz mais uma vez o sentimento de resignação diante da situação laboral, ilustrando, assim, o que identifico como o caráter controlador que o trabalho tem assumido cada vez mais. Atualmente, o discurso acerca do aumento do desemprego funciona como um dos principais balizadores da experiência laboral. A percepção dessa situação por parte das brasileiras as põe como reféns do próprio trabalho. Nesse caso, o trabalho passa a ser visto unicamente como uma fonte de segurança econômica, cujos ganhos imateriais que tenho vindo a explicitar ao longo desse estudo – satisfação, inclusão social, cidadania – que deveriam proporcionar, não são nem considerados.

Thais: E como é que é pra uma pessoa que trabalhou esse tempo todo?  
*Iracema: É horrível, é horrível, horrível... Porque nunca tem o final do mês, depois tudo tem que depender dele...*

Thais: E como foi assim, ficar sem trabalhar em casa?  
*Januária: Ah, no começo dá uma sensação boa, está em casa, cozinhar, ficar ali com os meninos, mas depois cansa. [...] Chegou o natal, antes do natal e eu falei “eu não aguento mais ficar em casa”, falei para ele. Os meninos já estavam grandinhos, aí, “não aguento mais cuidar de casa, cuidar de filhos”.*

Todas as mulheres que foram entrevistadas, com exceção de Carolina e Lola, já tinham trabalhado antes no Brasil e durante o período que estão em Portugal vivenciaram experiências de desemprego. Januária e Iracema são casadas e, durante o período em que estiveram desempregadas, a renda dos respectivos maridos assegurava o bem estar da casa, mas mesmo assim, elas revelam em seus depoimentos que essa situação foi vivida como um momento de desconforto e mal-estar, não apenas pela dificuldade financeira, mas, principalmente, pela falta de sentido e diminuição da autonomia e independência que o desemprego causa. Ou seja, apesar da situação de precarização do mercado laboral e do seu desmantelamento, o trabalho ainda é vivido por essas mulheres como uma experiência que permite não apenas o sustento econômico, mas também uma possibilidade de reconhecimento social.

Thais: E o que a senhora achava do trabalho?  
*Bárbara: [...] Mas eu me sentia uma escrava do meu serviço. Mas eu não podia ver meus filhos. Assim eles iam lá, tinha apartamento na praia, para eles era bom, no feriado iam lá, mas eu nem via eles, porque eles levantam e eu ia pro trabalho, depois voltava do serviço três e meia quatro da tarde, sábado e domingo às vezes eu emendava, porque não dava tempo e nem vinha para casa e eles iam lá, e eu pouco ficava com eles, um pouco a noite quando eles ficavam esperando para eu conversar um pouquinho a noite, mas as vezes eu chegava muito tarde. Eles iam lá passar o ano novo, todos os anos que eu tive lá, o natal eu passava com ele, que era o único feriado que a gente tinha nos quatro anos que era o natal e depois o ano novo eles iam passar comigo, porque eu tinha que trabalhar...*

Thais: E nesses sete meses você em que você trabalhou como interna, chegou a conhecer alguma coisa de Lisboa, nesses primeiros sete meses? Fez amigos?

*Angélica: É... Consegui... Fazer amigos poucos, porque eu quase não saia muito, não tinha tempo... Então é... Eu só saía assim, no fim de semana, daí eu ia conhecendo os lugares. Mas só Lisboa também, porque não dava para ir para outros lugares.*

O trecho acima da entrevista de Bárbara diz respeito ao período em que ela esteve à frente da cozinha de um restaurante de comida portuguesa na Figueira da Foz. Foi através desse emprego que a entrevistada conseguiu o tão esperado contrato de trabalho necessário para a regularização. Segundo ela mesma, as condições de trabalho eram boas, para além do salário de 700 euros, ganhava ainda 2% de comissão em cima do lucro bruto do restaurante, tinha casa com todas as facilidades (água, luz e gás) por conta do dono do restaurante e seus filhos e filhas podiam visitá-la quando quisessem. Porém, apesar de tudo, Bárbara confessa que estava insatisfeita com o trabalho porque se sentia aprisionada. Já para Angélica, além das condições laborais não serem ideais, os horários extensos e contínuos de trabalho funcionavam como um impedimento de seu processo de socialização; ao trabalhar como interna em uma casa, ela não tinha tempo livre para fazer amigos, conhecer a cidade ou mesmo dedicar-se a si.

Isto é, nesse caso, mesmo quando o trabalho aparece como via de inclusão social e de cidadania, funciona também como um elemento de marginalização. Essas trabalhadoras eram excluídas do convívio social não por uma questão de irregularidade do estatuto de imigrante ou econômica, mas porque todo seu tempo era, praticamente, consumido pela atividade laboral. Suas vidas estavam estruturadas unicamente em torno do trabalho, era o trabalho que ditava seus horários, inclusive os de socialização.

Thais: E você pensa em fazer o mestrado por quê?

*Lily Braun: Porque eu queria trabalhar na minha área aqui, a única coisa que ainda me incomoda um pouco é esse negócio da profissão. Aquela coisa da realização profissional. Que a gente trabalha como empregada de mesa e ganha bem, mas não é o que eu quero pra minha vida e não é o que ela quer para a vida dela. Isso é uma coisa temporária, tá a ver. Não é... Eu penso na faculdade e no investimento que foi do meu pai e da minha mãe. Se eu trabalhasse na minha área, ganhando 700... O problema é esse, lá a gente ganha uns mil e tal contando com tudo.*

Lily Braun vivencia o sentimento de exclusão em uma outra esfera. Formada em Comércio Exterior pela Unisinos, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, para ela o que falta é a realização profissional. Ainda que detenha um contrato de trabalho que lhe permitiu a regularização e assegurar uma renda suficiente não apenas para sobreviver, mas inclusive para viajar e adquirir bens materiais que não seriam possíveis no Brasil, a impossibilidade de trabalhar na sua área aparece como um fator de frustração. O depoimento de Lily Braun traz de volta a discussão que tem permeado todo esse estudo sobre o trabalho como não apenas um meio de sustento econômico, mas também como uma via de realização pessoal e de inserção social. Para ela, não se trata apenas de retirar do trabalho o dinheiro necessário para suprir as necessidades econômicas, espera-se também que o trabalho proporcione uma satisfação pessoal.

Thais: E é um curso de que?

*Ana de Amsterdã: É um curso de pasteleiro, no centro de novas oportunidades... Ano passado eu tinha me inscrito, e me chamaram em janeiro. Mas o curso é o dia todo, e são dois anos. Ai ou eu trabalho, ou eu estudo e eu não posso tá aqui pra estudar, eu não posso tá o dia todo pra estudar, eu tenho que trabalhar e eu não tenho a equivalência ainda, ai não posso me inscrever.*

Ana de Amsterdã tinha interesse em fazer um curso de pastelaria para melhorar suas qualificações, porém, para além do fato de a documentação referente à escolaridade ainda não se encontrar oficializada em Portugal, o trabalho a impede de realizar o curso. Se por um lado trata-se de uma falha do próprio Centro de Novas Oportunidades em oferecer um curso que não permite a ninguém conciliar uma outra atividade com ele; por outro, o fato do trabalho ser sua prioridade em Portugal a impossibilita de realizá-lo. Mais uma vez, o trabalho aparece como um fator que exclui e segrega do convívio social. Ana acredita que o curso possibilitar-lhe-ia uma qualificação a mais e levaria, portanto, a uma melhor inserção profissional.

A precariedade dos postos de trabalho em que a maior parte dessas imigrantes se localiza mostra-se não apenas nos baixos salários, na exploração das longas jornadas e na instabilidade contratual, como tenho vindo a ilustrar, mas também na falta de incentivos para a qualificação profissional. Não há, por parte dos/as empregadores/as, interesse em investir na formação ou em flexibilizar os horários de trabalho para que sejam compatíveis com o de cursos ou capacitações, ficando claro que a tal “flexibilização do laboral” não é acessível para todo tipo de trabalhador/a.

Essa ideia de que formações e capacitações são desnecessárias para essas mulheres, visto que em geral assumem postos menos qualificados, com atividades principalmente manuais, está presente desde o início da contratação. Nenhuma delas declara ter passado por treinamentos ou cursos de formação, mesmo quando afirmaram nunca ter trabalhado anteriormente com aquelas atividades.

Thais: E tu sabia fazer isso?

*Iracema: É assim... A gente aprende... A gente tem que aprender, porque assim, quando você chega o primeiro dia é complicado, porque lá o trabalho não era fácil. Tóxico, químico, aquele cheiro todo e pronto. Ai, foi horrível, ai Jesus... eu nunca pensei, eu achava que não ia aguentar, ai Jesus... Quando a mulherzinha falou, primeiro que eu nem sabia o que era uma trincha, porque lá no Brasil a gente chama pincel. E eu disse, “ah sei lá o que é trincha”... Aí ela mostrou e eu disse... “Ah é isso”... Ai, é assim... Uma faz, a gente vê e vai aprendendo, fia...*

A necessidade de trabalhar faz com que as entrevistadas não apenas assumam postos com os quais nunca tenham trabalhado antes, como realizem as atividades sem nenhum preparo adequado, tanto estruturalmente como em relação a formações apropriadas. Exige-se das trabalhadoras não apenas que elas submetam-se aos baixos salários e às péssimas condições de trabalho, mas que desempenhem atividades sem que tenham um treinamento ou formação necessários, ainda que seja a primeira vez que assumam aquele trabalho. Reproduz-se, mais uma vez, a naturalização da situação de exploração, aprende-se não porque se ensinou de maneira adequada, mas sim porque é uma obrigação, uma necessidade para não se perder o emprego.

As situações de humilhação e inferiorização também são inúmeras, podendo ser demonstradas nos seguintes fragmentos:

Thais: Você já se sentiu discriminada em alguma situação no trabalho? Ou em algum outro lugar?

*Teresinha: Ah, piada sempre tem... Ah, mas não é nada não... É assim, eu não levo a mal, eu deixo falar... Essas coisa de todas as brasileira é puta, essas coisas assim... No ambiente de trabalho, os colegas de trabalho... Só que eu não levo a sério, eu deixo falar. Se quiser falar, fala... Como existe brasileira puta, as portuguesas também são putas. Como em toda raça.*

Thais: Já teve alguma situação que você se sentiu injustiçada, foram grosseiros,

*Cecília: Olha, no outro restaurante que eu tava, não nesse... Eram todos portugueses, só eu e outra moça que éramos brasileira, as vezes eu ouvia piadinha, sabe... [...] Quando passava por exemplo, aquelas situação das garotas de programa lá de Bragança, aquele tipo de coisa, eles ficavam sempre a fazer piadinha...*

As piadas constantes em tons ofensivos aparecem também nos discurso das entrevistadas, mas nenhuma relatou situações de violência física. Enquanto para umas trata-se apenas de brincadeiras que devem ser ignoradas, para outras é um insulto que causa incômodo e constrangimento. Ao considerar as colocações e piadas feitas no ambiente de trabalho como “brincadeiras”, não as identificando como discriminação, as entrevistadas dão uma roupagem mais leve ao discurso ofensivo e preconceituoso. Subtraem o caráter discriminatório que ele traz, aliviando o peso das humilhações e provocações a que são submetidas. Como dito anteriormente, a situação de subordinação em que se encontram em relação ao emprego, seja na esperança da regularização, seja por conta do sustento econômico, acaba por contribuir para um comportamento dócil e não combativo das trabalhadoras. Elas subvertem o sentido desses discursos não como uma estratégia para enfrenta-lo, mas para que seja possível suportá-lo. Assim, transgride-se o papel do trabalho de via para acesso à inclusão social e à cidadania e desloca-o para uma via de humilhações e opressões.

Aqui se tem uma primeira amostra do que apresentei anteriormente sobre o estereótipo e estigma da mulher brasileira ligada à prostituição. Em ambos os casos, esse é o argumento utilizado para desqualificar as entrevistadas. No tópico a seguir, tratarei com mais detalhes sobre isso.

Soma-se a essa situação os gritos, os olhares e atitudes que fazem com que a experiência laboral dessas imigrantes seja marcada por desconforto e mal-estar.

Thais: Tem algum caso que você se lembra, alguma situação?

*Angélica: Tem essa senhora mesma que eu era interna, ela me mandava ir no mercado. Se eu fosse todo dia no mercado, ela queria por no mapinha como eu fazia para chegar lá. E isso é chato, a gente fica... Se sente inferior, é muito mal sentir-se inferior, é horrível.*

Thais: E te incomodava quando os clientes olham?

*Rosa: Às vezes incomodava porque, porque eles não sabem disfarçar, e tem vezes que ficam olhando pra gente, com um olhar assim... Principalmente os homens, com olhar de desejo. Dá uma agonia, dá uma... Eu fico com vergonha.*

Esses são alguns exemplos de situações em que as entrevistadas identificam claramente serem oprimidas e inferiorizadas. A relação de poder desigual e desequilibrada estabelecida entre brasileiras imigrantes trabalhadoras e seus empregadores/as e clientes as colocam em situação de grupo subordinado, ao mesmo tempo em que legitima as humilhações. Não são situações relacionadas à carga horária de trabalho, ao pagamento ou ao próprio conteúdo do trabalho, mas sim à percepção subjetiva das entrevistadas em relação ao tratamento que recebem. Ainda que nada seja dito, que não sejam palavras duras e ofensivas, elas reconhecem no olhar ou no posicionamento direcionado a elas práticas de exclusão e inferiorização.

Thais: E foi só essa vez que você passou mal?

*Joana: Foi... [...] é por conta de que as máscaras que a gente usa lá, são aquelas de material descartável. Fininha com o elástico assim...*

Thais: E vocês já reclamaram?

*Joana: Reclamar a gente reclamava... Mas adiantava? E adiantava nada [...].*

Porém, nem todas as entrevistadas resignam-se apenas, em alguns momentos, a uma tentativa de dar voz às suas exigências e necessidades, ainda que desacreditem na possibilidade de mudança. É verdade que o lugar de subordinação ocupado por essas mulheres, em virtude de sua classe social, estatuto de imigrante, da dificuldade de acesso aos recursos sociais, enfraquece a resistência ou um comportamento mais combativo contra práticas de dominação. Mesmo que a maior parte dos depoimentos analisados até agora demonstre principalmente a reprodução acrítica do discurso hegemônico e a submissão às práticas de dominação em virtude dos desequilíbrios de poder, em algumas situações é possível identificar resistências e tentativas de mudar as estruturas que estão postas.

Thais: E já teve algum problema com ele?

*Bárbara: Uma vez ele falou pra mim “o povo aqui tinha um negócio de chegar aqui e perguntar pela senhora, a senhora não é nada, a senhora não resolve nada”, bem assim, falou pra mim. [...] Depois, foi ter uma festa lá e eu fui olhar o buffet antes de começar a festa, ai ele falou “gente de branco não anda na sala”, ele acha que porque eu sou cozinheira eu não posso passar no salão. Ai eu falei, “ando sim, sabe por quê? Porque eu tenho que ver onde eu ponho a comida”*

Thais: E o que aconteceu?

*Iracema: [...] Ai ela disse “nós vamos cortar seu prêmio” e eu disse “sobre o prêmio você pega metade, metade com o dona Marieta e enfia nariz acima. Porque eu tenho coragem de trabalhar e sustentar meus filhos sem precisar da esmola de vocês, porque olha esse prêmio, vocês não pagam o subsidio alimentação direito, vocês não pagam o ordenando direito, então você lixa os funcionários e se essa empresa não tiver funcionário ela fecha, porque nem você, nem seu Santiago vão fazer colagem, então, ó, se desenrasca, e pega o prêmio você e ela enfia no nariz”. [...] Ah, não... Se eu tiver errada, eu me calo é sim e amém. Mas se eu não tiver, eu não me calo não, não vou aceitar alguém dizer que eu fiz uma coisa errada sem eu ter feito, por medo...*

Thais: Como foi essa briga, meu deus?



*Lia: [...] Ai ele disse: “como é que é? Vocês vão sair? Se vocês não trabalharem comigo, vocês não vão trabalhar em mais nenhum canto que eu não vou permitir”, ai eu disse “fio, você tá falando com a pessoa errada, porque aqui ninguém me segura – [...] você é a pessoa mais sem escrúpulo que eu conheço, com você eu não trabalho mais nenhum dia., nem que você me dê o mundo. Se eu tô ilegal você também tá cometendo uma falta porque é no mínimo 70 mil euros que você leva de multa por esse povo que tá ilegal que você aceitou trabalhar pra vc. Como é que é? É toma lá da cá... como é que é vai mandar prender a gente? É melhor você pensar melhor... ai ele, “O pá, não sei o que... O pá.. É melhor... Não é isso que eu quis dizer.” [...].*

Quando as situações de opressão se mostram muito diretas, excessivas e insustentáveis, algumas das entrevistadas agem de forma outra e produzem um discurso também diferente do que tenho apresentado até agora. Ainda que pontual e em caso em que as situações são extremas, algumas delas empreendem contrapoder e resistência diante das situações de opressão a que são submetidas. A relação de poder continua desigual, porém o posicionamento delas diante de tal situação não é mais de passividade ou submissão. A mudança discursiva se dá através da transgressão e do enfrentamento a uma situação em que tendencialmente elas são o lado mais fraco. Identifica-se, no discurso dessas entrevistadas, uma tentativa de desafiar as estruturas da forma como estão postas.

O fato de enfrentar os/as empregadores/as, ao responder, pontuar e exigir que sejam tratadas com respeito, apesar do medo de perder o emprego e das dificuldades que isso acarretaria, ilustra que essas mulheres não são apenas coadjuvantes de suas passagens por Portugal. Essas manifestações de resistência, apesar do medo, das constantes humilhações e explorações que sofrem, mostram que é através do trabalho, ao reclamarem seus direitos, que elas buscam resgatar sua dignidade e reconhecimento social.

### **Trabalho no feminino**

As questões relativas ao feminino, ao mesmo tempo em que perpassavam todo o guião de entrevistas, afloravam de maneira espontânea em alguns momentos. Como afirmei anteriormente, ser mulher dentro do contexto migratório e no mercado de trabalho dá outra conotação a essa experiência, bem como ser uma mulher brasileira altera-a ainda mais significativamente.

Algumas das entrevistadas eram mães e seus filhos e filhas viviam com elas em Portugal, fato que trazia uma nova configuração para suas experiências laborais. O fato de estar no Brasil, próximo da família ou de amigos/as de confiança permitia que elas organizassem uma rede de amparo aos/às filhos/as – fosse com mães, irmãs, amigas ou até mesmo babás -, deixando-as livre para trabalhar. Contudo, em Portugal não é possível reproduzir essa situação tão facilmente, de maneira que suas trajetórias laborais são marcadas fortemente pela maternidade.

*Thais: Porque tu acha que demorou?*

*Cecília: Ah não sei... Ligava muito, mas muito era coisa de vendas e coisa e tal. E era assim, eu precisava achar uma coisa dentro do meu horário. E isso limitava muito. Eu não podia trabalhar até às oito horas da noite por causa dos filhos. O Francis trabalhava até tarde, então meu trabalho tinha que ser até as seis, ai limitou um pouco.*

Thais: E você ficou dizendo que as coisas não eram tão fáceis como eram antes, e o que foi que aconteceu?

*Ana de Amsterdã: Agora, eu tenho um bebê e as despesas aumentaram muito, eu não trabalho muito como eu trabalhava antes, eu fazia muita hora extra, antes eu fazia muitas horas extras, e não posso mais fazer como eu fazia, por causa do bebê.*

Thais: E por que você não tinha começado a trabalhar antes? A proposta inicial era só pro João (marido)?

*Lia: Não, não... Era para mim também, eu só não fui porque não tinha com quem deixar o Pedro (filho).*

Thais: E quanto tu ganhava na altura?

*Iracema: Ganhava 500 euros. E eu fiquei ainda um ano e meio e só sai porque meus filhos estavam na ATL em Aveiro, como eu não tinha a carta de condução na altura eu dependia de alguém que viesse para Vagos e como os meninos não podiam sair ser alguém ir buscar, eu ou meus amigos, a gente tava pagando muita multa e não compensava. [...] Ai o que eu fiz, sai e procurei uma fábrica aqui em Vagos, no pé da minha casa.*

A partir do discurso das entrevistadas, vê-se como a divisão sexual das tarefas continua a se reproduzir, determinando de certa maneira as inserções no mercado de trabalho dessas mulheres. São elas quem abrem mão de procurar trabalho para ficar em casa cuidando dos/as filhos/as e que buscam conciliar o horário de trabalho com as necessidades das crianças. Como o caso de Cecília, no qual ela reconhece que teve suas opções de trabalho limitadas porque tinha que estar em casa às seis para ficar com o filho, visto que o trabalho de seu marido – Francis – ia até oito da noite. Esse é o mesmo caso de Iracema, que decidiu mudar de trabalho porque alguém tinha que ir buscar os dois filhos no infantário. Em nenhum momento elas apontam para a possibilidade de serem os maridos a assumirem essa responsabilidade, é naturalizado, no discurso dessas mulheres, que cabe a elas tal tarefa, isto é, a velha questão da conciliação família e trabalho continua a ser reproduzida aqui na sua forma mais clássica, na qual as mulheres abrem mão do trabalho para atenderem às demandas da família.

Porém, é importante perceber que a carência de creches e infantários públicos, e mesmo particulares, que permitiriam a essas mulheres deixarem seus filhos/as, agrava essa situação. A elas cabe recorrer a amas que cuidam das crianças dentro de suas próprias casas, que obviamente não possuem a mesma estrutura de uma creche tanto no que diz respeito a aspectos físicos como pedagógicos. Fácil também de inferir que, diante da situação de precariedade laboral, com os baixos salários pagos ou mesmo a situação de desemprego em que se encontram, a opção de pagar uma creche particular ou uma ama não é necessariamente a ideal. Como era o caso de Januária, para quem era mais econômico ficar em casa com os dois filhos e a filha a gastar 450 euros de infantário, visto que o salário que receberia seria inferior a esse gasto.

No caso de Ana de Amsterdã, foi também ela quem sacrificou as horas de trabalho extra para ficar com o filho, acarretando, segundo ela, uma diminuição considerável do orçamento da família e no seu. Essa situação, assim como aquelas em que as mulheres abrem mão de trabalhar para ficar em casa cuidando das tarefas domésticas e familiares, contribui para o isolamento social, perda de redes de contatos e desqualificação profissional, dificultando mais ainda o retorno para o

mercado laboral. Agrava-se, ainda, o fato de que, ao se encontrarem em situação de desemprego no momento de renovar a autorização de residência, têm que apelar para o estatuto do marido, passando para uma situação ainda maior de dependência em relação a eles. Ou seja, estar em casa a cuidar dos filhos sem trabalhar, para além das perdas econômicas, pode levar à perda da autonomia em diversas outras esferas, contribuindo para perpetuar os padrões de dominação do masculino sob o feminino.

Mesmo na experiência migratória, quando seria possível reelaborar esses papéis, eles parecem ser reproduzidos como anteriormente: aos homens, cabe o papel de provedor econômico da casa; às mulheres, as tarefas de cuidado. Por trás desse discurso, revela-se a crença estereotipada de que as mulheres são mais dadas aos sentimentos, têm um instinto maternal e que, portanto, devem ter mais responsabilidades em relação à prole. Ao legitimar-se a interrupção das atividades profissionais em nome da maternidade, contribui-se para o aumento da vulnerabilidade e dependência econômica e social das mulheres em relação aos homens.

Thais: Você disse que ela falava que “a gente fazia diferente”, a gente, quem, fazia diferente de quem?

Januária: *Nós brasileiras, que a gente fazia diferente das cabo-verdianas, que lá já tinha trabalhado uma lá. Fingia que limpavam, era uma coisa assim, quando ela via, via que tava mal feito. Era isso que ela falava que a gente fazia diferente. [...] A gente gosta de agradar. E as vezes elas não se importa, faz pronto, acabou, recebe e vou embora.*

Thais: Não tem outra opção além das brasileiras para trabalhar?

Angélica: *Não tem outra opção. Porque as portuguesas não querem trabalhar. E as africanas elas não querem. Elas mesmo falam, do trabalho doméstico elas gostam da brasileira, porque são mais limpinhas, porque tem mais capricho nas coisas.*

Ao repetirem o discurso de que as brasileiras são superiores às demais imigrantes no que diz respeito à limpeza e atenção, as entrevistadas reproduzem uma dinâmica de poder e dominação na qual elas mesmas estão incluídas. Ao justificar a superioridade na execução do trabalho pelas brasileiras em relação às africanas, por exemplo, reproduz-se o discurso discriminatório e racista ao quais as entrevistadas mesmas são igualmente expostas.

Trata-se de um discurso que revela o preconceito étnico-racial das próprias brasileiras em relação às demais imigrantes, principalmente às africanas, dando indícios para pensar que, ao contrário do que se propaga sobre a democracia racial no Brasil, o país e seu povo são, sim, racistas. A maneira como as entrevistadas se apropriam e reproduzem esse tipo de discurso ilustra as diferentes posições de poder que elas ocupam em relação aos grupos sociais em que se encontram. Nesse sentido, imputam às demais imigrantes práticas de dominação discursiva semelhantes às que são submetidas. A prática discursiva das brasileiras em relação às outras mulheres, em especial às africanas, configura-se no sentido de transformá-las em seu outro inferior.

Porém, esse discurso favorece realmente os verdadeiros grupos dominantes, pois oferece às entrevistadas uma falsa crença de que a condição em que se encontram não é tão ruim assim. Levam-nas a acreditar que estão em um nível intermediário – abaixo das portuguesas, mas acima

das africanas –, portanto, satisfatório, e assim impõem-se com mais facilidade à hegemonia ideológica dominante.

Thais: E assim, andando na rua, ou no SEF ou posto de saúde, tu já se sentiu injustiçada ou discriminada alguma vez?

*Lola<sup>25</sup>: Uma vez me aconteceu de estar no auto carro e um velhote disse “ah, esses africanos”, ele pensava que eu era, era... era africana, “porque esses africanos não vão pra suas casas” [...] Sabe como é, os portugueses que são assim, não gostam mesmo da cor.*

Pode-se perceber nas palavras de Lola que há um grupo do qual ela se diferencia, o grupo dos africanos e africanas. Para ela, o insulto que ouviu do senhor português é por conta da cor da sua pele, exclusivamente, não refletindo acerca da sua situação de mulher imigrante. As pessoas que são discriminadas o são porque são negras, brasileiras não são discriminadas; para ela, se o senhor soubesse que ela era brasileira, essa situação não teria acontecido. Nesse caso, o discurso é utilizado aqui não apenas como um elemento que atesta a superioridade das mulheres brasileiras em relação às africanas, mas também como um escudo que as protege de situações constrangedoras como essas. Não reconhecendo essa situação voltada para ela, como brasileira, não há motivos para protestar, reivindicar e, assim, mais uma vez o discurso hegemônico inscreve seu poder de dominação. Acredito que a ferida colonial portuguesa, o racismo e preconceito existentes no país reforçam nessas mulheres o imaginário racista que já trazem consigo do Brasil, reafirmando mais uma vez que no Brasil o discurso público dominante segrega, exclui e inferioriza os negros e negras.

Thais: E nunca aconteceu nada com os clientes, de paquerarem?

*Nancy: [...] e elas, as portuguesas são muito mal humoradas, entregam as coisas não dizem nem bom dia. E as brasileiras, como eu, que tinham uns outros amigos que trabalhavam lá também, eles sempre diziam, “ah você são simpáticas, sempre alegres e tal,” porque a gente dava bom dia, boa tarde.... [...] E eu acho que nós brasileiras temos um jeito melhor de atender as pessoas. As senhoras mesmo diziam, “Ah você são simpáticos. E atendem melhor”.*

Thais: Mas esse a gente que tu diz são as brasileiras...

*Teresinha: Eu acho que sim, assim, as mulheres brasileiras tem mais jeitinho. [...] Então eu acho que a gente tem essa coisa mais desinibida, de chegar e falar e coisa e tal, que eles gostam, alguns, não todos, mas no geral, as mulheres, claro, eles acham diferente, acham bonita essa maneira de estar.*

Thais: como assim?

*Januária: Tipo assim, eu sei, a gente tem mais jeito de fazer as coisas. [...] a gente deixa elas mais a vontade se querem fazer, se não querem. As outras disseram, aí a outra que tinha aqui elas não tinha essa coisa de pedir, porque ela era sempre tão fria. Acho que era a maneira de estar ali, a gente fazer estar ali no ambiente, faz com que elas fiquem mais a vontade e gostem mais, gostem mais de vir fazer, não é só tirar os pelos e ir embora, tem um jeitinho e a gente conversa.*

---

<sup>25</sup> Lola foi uma das entrevistadas que se identificou como negra.

Os trechos apresentados têm como propósito servir de base para refletir sobre como o imaginário sobre as mulheres brasileiras em Portugal, mesmo quando não tem um caráter depreciativo, exerce também uma função opressora e controladora. São inúmeros os depoimentos sobre como as brasileiras são mais simpáticas, mais atenciosas e cuidadosas do que as portuguesas e as demais imigrantes. As próprias entrevistadas apropriam-se desse discurso e repetem-no de forma acrítica, sem perceber o que mais é dito para além do significado dessas palavras. Justificar a inserção das mulheres brasileiras imigrantes em Portugal em determinados nichos, voltados principalmente para atendimento ao público, limpeza e cuidados por conta de características como simpatia, desenvoltura e paciência esconde diversos preconceitos e mecanismos de exploração laboral.

Como apresentei antes, as condições de trabalho dessas ocupações, para além de precárias, são extenuantes, longas horas de trabalho, baixa remuneração e prestígio social, instabilidade, dentre outras características, de maneira que, para as portuguesas, não se apresenta/apresentava como uma opção interessante de trabalho. Ao mesmo tempo, a discriminação que existe em Portugal, ainda fruto da questão colonial, é muito forte por conta dos dispositivos de segregação étnico-racial. Impõe-se outro lugar às africanas, às mulheres vindas das ex-colônias são reservados os postos ainda mais pesados e mais penosos. As brasileiras acreditam disfarçarem-se entre as portuguesas, embora se diferenciem pelo sotaque, assemelham-se na cor da pele e em alguns costumes. Já às imigrantes vindas do leste da Europa, são reservados postos superiores àquelas das brasileiras, visto que aquelas, assim como as portuguesas, são europeias e, supostamente, possuem melhores níveis de qualificação que as brasileiras. Contudo, essa tão aclamada “simpatia” não recebe nenhum reconhecimento a mais, não é considerada uma qualificação ou uma competência, mas sim um atributo inato e, portanto, esperado de todas as brasileiras, de maneira que não há motivo para o mercado valorizá-la.

O discurso acerca da simpatia, dos cuidados, atenção e paciência das brasileiras serve a duas funções. Primeira: encobrir o preconceito racial existente em Portugal, ou seja, às negras africanas não são reservados esses postos de serviço, atendimento e cuidados, não por uma questão racial, mas porque elas não são tão aptas a essas funções como são as brasileiras. E a segunda funciona como uma justificativa para a inserção laboral das imigrantes brasileiras, principalmente em atividades que necessitam de “simpatia e cuidado”, camuflando, portanto, os verdadeiros motivos: horários de trabalho exaustivos, baixa remuneração, ausência de responsabilidade dos/as empregadores/as pelas trabalhadoras.

Thais: E não é encontrar alguém para esse trabalho?

Nancy: Não, não é... Porque não é todo mundo que tem paciência. E também não é uma coisa que é fácil? Eu acho que as portuguesas são um pouco preguiçosas, que elas empurram as coisas com a barriga, sei lá.

Thais: E por que as brasileiras trabalham tanto em limpeza?

Carolina: [...] Ah, é porque as portuguesas não querem trabalhar no pesado, os portugueses reclamam tanto que não tem emprego... Não tem, porque ficam escolhendo. E a gente não tem isso... A gente chega aqui para trabalhar e não escolhe. Sendo um trabalho digno a gente quer trabalhar.

Thais: E qual diferença tu ver entre as portuguesas e as brasileiras?

Rosa: *eu acho que a gente põe a mão na massa e faz e quando elas vêm elas são obrigadas a fazer também, coisa que eles não gostam muito. Elas são obrigadas a entrar no eixo, a por a mão na massa... E não gostam disso.*

Chama a atenção, também, a forma como as brasileiras referem-se às portuguesas. Para elas, as portuguesas são mulheres que não querem e não gostam de trabalhar, elas se utilizam de expressões como “preguiçosas”, “não aguentam pegar no pesado” e “enrolam” quando se referem à relação das portuguesas com o trabalho. Se por um lado elas reconhecem e consideram o trabalho que desempenham como duro, exaustivo; por outro, parece que não conseguem perceber que as condições que são oferecidas – horários, pagamentos, benefícios, prestígio e reconhecimento social – estão longe de ser as ideais. Não compreendem que as portuguesas não querem assumir esses postos de trabalho porque não estão/estavam dispostas a submeter-se a níveis tão altos de precarização e exploração.

Esse discurso desempenha dois papéis. Por um lado, enaltece as brasileiras em detrimento das portuguesas; por outro, vela a situação de exploração que elas vivenciam no trabalho: o “problema” não está nas condições laborais, mas sim com as portuguesas, que não querem trabalhar. E oferece uma compreensão distorcida da realidade através de um viés que confere dignidade à experiência laboral das entrevistadas, uma vez que ressalta características socialmente aceitas, como, por exemplo, o empenho e a dedicação ao trabalho. Essa situação também as diferencia de outro grupo, brasileiras que vão para Portugal e trabalham no mercado do sexo.

Thais: E nesses oito meses, tu chegou a ter algum problema?

Lia: *Não, nenhum, nunca... As única coisa que eu sinto era “ah, as brasileiras...” Sempre aquela historia das brasileiras... Insinuando, falando quase abertamente que é tudo igual, mas com a nossa postura a gente conseguia mostrar que não era [...].*

Thais: Tu acha que isso é bom ou é ruim?

Lola: *Aqui em Portugal isso é ruim, porque eles pensam logo, ah brasileira, mulher da vida, essas coisas assim... Alguns pensam, eles pensam logo isso [...] mas nem sempre, tem algumas que são e outras que não... Mas a gente sempre leva a culpa pelas outras.*

Thais: E quando você trabalhou cuidando da criança, como você encontrou?

Joana: *[...] Ai eles vão conhecendo a gente e a coisa vai mudando, ai, infelizmente, cabe a ti, cabe a nos, provar o contrario. Tá a ver? Que a gente não é igual às outras brasileiras que vem pra cá. A gente, sabe como é... Isso não serve nem pra mim, nem pra ti, nem pra ela, mas a gente paga pelas outras.*

Se são muitos os exemplos que trago para ilustrar, é porque referências a essas situações apareciam sempre, mesmo quando não eram por mim perguntadas. Para as entrevistadas, é importante demarcar a diferença delas em relação às *outras* brasileiras que, ao contrário delas (as entrevistadas), não estão lá para trabalhar. Para as mulheres que entrevistei, o fato de estar com a documentação irregular, trabalhar sem contrato, burlar a segurança social, ainda que apareça como um incômodo, não é constrangedor ou motivo para sentir vergonha. Porém, trabalhar no mercado do sexo, estabelecer relações utilitaristas com portugueses para conseguir vantagens econômicas, isso

sim é um comportamento condenável do qual as entrevistadas buscam afastar-se. Para elas, a expressão “as brasileiras” homogeneiza negativamente todas as experiências das mulheres imigrantes do Brasil em Portugal porque as associa com atividades de prostituição, sendo, portanto, para elas, importante fazer a diferenciação entre os dois grupos.

As entrevistadas sabem que a imagem da mulher brasileira no país é carregada de preconceitos, logo, ser identificada como mulheres que correspondem a esse estereótipo dificulta a inserção laboral e social. Para elas, interessa serem reconhecidas como bonitas, simpáticas e exuberantes, pois esses são atributos socialmente aceitos e que contribuem para facilitar a entrada no mercado de trabalho. É preciso, então, afastar-se da outra imagem, que sempre aparece, independente de seus comportamentos. Porém, o que elas não percebem é que não há uma linha que define o que é uma atitude simpática, o que é uma atitude sensual, o que é alegria e o que é sedução, o que é beleza e o que é erótico. Onde um desses adjetivos aparecer, o outro também estará presente, mesmo que de forma sutil e encoberta.

O que se vê aqui é a reprodução acrítica do imaginário dominante que circula em Portugal em relação às brasileiras. Tal discurso, que tem grande espaço nos média, descreve de forma negativa e estereotipada a imagem da mulher brasileira como mulata exótica e sensual, reforçando e legitimando a crença de que elas são um problema e a uma ameaça à ordem moral da sociedade. As entrevistadas buscam afirmar sua diferença em relação às essas brasileiras e, para isso, referem-se a elas como “*outras*”, “*elas*”, ou seja, mais um outro que não lhes é igual. Repetem o mesmo discurso opressor e excludente ao qual são expostas, mas em relação a um grupo com o qual não querem se identificar. Mais ainda, as entrevistadas em nenhum momento questionam esse imaginário, não percebem os mecanismos de dominação colonial e sexistas que ele traz consigo, culpabilizam suas compatriotas sem se interrogarem de onde e porque ele surgiu.

O marcador da diferença vem através do trabalho, por terem um trabalho socialmente aceito. Ainda que em condições de exploração, precarização e instabilidade, as entrevistadas reconhecem-se como superiores àquelas que não possuem um trabalho nas mesmas condições. Mas uma vez, o trabalho ultrapassa sua função meramente econômica e de sustento, passando, por um lado, a atuar como elemento que oferece dignidade; e, por outro, que legitima a opressão de um grupo sobre o outro.

Resumidamente, pode-se dizer que os principais motivos para a decisão de imigrar das brasileiras entrevistadas estão, sim, relacionados com as questões laborais e com a crença de que uma melhor inserção laboral na Europa possibilitaria uma vida com mais qualidade. Ou seja, o discurso das entrevistadas reforça as ideias de que o trabalho é central para a organização e estruturação da vida dessas mulheres. Os motivadores que são apresentados como justificativas para permanecer em Portugal estão ligados principalmente à dimensão do consumo e à qualidade de vida superior que se tem no país. A possibilidade de ter acesso a bens – não só supérfluos, como máquinas fotográficas digitais e notebooks, mas também geladeiras e fogões de qualidade superior – com mais facilidade do que no Brasil, devido aos altos custos com os quais esses produtos são comercializados lá, é ressaltada com frequência nos discursos das entrevistadas. A ascensão no poder de consumo é avaliada por elas como uma comprovação de que o projeto migratório foi bem

sucedido. A compreensão do que é “uma vida melhor” parece mudar ao longo do projeto. Na saída do Brasil, isso era pensado somente através de uma perspectiva econômica, porém, com o passar do tempo, a percepção de melhoria de qualidade de vida é analisada pela ausência de violência urbana e a superioridade dos aparelhos públicos é ressaltada por elas como uma razão tão importante quanto os ganhos econômicos na hora de decidir ou não retornar ao país.

A experiência laboral dessas imigrantes pode ser caracterizada principalmente pelas precárias condições de trabalho, ainda que algumas tenham conseguido inserir-se em postos qualificados. O panorama é aquele já conhecido para as trabalhadoras imigrantes: baixos salários, longas horas de trabalho, atividades com pouco prestígio e reconhecimento social, ausência de direitos sociais, desemprego e constantes situações de humilhação.

Há, claramente, um descompasso entre o nível de qualificação das entrevistadas e as ocupações que assumem, contrariando a tese de que a inserção laboral precária das mulheres brasileiras no mercado de trabalho português dá-se por conta de seus baixos níveis de qualificação. Identifica-se no discurso dessas mulheres como os mecanismos de segregação sexual e racial agem, mesmo que de forma sutil. Mais ainda, também é possível perceber como a atual configuração do mercado de trabalho português é um atrativo para essas mulheres decidirem imigrar, ao mesmo tempo em que permite que se legitimem situações de exploração em cumplicidade com os/as empregadores/as e trabalhadoras, sobretudo quando estão em situação de irregularidade.

As entrevistadas afirmam que fornecerem seus serviços de forma mais barata tanto porque precisam do dinheiro como porque esperam que, ao possuírem um contrato de trabalho, consigam dar entrada na regularização da documentação. Porém, apesar da resignação com a qual aceitam as condições de trabalho que lhe são impostas, essas mulheres têm um limite de tolerância e, quando ultrapassado, reivindicam seus direitos e empreendem resistências.

No que concerne às questões de gênero na experiência laboral e migratória das entrevistadas, identifica-se os tradicionais mecanismos de dominação sexistas e raciais. A trajetória de trabalho das imigrantes que possuem filhos/as é diretamente marcada pelas suas responsabilidades com a família. Mesmo quando afirmam haver uma maior divisão das tarefas domésticas quando comparado com o Brasil, ainda recai sobre elas as maiores responsabilidades, principalmente para aquelas que são mães.

O imaginário da mulher brasileira em Portugal é vivido de duas maneiras por essas mulheres. Por um lado, elas se reconhecem nele, com a parte que as identifica com atributos como “simpáticas, alegres e cuidadosas” e utilizam essa percepção para considerarem-se superiores às demais imigrantes e portuguesas, ou seja, reproduzem um comportamento racista e discriminatório ao qual estão, igualmente, submetidas. Por outro, identificam uma componente estigmatizada e hipersexualizada desse imaginário que contribui negativamente para o processo de inserção laboral e social, sendo, portanto, necessário diferenciá-las.

Conclui-se, aqui, a parte qualitativa da análise dos dados recolhidos. Darei início, agora, à análise dos dados quantitativos.





## 6. ANÁLISE QUANTITATIVA

### 6.1. Projeto Vagas Atlânticas

A partir de agora, entro na parte quantitativa da investigação. Como apresentado anteriormente, para essas análises utilizei os dados do inquérito do Projeto “Vagas Atlânticas: A imigração Brasileira em Portugal”, realizado em parceria pelos centros CES-UC, Socius/ISEG-UTL e CIES-ISCTE/IUL, que tinha como objetivo principal analisar “a evolução dos fluxos da imigração brasileira ao longo do tempo, sua distribuição territorial, as formas de integração e perspectivas futura” (Padilla, 2010). O inquérito (anexo 9.3) foi aplicado entre 29 de Janeiro e 19 de Junho de 2009 a brasileiros e brasileiras residentes em Portugal, com idade superior a 16 anos, abrangendo todo o país, inclusive a Região Autónoma da Madeira e a Região Autónoma dos Açores. Ao final, foram obtidos 1398 inquéritos válidos. O instrumento utilizado foi um questionário estruturado, anônimo, com perguntas fechadas e abertas. A técnica de amostragem não aleatória foi a da “bola de neve”, que se por um lado apresenta desvantagens em sua capacidade limitada de proceder a generalizações para toda a comunidade brasileira em Portugal, por outro se mostrava como uma opção viável face à inexistência de uma lista oficial que permitisse elaborar uma amostra representativa (Peixoto *et al.*, s/d; Igreja e Peixoto, 2011)<sup>26</sup>.

### 6.2. Análise dos dados

Em virtude do caráter da maior parte das variáveis do inquérito ser nominal, o leque dos procedimentos estatísticos que pode ser utilizados foi bastante reduzido, de forma que recorri principalmente aos testes não-paramétricos através do software estatístico SPSS/PASW. Em um primeiro momento, optei por realizar tabelas de convergências e testes do qui-quadrado, por permitirem examinar a associação entre duas ou mais variáveis nominais, uma vez que tal procedimento compara a frequência de casos encontrados em diversas categorias de uma variável cruzando com as diferentes categorias de outra variável (Pallant, 2005; Pestana e Grajeiro, 2008). Em alguns casos, também foi aplicado os testes de Kruskal-Wallis para comparação entre três ou mais grupos independentes e Mann-Whitney U, quando a comparação se dava apenas entre dois grupos. Contudo, em outras situações, foi possível lançar mãos apenas das técnicas da estatística descritiva, nomeadamente tabelas ou ilustração dos resultados em gráficos.

Inicialmente, apresentarei a análise dos dados do universo da população inquirida em geral. Em seguida, traçarei um perfil exclusivo das mulheres e, por fim, realizarei uma análise em função do sexo, dando ênfase, sobretudo, às questões que dizem respeito ao mercado de trabalho.

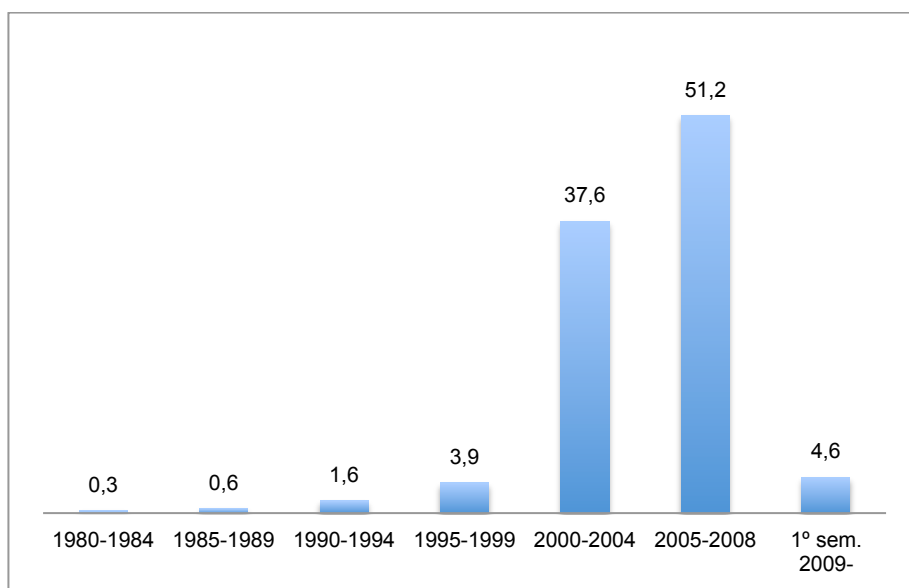
---

<sup>26</sup> Note-se que se trata de um questionário que busca abarcar todas as dimensões da imigração brasileira para Portugal e não especificamente sobre os processos de inserção no mercado de trabalho, de maneira que muitas das informações obtidas pelo inquérito foram por mim descartadas. Como adiantei na descrição da metodologia, o inquérito não foi desenvolvido por mim, mas sim pela equipe de investigação que coordenava o projeto, de forma que algumas informações que seriam especificamente relevantes para essa investigação não puderam ser contempladas. E, mais uma vez, registro meu muito obrigada à equipe de investigação por me ceder os dados para análise.

### 6.3 Caracterização Geral

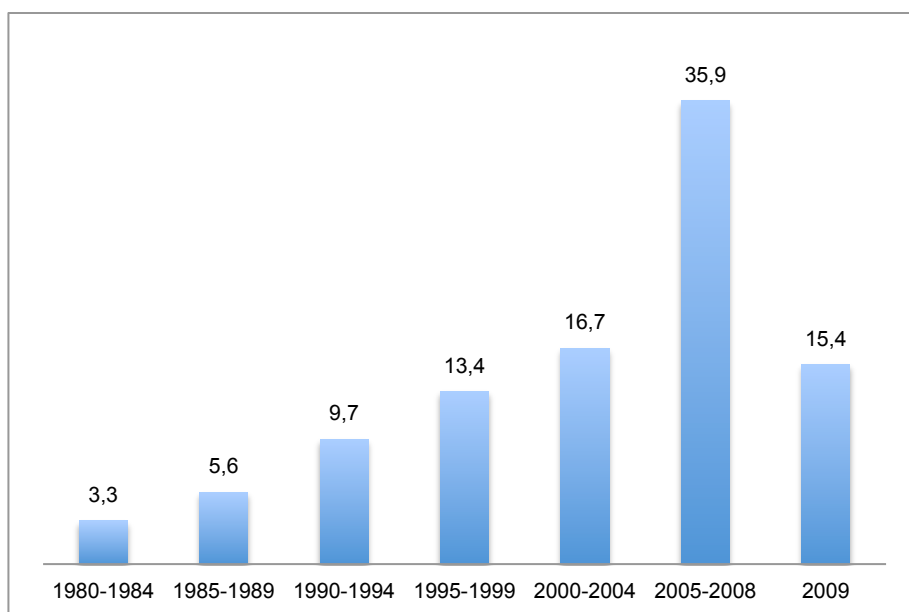
Estudos anteriores mostram que a intensificação do fluxo migratório brasileiro para Portugal iniciou-se principalmente a partir da segunda metade da década de 90 (Casa do Brasil, 2004), porém, no universo da população inquirida, foi primordialmente a partir dos anos 2000 que a maior parte da população chegou a Portugal (Gráfico 24), com uma expressividade baixíssima de entrada na década de 80. Tal fato, Egreja e Peixoto (2011) apontam como uma das falhas da amostragem por não conseguir captar um número significativo de imigrantes da primeira vaga.

**Gráfico 24: Residentes por ano de entrada em Portugal (%)**



Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas.

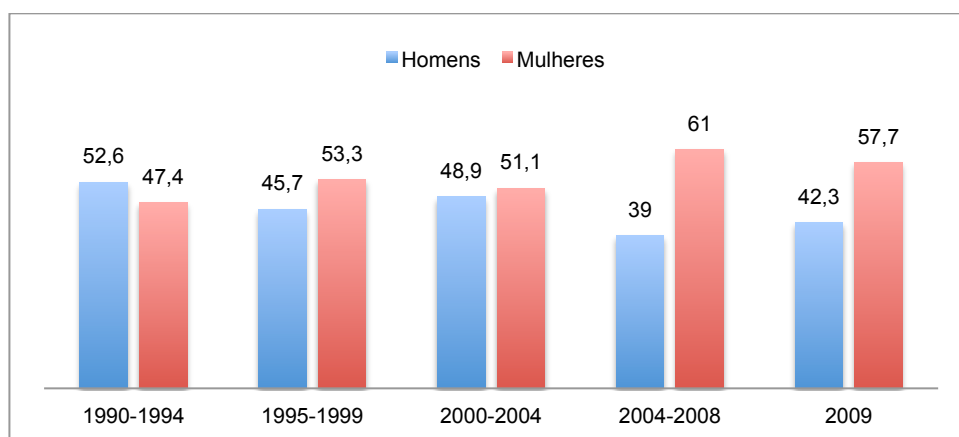
**Gráfico 25: Residentes por ano de entrada em Portugal (%)**



Fonte: Dados do SEF, Padilla (Fonte Própria).

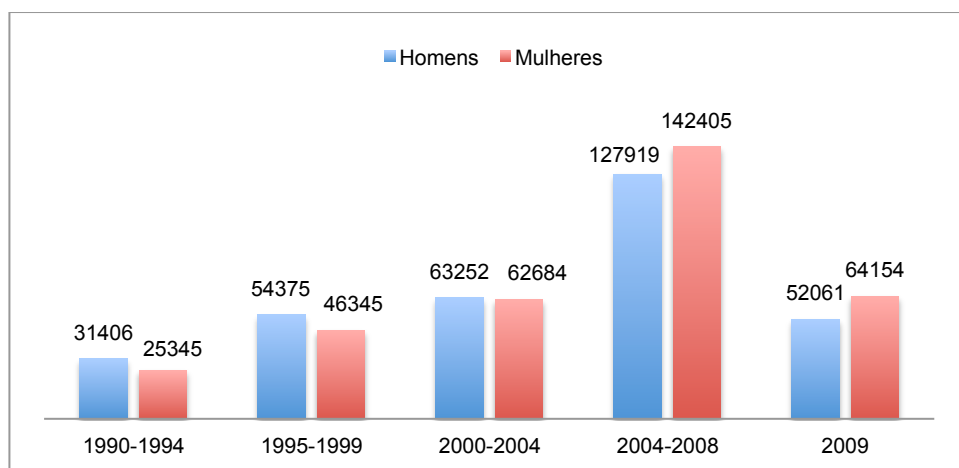
A partir dos dados do SEF (Gráfico 25, acima), percebe-se mais facilmente o início do crescimento desse fluxo a partir de meados dos anos 90, consolidando-se na década seguinte. Importante observar que a baixa porcentagem que aparece na amostra com relação ao ano de 2009, no Gráfico 24, com os dados do inquérito, pode ser explicada pelo fato de tal instrumento ter sido aplicado apenas até junho do referido ano. Ao desagregar a população inquirida por sexo e realizar a análise da evolução do número de residentes (Gráfico 26), identifica-se a tendência de feminização da população em questão, em especial a partir de meados dos anos 90; mais uma vez aproximando-se da realidade apresentada pelos dados oficiais do SEF (Gráfico 21 e 27). Em ambos universos (Projeto Vagas Atlânticas e dados do SEF), durante a primeira metade dos anos 90, o número de brasileiros que residiam em Portugal era maior do que o número de brasileiras. A partir de então, o número de mulheres passa a ser superior e continua a mostra-se como uma tendência. Como demonstrarei mais à frente, do total de mulheres inquiridas no projeto, a maioria afirma ter sido (53,7%) o primeiro membro de sua família a imigrar, corroborando com a compreensão de que não se trata de um fluxo de caráter primordialmente familiar (Padilla, 2007c).

**Gráfico 26: Residentes em Portugal por ano de entrada em função do sexo (%)**



Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).

**Gráfico 27: Residentes em Portugal por ano de entrada e em função do sexo – N° absolutos.**



Fonte: Dados do SEF.

#### 6.4. Caracterização da população feminina

Com base na tabela abaixo (Tabela 11), pode-se traçar o perfil das imigrantes brasileiras como mulheres jovens, em idade economicamente ativa, na faixa etária entre os 20 e 39 anos (69,5%); relativamente bem qualificadas, tendo a maioria concluído o ensino médio (52,9%); 13,9% a licenciatura e 6,4% mestrado, pós-graduação ou doutorado. No que diz respeito à situação familiar, pouco menos da metade delas é casadas ou está em união de facto (47,7%) e a maior parte (52,2%) possui de um a três filhos/as. Ainda que maioria dos filhos e filhas das imigrantes brasileiras tenha nascido no Brasil (73,1%), atualmente 60,3% vivem em Portugal.

**Tabela 11: Descrição do Perfil das Mulheres Brasileiras**

Idade	16 – 19	2,5%
	20-39	69,5%
	>= 40	27,0%
Habilitações Literárias	Até 5º ano	6,9%
	Até 9º ano	19,9%
	Até 12º ano	52,9%
	Licenciatura	13,9%
	Pós-graduação, mestrado, doutorado	6,4%
Estado Civil	Casadas/União de fato	47,7%
	Solteira	40,5%
	Viúva/divorciada/Separada	11,9%
Número de filhos	Não possui filhos/as	47,8%
	Possui pelo menos um ou mais filhos/as	52,2%
País onde vive os filhos	Brasil	39,7%
	Portugal	60,3%

Fonte: Inquérito Vagas Atlânticas (2009).

**Tabela 12: Distribuição geográfica da população brasileira em Portugal – Dados do inquérito e do SEF.**

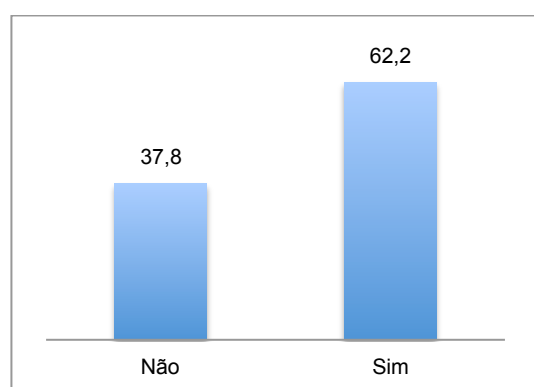
Distrito	Inquérito	SEF
Aveiro	3,8	3,1
Beja	0,5	0,9
Braga	4,2	2,7
Bragança	0,3	0,5
Castelo Branco	0,3	0,6
Coimbra	6,9	2,7
Évora	0,3	1,1
<b>Faro</b>	<b>9,5</b>	<b>10,4</b>
Guarda	0,2	0,3
Leiria	1,4	3,8
<b>Lisboa</b>	<b>50,4</b>	<b>45,6</b>
Portalegre	0,0	0,6
<b>Porto</b>	<b>10</b>	<b>8,1</b>
Santarém	1,7	3,3
Setúbal	4,7	12,7
Viana do Castelo	0,8	0,9
Vila real	0,5	0,6
Viseu	1,0	2,8
Região Autónoma da Madeira	0,0	1,0
Região Autónoma dos Açores	1,7	0,7

Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009) e do SEF (2010).

A distribuição geográfica das mulheres da amostra aproxima-se daquela apresentada pelos dados do SEF (Tabela 12), o que contribui para a aceitação de que, embora a população abrangida pelo inquérito não possa ser considerada estatisticamente representativa de toda a comunidade de imigrantes do Brasil em Portugal, ela acerca-se bastante da realidade. As inquiridas concentram-se principalmente em Lisboa (50,4%), no Porto (10%) e em Faro (9,5)% - sendo esses os principais distritos de concentração das mulheres brasileiras nos dados oficiais do SEF (45,6%; 8,1% e 10,4%, respectivamente). Essa distribuição geográfica também dá indícios do caráter laboral da imigração das brasileiras para Portugal, uma vez que esses são pontos onde o mercado de trabalho é mais diversificado e dinâmico no país (Malheiros, 2007).

Do total de mulheres inquiridas, apenas 6,5% afirma não possuir nenhum tipo de autorização regular para permanecer no país, as restantes estão divididas entre autorização de residência, autorização de permanência, contrato de trabalho, visto de estudante e nacionalidade portuguesa. Esse número de mulheres regularizadas parece-me bastante elevando quando se sabe que uma parte significativa das imigrantes brasileiras encontra-se em situação de irregularidade. Acredito que muitas tenham optado por dar outro tipo de resposta em virtude do medo de que, na verdade, o inquérito se tratasse de algum tipo de investigação oficial. Encontro reforço para essa minha ideia na pergunta seguinte, que dizia respeito a já ter experienciado situação de irregularidade em algum momento. Nesse caso, 62,2% declaram em algum momento já ter se encontrado em tal situação (Gráfico 28). Essa informação fornece indícios para pensar que, em um primeiro momento, a participação no mercado de trabalho também se deu de forma irregular, podendo ser extrapolado para a projeção de uma inserção laboral precária sujeita a condições de exploração e ausência de direitos.

**Gráfico 28: Permanência em situação de irregularidade alguma vez em Portugal (%)**

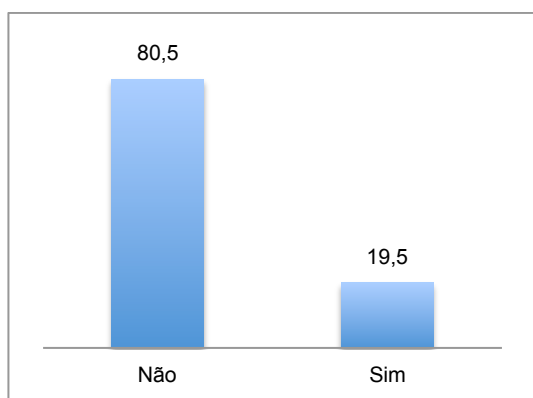


Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).

Porém, chama mais atenção ainda a resposta das inquiridas sobre o conhecimento prévio da possibilidade de durante algum período terem de viver em situação de irregularidade. Nesse caso, 80,5% das mulheres afirmam que antes de sair do Brasil tinham ciência de que poderiam se encontrar em tal situação (Gráfico 29). Ou seja, a condição de regularidade ou irregularidade do estatuto de imigração não aparece como um impeditivo do processo migratório. O fato de que 77% das inquiridas afirmam ter entrado no país com visto de turismo legitima a suposição de que a

maioria delas realmente deixou o país preparada para, durante algum período, encontrar-se com a documentação irregular. Ora, sabe-se da importância que as redes sociais têm no processo migratório, principalmente no que diz respeito à difusão de informações acerca do país de destino e, como mostrei anteriormente, não foram poucos os processos de regularização extraordinários que aconteceram durante os últimos 10 anos em Portugal. Portanto, pode-se levantar a hipótese de que a divulgação de informações sobre a facilidade de regularização posterior à entrada no país, principalmente após o acordo Lula em 2003, tenha funcionado como um atrativo para essa população.

**Gráfico 29: Ciência da possibilidade de viver em situação de irregularidade durante um certo período (%)**

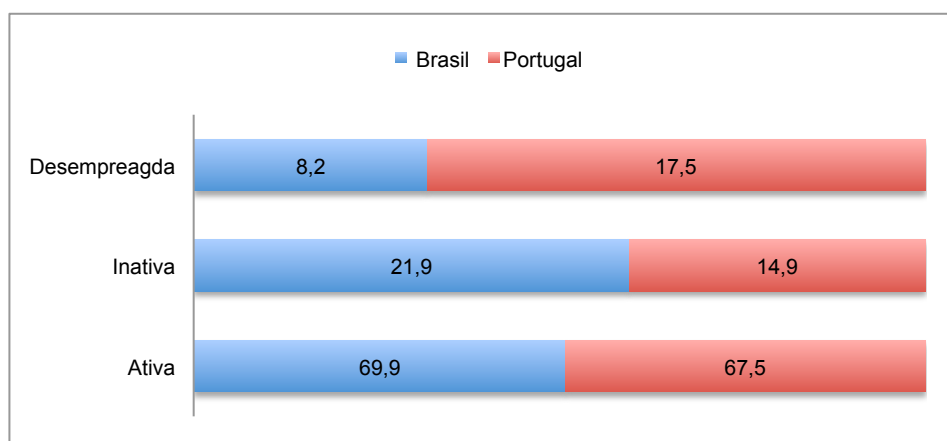


Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).

No que diz respeito à situação laboral dessas mulheres, a partir do gráfico abaixo (Gráfico 30) apreende-se que, embora haja aparente equilíbrio entre aquelas que se declaram **ativas**<sup>27</sup> no Brasil e em Portugal, há um visível crescimento no número de **desempregadas** em Portugal. Enquanto no Brasil apenas 8,2% relataram estar nessa situação, em Portugal o número sobe para 17,5%. O baixo percentual de mulheres que estava desempregada no Brasil sugere que, embora a componente laboral seja importante na análise da imigração de brasileiras para Portugal (ideia anteriormente reforçada pela distribuição geográfica dessa população no país), não foi a incapacidade de encontrar emprego o motivador principal da decisão migratória, uma vez que a maioria dessas mulheres (69,9%) encontrava-se em atividade no mercado de trabalho e largou seus empregos quando imigrou. Na categoria **inativa**, considerei donas de casa, estudantes e aposentadas; a grande diferença entre a situação no Brasil e em Portugal, nessa categoria, dá-se pelo número de mulheres que era estudante no Brasil (18,3%) e que em Portugal reduz-se para 8%.

<sup>27</sup> Sob a denominação “ativa” considero mulheres que exercem uma profissão.

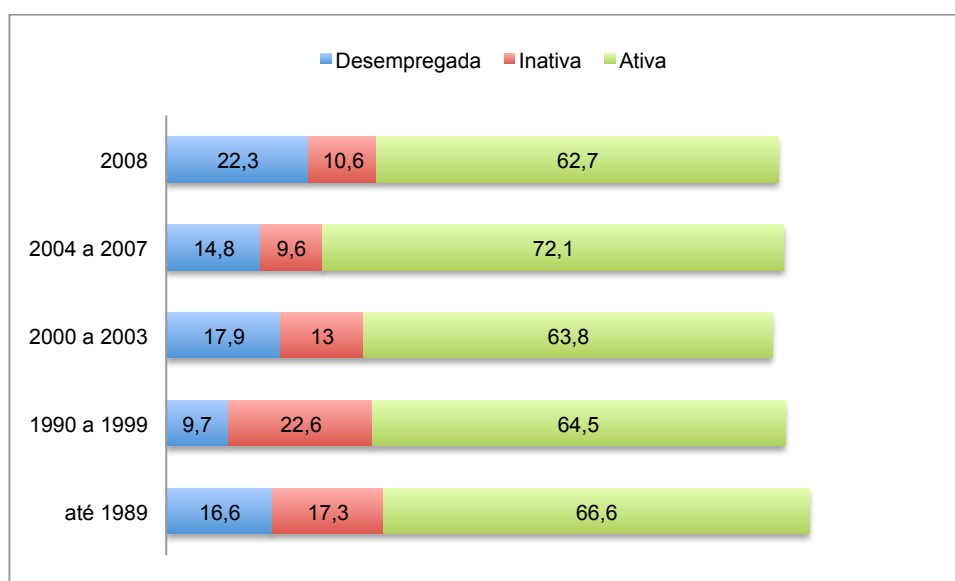
**Gráfico 30: Condição perante o trabalho no Brasil e em Portugal (%)**



Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).

No que diz respeito à condição perante o trabalho em Portugal, levando em consideração o ano de entrada no país, de acordo com o gráfico seguinte (Gráfico 31), ressaltaria, principalmente, o aumento do número de brasileiras que se declaram **ativas** até o ano de 2007, mostrando-se como um crescente contínuo. A partir de 2008, identifica-se uma retração considerável do percentual de mulheres nessa categoria. Complementar a isso, tem-se que, entre mulheres na categoria **desempregada** até o ano de 2007, verificava-se uma diminuição nos percentuais e, a partir de 2008, esse número voltou a subir. Acredito que essa dinâmica pode ser relacionada com dois aspectos, tanto à crise econômica que atingiu Portugal e que teve seu início no referido ano, como ao fato de que as mulheres que chegaram em 2008 ainda não têm redes sociais muito estabelecidas que possam auxiliar no acesso ao mercado de trabalho, bem como de inserção social mais global (Padilla, 2005a).

**Gráfico 31: Condição perante o trabalho por ano de entrada em Portugal (%)**

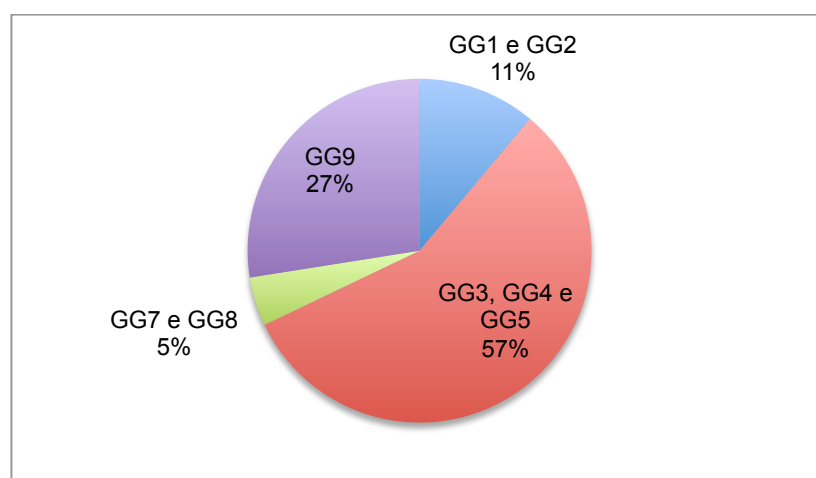


Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).



A análise dos Grupos Ocupacionais que se segue baseou-se na Classificação Nacional de Profissões (CNP), seguindo as indicações de Egreja e Peixoto (2010; 2011). Inicialmente se realizou uma recodificação em todos os grandes grupos, buscando uma classificação a dois dígitos. Posteriormente, para as análises foram agrupados nas seguintes categorias: quadros superiores, dirigentes e especialistas (GG1+GG2); quadros técnicos, profissionais de nível intermédio, pessoal administrativo, dos serviços e vendedores/as (GG3+GG4+GG5); operários/as, operadores/as, artífices e similares (GG7+GG8); e trabalhos não qualificados (G9). Os grupos GG0 (membros das Forças Armadas) e GG6 (trabalhadores/as da agricultura e Pescas) eram insignificantes para as análises de forma que foram excluídos.

**Gráfico 32: Profissão atual – Grupos Ocupacionais Agregados (%)**



Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).

O gráfico anterior e o próximo (Gráfico 32 e Gráfico 33) concernem à relação das mulheres nos Grupos Ocupacionais referidos acima. Com base no Gráfico 32, nota-se que a maioria dessa população (57%) encontra-se nos grupos GG3+GG4+GG5 (quadros técnicos, profissionais de nível intermédio, pessoal administrativo, dos serviços e vendedoras), e os trabalhos não qualificados (G9) aparecem como segundo nicho de concentração, com 27%.

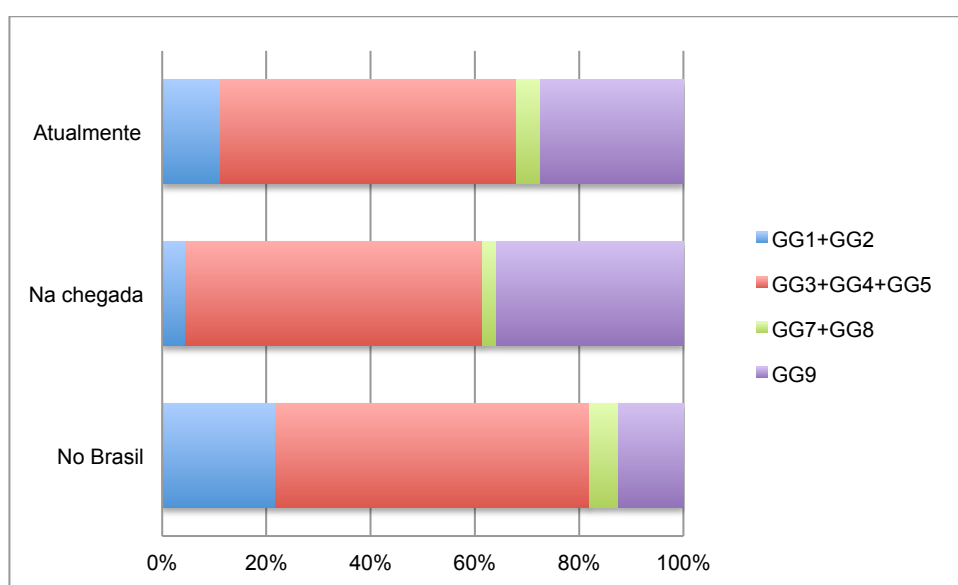
Quando realizada uma análise ponderando o fator tempo, ou seja, que avalia a evolução da inserção laboral das inquiridas nos grupos profissionais, considerando desde a saída do Brasil, a chegada em Portugal e o momento atual, percebe-se uma mudança nesse padrão (Gráfico 33). É verdade que, em Portugal, seja no momento da chegada, ou atualmente, assim como era no Brasil, a maioria dessas mulheres encontra-se nos grupos GG3+GG4+GG5, contudo, o que deve ser analisado é como os demais grupos se portam nessa evolução.

Os grupos GG1+GG2 possuem uma representação significativa no Brasil, cerca de pouco mais de 20%, logo após a chegada delas em Portugal há um decréscimo considerável, aproximando-se de 5%. Contudo, com o passar do tempo, percebe-se que esse grupo volta a crescer, porém não consegue se recuperar a ponto de atingir números próximos daqueles do Brasil. O processo inverso verifica-se no grupo dos trabalhos não qualificados (G9). Quando no Brasil, tal grupo não

correspondia nem a 10% do total; logo na chegada, aproxima-se dos 40%. Porém, com o passar do tempo, a concentração de mulheres nesse grupo começa a decair.

Esse tipo de análise permite inferir que a mobilidade ocupacional das mulheres brasileiras em Portugal, no momento da chegada, é descendente, havendo perda das qualificações profissionais, mas que com o passar do tempo tende a ser recuperada, embora não atinja os mesmos níveis daqueles observados no Brasil. Esse movimento coincide com as análises de Egreja e Peixoto (2011) acerca da mobilidade da população brasileira em Portugal, igualmente percebida na análise qualitativa das entrevistas, ou seja, logo à chegada, a inserção laboral é predominantemente em postos não qualificados, havendo, em seguida, uma melhoria nesse padrão, mas que, contudo, não consegue atingir os níveis de qualificação apresentados no Brasil.

**Gráfico 33: Evolução do grupo profissional (%)**



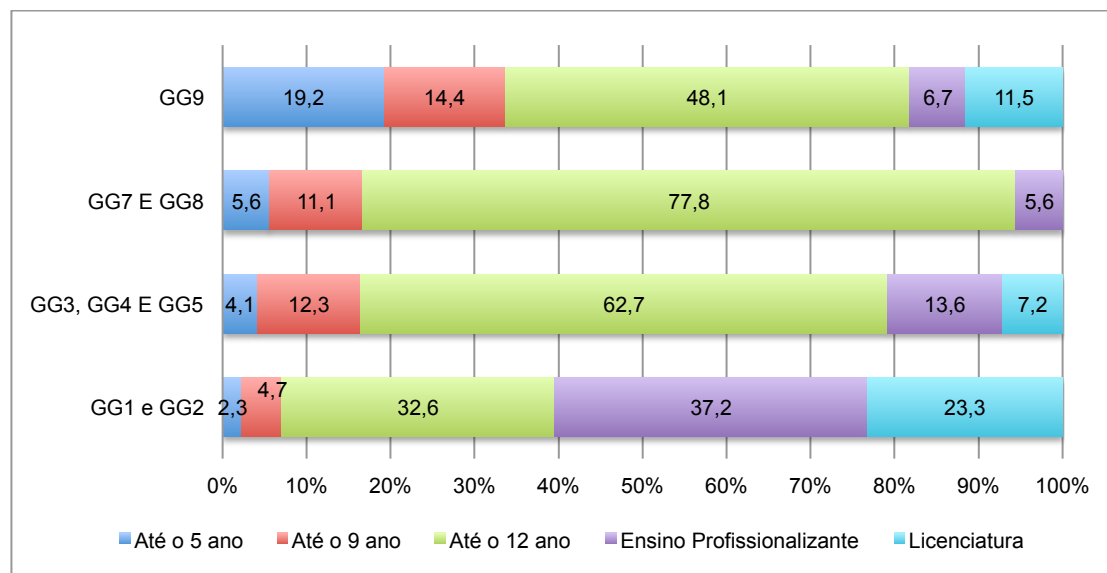
Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).

Ainda sobre os grupos ocupacionais, é interessante analisar sua relação com as habilitações literárias. Embora não seja possível afirmar que as habilitações literárias são as únicas determinantes na inserção dos grupos ocupacionais, a partir do teste do qui-quadrado pode-se referir que há uma relação significativa entre as duas variáveis  $\chi^2 = 77.051$ ,  $df = 12$ ,  $p = 0.00$  (Tabela 13). Como se observa no Gráfico 34, a maioria das mulheres que possui baixos níveis de qualificação – isto é, atingiu no máximo o 5º ano – exerce trabalhos não qualificados em Portugal.

Porém, nesse mesmo grupo, encontra-se um alto percentual de mulheres que completou pelo menos até o 12º ano (48,1%), bem como de mulheres que possuem licenciatura (11,5%). Esses números permitem perceber os desencontros entre os níveis de qualificação e o tipo de ocupação das brasileiras em Portugal; mostram que muitas dessas imigrantes exercem atividades inferiores às suas qualificações. Também é interessante analisar que o número de mulheres que possui pelo menos licenciatura está concentrado nos grupos GG1 e GG2 (23,3%), sugerindo que uma parte dessa população consegue se recolocar no mercado profissional português, atestando a

possibilidade de mobilidade profissional ascendente. Em todos os grupos, mulheres que possuem nível intermédio de formação estão presentes de forma representativa.

**Gráfico 34: Habilitações literárias e grupos ocupacionais em Portugal (%)**



Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).

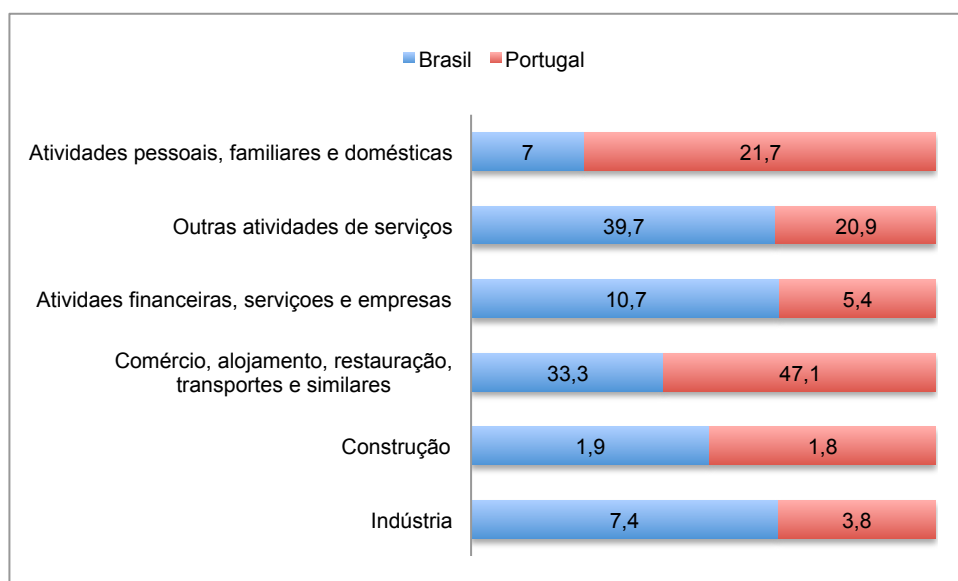
**Tabela 13: Qui-quadrado Habilitações literárias e grupos ocupacionais.**

Teste do qui-quadrado			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	77,051 <sup>a</sup>	12	,000
Likelihood Ratio	65,594	12	,000
Linear-by-Linear Association	37,075	1	,000
N of Valid Cases	360		

a. 6 cells (30.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1.10.

Já no que se refere ao setor de atuação profissional (Gráfico 35), em Portugal, a maior parte das mulheres brasileiras (47,1%) concentra-se no setor de comércio, alojamento, restauração e transportes - embora esse também fosse um setor significativo no Brasil (33,3%), era relativamente equilibrado com a inserção no setor de serviços (39,7%) e que em Portugal concentra apenas 20,9% das inquiridas. Ressalto, ainda, o número relativamente elevado de brasileiras que em Portugal trabalha nas atividades pessoais, familiares e domésticas (21,7%), quando no país de origem esse valor não chegava a 7,0%. Como mostra a literatura, essas atividades, sobretudo domésticas, são um dos principais nichos de concentração de mulheres imigrantes logo que chegam no país de destino, seja porque são atividades pouco qualificadas, seja porque correspondem à tipificação sexual das ocupações (Rubio, 2003; Pereira, 2010). Em ambos os países, os níveis de inserção no setor da construção civil são baixos - 1,9% no Brasil e 1,8% em Portugal -, números que dão indícios para pensar acerca dos níveis de segregação de gênero no mercado laboral.

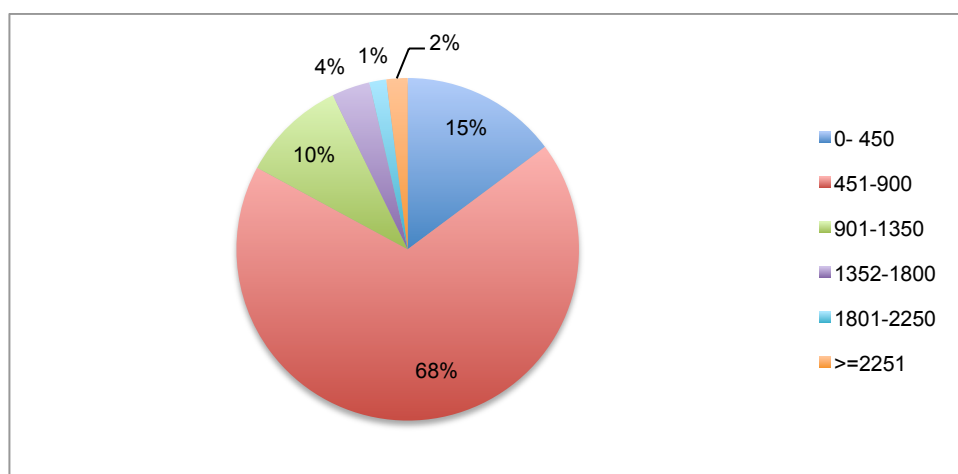
**Gráfico 35: Setor de trabalho e grupo ocupacional no Brasil e em Portugal (%)**



Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).

Naquilo que concerne aos rendimentos mensais em Portugal (Gráfico 36), a maioria dessas mulheres (68%) recebe entre 451 e 900 euros, ou seja, auferem pelo menos o rendimento mínimo. Porém, considerando que o ganho médio das portuguesas em abril 2009 foi de 946,30 euros (MTSS – Boletim estatístico, Fevereiro/2012), percebe-se que a remuneração das brasileiras é inferior àquela das nacionais. Além disso, há um percentual que não pode ser desconsiderado (15%) que ganha menos do que o rendimento mínimo, entre 0 e 451 euros. Já a percentagem de mulheres que recebe o que pode ser considerado um salário elevado, a partir de 1801 euros, chega apenas a 5%.

**Gráfico 36: Rendimentos mensais em Portugal (%) - Euro**



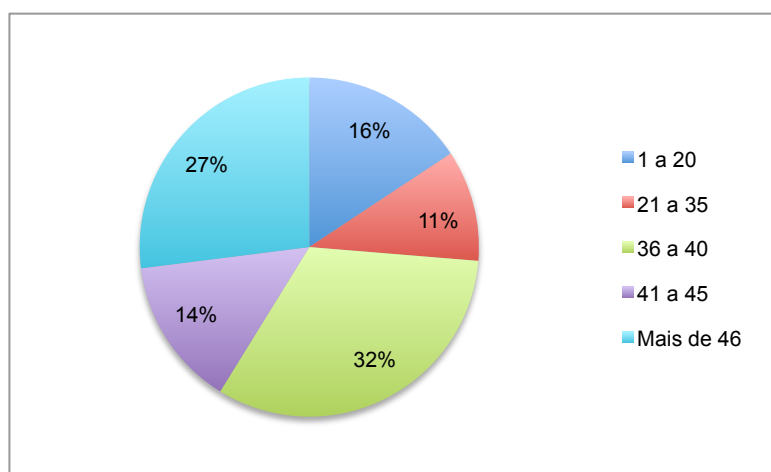
Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas, 2009.

Não foi possível fazer nenhuma inferência sobre a relação de níveis de habilitação, grupos profissionais, horas de trabalho ou duração do contrato, já que os resultados não eram

estatisticamente significativos. Contudo, individualmente, esses dados são interessantes de serem considerados para a construção do perfil laboral dessas mulheres.

Sobre as horas de trabalho (Gráfico 37), 32% delas trabalham entre 36 e 40 horas semanais, valor superior à duração média semanal nacional do trabalho no primeiro semestre de 2009, que era de 36,3 horas no período normal e 36,8 horas no período total (MTSS, Boletim estatístico, Maio de 2009). Além disso, tem-se que 27% das inquiridas trabalham mais de 46 horas semanais, o que não pode ser considerado como uma porcentagem baixa, principalmente quando se soma a isso o fato de que outros 14% trabalham mais de 40 horas semanais. A análise das horas de trabalho das brasileiras no mercado de laboral português mostra que são jornadas longas, ultrapassando a média nacional. E, ao considerar os rendimentos que foram apresentados no gráfico anterior, percebe-se que há um descompasso entre o valor do rendimento e a carga de trabalho, reforçando ainda mais a percepção do grau de precariedade da situação laboral das inquiridas.

**Gráfico 37: Horas de trabalho semanal Portugal (%)**

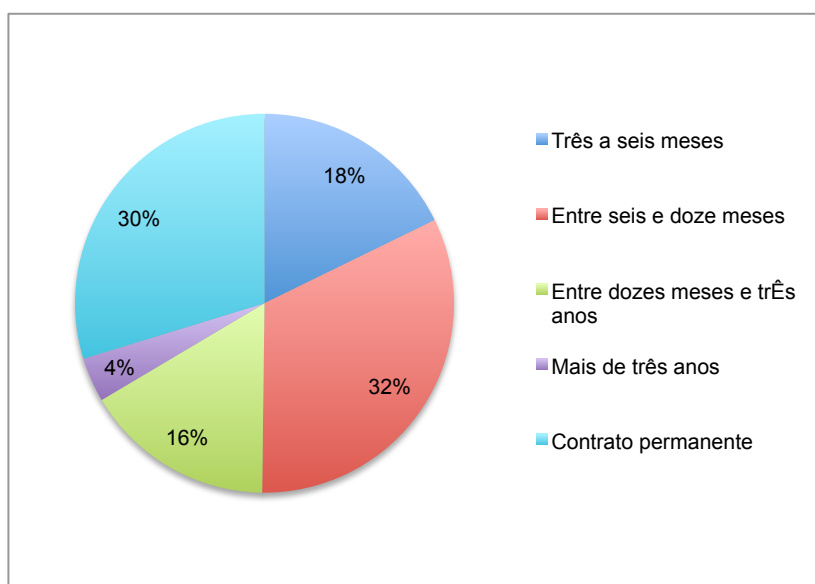


Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).

Sobre a formalização da relação laboral, a larga maioria das inquiridas (85%) afirmou possuir algum tipo de contrato de trabalho, contudo, apenas 32% delas possuem um contrato permanente, enquanto as demais estão sob o regime de contratos temporários, que variam largamente em relação à sua vigência (Gráfico 38).

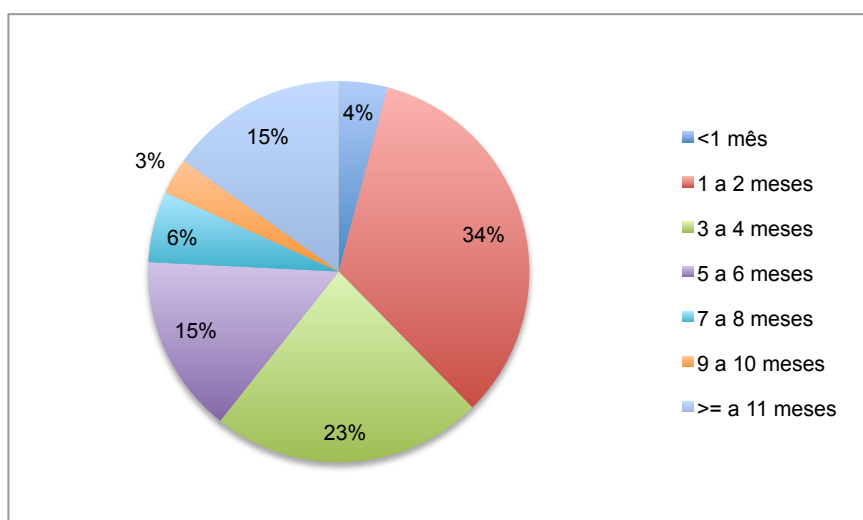
O fato de que esses contratos são, em sua maioria, a tempo determinado é um aspecto que contribui para a vulnerabilização dessa população, não apenas porque estão suscetíveis a não os ter renovados, bem como porque a ausência do contrato pode impossibilitar a renovação das autorizações de residência perante o SEF.

**Gráfico 38: Duração do contrato de trabalho em Portugal (%)**



Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).

**Gráfico 39: Duração do período médio de desemprego (%)**



Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).

Em relação a períodos de desemprego, a maior parte delas (58%) relata já ter passado, em algum momento, por essa experiência. A duração do desemprego (Gráfico 39) é principalmente de 1 a 2 meses (34%) e de 3 a 5 meses (23%). Porém, uma porcentagem relevante relata já ter ficado mais de onze meses desempregada, 4%. Essa experiência corriqueira do desemprego pode estar associada com a temporalidade dos contratos que foi ilustrada acima.

## 6.5. Análise em função do sexo

A partir de agora, darei início a comparações entre a realidade de brasileiros e brasileiras em Portugal, buscando identificar como as diferenças de sexo aparecem nesse processo e algumas de suas consequências.

Em relação a ser ou não o primeiro membro da família a chegar em Portugal, a maioria da população inquirida, 58,9%, respondeu afirmativamente a essa questão (Tabela 14).

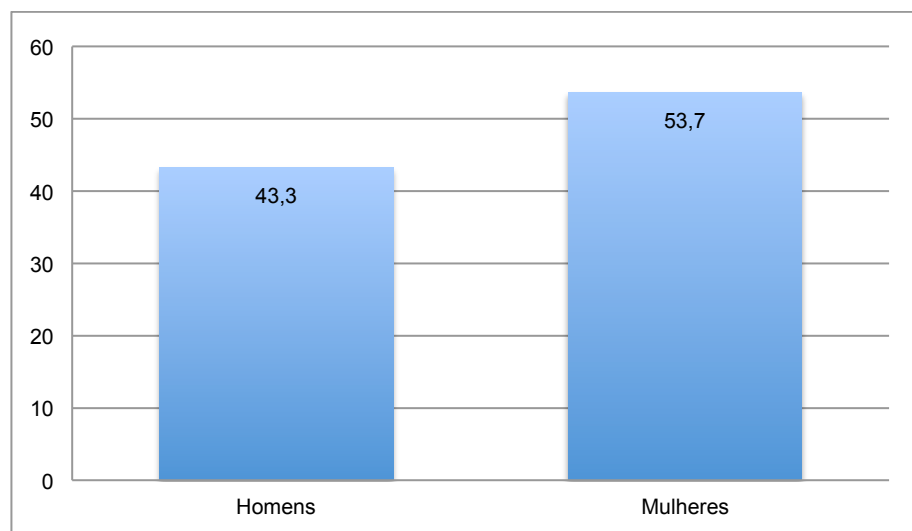
**Tabela 14: Primeiro membro da família a migrar**

Foi o primeiro membro a imigrar	%
Sim	58,9
Não	41,1

Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).

**A análise dessa variável em função do sexo indica haver uma diferença significativa nas respostas entre homens e mulheres  $X^2= 3.978$  ,  $df = 1$  ,  $p < 0.05$**  (Tabela 15). Do total da população feminina, 53,7% afirma ter sido o primeiro membro da família a migrar, enquanto no universo masculino apenas 46,3% apresentou a mesma resposta (Gráfico 40). Tal resultado contribui para reforçar a hipótese de que a feminização da imigração brasileira para Portugal é independente de processos de reunificação familiar, constituindo-se como uma imigração autônoma.

**Gráfico 40: Comparação entre homens e mulheres em relação ao início da migração (%)**



Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).

**Tabela 15: Teste qui-quadrado: quem foi o primeiro membro a migrar.**

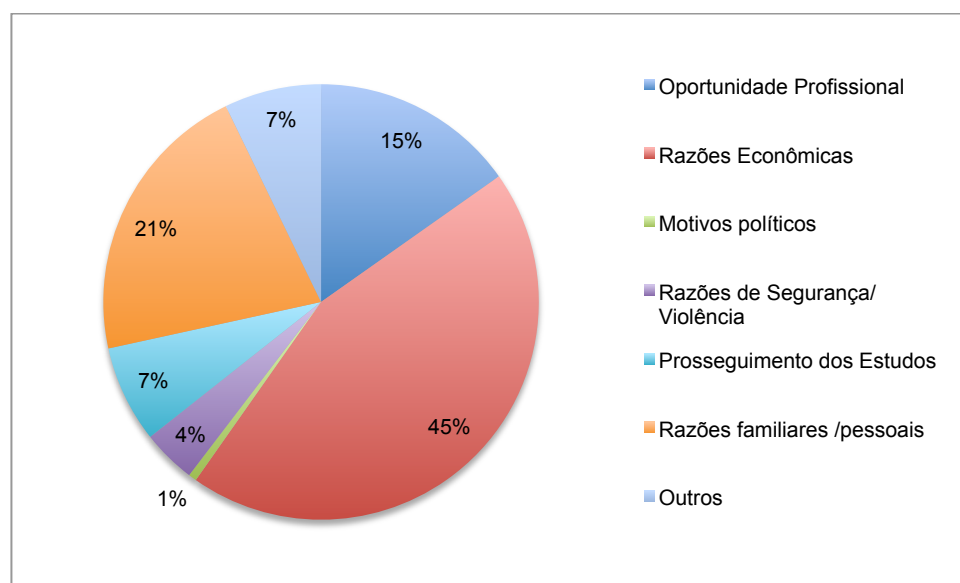
Teste do qui-quadrado					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	3,978 <sup>a</sup>	1	,046		
Continuity Correction <sup>b</sup>	3,759	1	,053		
Likelihood Ratio	3,987	1	,046		
Fisher's Exact Test				,051	,026
Linear-by-Linear Association	3,975	1	,046		
N of Valid Cases	1353				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 244,92.

b. Computed only for a 2x2 table

Em relação aos motivos para deixar o Brasil (Gráfico 41), nota-se que dentro do universo inquirido a questão econômica ainda é a principal motivadora, perfazendo 44,6% do total, seguida de razões pessoais e familiares 21,1%; estudos e razões de segurança também merecem destaque, com 7,2% e 4,0% cada um, respectivamente.

**Gráfico 41: Motivo pelo qual resolveu deixar o Brasil (%)**



Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).

Ao analisar os motivos pelos quais os/as inquiridos/as afirmam ter migrado em função do sexo (Tabela 16), identifica-se haver uma diferença entre os motivadores para homens e mulheres. **Com base no teste estatístico qui-quadrado, pode-se inferir que há uma associação significativa entre os diferentes sexos e os motivos que levaram a migrar,  $X^2 = 48,164$ ,  $df = 7$ ,  $p < 0.001$**  (Tabela 17). Para ambos os grupos, o primeiro motivador é a oportunidade profissional, porém, enquanto 46,1% dos homens afirmam ter imigrado por esse motivo, apenas 43,5% das mulheres afirmam o mesmo. Por sua vez, 20,1% dos homens ressaltam razões econômicas, contra



11,4% das mulheres. Já o segundo motivador mais importante da imigração feminina foram as questões familiares, com 26,6%, enquanto apenas 11,4 % dos homens referiram tal aspecto. O que dá indícios de que, embora a imigração feminina não seja mais, primordialmente, por reunificação familiar, a família continua a exercer um peso considerável nesse processo.

**Tabela 16: Motivos para migrar entre homens e mulheres (%)**

	Homens	Mulheres
Oportunidade Profissional	46,1%	43,5%
Razões Económicas	20,1%	11,4%
Motivos políticos	0,8%	0,5%
Razões de segurança / Violência	4,6,2%	3,6%
Prosseguimento dos Estudos	4,6%	26,6%
Razões familiares / pessoais	6,7%	7,6%
Outros	7,1%	6,8%

Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).

**Tabela 17 Qui-quadrado – Motivos para migrar Homens e Mulheres**

Teste do qui-quadrado			
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	48,164 <sup>a</sup>	7	,000
Likelihood Ratio	49,127	7	,000
Linear-by-Linear Association	7,135	1	,008
N of Valid Cases	1381		

a. 1 cells (6,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,96.

Com base na tabela 18 (página seguinte), percebe-se que a população total apresenta um bom nível de qualificação. 49,9% dos/das inquiridos/as concluíram o décimo segundo ano (ensino médio no Brasil), 3,5% o ensino profissional e tecnológico, 13,1% a licenciatura e 6,0% declararam possuir pós-graduação, mestrado ou doutorado, perfazendo um percentual 72,5% de indivíduos que possuem alguma formação mais qualificada. Nos níveis de qualificação mais baixos, 18,8% declararam ter concluído até o 9º ano (ensino fundamental no Brasil) e 8,8% afirmaram ter pelo menos até o 5º ano (primeiro ciclo do ensino fundamental no Brasil), incluindo pessoas que concluíram unicamente programas de alfabetização de jovens e adultos/as ou não alfabetizadas. Pode-se inferir que, ainda que em comparação com a primeira vaga de imigração o nível de habitação literária seja inferior, não se pode falar que se trata de uma imigração de sujeitos sem qualificações ou formações (Padilla, 2005a; 2007c; Téchio, 2006).

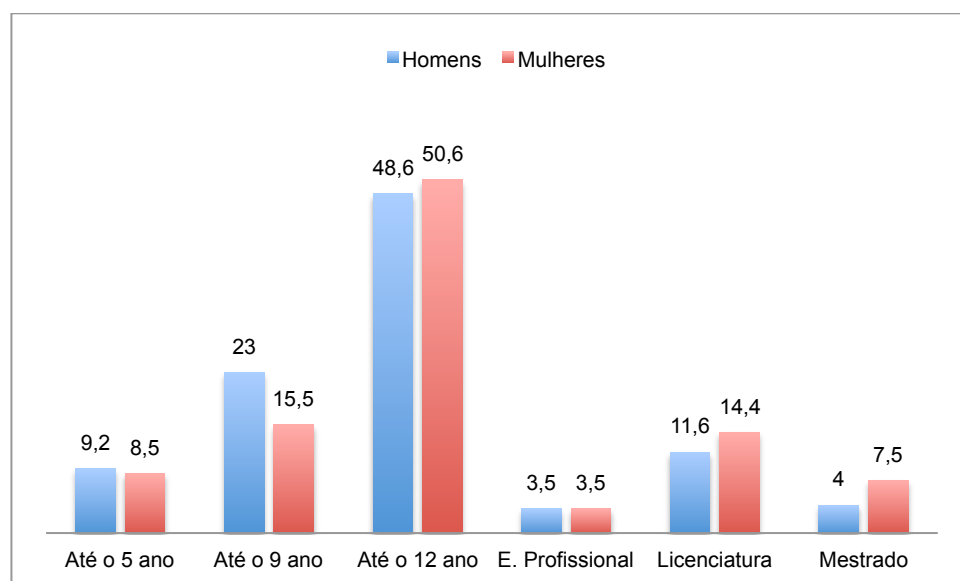
**Tabela 18: Habilitações literárias (%)**

Habilitações Literárias	
Até o 5º ano	8,8%
Até o 9º ano	18,8%
Até o 12º ano	49,9%
Ensino Profissionalizante	3,5%
Licenciatura	13,1%
Mestrado	6,0%

Fonte: Dados do Inquérito Vagas Atlânticas (2009).

A partir do teste do qui-quadrado, a análise do nível de habitação literária em função do sexo mostra-se significativa:  $\chi^2 = 22,672$  ( $df=8$ ),  $p < 0.005$  (Tabela 19), tem-se que as mulheres apresentam-se em número superior nos níveis mais avançados das qualificações. Do gráfico abaixo (Gráfico 42), observa-se que 50,6% das mulheres terminaram o décimo segundo ano, 14,4% a licenciatura e 7,5% possuem mestrado, pós-graduação ou doutorado. Enquanto no universo dos homens 48,6% concluíram décimo segundo ano, 11,6% a licenciatura e 4,0% programas de mestrado, doutorado ou pós-graduação. Considerando o ensino superior, licenciatura, pós-graduação, mestrados e doutorados como um nível de formação mais avançado, tem-se que as brasileiras são superiores em todos os níveis quando comparadas aos seus compatriotas. O que levaria a crer que, por serem mais qualificadas, teriam melhores oportunidades no mercado laboral do que os homens. Contudo, como se verá ao longo da análise dos dados restantes, essa proposição não se verifica, reforçando, portanto, os estudos acerca dos mecanismos de segregação sexual do mercado de trabalho em Portugal (Casaca, 2010a; Ferreira, 2003; 2010).

**Gráfico 42: Habilitações literárias desagregadas por sexo (%)**



Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).

**Tabela 19: Qui-quadrado Habilitações literárias por sexo**

Chi-Square Tests			
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	22,672 <sup>a</sup>	8	,004
Likelihood Ratio	22,912	8	,003
Linear-by-Linear Association	13,394	1	,000
N of Valid Cases	1358		

a. 4 cells (22,2%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,19.

Quantitativamente, pode-se dizer que a situação geral da população brasileira no mercado de trabalho de Portugal é satisfatória, pois sua maioria (72,9%) encontra-se em atividade, isto é, exercendo uma profissão (Tabela 20), e apenas 15,6% declarou-se em situação de desemprego. Contudo, é importante avaliar que, em relação ao nível de desemprego no país de origem, esses valores são muito superiores. Quando se considera que no Brasil a porcentagem de indivíduos desempregados era de 7,9%, em Portugal verifica-se quase que uma duplicação, de forma a atingir os já referidos 15,6%.

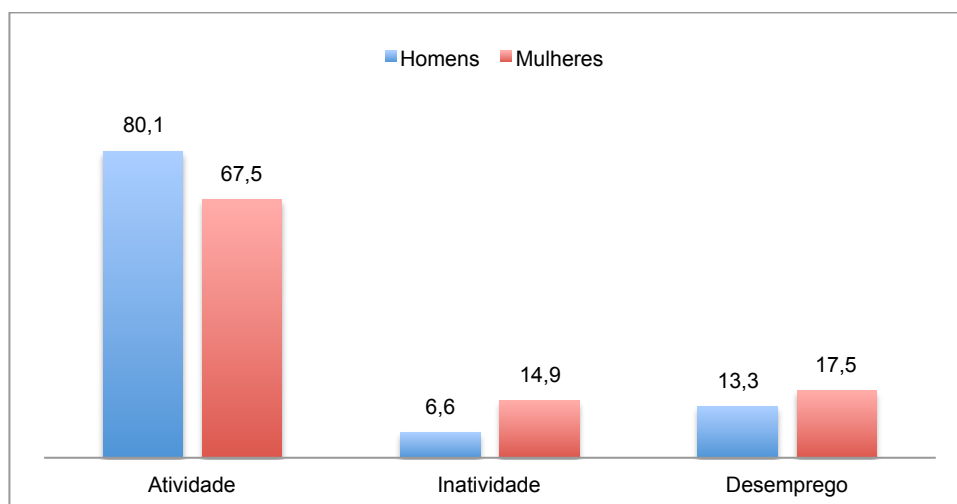
**Tabela 20: Situação no mercado de trabalho no Brasil e em Portugal (%)**

Situação no mercado de trabalho	Brasil	Portugal
Atividade	71,4	72,9%
Inatividade	20,7	11,4%
Desemprego	7,9%	15,6%

Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).

**Ao realizar uma análise da relação entre sexo e a atual situação de ocupação em Portugal com base no teste do qui-quadrado  $X^2=80,070$  ( $df = 8$ );  $p < 0.001$ , encontram-se diferenças significativas entre os dois grupos** (Tabela 21). No Gráfico 43, tem-se que 17,5% das mulheres estão desempregadas, enquanto apenas 13,3% dos homens encontram-se na mesma situação; já 14,9% da população feminina é inativa e somente 6,6% da masculina (o que pode justificar-se pelo número superior de mulheres que estão em Portugal por motivos de estudo – Tabela 18). Ou seja, não só os níveis de desemprego das mulheres em Portugal que são superiores àqueles experienciados no Brasil (Gráfico 31), como também são superiores quando comparados aos de seus compatriotas em Portugal, apesar do grau de qualificação ser maior.

**Gráfico 43: Situação em relação ao mercado laboral desagregada por sexo em Portugal (%)**



Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).

**Tabela 21: Qui-quadrado – Situação em relação ao mercado laboral por sexo**

Teste do qui-quadrado			
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	80,070 <sup>a</sup>	8	,000
Likelihood Ratio	102,056	8	,000
Linear-by-Linear Association	7,767	1	,005
N of Valid Cases	1293		

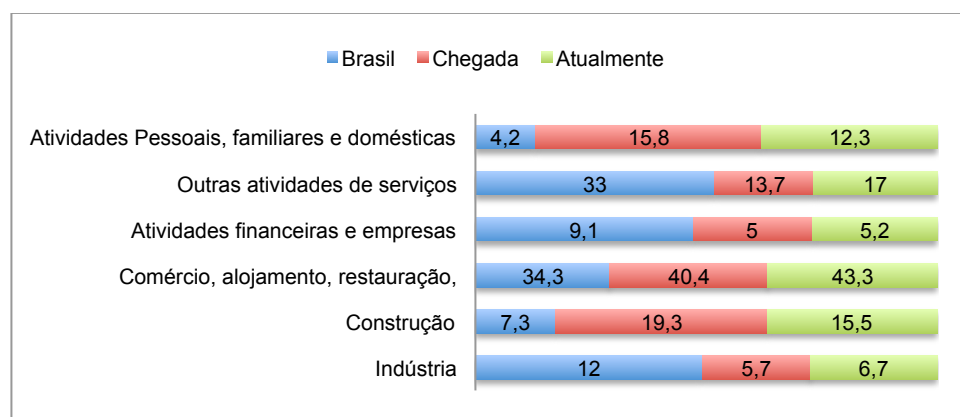
a. 2 cells (11,1%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,54.

No que diz respeito ao sector económico no qual brasileiros e brasileiras trabalham, é possível reconstruir uma linha de evolução, considerando o setor em que estavam no Brasil, aquele no qual se inserem no momento da chegada e o setor em que se encontram atualmente. Pelo Gráfico 44, apreende-se que, no Brasil, essa população inserira-se, principalmente, no setor de comércio, alojamento, restauração e transportes (34,3%); no momento da chegada em Portugal, esse número cresce para 40,4% e continua a intensificar-se até assumir 43,3% no momento atual.

Já no que concerne à construção civil, no Brasil era um dos setores no qual a população inquirida menos estava inserida (7,3%); e no momento da chegada em Portugal, esse passa a ser um dos setores nos quais há os maiores níveis de presença (19,3%), mas que atualmente demonstra uma diminuição em relação ao momento de chegada (15,5%). Sendo esse o mesmo movimento para as atividades pessoais, familiares e domésticas, um setor com baixos níveis de inserção no Brasil (4,2%), no momento da chegada em Portugal, mostra um crescimento significativo chegando a atingir 15,8%, mas atualmente já lhe é inferior, com 12,3%. A evolução desses números relativos à construção civil e às atividades domésticas e familiares no momento da chegada e a diminuição com o passar do tempo não são inesperados, estando em acordo com o mencionado estudo ocupacional de Igreja e Peixoto (2011). Já setor de outras atividades de serviços no Brasil era o segundo a

congregar os trabalhadores e trabalhadoras (33%), mas em Portugal, no momento da chegada, sofre uma queda vertiginosa para (13,7%) e depois se recupera atingindo 17%. Mais uma vez, percebe-se a curva em U incompleta da mobilidade profissional da população brasileira em Portugal. No que diz respeito a atividades mais qualificadas (Financeiras e de empresas), apenas 9,1% da população estava nesse setor, que no momento da chegada em Portugal cai para 5% e até o presente momento apresenta um crescimento discreto e atinge 5,2%.

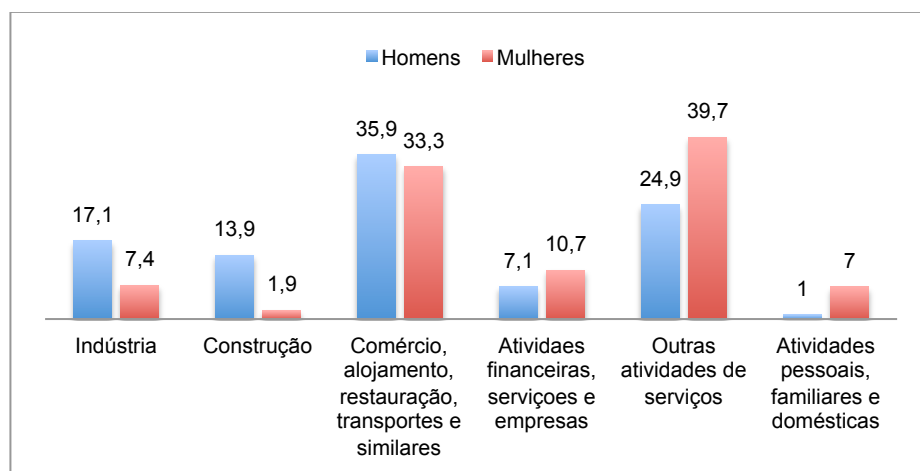
**Gráfico 44: Evolução do setor de atividades (%)**



Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).

Levando em consideração as diferenças de sexo, desde o país de origem identifica-se evidências da segregação sexual do mercado de trabalho, sendo essa afirmação suportada com a aplicação do teste do qui-quadrado  $X^2 = 98,937a$ , ( $df=5$ ),  $p < 0,001$  (Tabela, 22). Ainda no Brasil, a concentração de mulheres no setor da construção civil (1,9%) era bastante inferior a dos brasileiros (13,9%), bem como na indústrias, os homens perfaziam 17,1%, enquanto as mulheres apenas 7,4%. No setor de atividades pessoais, familiares e domésticas, a concentração é invertida, a percentagem de mulheres (7,0%) é superior a de homens (1,0%). No setor de comércio, alojamento, restauração e transportes pode-se dizer que há um relativo equilíbrio: enquanto os homens correspondem a 35,9%, as mulheres somam 33,3% (Gráfico 45).

**Gráfico 45: Setor de atividades no Brasil desagregado por sexo (%)**



Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).

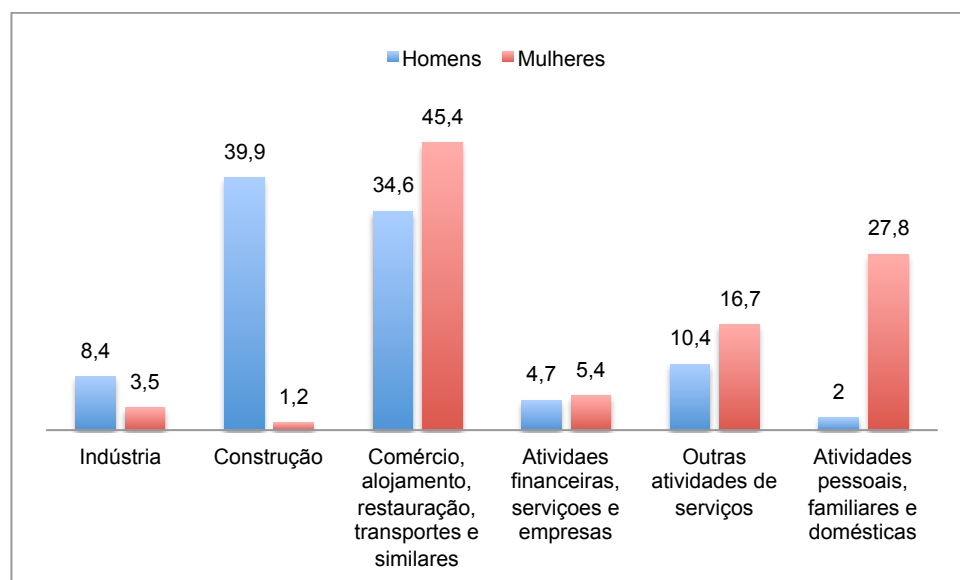
**Tabela 22: Teste do qui-quadrado Setor de atividades no Brasil**

Teste do qui-quadrado			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	98,937 <sup>a</sup>	5	,000
Likelihood Ratio	106,377	5	,000
Linear-by-Linear Association	75,215	1	,000
N of Valid Cases	895		

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 17.37.

Tal diferença de distribuição nos setores com base no sexo se repete em Portugal (Gráfico 46) e confirma-se **estatisticamente significativa quando analisada com base no teste do qui-quadrado o  $X^2 = 235,383$ , ( $df=16$ ),  $p < 0.001$**  (Tabela 23). Enquanto 38,9% dos homens encontram-se no ramo da construção, a presença feminina é muito baixa, 1,2%. Já no que diz respeito ao número de mulheres nos ramos ligados a atividades de alojamento e restauração, é superior ao dos homens (45,4%), ainda que eles apareçam de forma representativa (34,6%). Já nas atividades pessoais, familiares ou domésticas, segundo setor no qual as mulheres estão mais presentes (27,8%), o sexo masculino perfaz apenas um total de 2%. Esses dados reforçam as características de um mercado de trabalho sexualmente segregado, visto que a inserção dos brasileiros e brasileiras segue a tipificação sexual das ocupações e reafirma a presença significativa das mulheres brasileiras no setor de comércio.

**Gráfico 46: Setor de trabalho em Portugal desagregado por sexo (%)**



Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).

**Tabela 23: Teste do qui-quadrado - Setor econômico em Portugal desagregado por sexo.**

<b>Chi-Square Tests – sexo e setor econômico</b>			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	235,383 <sup>a</sup>	16	,000
Likelihood Ratio	271,425	16	,000
Linear-by-Linear Association	103,431	1	,000
N of Valid Cases	886		

a. 4 cells (11,8%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,50.

A maioria dos brasileiros e brasileiras inquiridas (60%) tem sua remuneração entre 450 e 900 euros (Tabela 24), valor inferior à média nacional que, segundo o Boletim Estatístico de Maio de 2011 (MTSS), em abril de 2009 foi de 1096,1 euros. Com base no teste de Kruskal-Wallis, demonstrou-se haver uma associação positiva entre os níveis de habilitação literária e os rendimentos ( $H(4) = 25.81, p=0,00$ ). Uma análise das médias mostra que há um aumento significativo nos rendimentos a partir do 12º ano (Tabela 25).

**Tabela 24: Remuneração mensal da população em Portugal (%)**

Remuneração (euros)	
0 a 450	11,8%
450 a 900	60,3%
901 a 1350	16,6%
1351 a 1800	5,1%
1801 a 2250	3,3%
>=2251	3,0%

Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas, 2009.

**Tabela 25: Kruskal-Wallis remuneração mensal da população em Portugal**

<b>Ranks</b>			
	Habilitações	N	Mean Rank
Remunerações por Intervalos	ate o 5 ano	69	404,69
	ate o 9 ano	149	428,52
	ate o 12 ano	469	389,41
	licenciatura	106	490,38
	mestrado	36	490,28
	Total	829	

<b>Test Statistics<sup>a,b</sup></b>	
Remunerações por Intervalos	
Chi-square	25,738
DF	4
Asymp. Sig.	,000

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: habilidades literárias

Já uma análise da remuneração com base no sexo dos/as inquiridos/as através do teste de Mann-Whitney U indica haver uma associação positiva entre a remuneração e o sexo  $U= 71795,500$ ,  $p= 0.000$  (Tabela 26).

**Tabela 26: Test Mann-Whitney U: Remuneração mensal homens e mulheres**

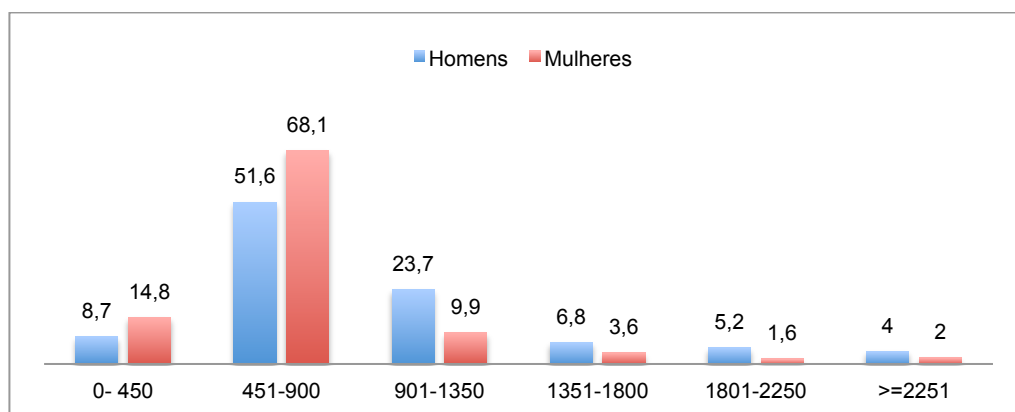
<b>Test Statistics<sup>a</sup></b>	
Remunerações por Intervalos	
Mann-Whitney U	71795,500
Wilcoxon W	171030,500
Z	-7,027
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

a. Grouping Variable: Sexo

A partir do Gráfico 47 pode-se ver, que enquanto 14,8% das mulheres têm o valor da sua remuneração situada entre o intervalo de 0 a 450 euros, apenas 8,7% dos homens recebem entre esses valores. No que diz respeito às remunerações entre 451 e 900 euros, as brasileiras também são superior aos brasileiros, enquanto esses perfazem 51,6%, aquelas correspondem a 68,1%. Contudo, a partir de então, a medida que sobem os valores das remunerações, a presença feminina torna-se cada vez menor, enquanto a masculina tende a crescer. Por exemplo, em relação aos salários entre 900 e 1352 euros, o percentual de homens é de 23,7% enquanto o de mulheres é de 9,9%. E para as remunerações mais elevadas, valores acima de 2251 euros, os homens correspondem a 4%, e as mulheres apenas a 2%. Quando observam-se os salários com os valores superiores entre 1351 a 2251 euros, essa situação permanece, os homens são maioria com 16% e, por sua vez, as mulheres perfazem apenas 7,2%.



**Gráfico 47: Remuneração mensal desagregada por sexo (%)**



Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).

No que se refere a horas de trabalho, com base na Tabela 27 tem-se que 32,3% da população brasileira imigrante em Portugal trabalha cerca de mais de 46 horas por semana e que 31,0% trabalha entre 36 e 40 horas. Valores superiores à média semanal de trabalho em Portugal, como apresentados anteriormente.

**Tabela 27: Hora de trabalho semanal da população inquirida (%)**

Horas de trabalho semanal	
1 - 20	12,2%
21 - 35	8,5%
36 - 40	31%
41 - 45	16,1%
Mais de 46	32,3%

Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas, 2009.

O teste de Mann-Whitney U, mostra que a diferença entre horas trabalhadas por homens e por mulheres é estatisticamente significativa,  $U= 95246,000$  ,  $p< 0.001$  (Tabela 28).

**Tabela 28: Mann-Whitney U: Hora semanal de trabalho homens e mulheres.**

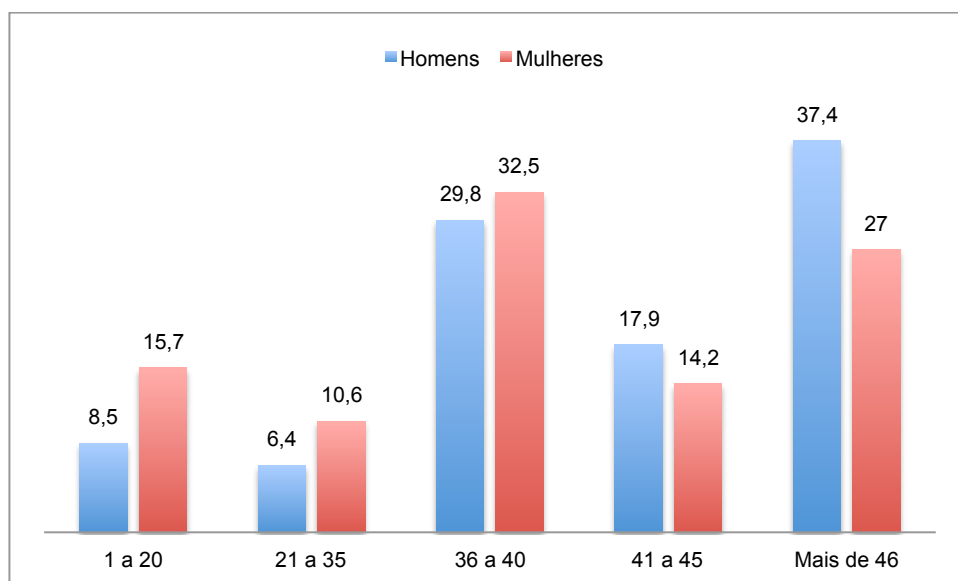
	Quantas horas trabalha, em média, por semana?
Mann-Whitney U	95246,000
Wilcoxon W	216524,000
Z	-4,904
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

- a. Grouping Variable: Sexo  
b.

Há um percentual considerável de homens (37,4%) que trabalha cerca de 46 horas por semana, enquanto apenas 27% das mulheres possuem essa mesma carga horária (Gráfico 48).

Como já demonstrado no Gráfico 35 e reforçado no Gráfico 48, as brasileiras, em geral (32,5%), trabalham entre 36 e 40 horas por semana e somente 29,8% compartilham esse mesmo horário de trabalho. Já 15,7% das mulheres trabalham entre 1 e 20 horas e apenas 8,5% dos homens possuem essa mesma carga horária (Gráfico 46). Pode-se associar o fato de as mulheres trabalharem menos horas à obrigatoriedade de assumir tarefas domésticas. Essa impossibilidade de dedicar mais tempo à atividade de trabalho remunerado contribui também para que sua renda seja inferior a dos homens, como foi apresentado no Gráfico 47.

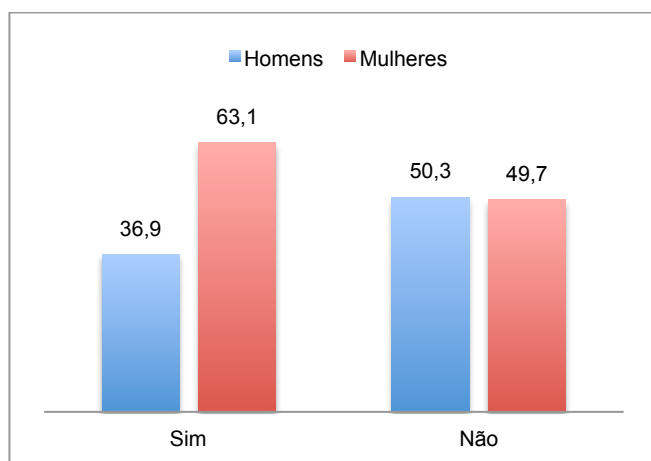
**Gráfico 48: Horas de trabalho semanal desagregada por sexo (%)**



Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).

Por fim, apresento uma análise com relação à percepção do preconceito no acesso ao trabalho e no local de trabalho em função do sexo. No que diz respeito à percepção do preconceito no acesso ao trabalho, é possível, a partir do teste do qui-quadrado, inferir que **existe uma diferença significativa entre a percepção do preconceito entre homens e mulheres  $X^2=21,232$  ( $df = 1$ ),  $p < .000$**  (Tabela 29). Enquanto 63,1% das mulheres reportaram ter passado por alguma situação de discriminação no acesso ao trabalho, apenas 36,9% dos homens responderam afirmativamente (Gráfico 49).

**Gráfico 49: Percepção do preconceito ao acesso ao trabalho desagregado por sexo (%)**



Fonte: Dados do inquérito Vagas Atlânticas (2009).

**Tabela 29: Qui-quadrado – Percepção do preconceito ao acesso ao trabalho entre homens e mulheres**

Teste do qui-quadrado					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	21,232 <sup>a</sup>	1	,000		
Continuity Correction <sup>b</sup>	20,697	1	,000		
Likelihood Ratio	21,388	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	21,215	1	,000		
N of Valid Cases	1236				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 220,42.

b. Computed only for a 2x2 table

A partir da análise dos dados acima, é possível tecer algumas considerações sobre a situação das mulheres brasileiras no mercado de trabalho português. A tendência à feminização da imigração para Portugal é claramente demonstrada com os dados do inquérito. Ao afirmarem que foram os primeiros membros da família a migrarem, as inquiridas afastam a hipótese de que se trate de uma imigração principalmente de caráter familiar. Bem como a análise de sua distribuição geográfica no país corrobora a suposição de que os fluxos migratórios atuais das mulheres brasileiras para Portugal tem um caráter laboral, pois estão situadas, sobretudo, nos distritos onde há maiores possibilidade de emprego. Tal hipótese também se fortalece quando as brasileiras inquiridas afirmam que o principal motivo que as levou a migrar foram razões econômicas. O fato de que muitas delas declararem ter estado em algum momento com a documentação irregular dá indícios para reforçar a ideia de uma inserção no mercado de trabalho desde o início precária, instável e vulnerável. Bem como o alto número de inquiridas que diz ter vindo para Portugal sabendo que

poderia passar por tal situação permite levantar a hipótese de que elas tinham alguma consciência das condições laborais que encontrariam.

Pode-se afirmar que a precariedade laboral é uma característica preponderante, em especial ao considerarem-se as longas jornadas de trabalho, acompanhadas dos baixos salários. A experiência massiva de desemprego, somada à relação de trabalho marcada, em sua maioria, por contratos temporários, atesta a vulnerabilidade das relações laborais das brasileiras no mercado de trabalho português. Soma-se a isso a desqualificação profissional que essas mulheres sofrem logo ao chegar em Portugal. Mesmo que ao longo do tempo pareça haver uma recuperação da colocação laboral, esse processo parece nunca voltar aos níveis do Brasil.

Quando comparada à situação dos homens brasileiros no mercado de trabalho português, as mulheres brasileiras apresentam, também, uma situação laboral inferior. Ainda que tenham melhores níveis de qualificação, inserem-se em postos mais precários e reportam salários mais baixos do que seus compatriotas. Observa-se que a experiência dessas mulheres no mercado de trabalho português interage com os padrões de segregação sexual, que se verificam ainda no país de origem, principalmente no que diz respeito ao desequilíbrio no desempenho de atividades de construção civil e domésticas. São as mulheres que apresentam, também, maiores taxas de desemprego quando comparadas com os homens.

Resumidamente, pode-se dizer que a análise dos dados do inquérito Vagas Atlânticas ilustra de forma concreta os níveis de precarização e vulnerabilização aos quais as mulheres brasileiras estão submetidas, seja quando comparadas com a situação média nacional, seja quando comparadas à realidade de seus compatriotas.

Aqui finalizo a segunda parte desse estudo, concluindo, assim, a contextualização teórica e as análises empíricas. Com isso, no próximo capítulo tecerei minhas considerações finais acerca do processo de inserção laboral das mulheres brasileiras no mercado de trabalho português.



## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além de conclusões formais e irrevogáveis acerca da inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho português, o que pretendo agora é tecer algumas considerações que acredito serem relevantes para a compreensão desse fenômeno. Para isso, reconstruo um pouco o caminho feito para chegar até aqui.

Como apontei ainda na introdução, em virtude das transformações econômicas e políticas, acontecidas tanto em Portugal quanto no Brasil, enquanto realizava esse estudo, mais do que uma contribuição atual e inovadora, essa tese assumiu uma postura quase que de historicidade, buscando preencher uma lacuna nos estudos acerca da imigração de mulheres brasileiras para Portugal.

Os quatro anos desse doutoramento foram um momento de grande efervescência política e econômica que assolou não apenas Portugal, mas toda a Europa, bem como o Brasil, embora em perspectivas diferentes. Enquanto Portugal afundava em uma crise financeira como há muito tempo não se via, o Brasil vivia um crescimento econômico ainda inédito em sua história. Enquanto o sentimento que pairava em Portugal era de depressão, no Brasil era de euforia contínua. No meio dessas transformações, os fluxos de pessoas entre os dois países mostraram sinais de uma possível alteração, reforçando as ideias que advogam que, ainda que as razões econômicas não sejam as únicas, tampouco determinantes nos movimentos migratórios, elas têm um peso que não pode ser minimizado.

Ao começar esse estudo em meados de 2008, além da comunidade brasileira já ser, numericamente, a mais importante em Portugal, o fluxo de entrada de imigrantes daquele país continuava em crescimento, enquanto outros, como, por exemplo, o do Leste Europeu, já apresentavam os primeiros sinais de declínio. Ao final desse trabalho, em Janeiro de 2012, deparei-me com a manchete da capa da revista portuguesa “Visão”, “Brasil – A nova vida dos portugueses”, e com uma matéria de cinco páginas sobre portugueses e portuguesas que estão a migrar para o Brasil. Ou seja, se os números oficiais ainda não capturaram o aumento na saída da comunidade brasileira de Portugal ou uma diminuição na entrada, já se nota os primeiros sinais de um novo fluxo (ou seria um velho fluxo com roupagens de novo?): portugueses e portuguesas bem qualificados que, para fugir da crise, resolvem deixar Portugal e investir no Brasil, onde o crescimento econômico parece, pelo menos temporariamente, ilimitado.

Esse “novo” quadro aparece-me como ideal para reforçar a relevância de algumas proposições apresentadas na primeira parte desse estudo: o trabalho continua sendo central para o acesso à cidadania, coesão e estruturação social. O fato de que venha sendo, constantemente, solapado em seus direitos – como visto, concretamente, ao longo desse último ano em Portugal: aumento da jornada laboral, não pagamento de horas extras, legitimação das formas atípicas de contrato, supressão de feriados e dias de férias, cortes, redução de salários etc. – não retira em momento algum sua importância na organização da sociedade e das vidas privadas e individuais. A orientação laboral da imigração brasileira para Portugal, em suas diferentes vagas, ilustra essa importância. Foi a aposta em uma melhor inserção laboral, a crença de que é o trabalho que

possibilita mudanças de vidas e ascensão social, que moveu uma parte considerável das imigrantes brasileiras que hoje vive em Portugal. Assim como é essa mesma aposta que parece agora mover portugueses e portuguesas para o Brasil.

### **7.1. Análises finais acerca da inserção de mulheres brasileiras no mercado de trabalho português.**

As imigrantes brasileiras, ao chegarem em Portugal, deparam-se com um estereótipo já consolidado acerca do que é uma mulher brasileira. Tal imaginário terá um papel relevante no processo de inserção-exclusão social dessas mulheres na sociedade portuguesa e, conseqüentemente, na trajetória laboral.

A imagem da mulher brasileira em Portugal está longe de ser primordialmente positiva. Tal imagem está montada em cima de um imaginário colonial, sexista, racista e opressor de maneira que as imigrantes vindas do Brasil são constantemente associadas à hipersexualidade, sensualidade e a uma corporalidade específica. A linha entre concebê-las como mulheres simpáticas, alegres e comunicativas e como mulheres fáceis, eróticas e exóticas é muito tênue e, constantemente, ultrapassada na sociedade portuguesa.

São frequentes os discursos de jornais, de novelas, de anúncios publicitários, de portugueses/as e mesmo de brasileiros/as a enfatizarem como as brasileiras são mais bonitas, simpáticas, cuidadosas, alegres e tolerantes. Trata-se do mesmo discurso utilizado para justificar a inserção precária dessas imigrantes em postos de atendimento, vendas, restauração e cuidados, pois ele esconde que essas brasileiras “bonitas, simpáticas, cuidadosas, alegres e tolerantes” submetem-se a situações de exploração laboral às quais as portuguesas, bem como imigrantes europeias, estadunidenses ou de outros países desenvolvidos, evitam: baixos salários, ausência de proteção e direitos sociais, longas jornadas de trabalho.

Ao final desse estudo, parece-me ser necessário repensar a ideia de que as brasileiras ocupam, na hierarquia racial portuguesa, um posto intermédio, enquanto as africanas estariam no ponto mais inferior dessa escala e, no topo, as europeias do leste. Ao que me parece, cada uma dessas mulheres sofre preconceitos e racismos, é oprimida, estigmatizada e humilhada, ainda que de maneiras diferentes. Afinal, com que legitimidade e precisão pode-se medir, quantificar, comparar e hierarquizar níveis de opressão ou discriminação? Acredito que algumas experiências não são passíveis de serem mensuradas.

No caso das brasileiras, a constante associação à atividades no mercado do sexo, tráfico de seres humanos e prostituição é um elemento que acompanha toda sua trajetória laboral em Portugal. O discurso dominante que circula sobre elas através dos média, das próprias entidades reguladoras da imigração e demais órgãos oficiais constitui-se como uma forma sutil de violência simbólica, que por vezes concretiza-se através das explorações, humilhações e, em alguns casos, situações reais de violência física.

Ressalto, ainda, a forma como esse discurso da simpatia, cuidado e beleza das mulheres brasileiras em relação às demais imigrantes e às portuguesas foi naturalizado inclusive por essas próprias mulheres, a ponto de elas mesmas utilizarem-se dele para justificar sua inserção laboral

precária. Cria-se, assim, um mecanismo perverso de dominação, aquilo que as coloca na situação de precariedade laboral é identificado como um atributo positivo que lhes confere superioridade em relação às outras imigrantes e portuguesas, impedindo-as de reconhecer os verdadeiros mecanismos de opressão e exclusão a que são submetidas e, portanto, dificultando reações e resistências. Ao reproduzirem o discurso dominante da superioridade das brasileiras, transformando as outras mulheres em seu outro inferior, as brasileiras repetem o mesmo mecanismo de dominação do qual são vítimas.

As imigrantes que entrevistei também identificam que, paralelo ao discurso da simpatia e alegria, circula um discurso sexista que as narra como mulheres ligadas à prostituição. Enquanto é desse primeiro discurso que elas querem se aproximar, utilizando-se dele quando conveniente, buscam afastar-se do segundo, de maneira que é comum ouvi-las referirem-se a “outras brasileiras”, isto é, uma segunda categoria de brasileiras, diferentes delas, ligadas à prostituição e aos casamentos de conveniência. Fernandes (2008) denominou essa dinâmica de aproximação e afastamento de *jogos de espelhos*. Porém, não se trata de dois discursos diferentes e excludentes, mas sim das duas faces do mesmo discurso. Além disso, a dualidade de tal discurso dominante, ao mesmo tempo em que encobre os reais mecanismos de exploração e opressão laboral aos quais essas mulheres estão submetidas, contribui também para a segregação das próprias brasileiras entre si.

Com base no exposto acima, o pressuposto que sustentou minha investigação foi de que a intensificação da precarização do trabalho contribuiu para o aumento dos fluxos migratórios e para a inserção social vulnerável e marginal dessas imigrantes. O fato de que 56,5% da população feminina abrangida pelo inquérito tenha sido o primeiro membro da família a imigrar enfraquece a hipótese de que a feminização da imigração para Portugal esteja relacionada com reunificação familiar. Como mostrado na análise dos dados do inquérito e das entrevistas, essas mulheres referem-se, principalmente, a motivos de trabalho e econômicos para justificar a decisão de deixar o país. Daí a ideia de que o trabalho continua a ser central para a organização da sociedade e uma das principais vias de acesso à cidadania. Logo, quando esse vem a faltar ou apresenta-se de forma precária, a cidadania também se torna precária.

A feminização da imigração brasileira em Portugal sucedeu em um momento em que o mercado laboral do país deu os primeiros indícios de mudanças mais marcantes, como consequência, sobretudo, da entrada na União Europeia e, posteriormente, da crise econômica de 2008. Dentre essas mudanças, pode-se citar, em um primeiro momento, crescimento econômico, ampliação dos setores de serviços e de turismo, realização de grandes obras de infraestrutura, aumento do nível de qualificação da população portuguesa, seguido do crescimento do mercado informal, das formas atípicas de emprego e de uma paulatina desestabilização do Estado de Providência – flexibilização das leis trabalhistas, diminuição dos benefícios sociais, escassa oferta por parte do Estado de aparelhos de cuidados para crianças e idosos/as, como, por exemplo, infantários e lares. Isto é, o aumento da oferta de postos precários, acompanhado do contexto de crise e desmantelamento do mercado de trabalho em Portugal, estimulou a vinda de trabalhadoras imigrantes, uma vez que criou um nicho de inserção laboral favorável. Os dados do inquérito “Vagas



Atlânticas” reforçam essa análise: as inquiridas eram, em sua maioria, mulheres jovens em idade economicamente ativa (69,5% delas possuíam entre 20 e 39 anos) e com graus de habilitação literária relativamente elevados (52,9% concluíram até o 12º ano e 23% ensino superior, pós-graduação, mestrado ou doutorado), inseridas, principalmente, no setor de serviço e vendas. A partir dessa análise, é possível reconhecer não só o caráter laboral de tal imigração, mas o peso que as metamorfoses do mercado de trabalho tiveram nesse processo.

Para além do contexto de precarização e desestabilização do mercado laboral, as imigrantes brasileiras depararam-se, igualmente, com dinâmicas de segregação sexual e étnico-raciais. Assim como às mulheres portuguesas cabem os postos mais precários, instáveis e mal remunerados quando comparadas aos portugueses, a trajetória laboral das brasileiras é mais precária do que a de seus compatriotas. Elas estão expostas a maiores períodos de desemprego, assumem trabalhos com piores remunerações e menos prestígio social, apesar de possuírem qualificações mais elevadas. Segundo o inquérito utilizado, o nível de qualificação de 76% das brasileiras encontrava-se entre o 12º ano e formação avançada (licenciatura, pós-graduação e mestrado), enquanto apenas 67,7% dos brasileiros atingiram esse nível. Porém, apesar disso, a taxa de desemprego entre as mulheres era superior, 17,5% da população feminina estava, no momento da aplicação do inquérito, em situação de desemprego e apenas 13,3% dos homens relataram o mesmo. Ou seja, às imigrantes brasileiras são reservados os postos mais degradados, menos qualificados e rejeitados pelos trabalhadores e trabalhadoras portuguesas e também inferiores àqueles ocupados pelos brasileiros. Tais mecanismos de segregação contribuem para que os níveis de exploração, vulnerabilidade e marginalização aos quais essas mulheres estão expostas sejam não apenas superiores aos dos homens brasileiros, mas também aos das mulheres portuguesas.

As longas e exaustivas jornadas de trabalho, alternância de turnos, somadas aos baixos salários, à instabilidade e temporalidade contratual (quando existem contratos formais), os altos níveis de exploração, as constantes humilhações, dentre tantas outras características das atividades exercidas pelas mulheres brasileiras, fazem com que o trabalho, mais do que um meio de acesso à cidadania, apresente-se como um mecanismo de segregação e marginalização, contribuindo para reforçar a imagem de que são cidadãs de segunda categoria. Os dados do “Vagas Atlânticas” ilustram algumas dessas características: a jornada laboral de 27% das brasileiras é de mais de 46 horas semanais, portanto, superior à média nacional que, no primeiro semestre de 2009, foi de 36,3 horas (Boletim Estatístico do MTSS de Maio de 2009); a remuneração mensal média da maioria das trabalhadoras brasileiras (68,1%) situa-se entre 451 e 900 euros, igualmente inferior à média nacional dos rendimentos das trabalhadoras portuguesas em abril de 2009 que, segundo os dados do Boletim Estatístico do MTSS de Fevereiro de 2012, foi de 946,30 euros. Nessa medida, é possível dizer que a centralidade do trabalho – que se defende na presente tese – pode assumir-se, para alguns/mas, como espaço de oportunidades e empoderamento, mas para muitos/as trabalhadores/as é, acima de tudo, sinônimo de exploração e sofrimento. Importa, por isso, sustentar que, no caso das mulheres brasileiras imigrantes, o trabalho funciona menos como um instrumento de promoção de cidadania e mais como uma forma de exclusão, confinando-as a postos precários que resultam em uma inserção social vulnerável e igualmente precária.

Ainda que não sejam os únicos motivos, as questões econômicas e profissionais foram apresentadas pelas mulheres entrevistadas e inquiridas (54,9%) como uma das principais razões para imigrar. Nesse caso, oportunidade profissional não se traduz em equivalência entre o nível do trabalho que se realizava no Brasil e aquele em Portugal, mas sim na possibilidade de exercer alguma atividade legal remunerada, ou seja, a principal preocupação não era com *status* ou prestígio social, mas sim com os ganhos econômicos – a grande maioria continua a realizar trabalhos inferiores a suas qualificações. Logo, se a inserção laboral formal e regular não é possível (e quando o é, acarreta perdas nos salários em virtude dos descontos e impostos), a inserção irregular aparece não apenas como a única saída, mas também como conveniente.

A maior parte das mulheres que entrevistei, assim como 62,2% das brasileiras abrangidas pelo inquérito “Vagas Atlânticas”, não só esteve em situação de irregularidade de cidadania como também trabalhou sem contrato e nenhuma delas relata ter tido problemas com a entidade empregadora ou com o SEF. Ainda que tivessem medo da fiscalização e, por isso, submetessem-se a condições de exploração laboral impostas pelos/as empregadores/as sem grandes questionamentos e, em geral, o comportamento fosse de retraimento e resignação, quando achavam que haviam atingido um nível que consideravam excessivo – atrasos de pagamento frequentes, exigência abusiva de horas extras, humilhações e gritos –, elas faziam-se ouvir. Muitas delas afirmaram não ter medo de serem denunciadas, pois sabiam que os/as empregadores/as também teriam consequências e revelaram ter consciência de que as penalidades daquela situação recairiam sobre toda a gente envolvida. Por outro lado, os/as empregadores/as, por conta da situação de irregularidade dessas mulheres, estavam conscientes de que o seu potencial de reivindicação e de exigências com as condições de trabalho, direitos, benefícios e salários seria bastante inferior ao de outros/as trabalhadores/as nacionais ou de imigrantes com situação regularizada, portanto, empregá-las aparecia também como uma situação oportuna.

Ou seja, por um lado, a precarização da situação laboral empurra as imigrantes brasileiras para o mercado informal, mas, por outro, elas encontram, em curto prazo, nesse tipo de trabalho, a possibilidade de atingir seus objetivos financeiros. E enquanto trabalhavam nessas condições, elas ganhavam tempo para regularizar a situação dos documentos perante o SEF, fosse pela espera de medidas de regularização extraordinárias, fosse pela espera em encontrar um emprego com contrato que possibilitasse esse processo.

Isso denuncia, também, uma convivência dos órgãos reguladores e controladores referentes a assuntos laborais e de imigração, nomeadamente o SEF, o Ministério do Trabalho e os sindicatos, já que fazem, regra geral, vista grossa para situações ilegais de seu conhecimento. Algumas das mulheres que entrevistei trabalhavam em grandes empresas (como a ZON ou a PT), ou seja, não era, por exemplo, uma pequena tasca perdida no Alentejo, onde a fiscalização seria mais difícil.

Como afirma Baganha (2005), as políticas migratórias portuguesas exerceram um papel importante para o aumento da imigração para o país. As pressões do mercado por mão de obra de baixo custo levou à criação de várias medidas extraordinárias de regularização da população imigrante em Portugal. Tais medidas favoreceram a ineficiência da legislação já existente, bem como o crescimento dos mercados ilegais. Tratava-se menos de medidas que buscaram assegurar uma

melhor inserção social, a garantia de direitos sociais e econômicos de cidadania dessa população, e sim de medidas que cederam às exigências, pensadas, até então, como conjunturais do mercado de trabalho. O Acordo Luso-Brasileiro sobre a contratação recíproca de nacionais, assinado em 11 de Junho de 2003, é um exemplo claro desse tipo de política. Longe de ser neutro, o acordo traduz claramente a supremacia dos interesses do mercado sobre os processos de integração real dos/as imigrantes. Almejava-se mais responder às pressões dos setores da construção civil e do turismo (onde se localizava e ainda se localiza de maneira irregular grande parte da comunidade brasileira) e às exigências da União Europeia em relação à transparência dos mercados de trabalho, do que propriamente uma política inclusiva, de integração e melhoria da condição dos brasileiros e brasileiras em Portugal.

Dessa forma, diria ser mais prudente falar que a conjuntura política e econômica portuguesa, na altura da mudança no perfil do fluxo migratório brasileiro para Portugal – proliferação de empregos não qualificados, principalmente no setor de serviços e turismo; facilidade de regularização da situação em virtude das várias medidas de regularização extraordinárias; estabilidade econômica com a entrada na zona Euro, o início das medidas neoliberais que lentamente levaram à flexibilização e precarização do mercado de trabalho –, somada à instabilidade econômica vivida no Brasil na época, era propícia para a entrada de imigrantes em tarefas precárias, do que, propriamente, atribuir a esse grupo o desmantelamento do mercado de trabalho português.

Brevemente, pontuo agora como outros motivos juntam-se àqueles citados (laborais e econômicos) para justificar a permanência em Portugal. Quando das entrevistas, as mulheres com quem conversei já identificavam perdas nos rendimentos, aumento da carga horária de trabalho em comparação ao momento inicial, maiores dificuldades em encontrar trabalho. Porém, demonstravam, ainda, interesse em ficar no país, ponderando outros ganhos para além dos rendimentos concretos. A possibilidade de aceder a bens de consumo, fossem os de necessidade básica (geladeiras, fogões) com melhor qualidade ou itens eletrônicos que no Brasil costumavam ser restritos a uma pequena parte da população (computadores, televisores LCD, celulares e carros) surge como um dos grandes motivadores da decisão de permanecer em Portugal.

Em um momento no qual parece que o trabalho deixou de ser o principal meio de inserção social e de acesso à cidadania – uma vez que, além de mais escasso, tem sido cada vez mais deprecado nessas suas capacidades –, a ideia de inserção social através do consumo, constantemente propagada pelos média, mostra-se sempre mais forte, pelo menos no plano das representações e subjetividades. De maneira falaciosa, vende-se a ideia de que a partir do consumo de certos itens tem-se assegurada e garantida a inserção social.

Sendo os níveis de precariedade laboral em Portugal atualmente semelhantes àqueles do mercado de trabalho brasileiro, mas que ainda permitem aceder a bens de consumo que lá não são possíveis, assim como a qualidade de vida no contexto português no que diz respeito à superioridade dos serviços públicos de transporte, saúde, educação e aos níveis de violência urbana inferiores àqueles do Brasil, permanecer em Portugal parecia uma decisão plausível, apesar da crise, que no momento das entrevistas (2009 e início de 2010) não estava tão acentuada.

O interessante, aqui, é perceber como as motivações entre a decisão de deixar o Brasil e a de permanecer em Portugal mudam ao longo dos anos, principalmente naquelas mulheres que são mães. Elas constantemente fazem referência à maior tranquilidade de criar seus filhos e filhas em um país onde a violência urbana é menor, onde os custos com a educação são mais baixos, assim como a qualidade do ensino público é superior àquela do Brasil. Identificam-se, nesse tipo de discurso, velhos estereótipos de gênero no que diz respeito à relação mulher-família. Isto é, se por um lado a experiência da migração oferece uma possibilidade para redesenhar esses papéis; por outro, algumas concepções parecem continuar a se repetir, mostrando o quão tais estereótipos estão incrustados na organização da nossa sociedade, nesse caso, a ideia de que as mães devem ter muita dedicação e responsabilidade com a família.

Resumidamente, diria que trabalho, precarização laboral, segregação social e marginalização são palavras-chave para compreender o fenômeno em questão. O trabalho, ainda que não seja o único elemento, aparece como uma categoria fundamental a ser considerada no processo de feminização da imigração brasileira em Portugal e de inserção na sociedade portuguesa. As condições de precariedade laboral que essas mulheres encontram em Portugal contribuem, senão de forma exclusiva, pelo menos de forma intensa para uma inserção social igualmente precária, marcada pela segregação, exploração e estigmatização. O imaginário colonial português em relação às mulheres brasileiras, ainda existente, é outro elemento que reforça o lugar de inferioridade e exclusão reservado a essas mulheres no país. Porém, ressalto que tal situação, por pior que pareça, não tira dessas mulheres a capacidade de ressignificar a experiência da exclusão a que estão submetidas e buscar formas de fugir a esse estereótipo.

## **7.2. Por onde prosseguir**

Escrito sobre três diferentes eixos – discussão teórica, investigação de campo e análise do meu “eu” de investigadora –, nesse momento, acredito finalmente ter concluído o que me propus. Contudo, a construção de um conhecimento engajado e crítico, comprometido com a mudança social, além de contínua, deve ser constantemente renovada. As mudanças da configuração social parecem ser mais velozes do que o que fui capaz de apreender, mas acredito que isso é também um aprendizado constante da investigação. Acresce que tenho consciência de que não consegui imprimir, ao longo da tese, o caráter feminista que desejava, porém esse é outro tipo de aprendizado, que mais do que dos livros, constrói-se na prática cotidiana.

Ao longo desse estudo, alternei diversas vezes o lugar de investigadora doutoranda com o de brasileira imigrante, com o de doutoranda brasileira, com o de investigadora imigrante. A opção por escrever todo esse estudo na primeira pessoa, mais do que um ato de egoísmo, ou de individualidade, ou não reconhecimento das várias vozes que ecoam nessas páginas, foi por acreditar que a escrita acadêmica implica em um nível de responsabilização e comprometimento que não pode diluir-se no coletivo. Somos, sim, todas as pessoas responsáveis coletivamente pela configuração da nossa sociedade, mas também o somos individualmente e não se pode nunca perder a dimensão do individual na construção do coletivo.

Acredito que, com essa investigação, pode-se considerar preenchida uma importante lacuna acerca dos estudos sobre imigração brasileira para Portugal, a relação das mulheres brasileiras com o mercado de trabalho. Porém, dos meus estudos da psicanálise (e das minhas leituras do Caio), sei que algo sempre faltará e com essa tese não haveria de ser diferente. Para que fosse possível viabilizar essa investigação, foi necessário um recorte grande dos setores do mercado de trabalho a serem estudados, atestando aqui um dos aspectos de sua incompletude. E ainda que não tenha feito diferenciações entre a situação de regularização diante do SEF, reconheço ser essa uma variável de muito peso na inserção laboral da população imigrante – trazida, inclusive, pelas próprias entrevistadas. Sabe-se que a realidade das imigrantes brasileiras que se encontram em situação de irregularidade é extremamente delicada, posto que são o grupo mais vulnerabilizado e menos protegido pela legislação –, a dissertação de mestrado de Téchio (2006) já apontou alguns elementos iniciais para pensar essa realidade. Contudo, sua complexidade, sobretudo no que diz respeito ao mercado laboral e o papel das entidades reguladoras nesse processo (ora ameaçador, ora conveniente), exige estudos mais profundos. Ao final, aparecem, também, as perguntas: Como se dá a inserção das mulheres brasileiras em postos altamente qualificados? Quais serão os obstáculos? Enfrentarão também situações de preconceito? De que tipo?

Ao longo desses escritos, enunciei várias vezes a transformação nos fluxos migratórios do Brasil para Portugal atualmente. Por conta da crise que assolou a economia portuguesa desde 2008 e intensificou-se nos últimos dois anos e do crescimento intenso da economia brasileira, o esperado é que não só o fluxo da imigração brasileira para Portugal diminua, bem como se inicie um movimento de retorno dessa comunidade para o Brasil. Sei que estudos iniciais sobre essa tema já começaram a ser realizados e que, em geral, têm se preocupado em investigar, principalmente, como se dá a reinserção dos brasileiros e brasileiras ao retornarem ao Brasil. Contudo, pergunto-me quais serão as consequências da saída dessa comunidade para o mercado de trabalho português. Quem cobrirá os postos de trabalho que serão deixados vazios? Novos imigrantes? Portugueses e portuguesas? Mais ainda, indago se a mudança na imagem do Brasil no mundo, agora visto como uma potência econômica, somado ao reconhecimento político internacional que a Presidenta Dilma Rousseff vem ganhando (em maio de 2012 foi considerada pela revista americana Forbes “a segunda mãe mais poderosa do mundo”), alterará a imagem da mulher brasileira em Portugal e, conseqüentemente, em relação ao processo de inserção laboral, ao invés de “mulheres bonitas, simpáticas e alegres”, serão vistas como mulheres “independentes, empreendedoras e trabalhadoras”?

Por isso, resgatando, mais uma vez, a psicanálise, se é a falta que nos move, que as lacunas faltosas de minha tese sejam motivadoras para estudos futuros.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, Giovanni (2000) *O novo (e precário) mundo do trabalho – Reestruturação produtiva e crise do capitalismo*, São Paulo, Boitempo.
- Alves, Giovanni (2011) *Trabalho e subjetividade – o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*, São Paulo, Boitempo.
- Alvim, Filipa; Togni, Paula (2010) Sob o véu dos direitos humanos: tráfegos, tráficos e políticas públicas para a imigração. Um estudo de caso sobre as mulheres brasileiras em Portugal, *Atas do 1º seminário de Estudos sobre imigração brasileira na Europa*. Barcelona: Universitat de Barcelona, p. 142-145.
- Antunes, Ricardo (1995) *Adeus ao Trabalho: ensaio sobre a metamorfose e a centralidade no mundo do trabalho*, São Paulo, Cortez, Ed. Unicamp.
- Antunes, Ricardo (1999) *Os sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, São Paulo: Boitempo.
- Antunes, Ricardo; Alves, Giovanni (2004) As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital, *Educação e Sociedade, Campinas*, 25(87), p. 335-351.
- Antunes, Ricardo (2005) *O Caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do Trabalho*, São Paulo, Boitempo.
- Arango, Joaquin (2000) Enfoques conceptuales y teóricos para explicar la migración, *Revista internacional de Ciencias Sociales*, UNESCO.
- Baganha, Maria Ioannis (1998) "Immigrant involvement in the informal economy: the Portuguese case", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 24(2), p. 367-385.
- Baganha, Maria Ioannis (2002) A cada Sul seu Norte: Dinâmicas Migratórias em Portugal, in Santos, Boaventura de Sousa (org.) *A globalização e as Ciências Sociais*, São Paulo, Cortez, p. 133-158.
- Baganha, Maria Ioannis (2003) From closed to open doors: Portuguese emigration under the corporatist regime, in *e-Journal of Portuguese History*, 1.1, 1–16, disponível em: <[http://www.brown.edu/Departments/Portuguese\\_Brazilian\\_Studies/ejph/](http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/)>, acessado em: 15 de Jan 2011.
- Baganha, Maria Ioannis (2004) Imigração e mercado de trabalho em Portugal, in Pinto, Antonio Costa (coord.) *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Ed. Dom Quixote.
- Baganha, Maria Ioannis (2005) Política de imigração: a regulação dos fluxos, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73, 29-44.
- Baganha, Maria Ioannis (2007) Dinâmicas Migratórias em Portugal. Trabalho apresentado no Colóquio Globalização e Pobreza e Migrações Ciclo "África começou Mal, África está Mal: A tragédia Africana", *Anais...*, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 9 de Março, disponível em: <[http://www4.fe.uc.pt/ciclo\\_int/doc\\_06\\_07/baganha.pdf](http://www4.fe.uc.pt/ciclo_int/doc_06_07/baganha.pdf)>, acessado em: Jan., 2009.
- Baganha, Maria Ioannis; Ferrão, João; Malheiros, Jorge (1999) Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português, *Análise Social*, 34(150), p. 147-173.
- Baganha, Maria Ioannis; Góis, Pedro (1999) Migrações Internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 52/52, 229-280.
- Baganha, Maria Ioannis; Marques, José Carlos; Góis, Pedro (2002) O Sector da Construção Civil e Obras Públicas em Portugal: 1990-2000, *Oficina do CES*, 173.
- Balibar, Etienne; Wallerstein, Immanuel (1998) *Race, nation, class: ambiguous identities*, London, Verso.
- Barbosa, Rosana (2003) Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil, *Arquipélago, História*, 2º série, VII, p. 173-196.
- Bauman, Zigmunt (1997) *O mal estar da pós-modernidade*, Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.

- Beck, Ulrich (1997) Capitalismo sem trabalho, *Ensaio FEE*, 18(1), 41-55.
- Beck, Ulrich (2000) *The brave new world of work*, Cambridge, Uk, Polity Presse.
- Biernacki, Patrick; Waldorf, Dand (1981) Snowball sampling: Problems and techniques of chain referral sampling, *Sociological Methods and Research*, v.10, 141–163.
- Brah, Avtar; Phoenix, Ann (2004) Ain't I A Woman: Revisiting Intersectionality', *Journal of International Women's Studies*, 5(3), 75-86.
- Brah, Avtar (2006) Diferença, diversidade e diferenciação, *Cadernos Pagu*, v.26, p. 329, 376.
- Brah, Avtar (2011) *Cartografias da diáspora*, Madrid Traficantes de sueños.
- Browne, Kath (2005) Snowball sampling: using social networks to research non-heterosexual women, *International Journal of Social Research Methodology*, v8(1), 47- 60.
- Bourdieu, Pierre (1997) *A miséria do mundo*, Petrópolis, RJ, Vozes.
- Bourdieu, Pierre (2000) *Poder Simbólico*, Petrópolis, RJ, Vozes.
- Burawoy, Michael (1985) *The Politics of Production*, London, Verso.
- Burawoy, Michael (1990) A transformação dos Regimes Fabris no Capitalismo Avançado, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 16, disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_13/rbcs13\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_13/rbcs13_02.htm)>, acessado em: Dez, 2011.
- Burawoy, Michael (1991) The extended Case Method, in Burawoy, Michael *et. al. Ethnography unbound: power and resistance in the modern metropolis*, Berkley University, University of California Press.
- Burawoy, Michael (2008) The Public Turn: from labor process to labor movement, *Work and Occupation*, v. 35, n. 4, p. 371-387.
- Burke, Isabel (2007) *Brasileiras no exterior: envolvimento na prostituição e o desafio dos direitos humanos*, disponível em: <[http://www.csem.org.br/pdfs/mulheres\\_brasileiras\\_em\\_portugual\\_pesquisa\\_de\\_isabel\\_burke.pdf](http://www.csem.org.br/pdfs/mulheres_brasileiras_em_portugual_pesquisa_de_isabel_burke.pdf)>, acessado em: Fev., 2009.
- Butler, Judith (2002) *Cuerpos que importan: Sobre los límites materiales y discursivos del << sexo>>*, Buenos Aires, Paidós.
- Butler, Judith (2008) *Gender Trouble*, New York, Routledge.
- Caparrós, Maria *et al.* (2008) Mujer, inmigración, trabajo y ciudadanía: empoderando a las mujeres, *Ex æquo*, 17, 35-51.
- Casa do Brasil de Lisboa (2004) *A 2ª vaga de Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa, Casa do Brasil de Lisboa/Acime.
- Casaca, Sara Falcão (2005a) *Flexibilidade de emprego, novas temporalidades de trabalho e relações de gênero*, Dissertação de doutoramento, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.
- Casaca, Sara Falcão (2005b) Flexibilidade, trabalho e emprego: ensaio de Conceptualização, *SOCIUS Working Papers*, Lisboa, ISEG/UTL, 10.
- Casaca, Sara Falcão (2005c) Flexibilidade, emprego e relações e gênero - A situação de Portugal no contexto da União Européia, in Kovács, Ilona (org.) *Flexibilidade e Emprego*. Oerias, Celta, 55-89.
- Casaca, Sara Falcão (2009) Revisitando as teorias sobre a divisão sexual do trabalho, *SOCIUS Working Papers*, Lisboa, ISEG/UTL, 4.

- Casaca, Sara Falcão (2010a) As desigualdades de gênero em tempos de crise: um contributo para a reflexão sobre as implicações de vulnerabilidade laboral, *Revista Sociedade e Trabalho*, nº 41, p. 183-203.
- Casaca, Sara Falcão (2010b) A (des)igualdade de gênero e a precarização do emprego, in Virgínia Ferreira (org.) *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias*, Lisboa, CITE, 261-290.
- Castel, Robert (1998) *As metamorfoses da questão social: uma crônica do Salário*, Petrópolis, RJ, Vozes.
- Castel, Robert (2008) *A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones*. Petrópolis- Rio de Janeiro: Vozes.
- Catarino, Christiane; Oso, Laura (2000) La inmigración femenina em Madrid y Lisboa: hacia una etnización del servicio doméstico y de las empresas de limpieza, *Paper*, 60, 183-207.
- Catarino, Christiane (2007) *New Female Migrants in Portugal: A State of the Art*. Working Paper, No5, WP4 February. disponível em [http://www.femipol.unifrankfurt.de/docs/working\\_papers/state\\_of\\_the\\_art/Portugal.pdf](http://www.femipol.unifrankfurt.de/docs/working_papers/state_of_the_art/Portugal.pdf) acedido em: Mar, 2009.
- Comissão para a cidadania e igualdade de gênero (CIG) (2009) *Igualdade de gênero em Portugal*, disponível em: <http://www.igualdade.gov.pt/index.php/pt/documentacao/publicacoes/527-20100303-igualdade-genero-2009>, acedido em: Mar, 2010.
- Comissão para igualdade no trabalho e no emprego (CITE) (2003) *Manual de Formação em Igualdade de Oportunidades entre homens e mulheres*, disponível em: [http://www.cite.gov.pt/imgs/downloads/Manual\\_CITE.pdf](http://www.cite.gov.pt/imgs/downloads/Manual_CITE.pdf), acedido em: Jan, 2010.
- Comissão para igualdade no trabalho e no emprego (2010) *Relatório sobre o processo da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no trabalho, no emprego e na formação profissional*, 2009, disponível em: [http://www.cite.gov.pt/asstscite/downloads/Relat\\_Lei10\\_10.pdf](http://www.cite.gov.pt/asstscite/downloads/Relat_Lei10_10.pdf), acedido em jan 2011.
- Crompton, Rosemary; Mann, Michael (1989) *Gender and stratification*, Cambridge, Polity Press.
- Crompton, Rosemary (1997) Diferença sexual e análise das classes, *Revista crítica de ciências sociais*, 49, p. 23-43.
- Crenshaw, Kimberlé (2004) Intersectionality and identity politics: Learning from violence against women of color, in Kolmar, Wendy; Bartkowski, Frances (eds.) *Feminist theory: A reader*. McGraw-Hill.
- Costa, Hermes (2009) A flexisegurança em Portugal: Desafios e dilemas da sua aplicação, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 86, 123-144.
- Costa, Patrícia R. S. Moura; Grossi, Miriam Pillar (2010) Violência de gênero: assassinos/as impiedosos/as ou elouquecidos/as pela dor do amor?, *Revista Estudos Feministas*, v. 18, nº 2, maio-agosto, p. 620-622.
- Cunha, Isabel et al. (2004) *Media, Imigração e Minorias Étnicas*, Lisboa, ACIDI.
- Cunha, Isabel (2004) *A mulher brasileira na televisão portuguesa*, Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II Ibérico, Vol. III, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 535-553.
- Cunha, Teresa (2011) *Para além de um Índico de desesperos e revoltas. Uma análise feminista pós-colonial das estratégias de autoridade e poder das mulheres de Moçambique e Timor-Leste*, Dissertação de doutorado, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Davis, Kathy (2008) Intersectionality as Buzzword: A Sociology of Science Perspective on What Makes a Feminist Theory Successful, *Feminist Theory* 9 (1) 67-85.
- Dedecca, Cláudio S. (2005) Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil, *Revista de Economia Política*, 25(1), São Paulo, REP.
- Egreja, Catarina. Peixoto, João (2010) Inserção no Mercado de trabalho e mobilidade profissional, *Conferência Migrações Internacionais: Brasileiros no Mundo*, CIES, 18 de Outubro.



- Egreja, Catarina; Peixoto, João (2011) Caminhos limitados ou mobilidade laboral bloqueada: Mobilidade socioprofissional dos imigrantes brasileiros em Portugal, *Sociologia, Problemas Práticos*, 67, p. 43–64.
- Estanque, Elísio (1999) Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, p. 113-140.
- Estanque, Elísio (2000) *Entre a Fábrica e a Comunidade: subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado*, Porto: Afrontamento.
- Estanque, Elísio (2001) Do autoritarismo despótico aos novos desafios do sindicalismo: reflexões sobre o trabalho industrial na era da globalização, *Revista de Psicologia Política*, 2, p. 9 -22.
- Estanque, Elísio (2003a) O efeito classe média: desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI, in Cabral, Manuel Villaverde; Vala, Jorge; Freire, André (orgs.) *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça*, Lisboa, ICS, p. 69-105.
- Estanque, E. (2003b) Um sociólogo na fábrica: para uma metodologia da envolvência social, *Metodologia e Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, p. 61–76.
- Estanque, Elísio (2004) Class and Social inequalities in Portugal. From class structure to working-class practices on the shop floor, in Waters, Mary; Devine, Fiona (orgs.) *Social Inequalities in Comparative Perspective*, UK, Blackweell publishing.
- Estanque, Elísio (2005a) Classes, precariedade e ressentimento: mudanças no mundo laboral novas desigualdades sociais, *Oficina do CES*, 238.
- Estanque, Elísio (2005b) O despotismo Fabril: violência e poder numa empresa industrial de calçado, *Revista Portuguesa de História*, 37, 131-152.
- Estanque, Elísio (2005c) Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, p. 113-140.
- Estanque, Elísio (2005d) Análise de classes e desigualdades sociais em Portugal: em defesa da perspectiva compreensiva, *Oficina CES*, 221, disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/221.pdf>>, acedido em Jan, 2009.
- Estanque, Elísio (2006) A questão social e a democracia no início do século XXI: participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo, *Oficina do CES*, nº 264.
- Estanque, Elísio (2008) Sindicalismo e movimentos sociais: dilemas e perplexidades, *JANUS– Anuário de Relações Internacionais*, vol. XX, Lisboa, UAL/ Jornal Público, p. 184-185.
- Estanque, Elísio (2009a), "A Crise Mundial e os Dilemas do Trabalho", *Estudos do Trabalho – Revista da RET*, Ano III, 5, p. 1-19.
- Estanque, Elísio (2009b) Sociologia e engajamento em Portugal: reflexões a partir do trabalho e do sindicalismo, *CRH - Centro de Recursos Humanos*, Salvador da Bahia, 22, 56, p. 311-324.
- Estanque, Elísio (2010) Trabalho e sociedade: reflexões sobre a questão laboral em Portugal, *Revista VIRUS*, 8, Jan/Fev.
- Estanque, Elísio (2012) O Estado Social em causa: instituições, políticas sociais e movimentos sociolaborais no contexto europeu, in Silva, Filipe Carreira (org.), *Atitudes perante o Estado e as Políticas Sociais*, Lisboa, ICS (no prelo).
- Estanque, Elísio; Costas, Hermes (2012) Trabalho, precariedade e movimentos sociolaborais, in Casaca, Sara Falcão (org.) *Mudanças Laborais e Relações de Género: novos vetores de (des)igualdade*, Lisboa/Coimbra, Almedina.
- Eurostat (2010), *Indicators for monitoring the Employment Guidelines including indicators for additional employment analysis*, disponível em: <<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=477&langId=en>>, acedido em: Abril, 2010.

- Eurostat (2011) *Second European Quality of Life Survey – Family life and work*, disponível em: <<http://www.eurofound.europa.eu/publications/htmlfiles/ef1002.htm>>, acessado em: em Jan, 2012.
- Eurostat (2010) *Second European Quality of Life Survey – Family life and work*, disponível em: <<http://www.eurofound.europa.eu/publications/htmlfiles/ef1002.htm>>, acessado em: em Jan, 2011.
- Fairclough, Norman (2001) *Discurso e mudança social*, Brasília, Ed. UNB.
- Farré, Lúcia *et al.* (2009) Immigration, Family Responsibilities and the Labor Supply of Skilled Native Women, *IZA Discussion Papers 4265*, Institute for the Study of Labor (IZA).
- Fernandes, Gleiciani Maria de Oliveira (2008) *Viver Além-Mar: Estrutura e Experiência de Brasileiras Imigrantes na Região Metropolitana de Lisboa*, Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa – Portugal.
- Ferreira, António Casimiro (2009) *Da Sociedade Precária à Sociedade Digna: balanço da evolução social em Portugal 2003-2008*, Coimbra, CES, Relatório Preliminar/ Working paper.
- Ferreira, António Casimiro (2012) *O Trabalho e os seus Direitos: perspectivas da sociologia do direito do trabalho* (prelo). Coimbra: Almedina.
- Ferreira, Virgínia (1993) Padrões de segregação das mulheres no emprego – uma análise do caso português no quadro europeu, in Santos, Boaventura de Sousa (org.) *Portugal, um retrato singular*, Porto, Afrontamento, 233-260.
- Ferreira, Virgínia (1999) Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 232-257.
- Ferreira, Virgínia (2003) *Relações Sociais de sexo e segregação do emprego: uma análise da feminização dos escritórios em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.
- Ferreira, Virgínia (2010) A Evolução das Desigualdades entre Salários Masculinos e Femininos: Um Percurso Irregular, in Ferreira, Virgínia (org.), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias*, Lisboa, CITE, p. 139-190.
- Ferin, Isabel; Santos, Clara Almeida (2006) *Media, Imigração e Minorias Étnicas II*, Lisboa, ACIDI.
- Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais – Ministério das Ciências Tecnologias e do Ensino Superior(GPEARI/MCTES ) (2011) PORDATA, acessado em Jan 2012 07 novembro 2011
- FERVER – Fartos d’Estes Recibos Verdes (2009) *Dois anos a ferver – retrato da luta, balanço da precariedade*, Porto, Afrontamento.
- Freitas, Ana Cláudia (2009) *Percurso de Imigração de Mulheres Brasileiras para fins de Prostituição em Portugal*, Dissertação de Mestrado, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Fonseca, Lucinda *et al.* (2005). Portugal, in Schibel, Jan Niessen, Yongmi; Thopmson, Cressida (eds) *Current Immigration debates in Europe: A publication of the European Migration Dialogue*, Migration Policy Group, disponível em: <[http://www.migpolgroup.com/publications\\_detail.php?id=119](http://www.migpolgroup.com/publications_detail.php?id=119)>, acessado em: Out., 2009.
- Foucault, Michel (1999) *A história da Sexualidade, Volume I – A vontade de saber*, Rio de Janeiro, Graal.
- Garrido, Ángeles A.; Olmos, Juan C. C. (2006) Economía étnica. Teorías, conceptos y nuevos avances, *Revista Internacional de Sociología*, Vol. LXIV, 117-143.
- Geertz, Clifford (1987) *A Interpretação da Cultura*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.

- Góis, Pedro, Marques, José Carlos; Peixoto, João; Padilla, Beatriz (2009) Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal, *Revista Imigrações*, 05, Lisboa, Observatório da imigração – OI, Alto Comissariado para a imigração e Dialogo Intercultural (ACIDI).
- Góis, Pedro; Marques, José Carlos (2012) *A emergência das migrações do feminino*. Fórum Gulbenkian Migrações, Cascais, Príncipia
- Gomes, Mariana Selister (2009) *Marketing Turístico e Violência contra as Mulheres: (des)(re)construções do Brasil como um Paraíso de Mulatas*, Tese de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
- Gomes, Mariana Selister (2011) Mulheres brasileiras em Portugal e imaginários sociais: uma revisão crítica da literatura, *CIES e-Working Paper*, nº 106/2011, disponível em: [http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP106\\_Gomes.pdf](http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP106_Gomes.pdf), acedido em Jan 2012.
- Gorz, André (1997) *Reclaiming Work: Beyond the wage-Based Society*, Cambridge, Uk, Polity Press.
- Grassl, Marzia (2006) “Formas Migratórias: casar com o passaporte no espaço Schengen. Uma introdução ao caso de Portugal”, in *Etnográfica*, vol. X, n.o 2, Centro de Estudos de antropologia social, ISCTE, pp. 283-306.
- Guia, Maria João (2008) *Imigração e Criminalidade – Caleidoscópio de Imigrantes Reclusos*, Coimbra, Almedina.
- Haraway, Donna (1992) *Primate visions: gender, race and nature in the world of modern science*, Londres, Verso, 1992.
- Hartmann, Heidi (1980) Un matrimonio mal avenido: hacia una unión más progressiva entre marxismo y feminismo, *Zona Abierta*, 24, p. 85-113.
- Hartmann, Heidi (1990) Capitalism, Patriarchy and Job segregation by Sex. in Giddens, Anthony; Held, David (eds) *Classes, Power and Conflict: classical and contemporary debates*, Basingstoke, Macmillan Education.
- Hespanha, Pedro (2002) Individualização, fragmentação e risco social nas sociedades globalizadas, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, outubro, p. 21-31.
- Hirata, Helena (2001/2002) Globalização e divisão sexual do trabalho, *Cadernos Pagu*, 17/18, p. 139-156.
- Hirata, Helena (2002a) *Nova divisão sexual do trabalho: Um lugar voltado para a empresa e a sociedade*, São Paulo, Boitempo.
- Hirata, Helena (2002b) Reorganização da produção do trabalho: uma nova divisão sexual, in Cristina Bruschini; Sandra G. Unterhaum (org). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Editora 34, Fundação Carlos Chagas, p. 263.
- Hirata, Helena (2009) A precarização e a Divisão Internacional e sexual do Trabalho, *Sociologias* 11, nº 2, jan/jun, p. 24-41.
- Hoschschild, Arlie (1989) *The second shift*, New York Avon Books.
- Hoschschild, Arlie (2000) Global Care Chains and Emotional Surplus Value, in T. Gidden; W. Hutton (eds.) *On the Edge: Globalization and the New Millennium*, London, Sage Publishers, 130-146.
- Egreja, Catarina; Peixoto, João (2011) Caminhos limitados ou mobilidade bloqueada? A mobilidade sócio-profissional dos imigrantes brasileiros em Portugal, *Sociologia - Problemas e práticas*, n 67.
- Instituto de emprego e formação profissional (IEFP) (2011) *Relatório Anual Situação do mercado de emprego*, disponível em: [http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/RelatoriosAnuais/Documents/2010/Relatório%20Anual%20Mercado%20de%20Emprego%20-%202010\\_versão%20final.pdf](http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/RelatoriosAnuais/Documents/2010/Relatório%20Anual%20Mercado%20de%20Emprego%20-%202010_versão%20final.pdf), acedido em: Dez, 2011.
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (2012) *Situação do Mercado de Emprego - Relatório Anual – 2011*. Disponível em:

[http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/RelatoriosAnuais/Documents/2011/Relatorio\\_anual\\_2011.pdf](http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/RelatoriosAnuais/Documents/2011/Relatorio_anual_2011.pdf),  
acedido em Maio, 2012.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2001), XIV Recenseamento Geral da População, disponível em:  
<[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=11067301&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=11067301&PUBLICACOESmodo=2)>, acedido em Jul. 2009.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2010) *Indicadores Sociais*, disponível em:  
<[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main)>, acedido em: Jun, 11.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2010) *Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC)*, disponível em:  
<[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaquas&DESTAQUESdest\\_boui=83376167&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=83376167&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt)>, acedido em: Jun, 11.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2011) *Estatísticas do Emprego*, Instituto Nacional de Estatística, I.P.  
acedido em Maio, 2012.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2011) *Indicadores Sociais*, disponível em:  
<[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main)>, acedido em: Jan., 2012.

Instituto Sangarii (2011), Mapa da violência 2010, disponível em: <<http://www.sangari.com/mapadaviolencia/>>,  
acedido em Jul. 2011.

Jablonski, Bernardp. (2010) A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento, *Revista Ciência e Profissão*, 30 (2), 262-275.

Juliano, Dolores (2000) Mujeres estructuralmente viajeras: estereotipos y estrategias, *Papers*, 60, 381-389.

Kempadoo, Kamala (2005) Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres, *Cadernos Pagu*, nº 25, 55-78.

Kergoat, Daniela; Hirata, Helena (2007) Novas configurações da divisão sexual do trabalho, *Cadernos de Pesquisa*, 37, 132, p. 595-609.

King, Russel; Zontini, Elisabetta (2000) The role of gender in the South European, *Papers*, 60, 35-52.

Kofman, Eleonora (1999) Female 'birds of passage' a decade later: gender and immigration in the European Union, *International Migration Review*, nº 33, p. 269-299.

Kofman, Eleonora; Phizacklea, Annie; Raghuram, Parvati; Sale Rosemary *et al.* (2000) *Gender and International Migration in Europe - Employment, Welfare and Politics*. London, Routledge.

Kofman, Eleonora; Raghuram, Parvati. (2006) Women and global labour migrations: incorporating skilled workers", *Antipode*, 38, 2, p. 282-303.

Kolarova, Marina (2009) Imigração em Portugal – desafios para o movimento sindical em context de flexibilização do trabalho e do emprego, *Socius Working Paper*, nº 7/2009, disponível em:  
<[http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/WP\\_7\\_2009.pdf](http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/WP_7_2009.pdf)>, acedido em: Jan., 2010.

Kovacs, Ilona (2004) Emprego Flexível em Portugal, *Sociologia*, 12, jul-dez, p. 467-494.

Kovacs, Ilona (2005) Emprego flexível em Portugal: Alguns resultados de um projecto de investigação, in Kovács, Ilona (org.) *Flexibilidade de Emprego: Riscos e Oportunidades*, Oeiras, Celta Editora, p. 11-53.

Kovacs, Ilona *et al.* (2006) Flexibilidade e crise de emprego: tendências e controvérsias, *SOCIUS Working Papers*, Lisboa, ISEG/UTL, 8, disponível em  
<<http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200608.pdf>>, acedido em Nov, 2008.

Larangeira, Sonia Guimarães (2004) Transformações na realidade do trabalho no Brasil e em Portugal, *Sociologia*, 12 jul-dez, 13-31.

- Leite, Maria Paula (2008) O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades, 32º Encontro anual da ANPOCS, *Anais...*, Caxambu, 27 a 31.
- Lentin, Ronit (2006) Migrant women's network and intercultural Ireland, *III Discussion Paper*, nº 148, Department of Sociology, Trinity College, Dublin.
- Levent T. B e Nijkamp P. (2006) *Migrant Female Entrepreneurship: Driving Forces, Motivation and Performance*, disponível em: <<http://www.imis.uni-osnabrueck.de/pdf/files/IMISCOE%20Maastricht%20Levent.pdf>>, acessado em: Mar., 2012.
- Lombardi, Maria Rosa (2008) Engenharia e gerente: desafios enfrentados por mulheres em posições de comando na área da tecnologia, in: Costa, Albertina de Oliveira *et al.* (orgs.) *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*, Rio de Janeiro, FGV, 387-402.
- Lopes, Margarida Chagas; Perista, Helena (2010) Trinta anos de educação, formação e trabalhos: convergências e divergências nas trajetórias de mulheres e de homens, in Ferreira, Virgínia (org.) *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias*, Lisboa, CITE, 191-214.
- Lugones, Maria (2008) Colonialidad e Gênero, *Tabula Rasa*, No.9, Jul-Dez., p. 73-101
- Machado, Fernando Luís; Azevedo, Joana Azevedo (2009) A investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal: tendências, vazios e propostas, *Revista Migrações*, nº 4, 7-31.
- Machado, Igor Renó (2003) *Cárcere público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto*, Dissertação de doutorado, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp – Brasil.
- Machado, Igor Renó (2004) Afetividade e poder entre os imigrantes brasileiros no Porto, *Caderno Pagu* (23), Julho-dezembro, 257-278.
- Machado, Igor José Reno (2005) Estereótipos e preconceitos na experiência dos imigrantes brasileiros no Porto, Portugal, *Travessia*, São Paulo, 51, jan-abril, 42-50.
- Machado, Igor José Reno (2007a) 'Cárcere público': os estereótipos como prisão para os brasileiros no Porto, Portugal, in Machado, Igor José (org.) *Alegria, hierarquia e subordinação: reflexões sobre a imigração brasileira em Portugal*, Centro de Estudos de Migrações e Minorias étnicas, Universidade Nova Lisboa.
- Machado, Igor José Reno (2007b) Reflexões sobre as identidades brasileiras em Portugal, in Malheiros, Jorge Macaísta (org.) *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa, Observatório da imigração – OI, Alto Comissariado para a imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).
- Malheiros, Jorge Macaísta (2007) Os Brasileiros em Portugal – A síntese do que sabemos, in Jorge Macaísta Malheiros (org.), *Imigração brasileira em Portugal*, Lisboa, Observatório da imigração – OI, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) 11-37.
- Malheiros; Jorge Macaísta; Padilla, Beatriz (2010) *Mulheres imigrantes empreendedoras*. Lisboa, Comissão para igualdade e cidadania de gênero – Presidência do conselho de Ministros.
- Margólis, Maxine L. (1993) *Little Brazil, An ethnography of Brazilian immigrants in New York city*, Nova Iorque, Princeton University Presse.
- Martes, Ana Cristina Braga (1999) *Brasileiros nos Estados Unidos*, São Paulo, Paz e Terra.
- Martes, Ana Cristina Braga (2010) *Brasileiros nos Estados Unidos*, Trabalho apresentado na Conferência Migrações Internacionais: Brasileiros no Mundo, 18, outubro, CIES-IUL.
- Masurel, E. Nijkamp; P. E Vindigni, G (2007) Breeding places for ethnic entrepreneurs: A comparative marketing approach, *Entrepreneurship and Regional Development*, Vol. 16. Number 1, January.
- Mendes, José Manuel (1999) *Do ressentimento ao reconhecimento: vozes, identidades e processos políticos nos Açores: 1974-1996*, Tese de doutoramento em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

- Mendes, José Manuel (2003) Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas, *Oficina do CES*; 194.
- Mészáros, István (2009) *A crise estrutural do capital*, São Paulo, Boitempo Editorial.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) (2012) *Boletim Estatístico*, Fevereiro, 2012, disponível em: <<http://www.gep.msss.gov.pt/estatistica/be/befev2011.pdf>>, acedido em: Mar, 2012.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) (2011), *Boletim Estatístico, Maio, 2011*, disponível em: <<http://www.gep.msss.gov.pt/estatistica/be/befev2011.pdf>>, acedido em: Dez., 2011.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) (2011), *Boletim Estatístico, Maio, 2009*, disponível em: <<http://www.gep.msss.gov.pt/estatistica/be/befev2011.pdf>>, acedido em Dez., 2011.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) (2008), *Quadro de pessoal*, disponível em: <<http://www.gep.msss.gov.pt/estatistica/gerais/qp2009pub.pdf>>, acedido em: Mar., 2010.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) (2009), *Quadro de pessoal*, disponível em: <<http://www.gep.msss.gov.pt/estatistica/gerais/qp2009pub.pdf>>, acedido em: Mar, 2010.
- Ministério das Relações Exteriores/Brasil (2011), *Relatório Brasileiros no Mundo*, disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Brasileiros%20no%20Mundo%202011%20-%20Estimativas%20-%20Terceira%20Edicao%20-%20v2.pdf>>, acedido em: Out., 2011.
- Migrant Integration Policy Index (MIPEX- 2008), *Report Migrant Integration Policy Index 2006-2007*, disponível em: <<http://www.aulaintercultural.org/IMG/pdf/migrant.pdf>>, acedido em Mai., 2009.
- Miranda, Joana (2009) *Mulheres Imigrantes em Portugal: Memórias, dificuldades de integração e projectos de vida*, Estudos OI, 35. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. ACIDI.
- Mora, Luís (2007) Globalización, migración internacional y división sexual del trabajo. Una mirada desde el género y los derechos reproductivos, *Notas de Población*, nº 85, Santiago de Chile, Clacso, Argentina.
- Monteiro, Sandra (2009) Desigualdades sólidas, capitalismo líquido, vidas gasosas, in Fartos d'Estes recibos verdes. *Dois anos a FERVER, retratos da luta, balanço da precariedade*, Porto, Edições Afrontamentos, p. 53-57.
- Monteiro, Rosa (2010) Genealogia da lei da igualdade no trabalho e no emprego desde finais do Estado Novo, In: *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias*, Lisboa: CITE, 31-54
- Monteiro, Sandra (2011) O austeritarismo, mutação do pensamento único, in Reis, José Reis; Rodrigues, João (orgs) *Portugal e a Europa em crise - para acabar com a economia de austeridade*, Lisboa, Editora Actual, 195-200.
- Moreira, Luisa (2009) Recibos Verdes: a ponta do iceberg de uma exploração que não tem fim, in Fartos d'Estes recibos verdes. *Dois anos a FERVER, retratos da luta, balanço da precariedade*, Porto, Edições Afrontamentos, p. 53-57.
- Morokvasic, Mirjana (1984) Birds of passage are also women, *International Migration Review*, v. 18(4), p.:886-907.
- Narvaz, Marta Giudice; Koller, Silvia Helena (2006) Metodologias feministas e estudos e gênero: articulando pesquisa, clínica e política, *Psicologia em Estudo*, v. 11, n 3, 647-654, set/dez 2006.
- Neves, Sofia; Nogueira, Conceição (2005) Metodologias feministas: a reflexividade a serviço da investigação nas Ciências Sociais, *Psicologia Reflexão e Crítica*, 18 (3), 408-412.
- Neves, Clarissa. E. B; Correa, Maria. B. (1998) Pesquisa social empírica: métodos e técnicas. *Cardenos de Sociologia Programa Pós-graduação em Sociologia*, 9.
- Nogueira, Claudia Mazzi (2004) *A feminização no mundo do trabalho*, Campinas – SP, Autores Associados.

- Nogueira, Claudia Mazzi (2006) *O trabalho duplicado. A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing*, Bela Vista-Sp, Expressão Popular.
- Nun, José (2000) O futuro do emprego e a tese da massa marginal, *Novos Estudos CEBRAP*, 56, mar, p. 46-52.
- Observatório das Mulheres Assassinadas (2011) *Observatório das Mulheres Assassinadas – Dados 2010*, disponível em: [http://www.umarfeminismos.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=326&Itemid=126](http://www.umarfeminismos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=326&Itemid=126), acedido em Nov. 2001.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – OECD (2010), *Migration Outlook*, disponível em: [http://www.oecd.org/document/25/0,3746,en\\_2649\\_33931\\_38797017\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/25/0,3746,en_2649_33931_38797017_1_1_1_1,00.html), acedido em: Abr. 2009.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – OECD (2010) *Entrepreneurship and Migrants, Report by the OECD Working Party on SMEs and Entrepreneurship*, disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/34/18/45068866.pdf>, acedido em: Out., 2010.
- Offe, Claus (1989) Trabalho: a categoria chave da Sociologia?, *Revista brasileira de Ciências Sociais*, v.4, nº10.
- Organização das Nações Unidas (ONU) (2011) *Trends in International Migration Stock: Migrants by Age and Sex*. United Nations database, POP/DB/MIG/Stock, disponível em: <http://esa.un.org/MigAge/index.asp?panel=4>, acedido em: Jan, 2012.
- Organização das Nações Unidas (ONU) (2010) *Irregular migration, migrant smuggling and Human Rights: towards Chorenca*, International Council on Human Rights Policy (ICHRP), disponível em: [http://www.ichrp.org/files/reports/56/122\\_report\\_en.pdf](http://www.ichrp.org/files/reports/56/122_report_en.pdf), acedido em: Ago, 2011.
- Organização das Nações Unidas (ONU) (2009a) *Relatório de Desenvolvimento humano: Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humanos*, disponível em <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2009/>, acedido em Jul 2010.
- Organização das Nações Unidas (ONU) (2009b), *Global report on trafficking persons*, disponível em: [http://www.unodc.org/documents/Global\\_Report\\_on\\_TIP.pdf](http://www.unodc.org/documents/Global_Report_on_TIP.pdf), acedido em: Mar., 2012.
- Organização Internacional para as Migrações (OIM) (2010), *O Futuro das Migrações: Reforço de Capacidade para a Mudança Organização Internacional para as Migrações*, Genebra, IOM. disponível em: [http://publications.iom.int/bookstore/free/WMR\\_2010\\_ENGLISH.pdf](http://publications.iom.int/bookstore/free/WMR_2010_ENGLISH.pdf) acedido em: Jan. 2012.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2006), *International labour migration and development: the ILO perspective*, disponível em: [http://www.ilo.org/public/english/protection/migrant/download/mig\\_brief\\_development.pdf](http://www.ilo.org/public/english/protection/migrant/download/mig_brief_development.pdf) acedido em: Mai. 2010.
- Oso, Laura; Villares, Maria (2005) Mujeres inmigrantes latinoamericanas y empresariado étnico: dominicanos en Madrid, argentinas y venezolanas en Galicia, *Revista Galega de Economía*, 2005.
- Padilla, Beatriz (2005a) Integration of Brazilian immigrants in Portuguese Society: Problems and Possibilities, *Socius Working Paper*, 1, disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200501.pdf>, acedido em Jan 2009
- Padilla, Beatriz (2005b) Redes sociais de los brasileiros recién llegados a Portugal: solidariedad étnica o empática étnica, *SOCIUS Working Papers, Lisboa, ISEG/UTL*, 2.
- Padilla, Beatriz (2007a). “Brasileiras em Portugal: de la transformación de lãs diversas identidades a la exotización”, *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM*. 14.
- Padilla, Beatriz (2007b) A imigração brasileira em Portugal: considerando o gênero na análise, in Malheiros, Jorge Macaísta (org.) *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa, Observatório da imigração – OI Alto Comissariado para a imigração e Dialogo Intercultural (ACIDI).

- Padilla, Beatriz (2007c). Acordos Bilaterais e legalização: o impacte na integração de brasileiros em Portugal, in Jorge Macaísta Malheiros (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa, Observatório da imigração – OI Alto Comissariado para a imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).
- Padilla, Beatriz (2007d) Estado del arte de las investigaciones sobre los brasileños y brasileñas en Portugal, in Catillo, Isabel; Herrera, Gioconda (orgs.) *Nuevas Migraciones latinoamericanas a Europa: balances y desafíos*, Quito, Equador, FLASCO, OBREAL, UCL, UB, 69-94.
- Padilla, Beatriz (2008) O empreendedorismo na perspectiva de gênero: uma primeira aproximação ao caso das brasileiras em Portugal, *Revista Migrações – Número temático empreendedorismo imigrante*, nº3, Lisboa: Acidi, 191-215.
- Padilla, Beatriz. (2009) *Desigualdades, alteridad y migración: brasileiras en Portugal*, Comunicação apresentada no XXVIII International LASA Conference, Rio de Janeiro, Brasil, Junho.
- Padilla, Beatriz (2010) Perfis, famílias e transnacionalismo dos brasileiros em Portugal, *Relatório de Pesquisa*, Lisboa, CIES, não publicado.
- Padilla, Beatriz; Fernandes, Gleiciani; Gomes, Mariana (2010) Ser brasileira em Portugal: migração, gênero e colonialidade, in *Actas 1º Seminário de Estudos sobre a imigração Brasileira na Europa*, Barcelona, Universidad Autonoma de Barcelona.
- Pallant, Julie (2005) *SPSS survival manual: a step by step guide to data analysis using SPSS for Windows (version 12)*, Maidenhead, Berkshire. U.K , Open University Press, reprinting.
- Pateman, Carole (2000) Feminismo y democracia, in Navarro, Marysa; Stimpson, Catharine R. (orgs) *Cambios Sociales, económicos y culturales*, Buenos Aires, Tezontle.
- Raposo, Paulo; Togni, Paula C (2009) *Fluxos matrimoniais transnacionais entre brasileiras e portuguesas: gênero e imigração*. Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural, Observatório da Imigração, Portugal.
- Peixoto, João (2002) Strong market, weak state: the case of recent foreign immigration in Portugal, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 28:3, 483 – 497.
- Peixoto, João (2004) País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal, *Socius Working Paper*, disponível em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/wp/wp200402.pdf>>, acedido em: Fev, 2009.
- Peixoto, João (2007a) Tráfico, contrabando e imigração irregular: os novos contornos da imigração brasileira em Portugal, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 53, 71-90.
- Peixoto, João (2007b) Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal, *Análise Social*, vol. XLII (183), 445-469.
- Peixoto, João (2008) Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes, *Migrações*, 2, Lisboa : Observatório da imigração – OI, Alto Comissariado para a imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).
- Peixoto, João et al. (2005) *O tráfico de migrantes em Portugal: perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas*, Lisboa, ACIME.
- Peixoto, João et al. (2006) *Mulheres Imigrantes: Percursos laborais e modos de inserção socioeconómica das imigrantes em Portugal*, Lisboa, relatório final de projeto.
- Peixoto, João et al. (s.d.) *Vagas Atlânticas: a Imigração Brasileira em Portugal – Relatório Estatístico*, Relatório de Pesquisa, SOCIUS/CIES/CES, não publicado.
- Peixoto, João; Iório, Juliana (2011) *Crise, imigração e mercado de trabalho em Portugal: retorno, regulação ou resistência*, Fórum Gulbenkian Migrações, Cascais, Príncipeia.



- Peixoto, João; Figueiredo, Alexandra (2007) Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal, in Malheiros, Jorge Macaísta (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa, Observatório da imigração – OI, Alto Comissariado para a imigração e Dialogo Intercultural (ACIDI).
- Peixoto, João; Nunan, Carolina (2011) Crise económica e retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal, *Trabalho apresentado no Workshop Novas tendências das migrações do Brasil: Retorno e Políticas migratórias*, ISCTE, IUL.
- Peixoto, João; Sabino, Catarina; Abreu, Alexandre (2009) Immigration policies in Portugal: limits and compromise in the quest for regulation, *European Journal of Migration and Law*, Vol. 11, nº 2, 179-197.
- Peixoto, João; Sabino, Catarina (2009) Portugal: Immigration, the labour Market and policy in Portugal: trends and prospects, *IDEA working paper*, nº 6, disponível em: <[http://www.idea6fp.uw.edu.pl/pliki/WP6\\_Portugal.pdf](http://www.idea6fp.uw.edu.pl/pliki/WP6_Portugal.pdf)>, acedido em: Out., 2010.
- Pellegrino, Adela (2004) *Migration from Latin America to Europe: Trends and Policy Changes*. OIM, International Organization for Migration.
- Pereira, Sonia (2010) *Trabalhadores de origem Africana em Portuga I- impacto das novas migrações*, Lisboa, Edições Colibri.
- Pereiro, Xerardo (2008) *Apontamentos de Antropologia Cultural – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro* - UTAD - antropólogo, disponível em: <<http://www.miranda.utad.pt/~xerardo/ANTROPOLOGIA%20CULTURAL/5.%20METODOLOGIA%20DA%20INVESTIGA%C7%C3O%20ANTROPOL%D3GICA.doc>>, acedido em: Mai 2009.
- Perista, Heloísa; Pimenta, Manuel (1993) Trajetórias profissionais e inserção laboral dos imigrantes residentes em bairros degradados de Lisboa, in *Emigração/Imigração em Portugal*, Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Século XIX e XX), Lisboa, Editorial Fragmento.
- Perista, Heloísa (2002) Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens, *Análise Social*, vol XXXVII (163), p. 447-474.
- Pestana, Maria Helena; Gageiro, João Nunes (2008) *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS*, Lisboa, Silabo.
- Piore, Michel (1979) *Birds of Passage. Migrant Labour and Industrial Societies*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Piper, Nicole (2007) *New perspectives on gender and migration: livelihood, rights and entitlements*, London, Routledge.
- Piscitelli, Adriana (2008a) Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras, *Sociedade e Cultura*, v. 11, nº 2, jul/dez, p. 263-274.
- Piscitelli, Adriana (2008b) Looking for New worlds: Brazilian women as international Migrants, *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 33(4), p. 101-106.
- PNUD (2010). *A verdadeira riqueza das Nações: Caminhos para o desenvolvimento Humano*. Consultado em Dez 20001, disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2010/chapters/pt/>>, acedido em Dez., 2011.
- Pontes, Luciana (2004) Mulheres Brasileiras na Mídia Portuguesa, *Cadernos Pagu*, 23, 229-256.
- Pontes, Luciana (2005) *Corpos deslocados: vulnerabilidade e processos de exotização das mulheres imigrantes brasileiras em Lisboa, Portugal*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Antropologia, Universidade Nova de Lisboa.
- Portes, Alejandro (1995) *The Economic Sociology of Immigration – Essays on Networks, Ethnicity and Entrepreneurship*, New York, Russel Sage Foundation
- Portes, Alejandro (1999) *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora.

- Portes, Alejandro; Borocz, József (1989) Contemporary immigration: theoretical perspectives on its determinants and modes of incorporation, *International Migration Review*, Vol. 28, nº 3, 606-630.
- Prá, Jussara Reis; Cheron, Cibele (2011) *Aportes da Metodologia Feminista e de gênero ao monitoramento de políticas públicas no Brasil*, In Atas do IV Seminário Nacional de Ciência Política – Teoria e Método em debate, Porto Alegre, RS, disponível em: <[http://www6.ufrgs.br/sncp/4SNCP/FORUM\\_GeneroDHCid/CibeleCheron.pdf](http://www6.ufrgs.br/sncp/4SNCP/FORUM_GeneroDHCid/CibeleCheron.pdf)>, acessado em: Fev., 2012.
- Quijano, Anibal (2009) Colonialidade do poder e classificação social, in Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (orgs.) *Epistemologias do Sul*, Coimbra, Almedina, Ces, 73-117.
- Reis, José (2011) Economia e sustentabilidade: sobre o PEC e governo progressista das sociedades, in Reis, José; Rodrigues, João (orgs.) *Portugal e a Europa em crise - para acabar com a economia de austeridade*, Lisboa, Editora Actual, 105-111.
- Resende, Viviane de Melo e Ramalho (2006) *Análise de Discurso Crítica*, São Paulo, Ed. Contexto.
- Rifkin, Jeremy (1995) *O fim dos empregos – o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*, São Paulo, Makron Books.
- Rodrigues, João (2011a) A economia política da austeridade orçamental, in Reis, José; Rodrigues, João (orgs.) *Portugal e a Europa em crise - para acabar com a economia de austeridade*, Lisboa, Editora Actual, 157-166.
- Rodrigues, João (2011b) Intervenção externa e desunião europeia, in Reis, José; Rodrigues, João (orgs.) *Portugal e a Europa em crise - para acabar com a economia de austeridade*, Lisboa, Editora Actual, p. 187-195.
- Rodrigues, João; Teles, Nuno (2011) Portugal e o neoliberalismo como intervencionismo de mercado, in Reis, José; Rodrigues, João (orgs.) *Portugal e a Europa em crise - para acabar com a economia de austeridade*, Lisboa, Editora Actual, p. 36-46.
- Romão, João (2008) Trabalho e capitalismo contemporâneo: precariedade global, *Revista Virus*, nº 2, 19-21.
- Rubio, Sonia Parella (2003) *Mujer, inmigrante e trabajadora: la triple discriminacion*, Rubi (Barcelona), Anthropos, Editorial.
- Sabino, Catarina; Pereira, Sónia (2005) O tráfico de mulheres em Portugal, in SOS Racismo (ed.) *Imigração e etnicidade. Vivências e trajetórias de mulheres em Portugal*, Lisboa: SOS Racismo, 125-138.
- Santos, Boaventura de Sousa (1987) *Um discurso sobre as Ciências*, Porto, Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994) *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*, Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1998a) Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo, *Oficina Ces*, 107.
- Santos, Boaventura de Sousa (1998b) *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Porto, Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001) Os processos de globalização, in Boaventura Sousa Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, Porto: Afrontamento, p. 31-106.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2004) *Trabalhar o Mundo: os Caminhos do Novo Internacionalismo Operário*, Porto, Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007), Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, p. 3-46.
- Santos, Boaventura et. al. (2008) *Tráfico de Mulheres em Portugal para Fins de Exploração Sexual*, Lisboa, Coleção Estudos de Gênero, CIG.
- Santos, Boaventura Sousa et. al. (2009) Tráfico sexual de mulheres: representações sobre ilegalidade e vitimação, *Revista Crítica de Ciência Sociais*, 87, 69-94.

- Santos, Boaventura Sousa *et. al.* (2010) Tráfico de mulheres para fins de exploração sexual em Portugal: um retrato empírico, in OTSH (org.), *Tráfico Des Humano*, Lisboa, Cadernos da Administração Interna.
- Santos, Boaventura de Sousa (2011) *Ensaio contra a autoflagelação*, Coimbra, Almedina.
- Santos, Clara Alemida (2007) *Imagens de mulheres imigrantes na imprensa portuguesa- Análise do ano de 2003*, ACIDI, Lisboa.
- Sassen, Saskia (1998) *Globalization and Its Discontents: Essay on the new mobility of people and money*, Nova York, New Press.
- Sassen, Saskia (1999) *The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flow*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Sassen, Saskia (2000) Women Burden: Counter Geographies and the Feminization of Survival, *Journal of International Affairs*, 53.
- Sassen, Saskia (2001) *The global city*, New Jersey Princeton University Press.
- Sassen, Saskia (2002) Será este o caminho?: como lidar com a imigração na era da Globalização, *Revista crítica de ciências sociais*, 64, 41-54.
- Serviço de estrangeiros e fronteiras (SEF) (2009) *Relatório de Imigração Fronteira e Asilo*, Oeiras, SEF, disponível em: <[http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2010.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2010.pdf)>, acessado em Jun. 2011.
- Serviço de estrangeiros e fronteiras (SEF) (2010) *Relatório de Imigração Fronteira e Asilo*. Oeiras: SEF, disponível em: <[http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2010.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2010.pdf)>, acessado Jun. em 2011.
- Schwartzman, Simon; Paim, Antônio (1976) A Universidade que não houve: antecedentes da ciência e educação superior no Brasil (uma perspectiva comparada), disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/paim.htm>>, acessado em Jan, 2012.
- Schweitzer, Sylvie (2008) As mulheres e o acesso às profissões superiores. Uma comparação europeia, séculos XIX e XX, in Costa, Albertina de Oliveira *et al.* (orgs) *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*, Rio de Janeiro, FGV, 371-386.
- Silva, Paulo; Rosemberg, Fúlvia (2008) Brasil: lugares de negros e brancos na mídia, in van Dijk, Teun (org.) *Racismo e discurso na América Latina*, São Paulo, Contexto, 73-118.
- Silva, Manuela (2011) Ir além das medidas anticrise, in Reis, José; Rodrigues, João (Orgs.) *Portugal e a Europa em crise - para acabar com a economia de austeridade*, Lisboa, Editora Actual, 128-136.
- Soeiro, José; Campos, Adriano (2011) Portugal un país inviable? Dimensões e perspectivas da crise, *Tempo exterior*, nº 22, vol. XI (II), 125-134.
- Téchio, Kachia (2006) *Tecendo por Trás do espelho: representações identitárias de imigrantes brasileiros em Portugal*, Dissertação de Mestrado em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Therbon, Goran (1999) Dimensões da Globalização e a dinâmica das (des)igualdades, in Gentil, Pablo (org.) *Globalização excludentes. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*, Petrópolis, Vozes, 63-95.
- Tosold, Léa (2010) Do problema do essencialismo à outra maneira de se fazer política: retomando o potencial transformados das políticas de diferenças, *Mediações: Dossiê: Teoria Política e Social na contemporaneidade*, v. 15, nº 2, 166-183.
- Toni, Miriam (2003) Visões sobre o trabalho em transformação, *Sociologia*, 5(9), 246-286.
- Van Dijk, Teun A. (2010) *Discurso e poder*, São Paulo, Ed. Contexto.
- Xavier, Maria (2007) *Redescobrimo o Brasil: processos identitários de brasileiros em Portugal*, – (Teses 10), Lisboa: ACIDI.

Wall, Karin *et al.* (2005) Female migration vision – Immigration Women in Portugal: migration trajectories, main problems and Policies, *Working Papers*, Instituto de Ciências Sociais, disponível em: <[http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2005/wp2005\\_7.pdf](http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2005/wp2005_7.pdf)>, acedido em: Abr., 2009.

Wacquant, Loic, (1999) 'Suitable enemies': Foreigners and immigrants in Europe's prisons, *Punishment and Society*, 1(2), p. 215–223.

Wacquant, Loic (2003) A penalização da miséria e o avanço do neoliberalismo, in Santana, Marco; Ramalho, José Ricardo (eds.) *Além da Fábrica: Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social*, Rio de Janeiro, Boitempo Editorial, 72-88.

Wacquant, Loic (2006) Castigar a los parias urbanos, *Antípoda Revista de Antropología y Arqueología* (Caracás), 2, 59-66.

Wacquant, Loic (2008) *Urban Outcasts: A Comparative Sociology of Advanced Marginality*. Cambridge, UK, Polity Press.

Weldon, Laurel (2008) The Concept of Intersectionality, Gender and Concepts, in Mazur, Amy G.; Goertz, Gary (eds) *Politics, Gender and Concept*, Cambridge University Press.

Young, Iris (1995) Gender as Seriality: Thinking about Women as a Social Collective, *Rethinking the Political*, in Arat, Yesim Brenner, Johanna; Laslett, Barbar (eds). University of Chicago.

Young, Iris (2005) Lived Body versus Gender: Reflections on Social Structure and Subjectivity. in Young Iris *On Female Body Experience: "Throwing Like a Girl" and Other Essays*, New York, Oxford University Press.

Yuval-Davis, Nira (2006) Intersectionality and Feminist Politics, *European Journal of Women's Studies*, vol 13(3), 193-209.



## 9. ANEXOS

### 9.1. Guia de perguntas para as mulheres imigrantes brasileiras

#### 1. Dados biográficos e sociodemográficos

1. Idade
2. Lugar de Nascimento
3. Possui cidadania/passaporte português?
4. Residência atual
5. Como encontrou esse lugar?
6. Quantas pessoas habitam esse lugar? Qual o grau de parentesco?
7. Estado civil
8. Possui filhos? Quantos? Qual a idade? Onde estão? Há quanto tempo imigraram?  
Quem os cuida enquanto você esta no trabalho?
9. Estudos (Nível alcançado)

#### Imigração

1. Que motivos levaram a migrar?
2. Já morou em algum outro país antes de Portugal?
3. Quanto tempo?
4. Trabalhava lá?
5. Com o que?
6. Por quanto tempo trabalhou?
7. Por que deixou esse país?
  
8. Há quanto tempo imigrou para Portugal?
  
9. Quando imigrou?
10. Quanto tempo preparou a saída do Brasil?
11. Porque decidiu imigrar para Portugal?
12. Têm familiares em Portugal?
13. Que contatos possuía antes de vir?
14. Quem eram essas pessoas?
15. Há quanto tempo essa pessoa(s) estava em Portugal?
16. O que ela(s) fazia na época que você chegou?
17. Essa(s) pessoa(s) estava(m) legalizada?
  
18. Qual foi a primeira cidade em que morou em Portugal? Por quê?
  
19. Onde morou (casa, albergue, quarto alugado, casa de amigo, familiares) quando chegou?
20. Com que morava?

21. Há quanto tempo reside no lugar atual?
22. Com que mora?
  
23. Com quem imigrou? (Sozinha, cônjuge, filhos, amigos)
  
24. Depois de ter imigrado, mais algum membro da família também imigrou?
25. Com que tipo de visto imigrou – trabalho, estudo, turismo?
26. Pretende retornar ao Brasil? Quando? Por quê?
27. Quantas vezes já voltou ao Brasil?
28. Costuma enviar dinheiro ao Brasil? Para quem?
29. Como avalia a experiência migratória? Positiva, Negativa? Por quê?
30. Quais os planos para o futuro?

## **2. Trabalho**

1. Atualmente está trabalhando?
2. Há quanto tempo?
3. (Quanto ganha?)
4. O que faz (descrever)
5. Qual o horário de trabalho?
6. Qual a carga horária e trabalho?
7. Está inscrita na segurança social?
8. Como conseguiu esse posto?
9. Por que acredita que conseguiu esse trabalho?
10. Qual a primeira profissão que desempenhou quando chegou?
11. Teve alguma outra atividade remunerada antes dessa? Qual?
12. Como conseguiu esse emprego anterior?
13. Por que mudou de profissão?
14. Quais as principais dificuldades para encontrar trabalho?
15. Como você conseguiu superá-las?
  
16. Que atividades realizava no Brasil antes de emigrar?
17. Já tinha trabalhado com esse mesmo ramo de atividades no Brasil?
18. Considera que a profissão que desempenha agora esta relacionada com suas qualificações?
  
19. Como avaliaria seu atual trabalho? Está satisfeita? Sim/não? Por quê?
20. Sente diferença de tratamento em relação a seus colegas de trabalho? De que tipo?
21. Por que acha que isso acontece?
  
22. Que tipo de vínculo empregatício possui?
23. Como é o pagamento do salário – semanal, quinzenal, mensal?
24. Já foi promovida?
25. Faz horas extras com frequência?

26. É remunerada?
27. O que acontece em caso de faltas ou atrasos?
28. Usufrui algum direito trabalhista – férias, licença maternidade...
29. Tem acesso a formações profissionais?
  
30. Você já passou por alguma situação em que se sentiu discriminada no trabalho?
31. O que aconteceu?
32. Por que você acha que isso aconteceu?
  
33. Que tipo de qualificações você acha que é preciso ter para desempenhar bem esse trabalho?
34. Como você aprendeu isso?
35. Fez algum curso de capacitação/formação para esse trabalho? Quem promoveu?
  
36. Com que roupa deve ir ao trabalho?
37. É do seu agrado? Por quê?
38. Mudaria alguma coisa, o que?
  
39. O seu nível de vida mudou quando chegou em Portugal? O que mudou? Por que você acha que mudou?

#### **Mulher Brasileira**

1. Quais as principais características que você identifica de uma mulher brasileira?
2. Você se consideraria uma típica mulher brasileira? Por quê?
3. Você acha o fato de ser brasileira, ajuda ou dificulta sua vida profissional em Portugal?
4. Como imagina que os portugueses a vêem?

#### **Tempo livre**

1. O que faz nos tempos livres?
2. Faz algum tipo de exercício físico? Qual? Por quê?
3. Com quem sai? Para onde?
4. Como gasta o dinheiro ganho? Que tipo de coisas gosta de consumir?
5. Faz parte de alguma associação de Brasileiros? Por quê?

#### **Perguntas para os empregadores ou outro trabalhadores**

1. Já contratou alguma brasileira? Por quê?
2. Que competências / qualificações é preciso para realizar função que ela exercia?
3. Quais qualificações elas possuem para esse posto?
4. Quais qualificações / competências elas não possuem?
5. Quais as vantagens de ter uma empregada brasileira?
6. Quais as desvantagens?
7. Qual a diferença das brasileiras para outras imigrantes?
8. E em relação a portuguesas?



## 9.2. Resumo das entrevistas

*Januária (Toda gente homenageia, Januária na janela...).*

Januária é de Florianópolis, tem 25 anos, é casada com um brasileiro e possui dois filhos e duas filhas. Terminou o ensino secundário e fez vários cursos técnicos na área de estética. Imigrou em 2002 por motivos econômicos. Atualmente, mora em Coimbra, mas morou em Lisboa e próximo à Figueira da Foz. Trabalha como esteticista, é arrendatária de um salão, mas anteriormente trabalhou com faxina, limpeza e vendedora. No Brasil, trabalhava como depiladora. Passou por situação de desemprego e nunca possuiu um contrato de trabalho, regularizou-se através do marido. Possui autorização de permanência, mas nos três primeiros anos ficou irregular. Não deseja voltar para o Brasil, mas tampouco quer ficar em Portugal, planeja imigrar com o marido para a Suíça.

*Nancy (Quem sou eu para falar de amor se o amor me consumiu até a espinha).*

Nancy é do Mato Grosso do Sul, tem 26 anos, é solteira e não possui filhos/as. Terminou o curso superior de Administração e faz mestrado na área na Universidade de Coimbra. Imigrou em 2008 para realizar o mestrado. Mora em Coimbra, mas antes morou na Lousã, pois encontrou emprego lá. Atualmente trabalha como cuidadora de uma pessoa idosa, mas antes trabalhou como atendente de telemarketing. Passou por situação de desemprego. O primeiro trabalho foi com contrato a tempo determinado, o contrato atual é a tempo indeterminado. No Brasil, trabalhava como supervisora de vendas em uma empresa. Possui autorização de residência e nunca teve a documentação irregular. Pensa em voltar para o Brasil logo quando acabar o curso porque analisa que o mercado de trabalho português não oferece possibilidade de crescimento. A entrevista foi realizada em um café.

*Rita (A Rita levou meu sorriso, no sorriso dela...).*

Rita é de Salvador, tem 27 anos é solteira e não possui filho/a. Terminou o curso superior de Psicologia e faz mestrado na área na Universidade de Coimbra. Imigrou em 2007 para realizar o mestrado. Mora em Coimbra. Atualmente, trabalha como garçonne e os demais empregos também foram no mesmo ramo. Passou por situações de desemprego e nunca trabalhou com contrato. Antes de deixar o Brasil, era servidora pública do Estado da Bahia. Possui autorização de residência e teve a documentação irregular. Quer voltar para o Brasil quando acabar o mestrado.

*Lia (Quando adormecia na ilha de Lia, meu Deus eu só vivia a sonhar...).*

Lia é do Balneário do Camburiu, Santa Catarina, tem 33 anos, é casada com um brasileiro, possui dois filhos. Terminou o ensino secundário e possui vários cursos técnicos na área de Estética. Imigrou em 2003 juntamente com o marido e o primeiro filho por questões financeiras. Mora em Coimbra, mas antes morou em Lisboa. Atualmente está desempregada, mas antes trabalhava como depiladora e esteticista em uma clínica de beleza. Anteriormente, trabalhou como faxineira e promotora de vendas. Passou por situações de desemprego várias vezes. Nunca possuiu contrato. No Brasil, antes de imigrar, estava desempregada, mas trabalhava no ramo da estética e vendas. Possui autorização de residência conseguida através da reunificação familiar pelo marido. Viveu irregular por três anos. Não tem plano nenhum de voltar ao Brasil.

*Rosa (Arrasa o meu projeto de vida, querida estrela do meu caminho...).*

Rosa é de Blumenau, Santa Catarina, tem 29 anos, é solteira, não possui filhos/as. É formada em Psicologia pela UFSC e possui um mestrado Internacional da Universidade de Coimbra e Universidade de Valencia. Imigrou em 2006 para fazer um mestrado na Universidade de Coimbra; mas ainda na graduação morou um ano em Londres como Au-pair. Mora em Lisboa, mas antes, por conta do mestrado, morou em Coimbra. Atualmente trabalha como psicóloga de Recursos Humanos de uma empresa portuguesa, mas durante o mestrado trabalhou como garçoneiro para aumentar a renda. Passou por situação de desemprego. No emprego atual, possui contrato a tempo determinado, nos anteriores não possuía contrato. No Brasil também trabalhava como psicóloga de recursos humanos. Possui autorização de residência e nunca ficou irregular. Pensa em voltar ao Brasil quando receber uma boa proposta de trabalho de lá.

*Lola (Sabia, gosto de você chegar assim...).*

Lola é de Brasília, tem 21 anos, é solteira e não possui filhos. Terminou o 9º ano em Portugal. Imigrou em 2005 para ficar com a mãe. Mora em Lisboa com a mãe e a irmã. Atualmente, trabalha em um café como auxiliar de cozinha, sempre trabalhou no mesmo local, antes como ajudante de limpeza, depois como garçoneiro. Nunca passou por situação de desemprego. Antes de imigrar, não tinha trabalhado no Brasil porque era menor de idade. Possui autorização de permanência, conseguida pelo pedido de reunificação familiar. Nunca passou por situação de irregularidade. Não tem planos de voltar ao Brasil, tampouco de estudar.

*Angélica (Quem é essa mulher que canta sempre esse estribilho...)*

Angélica é de Londrina, no Paraná, tem 40 anos, é solteira e não possui filhos. Terminou o ensino secundário e possui cursos técnico de auxiliar de enfermagem. Mora em Lisboa, onde sempre morou. Imigrou em 2002 por motivos econômicos. Atualmente, trabalha como faxineira, mas antes trabalhava de interna. Passou por situação de desemprego e numa dessas voltou ao Brasil por um ano, em 2003. Em 2004 retornou a Portugal. Possui contrato de uma da casa de onde faz a limpeza, conseguido em 2004, nas demais trabalha sem contrato. Está regularizada, com autorização de residência, mas durante os dois primeiros anos ficou irregular. Não tem planos de voltar ao Brasil.

*Barbara (Bárbara, Bárbara, Nunca é tarde, nunca é demais).*

Barbara é de Curitiba, tem 58 anos, é divorciada de um marido brasileiro com quem tem três filhos e casou com um português. Mora em Lisboa, mas morou na Figueira da Foz por motivos de trabalho. Terminou o ensino secundário e possui cursos técnicos de cozinheira. Imigrou em 2000 por motivos econômicos. Atualmente é chefe de cozinha em um restaurante, mas antes trabalhava como cozinheira e o primeiro emprego foi como grelhadora e governanta. Passou por situação de desemprego. No Brasil, era cozinheira. Possui autorização de permanência, mas durante os 3 primeiros anos que esteve em Portugal esteve irregular. Não deseja voltar ao Brasil porque diz ter a vida feita em Portugal.

*Joana (Tu ris, tu mens trop Tu pleures, tu meurs trop...)*

Joana é de Recife, Pernambuco, tem 41 anos, é divorciada, possui dois filhos que moram com ela e terminou o ensino secundário. Imigrou em 2004 por motivos econômicos e atualmente mora em Lisboa, mas logo quando chegou foi morar em Águeda porque lá tinha uma possibilidade de emprego através de um amigo. Trabalha como recepcionista, mas antes trabalhava como promotora de vendas. O primeiro emprego em Portugal foi

como operária, todos com contratos temporários. No Brasil, antes de imigrar, estava desempregada, mas nos últimos anos tinha trabalhado como recepcionista. Possui autorização de residência, mas passou um ano em situação de irregularidade. Não pensa em voltar para o Brasil.

*Beatriz (Olha, será que ela é moça...).*

Beatriz é de Itaúna, Minas Gerais, tem 46 anos, é divorciada possui dois filhos que moram no Brasil, terminou o ensino secundário e possui 32 cursos técnicos em cabeleireiro. Imigrou em 2008 porque queria viver algo novo. Mora em Albufeira, único lugar que morou em Portugal. Atualmente trabalha como faxineira, o primeiro emprego foi como cabeleireira, mas teve medo do SEF e desistiu. Passou por situação de desemprego e sempre trabalhou sem contrato. No Brasil, era dona de um salão. Desde que chegou, encontra-se irregular. Deseja voltar para o Brasil o mais rápido possível porque a situação em Portugal está muito difícil

*Ana de Amsterdã (Sou Ana do dique e das docas, da compra, das vendas, das trocas de pernas...).*

Ana de Amsterdã é de São João do Evangelista, no interior de Minas Gerais, é casada com um brasileiro e tem um filho. Concluiu o ensino secundário. Atualmente mora em Albufeira, único lugar em Portugal onde morou. Imigrou em 2001 por motivos econômicos. Trabalha como auxiliar de cozinha, mas trabalhou como garçoneiro. Ficou em situação de desemprego e sempre trabalhou com contrato temporário. Antes de imigrar, trabalhava como garçoneiro e atualmente possui autorização de permanência, mas ficou irregular durante 4 meses. Tem planos de voltar ao Brasil, lá compraram duas casas e dois terrenos. Local da entrevista: em sua casa.

*Lily Braun (Como num romance, o homem dos meus sonhos me apareceu no dancing...).*

Lily Braun é Porto Alegre, tem 34 anos, solteira e não possui filhos/as, tem um curso de comércio exterior completo. Imigrou em 2004 por motivos pessoais afetivos. Mora em Albufeira, única cidade onde morou em Portugal. Atualmente trabalha como garçoneiro em um restaurante, antes trabalhou como vendedora em algumas lojas e como babá de uma criança. Passou por situação de desemprego. Até o trabalho atual, todos os demais foram sem contratos. Possui um contrato temporário. No Brasil, era agente de importação. Ficou irregular dois anos e atualmente possui autorização de permanência. Em curto prazo, não pensa em voltar ao Brasil por conta da violência, tem desejo de fazer um mestrado.

*Cecília (Quantos artistas entoam baladas...).*

Cecília é de São Paulo, tem 29 anos, é casada com um brasileiro e tem um filho que mora com ela, tem um curso superior incompleto. Imigrou em 2003 por motivos econômicos, vive em Albufeira, onde sempre morou. Imigrou junto com o marido procurando uma vida melhor. Atualmente trabalha como atendente de mesa, mas antes trabalhou como vendedora em uma loja e depois em uma pastelaria. Passou por situação de desemprego e até o emprego atual sempre trabalhou sem contrato, possui contrato a tempo determinado. No Brasil, era caixa de supermercado. Ficou dois anos irregular. Atualmente, possui autorização de permanência. Tem planos de voltar ao Brasil em 2 anos.

*Carolina (Carolina nos seus olhos fundos, guarda tanta dor a dor de todo esse mundo...).*

Carolina é de Itapetinga, interior da Bahia, tem 20 anos, é solteira e não possui filho/filha, terminou o ensino secundário do Brasil. Imigrou em 2010, veio de férias visitar a mãe, que morava em Albufeira, e resolveu ficar. Continua a morar em Albufeira. Atualmente, trabalha como faxineira, o primeiro trabalho que teve foi de um part

time como auxiliar de cozinha lavando pratos, já trabalhou como atendente em um café e com limpeza. Sempre trabalhou sem contrato. Antes de imigrar, não trabalhava no Brasil. Está irregular. Não tem planos de voltar para o Brasil.

*Luisa (Por ela é que eu faço bonito...).*

Luisa é do interior de Minas Gerais, do Rio Cansa, tem 28 anos, é solteira e não possui filhos. Atualmente mora em Albufeira, morou apenas uma curta temporada no Porto por conta de uma proposta de trabalho, não se adaptou e em seguida retornou. Concluiu o ensino secundário e afirma ter vindo por motivos afetivos, devido a uma grande decepção amorosa no Brasil, de onde queria fugir. Antes de imigrar, trabalhava como empregada doméstica e teve esse como o primeiro emprego em Portugal: empregada doméstica interna. Hoje em dia, trabalha na limpeza de um hotel, ficou desempregada várias vezes. Antes do trabalho atual, trabalhava como apanhadora de laranja. Ainda possui sua situação irregular junto ao SEF, mas não pretende voltar ao Brasil. Considera-se negra.

*Teresinha (O primeiro me chegou com quem vem do florista...).*

Teresinha é de São Paulo, tem 38 anos, é casada com um brasileiro e não possui filhos/as, concluiu ensino superior em pedagogia e atualmente faz um mestrado. Imigrou em 2007 com o marido devido a uma proposta de trabalho. Mora em Figueira da Foz, único lugar onde morou. Atualmente é professora em uma faculdade privada, mas antes trabalhou em uma gráfica. Nunca ficou desempregada e sempre trabalhou com contrato. No Brasil, era professora primária. Nunca ficou irregular. Não tem planos de voltar.

*Maria (Olha Maria, eu bem que queria...).*

Maria é de Minas Gerias, tem 42 anos, é casada com um brasileiro e tem dois filhos que moram com ela, concluiu o ensino secundário e tem curso de auxiliar de escritório. Imigrou em 2004, depois do marido, por motivos econômicos. Mora em Figueira da Foz, onde sempre morou. Atualmente trabalha como operária, mas o primeiro emprego foi de faxineira, seguido de atendente de mesa. Passou por situações de desemprego. No Brasil, era auxiliar de escritório. Apenas agora tem contrato de trabalho, nos outros empregos não tinha. Nunca ficou irregular, como veio depois do marido estar regularizado, teve o visto por reunificação familiar. Gostaria de voltar ao Brasil logo para que os filhos pudessem viver o Brasil também.

*Iracema (Iracema voou para a América...).*

Iracema é de Tauá, interior do Ceará, mas com 19 anos mudou-se para São Paulo Onde trabalhava como empregada doméstica. Atualmente tem 46 anos e é casada com um português, com quem tem dois filhos, e tem uma filha de um primeiro relacionamento que mora com ela, terminou o ensino secundário. Imigrou em 2000 porque o marido querida retornar para Portugal. Atualmente está desempregada, mas antes trabalhava como operária numa fábrica de produtos químicos, como empregada doméstica e como faxineira. Passou por situação de desemprego, trabalhou sem com contrato temporário. É evangélica e antes de vir para Portugal não trabalhava porque a renda do marido era suficiente, mas antes trabalhava como empregada doméstica. Nunca ficou irregular por conta do casamento, possui cidadania portuguesa. Gostaria de voltar ao Brasil para que os filhos pudessem crescer lá também.

### 9.3. Inquérito Vagas Atlânticas: A imigração Brasileira para Portugal

*Caro/a Sr./Sra.!*

Um consorcio formado pelo Socius do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, pelo CES da Universidade de Coimbra e pelo CIES do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa está a levar a cabo uma investigação sobre as experiências dos imigrantes Brasileiros em Portugal e gostaria de contar com a sua colaboração.

Para tal, agradecemos que respondesse às questões colocadas neste questionário. **O anonimato e a confidencialidade da nossa pesquisa estão completamente assegurados. As suas respostas serão exclusivamente utilizadas para fins científicos.**

Para além disso, pode também decidir não responder a uma ou outra questão que, do seu ponto de vista, seja irrelevante.

Gostaríamos também de enfatizar que não existem respostas certas ou erradas para qualquer questão, pelo que deve exprimir as suas próprias opiniões.

Ao responder a determinadas questões, assinale a variante que corresponde à sua opinião ou escreva a sua resposta no espaço sublinhado.

*Muito obrigado pela sua colaboração!*

Centro de Estudos Sociais  
da Universidade de Coimbra  
Col. De S. Jerónimo  
AP. 3087  
3001-401 Coimbra

SOCIUS  
Instituto Superior de Economia e  
Gestão  
Da Universidade Técnica de Lisboa

CIES  
Instituto Superior das Ciências do  
Trabalho e Empresa  
Av. Das Forças Armadas

**1. Nacionalidade** (pode assinalar mais do que uma opção)

1. Brasileira  2. Portuguesa   
3. Outra  **1.1. Qual?** \_\_\_\_\_

**2. Ano de nascimento** \_ \_ \_ \_

**3.1. Cidade de nascimento** \_\_\_\_\_ **3.2. Estado de nascimento (UF)** \_\_\_\_\_

**4. Sexo**

1. Masculino  2. Feminino

**5. Algum dos seus antepassados era português?**

1. Pai  2. Mãe  3. Avô Paterno  4. Avô Materno  5. Avó paterna   
6. Avó Materna  7. Bisavô/ó  8. Outro  9. Nenhum  **5.1 Quem?** \_\_\_\_\_

**6.1. Estado brasileiro (UF) em que residia antes de vir para Portugal** \_\_\_\_\_

**6.2. Cidade brasileira de residência antes de vir para Portugal:** \_\_\_\_\_

**7. Habilitações literárias** (por favor assinale o último nível de educação concluído que é certificado pelo diploma correspondente):

1. Não alfabetizado (não frequentou a escola, não sabe ler nem escrever)   
2. Ensino Fundamental (1º grau - até à 4ª série) (= 5ª ano)   
3. Ensino Médio (1º grau - 5ª à 8ª série) (= 9º ano)   
4. Ensino Médio (2º grau) (= 12º ano)   
5. Ensino Superior (Licenciatura)   
6. Pós-Graduação, Mestrado ou Doutorado   
7. Ensino Profissional e Tecnológica  **7.1 Por favor precise em**

**quê** \_\_\_\_\_   
8. Alfabetização e educação de jovens e adultos   
9. Outras habilitações  **7.2 Por favor**

**precise** \_\_\_\_\_

**8. Estado civil:**

1. Solteiro/a   → passar à pergunta nº11  
2. Divorciado/a, separado/a, viúvo/a   → passar à pergunta nº 11  
3. Casado/a   → responder à pergunta nº 8.1  
4. Vivendo Junto / União de facto   → responder à pergunta nº 8.1

**8.1. Nacionalidade do cônjuge ou companheiro(a) atual**

1. Brasileira   
2. Portuguesa   
3. Outra  **8.1.1. Qual?** \_\_\_\_\_

**9. Em que país vive atualmente o cônjuge ou companheiro(a)?**

1. Brasil   
2. Portugal   
3. Outro  **9.1. Qual?** \_\_\_\_\_

**10. Quais são as suas expectativas no futuro próximo para o/a seu/sua cônjuge/companheiro/a?**

1. Ele/ela continuará a viver em Portugal   
2. Ele/ela virá para Portugal   
3. Ele/ela nunca virá para Portugal

4. Ainda não está definido   
 5. Voltará para o Brasil   
 6. Outras situações  **10.1. Por favor especifique** \_\_\_\_\_

**11. Número de filhos** \_\_ se não tiver filhos passar para a pergunta nº 14

**11.1. Local de nascimento dos filhos**

Filho	Portugal	Brasil	Outro
1º			
2º			
3º			
4º			
Outro(s)			

**12. Em que país vivem atualmente os seus filhos?**

Filho	Portugal	Brasil	Outro
1º			
2º			
3º			
4º			
Outro(s)			

**13. Quais são as suas expectativas no futuro próximo para os seus filhos?**

1. Eles continuarão a viver em Portugal   
 2. Eles virão para Portugal   
 3. Eles nunca virão para Portugal   
 4. Ainda não está definido   
 5. Voltarão para o Brasil   
 6. Outras situações  **13.1. Por favor especifique** \_\_\_\_\_

**14. Você foi o primeiro membro da sua família a chegar a Portugal?**

1. Sim  → passar para a pergunta nº 15  
 2. Não

**14.1. Quem veio em primeiro lugar?**

1. Cônjuge/companheiro(a)   
 2. Irmão   
 3. Pai   
 4. Filho   
 5. Primos   
 6. Outro

**14.1.1. Quem?** \_\_\_\_\_

**15. Tem outros familiares que vivem em Portugal?**

1. Irmãos / Irmãs  2. Pais   
 3. Tios / Tias  4. Primos   
 5. Sobrinhos  6. Nenhum familiar   
 7. Outro  **15.1 Por favor**

**especifique** \_\_\_\_\_

**16. Tem algum familiar num outro país de acolhimento?**

1. Não  → passar para a pergunta nº 17  
 2. Sim  → **16.1. Quem e onde?**

1. Irmãos / Irmãs  Em que país?

2. Pais  Em que país?

3. Tios / Tias  Em que país?

4. Primos  Em que país?

5. Sobrinhos  Em que país?

6. Outro  Em que país?

**17. Por que razão abandonou o seu país?** (pode escolher MAIS do que uma opção)

- 1. Razões económicas
- 2. Oportunidade profissional
- 3. Motivos políticos
- 4. Razões de segurança/violência
- 5. Razões familiares/pessoais
- 6. Prosseguimento dos estudos
- 7. Outras razões

**17.1. Quais?**

**18. Quando saiu do Brasil qual era o seu destino final?** \_\_\_\_\_

**19. No passado tentou emigrar para outro país?**

1. Sim  **19.1 Para qual país?** \_\_\_\_\_ 2. Não

**20. A decisão de deixar o Brasil foi:**

1. Repentina  2. Planejada com antecedência

**21. A decisão de deixar o Brasil:**

1. Foi tomada apenas por si?  2. Fez parte duma "estratégia familiar"?

**22. Como conseguiu o dinheiro necessário para partir e/ ou viajar?**

(pode escolher MAIS do que uma opção)

- 1. Poupanças pessoais ou da família  →passar para a questão nº 24
- 2. Empréstimo dos familiares
- 3. Empréstimo dos amigos
- 4. Empréstimo dum agiota
- 5. Empréstimo da Agência de Viagem  →passar para a questão nº 24
- 6. Crédito bancário / cartão de crédito  →passar para a questão nº 24
- 7. Venda de algum bem (moto, carro, casa, etc.)  →passar para a questão nº 24
- 8. Outro  **22.1. Por favor especifique** \_\_\_\_\_ [passar para a questão nº 24]

**23. No caso de lhe terem emprestado dinheiro, a pessoa que lhe emprestou esse dinheiro estava:**

- 1. Em Portugal
- 2. No Brasil
- 3. Em outro país  **23.1 Onde?** \_\_\_\_\_

**24. Possuía alguns contactos em Portugal antes da sua partida do Brasil? De que tipo?**

(pode escolher MAIS do que uma opção)

- 1. Familiares em Portugal
- 2. Outros Brasileiros
- 3. Colegas/sócios/amigos
- 4. Não possuía nenhum contacto
- 5. Outros contactos em Portugal  **24.1. Por favor especifique** \_\_\_\_\_

**25. Data de entrada na União Européia (mês e ano)** \_\_\_\_\_

**26. País da primeira entrada na União Européia** \_\_\_\_\_

**27. Data de entrada em Portugal (mês e ano)** \_\_\_\_\_

**28. Quanto você gastou para sair do Brasil? (passagem de avião + reserva de hotel + visto, etc.)**

Valor em \_\_\_\_\_ € ou \_\_\_\_\_ USD\$ ou \_\_\_\_\_ R\$

**28.1. A quem é que teve que pagar?** \_\_\_\_\_

**28.2. Esse valor incluía o quê?** (pode escolher MAIS do que uma opção)

- 1. Pagamento de viagem
- 2. Pagamento de documentos / visto
- 3. Pagamento para arranjar trabalho
- 4. Pagamento de alojamento
- 5. Outro  **28.2.1. Por favor especifique** \_\_\_\_\_



**29. Que tipo de visto/ documento possuía quando chegou a Portugal?**

- 1. Vim como turista (sem necessidade de visto)
- 2. Visto de estudante
- 3. Visto de trabalho
- 4. Sem qualquer documento
- 5. Outro tipo de visto/ documento  **29.1. Por favor especifique**

---

**30. Qual é o seu atual estatuto de permanência em Portugal**

- 1. Possuo autorização de residência
  - 2. Possuo autorização de permanência
  - 3. Possuo visto de trabalho
  - 4. Possuo visto de estudante
  - 5. O meu processo aguarda resolução no SEF
  - 6. Não tenho qualquer tipo de autorização
  - 7. Tenho a nacionalidade portuguesa ou de outro país da UE  **30.1.**
- Qual** \_\_\_\_\_
- 8. Outras situações  **30.2.**
- Especifique** \_\_\_\_\_

**31. Se obteve o seu atual estatuto de permanência após a chegada a Portugal, indique o ano ou o processo que permitiu a regularização da sua estada:**

- 1. Regularização Extraordinária de Imigrantes (1992 ou 1996)
- 2. Processo de regularização de 2001 (DL 4/2001)
- 3. Acordo Lula (Decreto 40/2003)
- 4. Processo de regularização de 2004 (DR 6/2004)
- 5. Lei de estrangeiros de 2007 (Lei 23/2007)
- 6. Outro  **31.1. Qual**

---

**32. Cidade/Distrito de residência atual em Portugal** \_\_\_\_\_

**33. Por que razão escolheu Portugal como país de destino? (pode assinalar até 3 opções)**

- 1. Por razões econômicas
- 2. Devido à possibilidade de obter a legalização
- 3. Devido à possibilidade de obter a nacionalidade portuguesa
- 4. Por razões de reunificação familiar
- 5. Devido a não necessitar de visto
- 6. Devido à influência de familiares / amigos
- 7. Não encontrou outro país para trabalhar
- 8. Teve conhecimento de oportunidades de trabalho em Portugal
- 9. Para estudar
- 10. Devido à facilidade da língua
- 11. Por acaso
- 12. Outras razões  **33.1. Por favor especifique** \_\_\_\_\_

**34. Em algum momento da sua permanência em Portugal esteve em situação irregular (sem autorização de permanência, ou sem autorização de trabalho)**

- 1. Não  → *passar para a questão nº 36*
- 2. Sim

**35. Antes de deixar o seu país, sabia que poderia ter que viver em situação ilegal em Portugal durante um certo período?**

- 1. Sim
- 2. Não

**36. Ocupação no Brasil durante a sua última estada antes de partir para Portugal:**

- 1. Desempregado/a
- 2. Estudante  → *passar para a questão nº 40*
- 3. Doméstica  → *passar para a questão nº 40*
- 4. Aposentado/a  → *passar para a questão nº 40*
- 5. Funcionário/a Público
- 6. Trabalhador/a numa empresa
- 7. Empregador/a (dono/a de empresa)
- 8. Trabalhador/a por conta própria/profissional liberal

**37. Qual o setor em que trabalhava no seu país?**

- 1. Agricultura
- 2. Pesca
- 3. Indústria Extrativa
- 4. Indústria Transformadora
- 5. Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água
- 6. Construção
- 7. Comércio por Atacado e a Varejo, Reparação de veículos automóveis
- 8. Alojamento e Restauração
- 9. Transportes, Armazenagem e Comunicações
- 10. Atividades Financeiras
- 11. Atividade Imobiliária, Alugueis e Prestação de Serviços
- 12. Administração Pública, Defesa e Segurança Social
- 13. Educação
- 14. Saúde e Ação Social
- 15. Outras Atividades de Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais
- 16. Atividades Pessoais, Familiares e Domésticas
- 17. Organismos Internacionais e Outras Instituições Extra-Territoriais

**38. Qual era a sua ocupação PRINCIPAL no Brasil?**

---

**39. Remuneração mensal no Brasil**

Valor em \_\_\_\_\_ € ou \_\_\_\_\_ USD\$ ou \_\_\_\_\_ R\$

**40. Que tipo de contactos efetuou para encontrar o seu PRIMEIRO trabalho em Portugal?**

- 1. Eu próprio/a encontrei trabalho
- 2. Consegui a ajuda duma pessoa portuguesa
- 3. Consegui a ajuda de familiares que viviam em Portugal
- 4. Amigos brasileiros que viviam em Portugal
- 5. Consegui através de um intermediário brasileiro
- 6. Ajuda de uma associação ou IPSS
- 7. Através de um aviso afixado numa loja ou jornal
- 8. Outro  **40.1. Por favor especifique** \_\_\_\_\_

**41. Em que Setor da Economia exerceu a sua primeira ocupação em Portugal**

- 1. Agricultura
- 2. Pesca
- 3. Indústria Extrativa
- 4. Indústria Transformadora
- 5. Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água
- 6. Construção
- 7. Comércio por Atacado e a Varejo, Reparação de veículos automóveis
- 8. Alojamento e Restauração
- 9. Transportes, Armazenagem e Comunicações
- 10. Atividades Financeiras
- 11. Atividade Imobiliária, Alugueis e Prestação de Serviços
- 12. Administração Pública, Defesa e Segurança Social
- 13. Educação
- 14. Saúde e Ação Social
- 15. Outras Atividades de Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais
- 16. Atividades Pessoais, Familiares e Domésticas
- 17. Organismos Internacionais e Outras Instituições Extra-Territoriais

**42. Qual foi a sua primeira ocupação em Portugal?**

---

**43. Quanto tempo após chegar a Portugal esteve à procura de trabalho?(meses)** \_\_\_\_\_

**44. Já esteve desempregado/a em Portugal?**

1. Não  2. Sim  → **44.1. Durante quanto tempo?(meses)** \_\_\_\_\_

**45. Qual a sua situação atual?**

- 1. Desempregado  → *passar para a pergunta nº 55*
- 2. Estudante  → *passar para a pergunta nº 55*
- 3. Doméstica  → *passar para a pergunta nº 55*
- 4. Aposentado/a  → *passar para a pergunta nº 55*

- 5. Funcionário/a Público
- 6. Trabalhador/a numa empresa
- 7. Empregador/a (dono/a de empresa)
- 8. Trabalhador/a por conta própria/profissional liberal

**46. Que tipo de contactos efetuou para encontrar o seu emprego ATUAL em Portugal?**

- 1. Eu próprio/a encontrei trabalho
- 2. Consegui a ajuda duma pessoa portuguesa
- 3. Consegui a ajuda de familiares já a viver em Portugal
- 4. Amigos brasileiros já a viver em Portugal
- 5. Consegui através de um intermediário brasileiro
- 6. Ajuda de uma associação ou IPSS
- 7. Através de um aviso afixado numa loja ou jornal
- 8. Outro  **46.1. Por favor especifique** \_\_\_\_\_

**47. Por favor especifique o setor econômico em que atualmente exerce a sua ocupação PRINCIPAL em Portugal:**

- 1. Agricultura
- 2. Pesca
- 3. Indústria Extrativa
- 4. Indústria Transformadora
- 5. Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água
- 6. Construção
- 7. Comércio por Atacado e a Varejo, Reparação de veículos automóveis
- 8. Alojamento e Restauração
- 9. Transportes, Armazenagem e Comunicações
- 10. Atividades Financeiras
- 11. Atividade Imobiliária, Alugueis e Prestação de Serviços
- 12. Administração Pública, Defesa e Segurança Social
- 13. Educação
- 14. Saúde e Ação Social
- 15. Outras Atividades de Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais
- 16. Atividades Pessoais, Familiares e Domésticas
- 17. Organismos Internacionais e Outras Instituições Extra-Territoriais

**48. Atualmente qual é a sua ocupação em Portugal?** \_\_\_\_\_

**49. Possui um contrato escrito relativamente ao seu emprego?**

- 1. Sim
- 2. Não  → passar para a questão nº 52

**50. Qual a duração do seu contrato atual?**

- 1. Contrato permanente
- 2. Três a seis meses
- 3. Mais de seis meses a doze meses
- 4. Mais de doze meses a três anos
- 5. Mais de 3 anos
- 6. Outro  **50.1. Por favor especifique** \_\_\_\_\_

**51. Em que ano assinou o seu contrato atual?** \_\_\_\_\_

**52. Quantas horas trabalha, em média, por semana?**

- 1. de 1 a 20 horas
- 2. de 21 a 35 horas
- 3. 36 a 40 horas
- 4. 41 a 45 horas
- 5. mais de 46 horas

**53. Remuneração mensal atual em Portugal**

Valor em \_\_\_\_\_ €

**54. O seu empregador é:**

- 1. Uma pequena empresa (um a cinco trabalhadores)
- 2. Uma empresa média (6 a 99 trabalhadores)
- 3. Uma grande empresa (mais de 100 trabalhadores)
- 4. Uma empresa de trabalho temporário
- 5. Um sub-empregado
- 6. Um empregador isolado (um patrão/patroá)
- 7. Trabalha por conta própria

**55. Envia dinheiro para o Brasil?**

- 1. Sim
- 2. Não  → *passar para a questão nº 59*

**56. Com que frequência é que envia dinheiro para Brasil?**

- 1. Duas vezes por mês ou mais
- 2. Uma vez por mês
- 3. Cada 2 a 3 meses / 4 a 6 vezes por ano
- 4. Cada 4 a 6 meses / 2 a 3 vezes por ano
- 5. Uma vez por ano
- 6. Não envia  → *passar para a questão nº 59*

**57. Em média, quanto é que envia mensalmente para o Brasil?**

- 1. Até 100 euros
- 2. De 101 a 200 Euros
- 3. De 201 a 300 Euros
- 4. De 301 a 400 Euros
- 5. De 401 a 1000 Euros
- 6. Mais de 1001 Euros

**58. Como envia o dinheiro para o seu país de origem**

- 1. Através de um Banco
- 2. Através de agências do tipo da Western Union
- 3. Através de uma pessoa que viaja para o Brasil
- 4. Outra situação  **58.1 Por favor**

**especifique** \_\_\_\_\_

**59. Faz descontos para a Segurança Social?**

- 1. Sim
- 2. Não  → **59.1. Porquê?**
  - 1. O Patrão não quer
  - 2. Eu não quero
  - 3. Outras razões  **59.1.2**

**Quais?** \_\_\_\_\_

**60. Paga imposto sobre o seu rendimento (IRS)?**

- 1. Sim
- 2. Não  → **60.1. Porquê?**
  - 1. O Patrão não quer
  - 2. Eu não quero
  - 3. Outras razões  **60.1.2**

**Quais?** \_\_\_\_\_

**61. De que nacionalidade é o seu empregador/chefe/patrão?**

- 1. Portuguesa
- 2. Brasileira
- 3. Outra  **61.1 Qual ?** \_\_\_\_\_

**62. No caso de ainda não ter autorização de residência, você espera continuar a ter a mesma ocupação mesmo depois de conseguir essa autorização de residência?**

- 1. Sim
- 2. Não

**63. Teve algum problema durante o seu percurso migratório?**

1. Não  → *passar para a questão nº 64*      2. Sim

**63.1 Que tipo de problema?** *(pode seleccionar Mais do que uma opção)*

1. Com a pessoa que o ajudou a vir para Portugal   
2. Com a polícia quando da chegada a Portugal   
3. Com grupos de indivíduos que trazem imigrantes para Portugal   
4. Com a obtenção dos documentos   
5. Com os documentos que trazia   
6. Com algum tipo de criminalidade organizada   
7. Outro       **63.1.1**

Qual? \_\_\_\_\_

**64. Sentiu alguma atitude discriminatória da parte dos portugueses:**

**64.1. No acesso ao trabalho?**

1. Sim  **64.1.1. Porquê?** \_\_\_\_\_ **Quando?** \_\_\_\_\_  
2. Não

**64.2. No local de trabalho?**

1. Sim  **64.2.1. Porquê?** \_\_\_\_\_ **Quando?** \_\_\_\_\_  
2. Não

**64.3. Nas lojas, cafés, transportes públicos, etc.?**

1. Sim  **64.3.1. Porquê?** \_\_\_\_\_ **Quando?** \_\_\_\_\_  
2. Não

**64.4. Na rua?**

1. Sim  **64.4.1. Porquê?** \_\_\_\_\_ **Quando?** \_\_\_\_\_  
2. Não

**64.5. No acesso à habitação?**

1. Sim  **64.5.1. Porquê?** \_\_\_\_\_ **Quando?** \_\_\_\_\_  
2. Não

**65. Fora da sua vida profissional como caracterizaria o grupo de pessoas com quem mais se relaciona:**

1. Grupo composto majoritariamente por portugueses   
2. Grupo composto majoritariamente por imigrantes de outros países   
3. Grupo composto majoritariamente por brasileiros

**66. Qual é a sua religião**

0. Nenhuma   
1. Igreja Católica Apostólica Romana   
2. Igreja Católica Ortodoxa   
3. Igrejas Evangélicas       **66.1 Qual?** \_\_\_\_\_  
4. Outra       **66.2 Qual?** \_\_\_\_\_

**67. Participa nalguma atividade social ou comunitária em Portugal?** *(pode assinalar mais do que uma opção)*

1. Associações de imigrantes brasileiros   
2. Outras associações de imigrantes   
3. Organizações partidárias brasileiras   
4. Outras organizações partidárias   
5. Sindicatos   
6. Igreja ou Comunidade religiosa   
7. Organizações culturais   
8. Outras organizações   
9. Nenhuma   
10. Outra(s)       **67.1. Quais?** \_\_\_\_\_

**68. Através de que meios mantém o contacto com o Brasil?** (pode assinalar mais do que uma opção)

- 1. Televisão
- 2. Jornais/Revistas brasileiros
- 3. Internet
- 4. Cinema
- 5. Música
- 6. Telefone/telemóvel
- 7. Outros

**68.1. Quais?** \_\_\_\_\_

**69. Já obteve alguma vez assistência consular?**

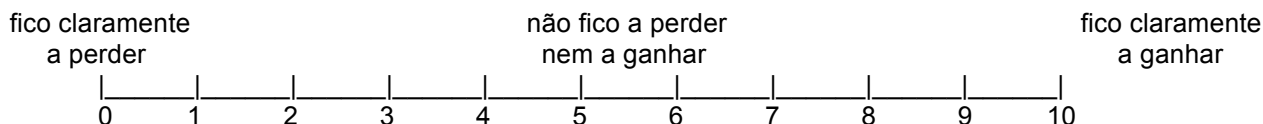
- 1. Não  → *passar para a questão nº 71*
- 2. Sim

**70. Se sim, em que país?**

- 1. Brasil
- 2. Portugal

**71. Acha que vindo para Portugal – com o desejo de resolver os seus problemas – ficou perdendo ou ganhando?**

A seguir encontrará uma escala de 0 a 10 em que “0” corresponde a “fico claramente a perder”, “5” corresponde a “*não fico a perder nem a ganhar*” e “10” corresponde a “fico claramente a ganhar”. Ponha um círculo à volta do número que corresponde à sua opinião.



**72. Indique os fatores mais positivos de estar hoje em Portugal? O que mais ganhou com a sua experiência portuguesa?** (pode seleccionar até 3 opções)

- 1. Segurança na vida quotidiana (“não violência” urbana.)
- 2. Estabilidade econômica
- 3. Oportunidades profissionais
- 4. Oportunidades escolares (para o próprio e/ou descendentes)
- 5. Contacto com outra cultura; enriquecimento cultural
- 6. Ter familiares / amigos próximos
- 7. Possibilidade de aceder à Europa
- 8. Outros  **72.1. Especifique** \_\_\_\_\_
- 9. Nenhum

**73. Indique os fatores mais negativos de estar em Portugal? O que mais perdeu?** (pode seleccionar até 3 opções)

- 1. Solidão (falta de amigos/familiares)
- 2. Contenção, perda de espontaneidade (comportamento)
- 3. Dificuldades de relacionamento com portugueses (“mais reservados”)
- 4. Dificuldades de comunicação (barreira da linguagem oral, escrita)
- 5. Dificuldades profissionais (de acesso e integração profissional)
- 6. Dificuldades no estilo de vida (diferente do Brasil)
- 7. Afastamento da cultura/realidade da origem
- 8. Outros  **73.1 Especifique** \_\_\_\_\_
- 9. Nenhum

**74. Quais são os seus planos a longo prazo?**

- 1. Tentarei ganhar algum dinheiro e regressarei ao Brasil
- 2. Tentarei obter uma Autorização de Residência para ficar em Portugal  → *passar para a questão nº 76*
- 3. Tentarei montar um negócio em Portugal  → *passar para a questão nº 76*
- 4. Ficarei em Portugal durante um certo período e regressarei ao meu país
- 5. Ainda não estão definidos  → *passar para a questão nº 76*
- 6. Tentarei emigrar para um outro país com melhores condições de vida  **74.1. Qual?** \_\_\_\_\_
- 7. Outros planos  **74.2 Quais?** \_\_\_\_\_

**75. Durante quanto tempo pensa em ainda ficar em Portugal**

- 1. até 1 ano
- 2. de 2 a 5 anos
- 3. De 5 a 10 anos
- 4. Mais de 11 anos
- 5. Não sei

**76. Já tem a nacionalidade portuguesa?**

- 1. Sim  → *passar para a questão nº 80*
- 2. Não

**77. No futuro pretende adquirir a nacionalidade portuguesa?**

- 1. Sim
- 2. Não  → *passar para a questão nº 80*

**78. A aquisição da nacionalidade portuguesa foi/é para si:**

- 1. Pouco importante
- 2. Importante
- 3. Muito Importante

**79. Como avalia a importância dos seguintes fatores na decisão de adquirir a nacionalidade portuguesa:**

	Muito Importante	Importante	Pouco Importante
Possibilidade de participação na vida política portuguesa			
Possibilidade de emigrar para outro país da União Européia			
Ter os mesmos direitos dos portugueses			

**80. Onde vive atualmente**

- 1. Em casa de familiares
- 2. Em casa de amigos ou conhecidos
- 3. Em quarto/casa alugada com a família
- 4. Num quarto/casa alugada com outros imigrantes
- 5. Em habitação própria
- 6. No local onde trabalha
- 7. Outro

**81. Quantas pessoas vivem na sua atual casa? \_\_**

**82. Dessas quantas são da sua família? \_\_**

**83. Quanto é que paga de aluguel/prestação ou de empréstimo por mês?**

- 1. menos de 200 €
- 2. entre 200 e 500 €
- 3. entre 501 e 1000 €
- 4. Mais de 1000 €

**84. Das seguintes razões indique as três que foram mais importantes na escolha da casa onde vive atualmente:**

- 1. Preço do aluguel
- 2. Localização da casa
- 3. Equipamento disponível na casa
- 4. Estado de conservação da casa
- 5. Proximidade do local de trabalho
- 6. Tamanho da casa
- 7. Segurança oferecida pela casa
- 8. Proximidade com outros brasileiros

**Muito obrigado pela sua ajuda e colaboração!**

Observações:

N.º do Questionário | \_\_\_\_ | \_\_\_\_ | \_\_\_\_ | \_\_\_\_ | (a preencher pelo  
CES/SOCIUS/CIES)  
Local de realização \_\_\_\_\_  
Data \_\_\_\_ | \_\_\_\_ | \_\_\_\_  
Entrevistador \_\_\_\_\_



#### 9.4 A imagem da Capa

A imagem utilizada na capa dessa tese faz parte da exposição: “Ser Brasileira em Portugal”, da artista plástica brasileira Letícia Barreto. Através da linguagem visual, a autora procura refletir sobre o que significa ser uma imigrante brasileira na sociedade portuguesa. O objetivo do seu trabalho é “desconstruir” as imagens estereotipadas criadas sobre a mulher brasileira como objeto sexual. Letícia Barreto é natural de São Paulo, mas atualmente reside em Lisboa.

A partir da fotografia do seu passaporte, a artista iniciou uma série de 30 desenhos construídos com carimbos, como uma maneira, também, de denunciar a questão da burocracia e o preconceito que vinha sofrendo por ser brasileira. Vistos de longe, os autorretratos parecem banais, meras reproduções da mesma imagem. Porém, são construídos com palavras relacionadas aos estereótipos e expressões mais comuns associadas aos/às imigrantes, em especial brasileiros e brasileiras. Entre as palavras utilizadas estão: Prostituta, Oportunista, Mulato, Malandro, Irregular, Estrangeiro, Diferente, Clandestino, Exótico, Empregado, Negro, Branco, Volta para tua terra, Sensual, Não residentes, Latino, Imigrante, Extra Comunitário, Ilegal, Brazuca<sup>28</sup>.

Na capa da tese utilizo, a imagem formada pelos carimbos da palavra “Imigrante”.

A exposição aconteceu, entre vários lugares, no Centro de Documentação Campo Grande de Lisboa e no Espaço PT Tenente Valadim, no Porto. Além disso, a imagem feita com o carimbo “Prostituta” foi a marca do “Manifesto em repúdio ao preconceito contra as mulheres brasileiras, em Portugal”, em 2011.

Abaixo, mais duas imagens pertencentes ao projeto.

**Figura 2: Série Carimbos “Sensual” e “Prostituta”**



<sup>28</sup> Texto baseado nas informações do site da artista: <http://brazucaemp Portugal.wordpress.com/>.